



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

“Um movimento em Marcha para o Futuro”: os fios invisíveis da trajetória
política do baiano João Mangabeira (1880-1930)

Gabriel José Brandão de Souza
Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó.

PORTO ALEGRE – RS

2023

GABRIEL JOSÉ BRANDÃO DE SOUZA

“Um movimento em Marcha para o Futuro”: os fios invisíveis da trajetória política do baiano João Mangabeira (1880-1930)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na linha de pesquisa Relações de poder político-institucionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó.

PORTO ALEGRE – RS

2023

Este trabalho foi realizado com a bolsa de pesquisa da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CIP - Catalogação na Publicação

Souza, Gabriel José Brandão de
"Um movimento em Marcha para o Futuro": os fios invisíveis da trajetória política do baiano João Mangabeira (1880-1930) / Gabriel José Brandão de Souza. -- 2023.
218 f.
Orientador: Luiz Alberto Grijó.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. João Mangabeira. 2. Trajetória. 3. Relações Políticas. 4. História da Bahia. I. Grijó, Luiz Alberto, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GABRIEL JOSÉ BRANDÃO DE SOUZA

“Um movimento em Marcha para o Futuro”: os fios invisíveis da trajetória
política do baiano João Mangabeira (1880-1930)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na linha de pesquisa Relações de poder político-institucionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2023

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó – UFRGS
Presidente e Orientador

Prof. Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira – UFRGS
2º Examinador

Prof. Dr. Douglas Souza Angeli – UEMG
3º Examinador

Prof. Dr. Edinaldo Antônio Oliveira Souza – UNEB
4º Examinador

*À minha esposa Ludimila,
eterna companheira de uma
vida!*

AGRADECIMENTOS

Em todos esses anos de vida acadêmica, nunca um primeiro parágrafo demorou tanto para ser escrito. Talvez resida no fato de que a escrita dos agradecimentos remeta à lembrança de todo um longo caminho que foi percorrido até chegar à conclusão da tese em si. Não foi fácil esse processo. Talvez seja estranho citar isso aqui, porém, vejamos. No período do doutorado foi preciso ficar, literalmente, vivo! A pandemia, um governo golpista e genocida, os arquivos fechados, uma campanha eleitoral que simbolizaria a primeira derrota de um governo com bases fascistas e etc. Enfim, naturalmente não seria fácil escrever todo este trabalho, mas o cenário político, econômico e social ajudou a complicar ainda mais.

Por tudo isso, escrever esses agradecimentos tem um peso diferente dos agradecimentos presentes na dissertação. Felizmente, boa parte das pessoas que dediquei outrora ainda estão presentes aqui. Novas pessoas passaram a fazer parte desse processo e contribuíram imensamente para o desenvolvimento deste trabalho.

Neste sentido, além de agradecer, também dedico este trabalho à minha esposa, Ludimila Brandão, por todo amor, carinho e companheirismo nesses anos juntos. Sem ela o caminho teria sido muito mais difícil.

Aos meus pais (Márcia e Orlando) e ao meu irmão (Anderson), pela compreensão nos momentos de ausência. Aos meus avós (Otaviano e Noemia *In Memoriam*). Aos meus sogros (Gal e Del) e todos os familiares que fizeram parte dessa caminhada.

Aos meus amigos do mestrado (Michelle Mansur, Álvaro Neto, Jacson Lopes, Giovanna Nunes e Rosana Andrade). Em especial, agradeço aos queridos Italo Nelli e Ary Albuquerque pela irmandade que nós construímos desde o mestrado.

À equipe do Instituto Federal da Paraíba do Campus Avançado Cabedelo Centro, por todo o aprendizado nos últimos dois anos.

Às amigas Samile Damasceno e Danielle Gomes pela generosidade de uma leitura atenta do texto.

Aos amigos de Santo Antônio de Jesus-BA.

Às equipes do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC/UESC) e da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) pela disponibilidade no acesso as fontes.

À CAPES pelo tão necessário incentivo e financiamento da pesquisa.

À equipe técnica do PPG em História da UFRGS.

Aos docentes Temístocles Cezar, Clarisse Speranza, Cláudia Mauch, Luciano Fedozzi e Irineia Franco pelas discussões e conhecimento transmitido durante as aulas no doutorado.

Aos colegas do PPGH, em especial a Cleverton Oliveira, por compartilhar as angústias da produção do texto da tese.

Ao professor Luiz Alberto Grijó, por todas as contribuições e reflexões nas suas orientações, pela liberdade no processo de construção do texto e pelas suas leituras extremamente atentas. Acima de tudo, agradeço pela sua disponibilidade, paciência e generosidade durante esses anos.

Aos professores Edinaldo Oliveira, Cássia Silveira e Douglas Angeli pela disponibilidade de participar da banca e pelas contribuições extremamente pertinentes.

Por fim, agradeço ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e toda a militância que, assim como eu, lutou incessantemente para vencer o fascismo e o autoritarismo daquele que o nome não merece entrar nesta tese.

“Mocidade flamante da vida! Vós sois o sal da terra. A vós confia a Pátria, o seu destino e o seu futuro. Confiais em nós que vos amamos. Os homens da minha geração estão a sair pela porta da morte, olhando-vos com carinho e com esperança, a vós que entraís cantando e coroados de rosas pelo pórtico da vida. Preparai-vos para empunhar a bandeira que hoje desfraldamos. Vós ides ser a voz de um novo mundo, de uma democracia nova, gerada nas entranhas da dor. Desprezai os reacionários, os retrógrados, os retardados. Quebrai os velhos moldes carcomidos. Alijai as velhas ânforas, que elas não suportariam o fermentar do vinho novo da vida. Derrubai os falsos ídolos. Destruí os preconceitos absurdos e os privilégios caducos. Plasmái com vossas mãos vossos destinos. Formai em nossas fileiras, que são vossas. Enfrentai tranquilos o futuro promissor que já alvoreja. Nada deterá a vossa marcha. A fé vos ilumina, a esperança vos acena, a vitória vos sorri”.

(João Mangabeira, discurso pronunciado na abertura da Convenção Nacional da Esquerda Democrática, 24-08-1946)

RESUMO

O presente trabalho busca elaborar o estudo da trajetória e do pensamento, a partir da influência política do jurista baiano João Mangabeira (ex-Deputado Estadual e Federal, Senador e Ministro de Estado). Oriundo de uma base política conservadora, ligada aos chamados “coronéis do cacau”, no sul baiano, João Mangabeira, ao longo da sua trajetória, passou a trilhar e defender os ideais socialistas, tornando-se uma das mais importantes referências dentro do Partido Socialista Brasileiro – PSB e da esquerda brasileira. Desta maneira, buscamos entender quais foram os caminhos trilhados por João Mangabeira e os “fios quase invisíveis” que serviram como base para mais tarde aflorar o “pensamento socialista”. O recorte histórico delimitado para este trabalho corresponde aos anos de 1880 a 1930, período que iniciou sua trajetória como jurista na região cacauzeira e também começou a estabelecer laços políticos e sociais com as elites locais, até a consolidação como uma das principais lideranças na política baiana e nacional. Este trabalho também busca estabelecer um diálogo entre a trajetória de Mangabeira e sua relação direta com a história política da Bahia, objetivando compreender como as mudanças e permanências nos mecanismos que moviam as estruturas de poder no estado foram cruciais para influenciar na sua atuação. No que se refere ao corpo de fontes utilizadas neste trabalho, serão analisados textos e documentos referentes a atuação de Mangabeira, como discursos parlamentares, entrevistas, palestras, livros publicados por ele, correspondências com outros políticos, jornais, fotografias e análises bibliográficas indicativas ao contexto da política nacional e baiana inserido no período estudado.

Palavras-chave: João Mangabeira; Trajetória; Relações Políticas; História da Bahia.

ABSTRACT

The present work seeks to elaborate the study of the trajectory and thought, based on the political influence of the Bahian jurist João Mangabeira (former State and Federal Deputy, Senator and Minister of State). Coming from a conservative political base, linked to the so-called “cocoa colonels”, in the south of Bahia, João Mangabeira, throughout his career, began to follow and defend socialist ideals, becoming one of the most important references within the Socialist Party Brazilian – PSB and the Brazilian left. In this way, we seek to understand the paths taken by João Mangabeira and the “almost invisible threads” that served as the basis for later emerging “socialist thought”. The historical frame delimited for this work corresponds to the years 1880 to 1930, a period that began his career as a jurist in the cocoa region and also began to establish political and social ties with local elites, until his consolidation as one of the main leaders in Bahian politics. and national. This work also seeks to establish a dialogue between Mangabeira's trajectory and his direct relationship with the political history of Bahia, aiming to understand how changes and continuations in the mechanisms that moved power structures in the state were crucial in influencing his performance. Regarding the body of sources used in this work, texts and documents relating to Mangabeira's activities will be analyzed, such as parliamentary speeches, interviews, lectures, books published by him, correspondence with other politicians, newspapers, photographs and bibliographic analyzes indicative of the context of national and Bahian politics during the period studied.

Keywords: João Mangabeira; Trajectory; Political Relations; History of Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 – Carteira da OAB de João Mangabeira.....	37
Imagem 02 - Mesorregiões da Bahia com destaque para Microrregião - Ilhéus e Itabuna.....	38
Imagem 03 – No restaurante Sumaré (RJ).....	64
Imagem 04 – Uma convenção de bobagem.....	68
Imagem 05 – Campanha desleal: quadro para a história... da politicagem.....	79
Imagem 06 – Propaganda eleitoral civilista.....	84
Imagem 07 – Em desespero de causa.....	96
Imagem 08 – A visita do Presidente a Bahia.....	99
Imagem 09 – Sucessão bahiana.....	100
Imagem 10 – O tiro dos “planos” pela culatra.....	109
Imagem 11 – Sobre o tal bombardeio da Bahia.....	111
Imagem 12 – Quem te conheceu.....	126
Imagem 13 – Quem te conheceu.....	127
Imagem 14 – A Convenção Civilista.....	128
Imagem 15 – Cozinha Bahiana: o quitute presidencial.....	134
Imagem 16 – A Bahia Trágica.....	149
Imagem 17 – A Convenção.....	158
Imagem 18 – Panfleto - Campanha Civilista.....	160
Imagem 19 – Campanha Presidencial.....	161
Imagem 20 – Rui Barbosa durante a campanha pelo interior do Estado.....	168
Imagem 21 – A queda do Dr. Seabra – Um novo partido político.....	183
Imagem 22 – Política da Bahia.....	185
Imagem 23 – Funeral de Rui Barbosa.....	192
Imagem 24 – Embarque do Senador.....	201

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACD – Anais da Câmara dos Deputados
- ALBA – Assembleia Legislativa do Estado da Bahia
- ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
- CR – Reação Republicana
- CRB – Concentração Republicana da Bahia
- CSCEF – Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais
- DCN – Diário do Congresso Nacional
- DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
- FCRB – Fundação Casa Rui Barbosa
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- PRB – Partido Republicano da Bahia
- PRC – Partido Republicano Conservador
- PRD – Partido Republicano Dissidente
- PRM - Partido Republicano Mineiro
- PRR – Partido Republicano Rio-Grandense
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- PSD – Partido Social Democrático
- UDN – União Democrática Nacional
- UnB – Universidade de Brasília

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	30
1 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO “MENINO DE OURO”	30
2 A CHEGADA A REGIÃO CACAUEIRA E O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL	39
2.1 As eleições de 1899 e a participação do Governo do Estado.	42
2.2 Os impactos do processo eleitoral de 1904.	48
3 ULTRAPASSANDO AS FRONTEIRAS PARA ALÉM DA REGIÃO CACAUEIRA.....	55
3.1 A excursão do governador à região cacauqueira.	59
3.2 A crise na política baiana.	66
4.0 O MANDATO DE INTENDENTE EM ILHÉUS	69
4.1 Eleição para o Legislativo Federal: a atuação na Comissão Verificadora de Poderes	72
5 A SUCESSÃO PRESIDENCIAL E A CAMPANHA CIVILISTA	79
CAPÍTULO II	88
1 AS DISPUTAS NO CERNE DA POLÍTICA BAIANA	88
2 A VIRADA DO JOGO: A ASCENSÃO DE SEABRA E A QUEDA DE MANGABEIRA	102
2.1 O bombardeio de Salvador e a queda do PRB	108
2.2 A disputa pelo reconhecimento no Parlamento	118
3 A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ACOMODAÇÃO NA BAHIA	125
4 A REORGANIZAÇÃO POLÍTICA BAIANA	133
CAPÍTULO III	141
1 A MEIO DO CAMINHO	141
2 A DISPUTA DE NARRATIVAS: JOÃO MANGABEIRA COMO PORTA-VOZ DA OPOSIÇÃO BAIANA.....	144
3 A ÚLTIMA CANDIDATURA DE RUI BARBOSA E O FORTALECIMENTO DA OPOSIÇÃO	157
3.1 A luta para a sucessão governamental na Bahia.....	166
4 A DÉCADA DE 20 E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS.....	172
4.1 A improvável aliança na região cacauqueira.....	177
4.2 O ressurgimento da oposição: o declínio do seabrismo na Bahia.	183
5 A PERMANÊNCIA DE UM LAÇO: A MORTE DE RUI BARBOSA.....	190
5.1 A estabilização da política baiana: as novas disputas.	194

5.2 O novo Partido Republicano da Bahia: a construção da candidatura ao Senado	200
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
RELAÇÃO DAS FONTES	209
REFERÊNCIAS	212

INTRODUÇÃO

“Memórias”

Recolhido, novamente, à vida privada, naturalmente, cansado e decepcionado, dos homens e desiludido das suas atitudes, na hora em que a história se repete, seu coração não teve mais forças para a luta e parou definitivamente.¹

Ao amanhecer de 27 de abril de 1964, em meio a mais um processo de ruptura democrática vivenciado no Brasil por conta do golpe civil-militar, o jornal Última Hora (RJ) noticiava na sua primeira página que, por consequência do agravamento de uma insuficiência cardíaca, viera falecer aos 83 anos “em sua residência, vítima de um edema pulmonar, o líder político e jurista, João Mangabeira”.² A repercussão da morte do então presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ocupou as manchetes na imprensa nacional e suscitou grandes homenagens em diversos espaços.

Velado no salão nobre do Palácio Tiradentes, antigo prédio do Congresso Nacional e atual sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), o eminente político baiano recebeu as homenagens das mais diversas correntes políticas e sociais. Como relata o Diário de Notícias (RJ), ao seu velório, foram enviadas dezenas de coroas por diversas entidades, entre elas, poderiam ser destacadas as do “Governo da Bahia, do Banco do Comércio, do Conselho Superior das Caixas Econômicas, a que o extinto pertenceu e do Sr. Luis Carlos Prestes”.³

A notícia do falecimento de João Mangabeira também ganhou amplo espaço nos núcleos políticos. Nas palavras do Deputado Baiano Rui Santos, da União Democrática Nacional (UDN), o seu falecimento gerava um impacto significativo na vida política brasileira, trazendo dessa forma um “vácuo enorme, não só no meio jurídico nacional, mas principalmente entre os homens públicos dêste País, que rareiam dia a dia, na altura em que João Mangabeira sempre se colocou”.⁴ Essa percepção também foi enaltecida pelo Deputado baiano Mário Piva do Partido Social Democrático (PSD), ao descrever que sua atividade política fora “traçada pelas linhas firmes retilíneas e convicções, inabaláveis”.⁵ Como descrevia o Última Hora (RJ):

Com o desaparecimento de João Mangabeira perde o País uma de suas mais expressivas personalidades políticas. Não foi ele um militante no sentido convencional e partidário do termo, mas soube exercer a militância em sua acepção

¹ Diário da Tarde, Ilhéus, 29 de abril de 1964. Ed. 10.445. p. 01

² Última Hora, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1964. Ed. 4337. p. 01

³ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1964. Ed. 12710. p. 02

⁴ Discurso do Deputado Rui Santos da UDN-BA na 41ª sessão de 27-04-1964. Anais da Câmara dos Deputados (ACD), P. 253-254

⁵ Discurso do Deputado Mário Piva do PSD-BA na 42ª sessão de 28-04-1964. ACD, P. 358-359

mais alta, tornando presentes o seu saber, a sua experiência, o seu senso de justiça e de liberdade nos momentos decisivos da vida nacional.⁶

Essa percepção era reforçada nas palavras do conselheiro José de Pontes Vieira, em seu discurso de homenagem a João Mangabeira, na reunião extraordinária do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais (CSCEF), órgão ao qual este fora membro do Conselho Superior desde 1960, inclusive exercendo ali seu último cargo público. Para o conselheiro, via-se em Mangabeira a representação de um “homem íntegro, de inteligência exponencial, enciclopédia cultural, jurista emérito, escritor e publicista de renome, parlamentar notável (e neste particular, consagrado constitucionalista, mestre de muitas gerações)”. Para além desses atributos, Pontes Vieira o apresentava como alguém considerado distinto de outros membros da elite política brasileira por ter uma compreensão humana para com a aflição das classes populares. Tal característica era percebida principalmente quando estavam em pauta “as aflições dos humildes”. Dessa forma, seus votos e as justificações orais vinham a se constituir:

[...] verdadeiras aulas de sabedoria e de experiência, que surdiam sem um mínimo de arrogância ou auto-suficiência, antes com natural simplicidade. A cada passo, aquela sua devoção aflorava quando em debate problemas pertinentes aos interesses dos menos afortunados, ocasião em que – paladino que sempre foi dos mandamentos de justiça social – se agigantava, aparando as arestas e suavizando as asperezas da lei na interpretação e aplicação do direito.⁷

Como destacava o jornal *Diário de Notícias* (RJ), além da importância dentro das linhas de frente da política brasileira, com a perda do eminente político, o Brasil havia perdido “um de seus grandes juristas e constitucionalistas e o maior discípulo de Rui Barbosa”.⁸ O “discípulo de Rui Barbosa”, como também apresentara o editorial do *Última Hora*, era visto como alguém que soube compreender os alicerces para a construção e manutenção de um regime democrático, e que não se limitou a “repetir os ensinamentos do mestre, mas lhe infundiu vida nova”, assimilando desta forma o “apostolado em defesa das grandes causas do Direito, da Justiça e da Liberdade”.⁹ Essa projeção como importante discípulo e representante das ideias do Conselheiro Rui Barbosa permeou as homenagens póstumas do político e jurista baiano.

Em torno desta relação com Rui Barbosa e o impacto que isto trouxe ao longo da construção política e intelectual de João Mangabeira, Barbosa Lima Sobrinho descrevia no *Jornal do Brasil* (RJ) que “onde Rui está presente, não faltará nunca João Mangabeira, não como uma testemunha tranquila, mas como um combatente fervoroso, tanto na bravura como na

⁶ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1964. Ed. 1285. p. 04

⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1964. Ed. A21799. p. 03

⁸ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1964. Ed. 12710, p. 01

⁹ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1964. Ed. 1285. p. 04

capacidade de militância [...] pela comunhão de ideias, pela continuidade do esforço, pela fidelidade ao mesmo intrépido apostolado”.¹⁰

Danton Jobim, em sua coluna no Diário Carioca (RJ), afirmava que João Mangabeira portou-se ao longo da sua vida sempre como “discípulo de Rui, fiel à sua formação de paladino do direito [...] do liberalismo ao socialismo [...] deslizou sem violência, jamais desmentindo sua consciência de jurista”, portanto, “jamais perdeu de vista as lições de seu mestre para quem os direitos do homem pairavam acima das contendas ideológicas”.¹¹ Com a sua morte, como afirmava o Senador Affonso Arinos (Guanabara-GB), em entrevista concedida ao jornal Correio da Manhã (RJ), também desaparecia uma das mais impressionantes figuras políticas, pois este havia conseguido unir “o liberalismo de Rui às reformas mais evoluídas da democracia”.¹² De tal modo, o liberalismo oriundo das concepções de Rui com Mangabeira, como dizia o Deputado Mário Piva, ganhou “novos aspectos e se democratiza definitivamente com a expressão viva e inteligente de João Mangabeira”.¹³

Se no cenário nacional, como pudemos observar nos relatos publicados, sua morte representava a ausência de uma das suas “mais expressivas personalidades políticas”, intimamente ligado às lutas por liberdade e pela emancipação do país, decerto, para a Bahia, era a morte de um dos últimos representantes da sua velha guarda de políticos que iniciaram ou materializaram as suas trajetórias políticas em uma República recém instaurada, moldada pelas incertezas e pela sua própria fragilidade.

Neste ponto, no entanto, reside-nos observar que, em torno de todos os relatos aqui trazidos, o processo de construção de uma memória coletiva, estruturada em uma perspectiva que se almejava salvaguardá-lo no cerne de um campo progressista, precisa ser observado com cuidado. Como reflete Michael Pollak sobre os instrumentos de reconstrução de uma identidade, “a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência”. Neste sentido, ao contarmos a nossa vida “tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chave (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica”. À vista disso, partindo desse trabalho voltado para a reconstrução de si, “o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros”.¹⁴

¹⁰ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1964 – Ed. 00193. p. 06

¹¹ Diário Carioca, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1964. Ed. 11076. p. 01

¹² Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1964. Ed. 21798. p. 03

¹³ Discurso do Deputado Mário Piva do PSD-BA na 42ª sessão de 28-04-1964. ACD, p. 358

¹⁴ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989. p. 12

Assim, a partir da observação de Barros, é necessário compreender que a construção de uma memória se dá de maneira ativa e dinâmica, o que propicia o envolvimento de diversos aspectos, tal como o “comportamento narrativo”. Neste sentido, observa-se que a memória, “mesmo no âmbito da vida biológica individual, vai deixando de ser concebida como passiva para cada vez mais ser compreendida como um processo ativo, dinâmico, complexo, interativo”.¹⁵ Após a morte de João Mangabeira, alguns trabalhos memorialísticos foram produzidos no sentido de selecionar momentos compreendidos pelos autores como de “destaque” na sua trajetória política, jurídica e social.

O primeiro trabalho de fôlego voltado para analisar a vida de João Mangabeira foi escrito pelo seu filho, Francisco Mangabeira, sendo prefaciado por Jorge Amado, que tem suas origens ligadas à região cacauzeira e que desde criança conviveu com as elites locais. Logo na sua introdução, Francisco Mangabeira destaca que o livro não tem por objetivo “simplesmente fazer uma biografia de João Mangabeira”, mas tem a intenção de “visualizar a sua vida pública, com a História da República”. Neste sentido, segundo o autor, a biografia de João Mangabeira estaria diretamente ligada aos fatos históricos que havia presenciado, desta maneira, o livro vislumbrava interpretar e explicar “situações históricas básicas, bem conhecidas, mas cujas causas têm ficado na sombra”.¹⁶ Abordando toda a trajetória de João Mangabeira, desde o seu nascimento até a sua morte, o livro, apesar de apresentar um diálogo com as fontes produzidas sobre e por João Mangabeira durante o período, reflete muito mais uma homenagem e engrandecimento dos posicionamentos de Mangabeira do que necessariamente faz uma análise de como o contexto político e social do período impactou na sua trajetória como objetivava.

Dois anos após o lançamento da produção feita por Francisco Mangabeira, no centenário de nascimento de João Mangabeira, foi organizado pelo Senado Federal um Simpósio na Universidade de Brasília (UnB)¹⁷, reunindo políticos e intelectuais como Luiz Viana Filho, presidente do Senado e conhecido biógrafo¹⁸, Aurélio Vianna, Barbosa Lima Sobrinho e Josaphat Marinho. O evento resultou na publicação de um livro com a transcrição das conferências, comentários e debates, que versaram sobre João Mangabeira como Político,

¹⁵ BARROS, José D’Assunção. Memória e história: uma discussão conceitual. In: **Tempos Históricos** • volume 15 1º semestre de 2011 • p. 317-343

¹⁶ MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira: República e Socialismo no Brasil** / Francisco Mangabeira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 17

¹⁷ João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c 1982.

¹⁸ Para um melhor reflexão e entendimento sobre a importância de Luiz Viana Filho e das suas produções no campo da biografia, ver: SILVA, Paulo Santos. O BIÓGRAFO COMO NARRADOR: a concepção de biografia em Luiz Viana Filho. In: **Rastros biográficos: estudos de trajetórias** / Organizado por Maria Elisa Lemos Nunes da Silva; Paulo Santos Silva. – Salvador: EDUNEB, 2014. 262p.

Socialista, Civilista e Constitucionalista. Nele, buscou-se traçar a pluralidade das ideias de João Mangabeira e os impactos da sua atuação política, jurídica e intelectual ao longo da história do Brasil.

No período referente ao centenário de João Mangabeira, publicou-se também uma coletânea organizada por Francisco de Assis Barbosa, sendo resultado de uma parceria entre o Senado Federal e a Fundação Casa Rui Barbosa. Intitulado, *Ideias Políticas de João Mangabeira: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados*, o livro foi dividido em três volumes, buscando compreender a ação e o pensamento de João Mangabeira durante o período que compreendeu a República, trazendo discursos no parlamento, entrevistas, projetos, correspondências, dentre outros textos selecionados. O primeiro volume corresponde a atuação política e parlamentar durante o período da Primeira República, o segundo volume traça a sua atuação em torno da ordem constitucional e a luta contra o Estado Novo e o último volume engloba o período correspondente a formação da Esquerda Democrática até a sua atuação no Ministério da Justiça do governo João Goulart.¹⁹

Nos últimos anos, uma nova leva de trabalhos produzidos, principalmente os que englobam a história política e partidária da Bahia e sobre os movimentos socialistas a partir da década de 1940, referenciam, de forma transversal, o nome de João Mangabeira. Trabalhos como o de Alexandre Hecker, visando compreender a história da Esquerda Democrática em São Paulo entre os anos de 1945 e 1965²⁰, a tese apresentada por Eliana Evangelista Batista sobre o processo de acomodação e a reação na política baiana no período do governo Getúlio Vargas entre 1930 e 1937²¹, e a dissertação de Herbert Gler Mendes dos Anjos sobre o Partido Socialista Brasileiro e a cultura socialista-democrática no Brasil entre os anos de 1945-1965²², compõem parte de um acervo de produções que citam o nome de João Mangabeira.²³

¹⁹ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I., II e III.

²⁰ HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)** / Alexandre Hecker. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.-(Prismas)

²¹ BATISTA, E. E. **A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937).** Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

²² MENDES DOS ANJOS, Herbert Gler. **Socialismo e Liberdade: o PSB e a cultura socialista-democrática no Brasil (1945-1965).** 2014. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

²³ Para além dos trabalhos dentro do campo historiográfico, podemos citar também as dissertações apresentadas nos Programas de Pós-graduação na área do direito como: DIAS FILHO, Sergio Rodrigues. **O constitucionalismo de João Mangabeira: consenso, racionalidade e socialismo.** 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Universidade Federal Fluminense; GARCIA NETO, Paulo Macedo. **A influência do realismo jurídico norte-americano no direito constitucional brasileiro.** 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008; GASPARI, F. N. **STF Cerceado? (1930-1937).** 2019. Dissertação (Mestrado em

Ao longo da sua trajetória, ainda que não tenha elaborado nenhum trabalho relativo à sua própria história, João Mangabeira deixou uma vasta produção entre discursos oficiais, correspondências, entrevistas, conferências e artigos publicados em jornais. Como escritor, lançou dois livros voltados para homenagear o conselheiro Rui Barbosa²⁴ e um livro intitulado *Em torno da Constituição de 1934*, como resultado de uma série de artigos publicados no jornal *Diário Carioca* (RJ), sobre os aspectos gerais do Anteprojeto da Constituinte de 1934, ao qual fez parte da construção.²⁵ Todavia, em alguns momentos é possível observar o seu olhar em torno de si próprio. Desta maneira, se descrevia João Mangabeira em um autorretrato ao narrar que:

Há quase meio século, um jovem, aos 17 anos, abandonava, num dia como este, esta casa sagrada. Pobre e só, ele subia cantando pelas encostas da vida. E o sol, que o apanhava de frente, doirava-lhe a fronte com todas as ilusões. Tinha uma confiança enorme em si mesmo e uma fé inabalável em certos princípios morais, que a maldade dos homens pode conturbar, mas não pode destruir. [...] Transmitiu-se da adolescência à idade viril e daí à maturidade. Hoje ele desce a encosta que dá para o vale da morte. Os cabelos branqueiam. As faces enrugam-se. Mas o espírito não envelhece. É o mesmo dos 17 anos de então. A mesma flama. O mesmo peito aberto ao sofrimento dos pobres donde saiu, blindado por certas virtudes que somente a pobreza dá. E por isso mesmo, apesar de todos os desenganos e derrotas, a felicidade o coroa a velhice. O prêmio de uma vida que se apurou no sofrimento e não se empederniu no egoísmo.²⁶

O relato, pautado na história de um jovem, saído das classes populares soteropolitanas, que buscava edificar uma trajetória diferente das suas origens econômicas, sem perder os princípios morais que acreditava o acompanhar, com “peito aberto ao sofrimento dos pobres donde saiu, blindado por certas virtudes que somente a pobreza dá”, exerce na construção narrativa, um simbolismo inerente aos momentos experienciados ao longo da sua trajetória. Como descreve Schmidt, a partir da análise de diversos estudos sobre “escritas autorreferenciais”, o fato de escrever a própria vida, não significa, necessariamente, “representar uma realidade pré-existente”, ela tem um sentido muito maior, significando “criar a vida narrada e o próprio autor, já que implica selecionar, ordenar e hierarquizar experiências dispersas, conferir sentidos ao passado a partir de um futuro tornado presente”.²⁷

Direito do Estado) - Universidade de São Paulo; MELO, Fernando Afonso Marques de. **A contribuição de João Mangabeira para a reformulação do Estado federal (1930-1934)** / Fernando Afonso Marques de Melo. - 2022.

²⁴ MANGABEIRA, João. **Rui Barbosa: Discursos e Conferências**. Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1958; MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943.

²⁵ MANGABEIRA, João. **Em torno da Constituição** / João Mangabeira. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Florence, 2019.

²⁶ Trecho da oração proferida em Salvador, BA, em 08 de dezembro de 1944 aos bacharelados da Faculdade de Direito da Bahia. In: João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c 1982.

²⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. “Grades invisíveis para rebentar”: memórias de um militante de esquerda brasileiro sobre as prisões políticas argentinas (1975-1979). In: **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica** / Alexandre Avelar e Benito Bisso Schmidt, (organização). – São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 233

O pequeno trecho extraído na citação refere-se a parte final da conclusão da oração aos bacharelados da Faculdade de Direito da Bahia, ao qual João Mangabeira fora convidado para o papel de paraninfo da turma no ano de 1944, no momento que afirmava estar “em meio à noite do silêncio forçado pela supressão da liberdade, e da solidão do ostracismo”. A escolha do seu nome, segundo os formandos, continha uma dupla significação: “uma homenagem e uma profissão de fé”.²⁸ Para os bacharelados, João Mangabeira representava no contexto político vivenciado no momento, sob a égide de uma ditadura, a “personificação genuína das aspirações democráticas”, assim como, vislumbravam na sua figura os “ideais de Justiça Humana e de Liberdade” ao qual se inspiravam.²⁹

Sendo aluno egresso da Faculdade Livre de Direito da Bahia no ano de 1897, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, Mangabeira ao longo de mais de 60 anos em que atuou diretamente na arena política brasileira, tanto na esfera regional quanto na federal, em meio a participação nos diversos cargos eletivos, manteve-se atuante no exercício da advocacia. No entanto, a homenagem também era reflexo da batalha judicial travada por Mangabeira em defesa dos intelectuais e do seu filho, Francisco Mangabeira, presos no início de 1936, acusados de terem colaborado, ou mesmo, manifestado simpatia pela chamada *Intentona Comunista*, de 1935.³⁰ O recrudescimento do regime resultou na sua própria prisão em março de 1936, mesmo exercendo o mandato de deputado federal pela Bahia, sendo absolvido somente em junho de 1937.

Em seu discurso, que versou sobre a importância dos princípios democráticos, enaltecia a necessidade de um rompimento no campo do direito de “velhos tabus, dogmas estéreis, preconceitos arcaicos e privilégios estúpidos”. Em contrapartida, chamava a atenção para a aplicação do direito como uma “força de coexistência e de harmonia. O direito como uma fórmula de igualdade e de justiça. O direito como síntese de interesses em conflito”.³¹ Sobre a relação entre o direito e o Estado, destacava que:

[...] cumpre afirmar que o Estado não é o supremo criador, senão o assegurador do Direito. O Direito não é uma criação arbitrária do Estado. O que o Estado faz é declará-lo numa norma. O positivismo jurídico já deu tudo quanto nos poderia dar e foi também superado. [...] Cumpre sempre afirmar que o Estado não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio, uma organização social e, por isto mesmo, submetido

²⁸ Diário Carioca, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1944. Ed. 04931. p. 03

²⁹ Diário Carioca, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1944. Ed. 04931. p. 03

³⁰ Sobre as insurreições de novembro de 1935, ver: VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo** / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Delgado. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³¹ João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c 1982. p. 130

ao Direito [...] O Estado, como fim, leva ao fascismo, na ordem interna, e, na externa, à falsa noção de soberania, incompatível com o Direito Internacional. Porque, se há regras jurídicas às quais o Estado tem de submeter-se sob coação, em caso tal, a soberania deixou de existir, porque não se concebe uma soberania dominada.³²

Narrando um encontro de João Mangabeira com um agente do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) antes da solenidade, o Senador gaúcho Paulo Brossard do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no centenário de Mangabeira em 1980, apontava que, ao ser pedido uma cópia do discurso para ser analisado pela censura, o mesmo respondera “batendo na testa que: ‘o discurso está aqui’, deixando o zeloso funcionário [...] a ver navios...”.³³ Considerado de “cunho esquerdista”, acabou sendo publicado na íntegra no dia seguinte da homenagem sem a consulta ao DIP pelo jornal A Tarde (BA), sob a ordem de Ernesto Simões Filho, fundador e diretor periódico.³⁴ Após o fato, somente em agosto de 1945, o Correio da Manhã (RJ) obteve a autorização para publicar o texto, que foi dividido em três partes, subdivididas pelas temáticas: O Estado e o Direito, Liberdade e Igualdade e A Verdadeira Democracia.

Quase vinte anos após a participação como paraninfo dos bacharelados da Faculdade de Direito, Mangabeira em dezembro de 1963, agora como presidente e principal representante do Partido Socialista Brasileiro (PSB), retorna, mais uma vez, como paraninfo da turma de direito, agora da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Impossibilitado por questões de saúde, fez-se representado pelo seu filho, Francisco Mangabeira, que leu seu discurso intitulado *Última Verba*.

Se na primeira oração aos bacharelados da Faculdade de Direito da Bahia, questionava a possibilidade de uma manutenção de um sistema capitalista, neste momento, já afirmava que: “as liberdades democráticas não bastam para libertar o homem do cativo que o oprime, graças a um sistema de produção em que o trabalho é social e o lucro individual. E quase sempre em benefício de muitos poucos e em detrimento de quase todos”. Assim, defendia que:

Liberdade sem socialismo, de fato, liberdade não é. Socialismo sem liberdade, realmente socialismo não pode ser. Somente, pelo consórcio do Socialismo com a Liberdade é que o homem pode atingir ao máximo da expansão da sua personalidade no meio social em que todos sejam iguais, pela abolição dos privilégios ou preconceitos da riqueza, da raça ou da religião, mas desiguais pelos dotes naturais que distinguem e qualificam cada um. Somente assim os homens serão livres. Isso é o que o sistema capitalista não pode conceber, nem muito menos dar.³⁵

³² João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c 1982. p. 131-132

³³ R. inf. Legisl. Brasília a. 17 n. 67 jul./set. 1908. p. 12

³⁴ MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira: República e Socialismo no Brasil** / Francisco Mangabeira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 155.

³⁵ João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c 1982. p. 161

Barbosa Lima Sobrinho, ao refletir o processo de construção de um “pensamento socialista” proposto por Mangabeira, salientava que ao acompanhar as manifestações do seu pensamento político, não seria possível ter a impressão de uma conversão para o socialismo. Isso se deve ao fato de que “o Socialismo surge quase como o desabrochar de sua inteligência”. Por consequência, destacava que o pensamento de Mangabeira não se enquadrou nem no Socialismo Utópico, que seria classificado como “romântico”, nem no Socialismo Científico, que seria no seu entendimento o “Marxista”. Assim, aponta que “talvez lhe coubesse, ao Socialismo de João Mangabeira, o título de Socialismo pragmático, embora reconheça que o vocábulo continuaria impreciso, ou até mesmo vago”.³⁶ Nas palavras do jornalista J. E. de Macêdo Soares:

Ora, João Mangabeira nasceu na categoria dos anti-opressores. O exemplo paterno o modelou em casa no amor à liberdade. O privilégio da inteligência transformou sua vocação de homem livre nunca vocação tranquila e irredutível. A cultura jurídica e filosófica criou-lhe os instrumentos decisivos de uma poderosa mentalidade política. A tolerância natural do anti-opressor o pôs na primeira linha dos maiores servidores do País. Orador e publicista de grande envergadura, entusiástico reformador no mundo das ideias, apto a servir nos graves momentos de transição, quando as gerações necessitam do gênio divinatório dos seus expoentes para enfrentarem os misteriosos desfiladeiros da história – nada mais faltava a João Mangabeira para atingir as cumiadas da nossa vida pública.³⁷

É precisamente neste ponto que reside as questões que norteiam o cerne desta pesquisa. Será que João Mangabeira nascera efetivamente na categoria dos “anti-opressores”, como ressaltava Macêdo Soares? Quais foram os caminhos que levaram Mangabeira a aflorar o “pensamento socialista”, que ficou marcado nos relatos que o homenageavam após sua morte? Ao longo desta tese, buscaremos tentar compreender quais as estruturas que permitiram a construção de uma rede de relações políticas e sociais e que possibilitaram que ele pudesse galgar espaços no cerne da política baiana e nacional ao longo da Primeira República.

Embora tenha efetivamente constituído parte importante do quadro político nacional ao longo da sua trajetória, moldada por transformações, negociações e conflitos, tornou-se perceptível a ausência de um estudo que proporcionasse o entendimento de como João Mangabeira conseguiu estruturar uma base social que permitisse adentrar os espaços políticos e tornar-se membro de uma elite política estadual. Neste sentido, buscamos fazer um diálogo

³⁶ João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c 1982. p. 39-45

³⁷ Diário Carioca, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1945. Ed. 5220. P. 02. In: MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume III. p. 10

entre a trajetória de Mangabeira e sua relação direta com a história política da Bahia e como as movimentações na esfera da política federal impactaram nas suas decisões. Como observa Viscardi, em seu estudo sobre História, Região e Poder, “o regionalismo, em si, define-se como um comportamento político de defesa de interesses, por atores que compartilham uma identidade histórica construída. Ele pode ser um dos elementos que unificam e mobilizam grupos sociais nas disputas do jogo político”.³⁸

De tal maneira, o conceito de cultura política e hegemonia, como ressalta Almeida, propicia entender “o estudo de uma realidade e a escolha – pelos sujeitos sócio-políticos-culturais nelas presentes – de estratégias e táticas de intervenção numa “cultura política” específica, exigem a compreensão coerente de suas especificidades. Porém, sem perder a dimensão e inter-relação com a totalidade da formação sociais onde está inserida”. Assim, o estudo e a compreensão da “cultura política”, nos proporciona compreender uma dimensão particular da cultura e da política. Dentro dessa perspectiva, o agir politicamente “significa, assim, agir sobre uma cultura política. Para mantê-la ou promoção de mudanças”.³⁹ Para Kuschnir & Carneiro, partindo da perspectiva que *Cultura política* é um conceito multidisciplinar, entende que “a noção de *cultura política* se refere ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significados a um processo político, pondo em evidências as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”.⁴⁰

Logo, aqui entendemos a trajetória de João Mangabeira dentro de uma relação contextualizada com o tempo vivido, tendo o recorte histórico de suas ações papel fundamental nas análises a serem realizadas, principalmente no que concerne as escolhas durante as suas atividades. Assim, como percebe Alexandre Avelar, “uma escrita histórica revelar-se-ia, portanto, um *locus* privilegiado, não mais para um acesso ao universal como imaginava Dilthey, mas para revalorização dos atores sociais, alargando nossa compreensão do passado sem tomá-lo como uma unidade dada e coerente, mas como um campo de conflito e de construção de projetos de vida”.⁴¹ Ainda nessa linha, Gustavo Falcón salienta que resgatar uma vida supressa e trazê-la de volta à sociedade é, de alguma forma, conceder ao trabalho de pesquisa uma missão

³⁸ VISCARDI, Cláudia M. V. História, Região e Poder: A busca de interfaces metodológicas. *LOCUS: revista de história*, Juiz de Fora, vol. 3, nº 1 - p. 90

³⁹ ALMEIDA, Jorge. Cultura Política e Hegemonia. In: **Encontro da Compolítica** – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2011, Rio de Janeiro, 2011. Anais. Rio de Janeiro: Compolítica, 2011.

⁴⁰ KUSCHNIR, K. & CARNEIRO, L. P. 1999. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24. p. 227

⁴¹ AVELAR, Alexandre de Sá A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 157-172. ISSN: 1517-2120. p. 170

dignificante, muito embora a relevância disso só apareça se o historiador for capaz de articular o seu personagem com os fatos de seu tempo e sua vida com a do seu grupo de pertencimento.⁴²

E, embora não tenhamos a pretensão nesta tese de construir uma biografia da vida de João Mangabeira, os estudos que englobam os debates sobre as produções de biografias históricas, nos ajudaram a responder há algumas das problemáticas desta pesquisa. No que compete as discussões referentes às relações constituídas entre os estudos de trajetórias e a escrita da história, Philippe Levillain, no que tange a biografia histórica, pontua que “ela é o melhor meio, em compensação, de mostrar ligações entre o passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova de vida”.⁴³ Neste viés, Alexandre Avelar salienta que as pesquisas biográficas possibilitam o redimensionamento de diversas problemáticas concernente à escrita da história e às relações sociais.⁴⁴ Para o autor:

Três bons exemplos de utilização de perspectivas narrativistas no estudo de trajetórias individuais podem ser aqui mencionados, ainda que de maneira sumária. Neles, os indivíduos não são vistos como entidades fechadas e com destinos marcados, mas como produtores de diversas identidades e mesmo subjetividades, não podendo ser enquadrados em sistemas sociais homogêneos cujas categorias foram definidas *a priori* pelo pesquisador.⁴⁵

A partir dessas inter-relações, como salienta Giovanni Levi, mais do que nunca a bibliografia está no centro das preocupações dos historiadores, mas manifesta claramente sua ambiguidade. Ainda segundo o autor, “um primeiro aspecto significativo refere-se às relações entre história e narrativa. A biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia”.⁴⁶ Ainda para Levi, o gênero biográfico se enquadra no campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições.⁴⁷ Nesta perspectiva, existe uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto, desta forma:

⁴² FALCÓN, Gustavo. **Do reformismo à luta armada: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)** / Gustavo Falcón. – Salvador: EDUFBA /Versal editores, 2008

⁴³ LEVILLAIN, Philippe. **Por uma história política I** [Direção de] René Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p. p. 176

⁴⁴ AVELAR, Alexandre de Sá A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 157-172. ISSN: 1517-2120 p. 170

⁴⁵ AVELAR, Alexandre de Sá A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 157-172. ISSN: 1517-2120 p. 165

⁴⁶ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p.168

⁴⁷ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.180

A mudança é precisamente a soma infinita dessas inter-relações. A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação da prática.⁴⁸

Como observa Silva, Oliveira & Guimarães, a partir do trato da biografia como um instrumento de escrita da história, propondo pensá-la como um “objeto analítico para o exercício do fazer historiográfico, que a escrita biográfica “não é um amontoado de dados sobre o biografado, ela exige uma postura de busca, crítica de fontes, redação adequada, além de um problema e uma questão para orientá-la, sendo necessário saber respeitar as falhas, lacunas e silêncios da personagem”. Assim, “a submissão das fontes à crítica não deve ter como finalidade selecionar o que é verdadeiro e descartar o que é considerado falso, o objetivo é compreender os aspectos que envolvem a sua construção”.⁴⁹

Para tanto, Pierre Bourdieu atenta para o cuidado na construção da noção de *trajetória* como série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações, ou seja, “os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado”.⁵⁰ Neste sentido, Grijó aponta que:

Contra a noção tradicional ou do senso comum de biografia, Bourdieu propõe a noção de trajetória: “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”. Tal noção, pois, se afasta da rede de significados vulgarizados que se estruturam em torno da lógica do binômio *arché-telos*, para se situar no campo de entendimento de que “uma vida” só tem sentido histórico-sociológico se entendida como a estreita relação entre as ações e representações de um agente (ou grupo) inseridas em posições relativas a outros agentes (ou grupos) que igualmente agem e portam representações do mundo e de seus lugares neste mundo em contextos concorrenciais por posições e por definições no e do mundo.⁵¹

Ao trazer uma discussão a respeito de “biografias e produtos culturais similares” e da elaboração de uma crítica documental, o autor alerta para a importância do pesquisador “esteja ao menos advertido contra os perigos de tomar as representações manifestas pela, ou na, empresa

⁴⁸ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.180

⁴⁹ DE OLIVEIRA SANTOS SILVA, M., DE OLIVEIRA, M. da G., & FRANÇA GUIMARÃES, T. . (2021). Biografia, um campo de possibilidades. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, (20), p. 143–159.

⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p.189-190

⁵¹ GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes** / organização Odaci Luiz Coradini. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 96

biográfica enquanto expressões do real”.⁵² Desta forma, aponta, para o que parecer ser o problema “é que a biografia e a narrativa não podem ser o fim (*telos*) do trabalho historiográfico, podendo ser, por outro lado e legitimamente, seus instrumentos, até privilegiados, para que sejam atingidos os objetivos de produzir conhecimento historiográfico como parte do campo do saber”.⁵³

Partindo desse entendimento, buscamos fazer um diálogo a partir de um corpo diversificado de fontes históricas que englobaram os discursos de João Mangabeira publicados no Anais da Câmara dos Deputados (ACD), correspondências, imagens e charges, bibliografias produzidas por João Mangabeira, relatos memorialísticos e, sobretudo, as fontes da imprensa do período. Todavia, como analisa Paula Vanessa Paz Ribeiro, é necessário perceber a existência de diversos mecanismos de persuasão e convencimento que surgem no ato de argumentar. A retórica encontra-se entre esses mecanismos, compondo a arte de elucidar e persuadir a adesão de leitores e as estratégias simbólicas e ideológicas são aplicadas de forma racional pelo orador, sob uma intencionalidade de sensibilizar e convencer que seus argumentos se compõem dignos de ter confiança e veracidade.⁵⁴

Para um melhor entendimento do processo de formação e das transformações sofridas ao longo da sua trajetória, optamos por dividir a tese em três capítulos. No primeiro momento, analisaremos a formação de uma rede de relações políticas e sociais que possibilitaram a sua ascensão desde a Faculdade Livre de Direito da Bahia até se eleger como deputado federal pelo estado da Bahia. Já no segundo momento, será observado os contextos e questões que permearam as relações na política baiana e que possivelmente foram pilares para influenciar na transição para as vias do socialismo.

Ao longo do primeiro capítulo, tomaremos como análise a chegada de João Mangabeira à região cacaueira, buscando compreender o processo de construção de uma rede de relações políticas e sociais que possibilitaram sua ascensão dentro e fora da região. Desta maneira, analisaremos como as mudanças no cenário político estadual e federal influenciaram diretamente na região cacaueira e possibilitaram a João Mangabeira ganhar uma maior projeção, chegando a ocupar as funções de deputado estadual, federal e Intendente da cidade de Ilhéus. Por fim, observaremos a sua primeira atuação na Câmara dos Deputados e sua

⁵² GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes** / organização Odaci Luiz Coradini. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 87

⁵³ GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes** / organização Odaci Luiz Coradini. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 94

⁵⁴ RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. **Discurso político-partidário: o antagonismo entre A Federação e o Correio do Sul (1922)** / Paula Vanessa Paz Ribeiro. – Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014. p. 23

participação na Campanha Civilista ao lado do grupo dos baianos que estavam junto ao conselheiro Rui Barbosa.

No segundo capítulo, tomaremos como análise as mudanças no cenário político baiano após as eleições presidenciais de 1910 e como a chegada de J. J. Seabra ao governo do estado no ano de 1912 alterou as estruturas políticas na região cacauzeira com a ascensão do coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva e seu grupo ao poder local. Assim, buscaremos identificar como João Mangabeira se rearticulou politicamente para sobrepor as dificuldades de permanecer sob os holofotes políticos.

No terceiro capítulo, analisaremos os impactos da mudança nas conjunturas que permearam a política baiana no pós-guerra, e como as mudanças no quadro político nacional, na década de 1920, alterou significativamente a política baiana. Procuramos compreender também os caminhos que levaram Mangabeira, a partir dos “fios quase invisíveis”, tornar-se uma das principais lideranças estaduais junto ao seu irmão, Otávio Mangabeira. Por fim, será analisado os fatores que influenciaram a sua candidatura ao Senado Federal como o nome de consenso entre as diversas facções políticas que ocupavam o poder político estadual.

CAPÍTULO I

O início de uma trajetória

“Na história das grandes lutas pela conquista da terra, João Mangabeira significa a presença do saber jurídico, do senso de justiça, da cultura de um letrado, amigo e chefe daqueles pioneiros que o elegeram Intendente de Ilheus. Também o destemor marcava a atuação do jovem advogado e políticos, um destemor, uma coragem física, intelectual e cívica que prosseguiu vida afora, qualidade primordial de João Mangabeira e que se transmitiu à cultura nascida do sangue derramado na região cacauêira”.

*Jorge Amado*⁵⁵

1 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO “MENINO DE OURO”.

Nascido na Bahia em 23 de junho de 1880 na cidade de Salvador, nos fundos da farmácia paterna na praça Castro Alves e próximo ao Teatro São João (posteriormente demolido), João Mangabeira era filho do alagoano Francisco Cavalcante Mangabeira, farmacêutico e também redator de debates da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA) e de Augusta Cavalcante Mangabeira, sendo o penúltimo de uma linhagem de oito irmãos, entre eles: Cecília Mangabeira Albernaz; Lavínia Mangabeira; Maria Augusta Mangabeira (que mais tarde se tornara freira da congregação Bom Pastor); Carlos Mangabeira (farmacêutico e político, no Rio Grande do Sul); Francisco Mangabeira (médico e poeta) e o caçula Otávio Mangabeira (engenheiro civil e político).⁵⁶ Segundo relatos memorialísticos:

João Mangabeira, desde a infância, ouvira falar nas lutas pela liberdade. O próprio nome da família fora mudado pelo seu avô ao fragor dessas lutas. No começo do século passado, o nome da família era “*Faria*”. Mas ante o clamor e as pelejas pela Independência, que empolgaram os sertões nordestinos, o avô de João Mangabeira mudou o nome de Faria pelo de uma árvore genuína e autoctonicamente nacional, nordestina e sertaneja: Mangabeira.⁵⁷

Desta maneira, ainda segundo o relato, “muitas outras famílias, também assim o fizeram, com aquele patriotismo bravio de sertanejos nordestinos”. Essa ligação com Alagoas é narrada posteriormente pelo deputado Medeiros Neto, ao enaltecer que o pai de João Mangabeira tivera seus estudos financiados pelo seu avô, que o mantivera na Bahia “frequentando a velha faculdade de Farmácia e, quando se formara, ali se casara com a baiana

⁵⁵ Trecho do prefácio escrito por Jorge Amado na biografia: **João Mangabeira: República e Socialismo no Brasil** / Francisco Mangabeira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 13
oração proferida em Salvador, BA, em 08 de dezembro de 1944 aos bacharelados da Faculdade de Direito da Bahia.

⁵⁶ OLIVEIRA, Yves de. **Otávio Mangabeira: Alma e Voz da República**. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1971. p. 20

⁵⁷ MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira: República e Socialismo no Brasil** / Francisco Mangabeira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 28

de modesta família, mas com a inteligência bem característica de uma professora primária”.⁵⁸ A formação de farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Bahia rendeu no ano de 1877 a direção da chamada *Pharmacia Allemã*, que ficava no Largo do Teatro São Pedro, no térreo do Hotel Figueredo, na cidade de Salvador, tendo como proprietário Adolph Spann, médico alemão, nascido na cidade de Hamburgo e que passou a residir na cidade de Salvador.⁵⁹ Posteriormente, tornou-se sócio junto a Adolph na farmácia. Entretanto, no ano de 1879, o jornal *Gazeta da Bahia* (BA) noticiava que a sociedade se desfazia de forma amigável e que até o final do referido ano os ativos e passivos ficariam sob a tutela de Spann e a partir do primeiro dia de 1880 se tornaria exclusividade de Francisco Mangabeira.⁶⁰

Em 1888, o *Diário de Pernambuco* (PE), que republicava uma nota do *Jornal de Notícias* (BA) sobre falecimentos, noticiou que Augusta Cavalcante Mangabeira viera a falecer aos 35 anos.⁶¹ Sobre o impacto da morte da matriarca para a família, o caçula Otávio Mangabeira, que na época possuía dois anos, descreveu na homenagem ao cinquentenário da morte do irmão Francisco Mangabeira, que:

Quando minha mãe faleceu, a 24 de outubro de 1888 e aos trinta e cinco anos, dela ficaram oito filhos, quatro homens e quatro mulheres, dos quais o mais velho, uma de minhas irmãs, contava dezessete, e eu, o mais moço, tinha apenas dois anos de idade. Tocou assim a meu pai, homem de recursos muito modestos, a missão de guiar-nos e educar-nos. E o modo por que ele o fez, nas condições em que lhe coube fazê-lo, não sei a que mais o impôs-se ao nosso agradecimento, se à nossa admiração.⁶²

É importante refletirmos o processo da construção de uma narrativa pautada na origem humilde e na influência que seu pai obteve por conta do falecimento de Dona Augusta de forma precoce, assim como, a forma que estes elementos impactaram na sua vida. Na homenagem organizada pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, pelo transcurso dos seus oitenta anos, João Mangabeira ressaltava o lar paterno pobre e que “não tendo na vida outro amparo senão o braço forte e carinhoso do meu pai, sem o qual nada seríamos, a quem tudo devemos e sem o qual não poderíamos ter sido nada do que fomos. Mas minha vida, nascida da luta, na luta da infância, na luta da pobreza, desdobra-se por toda a existência”.⁶³

⁵⁸ Discurso do Deputado Medeiros Neto do PSD-AL na 42ª sessão de 28-04-1964. Anais da Câmara dos Deputados (ACD), p. 360

⁵⁹ O Monitor, Salvador, 25 de outubro de 1877 – Ed. 121. p. 01

⁶⁰ *Gazeta de Bahia*, Salvador, 12 de janeiro de 1879 – Ed. 09. p. 02

⁶¹ *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de outubro de 1888 – Ed. 248. p. 02

⁶² João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c 1982. p. 09

⁶³ João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c 1982. p. 10

Segundo relatos de Otávio Mangabeira, seu pai, ainda durante o período do Império, “pouco interesse tinha por política ainda que fosse fiel à monarquia na figura de Pedro II”.⁶⁴ Ainda que o caçula da família ressaltasse uma ausência de interesse pela política por parte do pai, foi através dos contatos estabelecidos no meio político que Francisco Mangabeira obteve a nomeação como Promotor Adjunto na cidade de Alagoinhas (BA) no ano de 1873, no governo de José Eduardo Freire de Carvalho, quarto vice-presidente da Província da Bahia, atuando no cargo até março de 1874.⁶⁵ Embora sua origem familiar não fizesse parte da elite soteropolitana, a construção de uma rede de contatos políticos e sociais propiciaram galgar espaços para além das suas condições econômicas. Como analisa Silvia Noronha Sarmiento, pode-se compreender que era através dessas relações, a partir das elites tradicionais, que jovens desprovidos de um poder econômico conseguiriam acessar espaços até então reservados a núcleos familiares das elites.⁶⁶

Posteriormente, Francisco Mangabeira era referenciado pela Revista Bahia Ilustrada (RJ) ao enaltecer que por ser dotado de uma “intelligencia vivíssima e de palavra facil, fez-se, em toda a Bahia, uma reputação de humorista, cuja verve era, com effeito, delicioso”. Afirmava também que Francisco possuía uma “ligeira ponta de ironia com que arranhava, sem maltratar, pessoas e assumptos, e a graça, ora irreverente, ora simplesmente pilherica e risonha com que sabia entretecer os argumentos de uma palestra, aproximavam desse *causeur* encantador um largo de admiradores”.⁶⁷ Essa influência dentro da sociedade também foi citada pelo jornal O Paiz (RJ), no ano do seu falecimento, ao destacar que o seu enterro foi “um dos mais concorridos de que ha noticias, o que representa uma significativa homenagem da sociedade bahiana ao illustre chefe de uma grande familia de homens de valor”.⁶⁸

Possivelmente, essas relações estabelecidas ainda no período do Império tenham contribuído de forma direta no acesso aos altos graus educacionais que os seus filhos homens puderam alcançar. O primogênito, Francisco Mangabeira, a exemplo, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia e posteriormente ficou conhecido como um importante poeta no período. A poesia de Francisco passou a ganhar notoriedade a partir do ano 1897, ainda durante a

⁶⁴ MANGABEIRA, Otávio. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, Série Perfis Parlamentares 10, 1978 apud LIMA, Aruã Silva de. Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 - 1946), Ano de Obtenção: 2009.

⁶⁵ c a 1889. p. 08

⁶⁶ SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Silvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. p. 17

⁶⁷ Bahia Ilustrada, Rio de Janeiro, janeiro de 1918 – Ano II, Ed. 02. p. 10

⁶⁸ O Paiz, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1917. Ed. 12125. p. 04

faculdade. Ao apresentar seus escritos ao poeta gaúcho Mucio Teixeira,⁶⁹ que passara a residir na capital baiana em 1896, ganhou uma série de artigos publicados na sua coluna no jornal Cidade do Rio (RJ), enaltecendo Francisco que, à época, possuía dezessete anos, como uma promessa, destacando a originalidade nos seus escritos e comparando a sua genialidade ao que foi visto no poeta Castro Alves.⁷⁰ Foi através da relação estabelecida com o Mucio, que se tornara seu mentor, e do acesso que este possuía, que seus poemas passaram a obter grande visibilidade e seu primeiro livro de poemas intitulado *Hostiário* foi publicado na Bahia pela editora Imprensa Moderna de Prudente de Carvalho no ano de 1898.⁷¹

Já Carlos, seguindo a formação do pai como Médico Farmacêutico e, após a participação no conflito de Canudos, migrou para o Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1900, exercendo a função de tenente farmacêutico no Exército Brasileiro, atuando principalmente nas cidades da região de Fronteira. Por volta do ano de 1908, fixou residência na cidade de Bajé (RS), aderindo as fileiras do Partido Republicano Rio-Grandense, onde participou ativamente da política local e estadual. Como ressalta Bica & Corsetti, “conjuntamente com José Octavio Gonçalves, Augusto Lúcio de Figueiredo Teixeira, José Thomaz Nabuco de Gouvêa, José Manuel Rodrigues, Martim Tupy Silveira, Carlos Mangabeira figurava entre os principais nomes do grupo de republicanos da cidade de Bagé”.⁷² Desta maneira, foi escolhido pelo partido como candidato ao Legislativo Estadual, sendo eleito no ano de 1913, e permanecendo no cargo até o ano de 1924. Durante este período, ocupou as funções de Vice-Presidente e de 1º Secretário da Mesa Diretora na Assembleia dos Representantes no estado do Rio Grande do Sul. Como destaca os autores:

Paralelamente ao mandato de Deputado Estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense, foi nomeado pelo ato nº 201, de 24 de maio de 1917, vice-intendente de Martim Tupi Silveira, permanecendo no cargo até ser eleito Intendente, nas eleições do ano de 1925 [...]. Ao que tudo indica, Mangabeira assumiu uma postura austera em relação aos princípios positivistas na condução de sua gestão administrativa. Sendo assim, ao assumir a Intendência Municipal, Mangabeira manifestou seu interesse em regenerar as instituições políticas e administrativas, buscar a saúde financeira do município e preconizar a responsabilidade fiscal da administração pública.⁷³

⁶⁹ Sobre a importância de Mucio Teixeira no campo literário Cf: BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da escrita de história do Rio Grande do Sul no século XIX**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2009.

⁷⁰ Cidade do Rio (RJ), 25 de novembro de 1897. Ed. 51. p. 01

⁷¹ Ao longo da sua trajetória e após sua morte em 1904, foram publicados os livros: *Hostiário* (1898); *Sonetos Brasileiros* (1890); *Tragédia Épica* (1900) e *Últimas Poesias* (Obra Póstuma /1906).

⁷² BICA, A. C. & CORSETTI, B. *A Instrução Pública Republicana como Patrimônio Educacional no município de Bagé/RS. PATRIMÔNIO E MEMÓRIA (UNESP)*, v. 11, p. 194-216, 2015. p. 196

⁷³ BICA, A. C. & CORSETTI, B. *A Instrução Pública Republicana como Patrimônio Educacional no município de Bagé/RS. PATRIMÔNIO E MEMÓRIA (UNESP)*, v. 11, p. 194-216, 2015. p. 196-197

Durante a Faculdade, ambos os irmãos Carlos e Francisco, se alistaram como voluntários para fazer parte da expedição em 1897, que contou com um grupo de estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia em direção ao Arraial de Canudos.⁷⁴ Sobre o conflito, Francisco que ficou por cinco meses prestando serviços médicos, narra posteriormente, no seu livro de poemas, iniciado ainda durante o conflito e intitulado *Tragédia Épica: Guerra de Canudos*, que esta foi uma “assombrosa epopéia de valor que se desenrolou no sertão de nossa terra”, definindo-o como “um grave erro político”, dedicando, assim, a construção dos poemas a Joaquim Pedreira, colega da Faculdade de Medicina que falecera durante o conflito aos 18 anos. Para Francisco, o livro também traduzia:

[...] todo o protesto e toda a piedade que se apoderaram do meu espirito diante da carnificina de Canudos. E, assim, lembrou-me ao principio consagrar esta pagina á memoria das victimas da grande tragédia, que foram: não *só* aquelles soldados que marchavam friamente para a morte, impassíveis e calmos entre o zunir das balas, até que finalmente rolavam pelo chão, onde se lhes exhalava dos labios o ultimo suspiro, que deveria ser uma expressão de saudade e tristeza aos seus filhinhos, já sem pae; mas também aquelles tabaréos, que lembravam leões, e que, das encostas calvas e abrasadas dos seus montes nós, resistiram com uma bravura louca até ao ultimo instante, sem que jamais vergassem a espinha numa mesura de submissão e covardia.⁷⁵

Ainda que não tenha participado diretamente como os irmãos no conflito de Canudos, João Mangabeira, que no período já cursava a Faculdade Livre de Direito da Bahia, na qual adentrara em 1893, aos treze anos, participou da elaboração do “Manifesto dirigido à nação pelos alunos da Faculdade Livre de Direito da Bahia”, datado de 03 de novembro de 1897, em parceria com o colega de curso, Bernardino Madureira de Pinho. O manifesto se colocava contra a investida repressiva do governo federal na cidade de Canudos. Fazia também uma crítica pela violência empregada pelo Estado que acabou por culminar no massacre e nos degolamentos ocorridos no desfecho do movimento.⁷⁶ Como ressalta o Manifesto:

Os signatários da presente publicação, alunos da Faculdade de Direito da Bahia, tendo até agora esperado embalde que alguma voz se levantasse para vingar o direito, a lei e o futuro da República, conculcados e comprometidos no cruel massacre que, como toda a população desta capital já sabe, foi exercido sobre prisioneiros indefesos e manietados em Canudos, e até em Queimadas; e julgando ao mesmo tempo que, nem por haver cumprido um dever rigoroso, é licito ao soldado de uma nação livre e civilizada collocarse acima da lei e da humanidade, postergando-as desassombradamente: - vêm declarar perante os seus compatriotas – que consideram um crime a jugulação dos míseros conselheiristas aprisionados, e francamente o reprovam e condenam, como uma aberração monstruosa, que se chegasse a passar sem protesto, lançaria sobre o nome da pátria o mesmo laivo de sanguinolenta atrocidade que, repellido pela bandeira cristã de Menelick – o africano – assenta hoje

⁷⁴ Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1897. Ed. 274. p. 01

⁷⁵ MANGABEIRA, Francisco. *Tragédia Épica: (Guerra de Canudos)*. Bahia: Imprensa Moderna de Prudencio de Carvalho, 1900 – viii, p. 176

⁷⁶ Cf: HERMANN, Jacqueline. “Canudos destruído em nome da República”: Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. *Tempo*, Revista de História da UFF. Rio de Janeiro: Relume Dumará, n. 3, v. 2

vergonhosamente sobre a emperrada barbaria do crescente otomano. Os alunos signatários sabem que seria impolitico e errado a proceder de uma república que, imitando a antiga Atenas, perseguisse os seus guerreiros de volta da batalha arriscada; mas compreendem também, por outro lado, a grave necessidade de que uma geral reprovação caia como raio de justiça inflexível sobre aquele morticínio praticado talvez na inciência das leis sagradas, que protegem na culta república brasileira a vida sempre respeitável de um preso manifestado e sem defesa.⁷⁷

A inserção de Mangabeira no debate político teve início ainda no período do ensino secundário ao fazer parte do Grêmio Literário e de Debates denominado Evolução. Como narra Hermes Lima no prefácio do livro de João Mangabeira sobre Rui Barbosa,⁷⁸ foi neste grêmio que Mangabeira começou a se destacar intelectualmente e onde também suscitou o seu primeiro debate sobre socialismo. Segundo Hermes, ao dissertar sobre as relações do sistema feudal “não se limitou a fazer o processo do feudalismo. Mostrou que o novo caminho se abria para o repúdio do atraso e incremento do progresso”. Para Mangabeira, esse novo caminho deveria ser por vias do socialismo. Sobre essa associação, Hermes salienta que:

A verdade é que João Mangabeira não havia lido nenhum livro de doutrinação socialista, nem ouvira jamais nada de positivo sobre o assunto. De vez em quando, no escasso noticiário telegráfico das folhas da terra, deparava um ou outro telegrama, relatando debates na Câmara francesa [...] Partindo do feudalismo, tema da dissertação, raciocinara até encontrar uma saída política para o raciocínio político. Dera no socialismo.⁷⁹

Embora neste momento não tenha aprofundado os estudos sobre as ideias socialistas, anos mais tarde o debate voltou a se fazer presente na trajetória de Mangabeira, o tornando um dos principais expoentes e defensores do que intitulou de “socialismo democrático”, que se encaixaria como um elemento central para a substituição do capitalismo que compreendia como decadente e insustentável. Ainda muito jovem, Mangabeira vivenciou mudanças importantes no cenário político e social no País. Quando tinha oito para nove anos presenciou a movimentação nas ruas de Salvador em consequência do processo de abolição da escravatura em 1888 e, posteriormente, a mudança do sistema imperial para o sistema republicano em 15 de novembro de 1889. Acompanhou também o intenso debate sobre o modelo republicano que deveria ser implantado e da formação da nova constituinte,⁸⁰ assim como a instabilidade política que prevaleceu nos anos iniciais do regime. Toda essa efervescência contribuiu no seu processo

⁷⁷ MEDEIROS, R. H. A. Manifesto dirigido a Nação pelos alunos a Faculdade de Direito da Bahia, datado de 3 de novembro de 1897. Revista **HISTEDBR** On-line, v. 28, p. 302-307, 2007.

⁷⁸ MANGABEIRA, João. **Rui Barbosa: Discursos e Conferências**. Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1958.

⁷⁹ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa**. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 20/21

⁸⁰ Sobre os debates entre os modelos adotados ver: Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados – escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

de formação e se fortaleceu mais tarde a partir da relação estabelecida com o conselheiro Rui Barbosa, que neste período ocupou uma posição importante dentro do jogo político na função de Ministro da Fazenda.

Neste clima de intensas mudanças, Mangabeira entrou para a Faculdade Livre de Direito da Bahia no ano de 1892, o que acabou lhe proporcionando a ampliação de uma rede de relações políticas e sociais, sendo que grande parte dos membros da sua turma eram descendentes de importantes famílias dos grupos oligárquicos da Bahia. Assim, durante o curso, também exerceu a função de revisor no Jornal de Notícias (BA), ministrando aulas particulares e, posteriormente, assumindo a posição de repórter do jornal A Bahia (BA), que era dirigido por seu amigo, Virgílio de Lemos, antigo propagandista da república e que na época era seu colega de turma da faculdade. É provável que o trabalho na imprensa e as aulas particulares tenham contribuído para arcar com os custos financeiros da Faculdade. Como evidencia Rocha:

O pagamento anual que cada aluno deveria assumir era de trinta contos de réis como subvenção. Importante anotar que é uma expressão adotada no Brasil e em Portugal para indicar um milhão de réis. “Conto” deriva do latim computus, a conta dez vezes cem mil. Sendo um conto de réis correspondia a mil vezes a importância de um mil-réis [...]. Assim, o ingresso no Curso Jurídico não era tarefa simples para os que não tinham posses.⁸¹

Ainda para o autor, o surgimento da Faculdade Livre de Direito da Bahia em 15 de abril de 1891 tem seus alicerces a partir da Proclamação da República, sendo reflexo da implementação de uma série de reformas empreendidas por Benjamin Constant no Ministério da Instrução Pública, entre os anos de 1890-1891, o que proporcionou a “possibilidade de particulares poderem implantar instituições de ensino superior livres da participação estatal”. Neste sentido, o Decreto 1030-A, de 14 de novembro de 1890, era importante pois:

[...] possibilitava-se que Faculdades criadas e autorizadas tivessem mesmos requisitos das oficiais. A Reforma expressava a descentralização e como ponto de referência e modelo para outras iniciativas particulares no campo da instrução brasileira. Enfim, a Reforma Benjamin Constant autorizará o Governo a conceder instituições particulares de ensino – no caso, Faculdades Livres, sob os auspícios do positivismo que marcou a inauguração da República brasileira.⁸²

Através do relatório apresentado pelo diretor da Faculdade, o desembargador João Rodrigues Chaves, ao ministério da Justiça e Negócios Interiores da República em março de

⁸¹ ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **Faculdade de Direito da Bahia: processo histórico e agentes de criação da Faculdade Livre no final do século XIX** / Julio Cesar de Sá da Rocha. – Salvador: Fundação Faculdade de Direito da Bahia, 2015. p. 45-46

⁸² ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **Faculdade de Direito da Bahia: processo histórico e agentes de criação da Faculdade Livre no final do século XIX** / Julio Cesar de Sá da Rocha. – Salvador: Fundação Faculdade de Direito da Bahia, 2015. p. 26

1898, é possível compreender a estrutura da instituição e como esta era composta. Segundo o relatório, nos sete anos em que estava em funcionamento, havia um constante aumento no número de matrículas. Destes matriculados, contemplava-se os estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Sergipe, Piauí, Alagoas, Amazonas e do Distrito Federal. Em 1897, ano de formatura de João Mangabeira, a Faculdade conferiu o título de bacharel a 45 alunos, distribuídos nos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais (17), em Ciências Jurídicas (18) e Ciências Sociais (10).⁸³

Sobre a cerimônia de colação de grau da turma de Ciências Jurídicas e Sociais, o jornal Cidade de Salvador (BA) descrevia que o ato foi revestido de grande solenidade, sendo precedido por uma missa celebrada pelo reverendo, padre João Carlos de Mattos. Além da presença do diretor da Faculdade, participaram autoridades como Satyro de Oliveira Dias, Ministro do Interior, o Consul da Itália, Stephano Podestá, o Senador Melgaço, o deputado Campos França e representantes da imprensa. Como paraninfo da turma, foi escolhido o Conselheiro Firmino Lopes de Castro, membro do Tribunal de Apelação e Revista e o papel de orador oficial ficou a cargo de Virgílio de Lemos.⁸⁴

Virgílio de Lemos exerceu grande influência na trajetória inicial de João Mangabeira, proporcionando-o adentrar espaços e construir uma rede de relações que o permitiria consolidar-se politicamente. Virgílio, que nasceu na cidade de Penedo, no estado de Alagoas, migrara para a capital baiana no início da década de 1880. Embora inicialmente tenha se matriculado na Faculdade de Medicina da Bahia, acabou por abandonar o curso e dedicando-se ao ensino particular e a militância no movimento abolicionista e, posteriormente, trabalhando como diretor do Jornal Diário de Notícias e mais tarde fundando o jornal Diário do Povo, que fazia propaganda a favor do regime republicano. Após a Proclamação da República, através da indicação de Virgílio Damásio, governador interino, passou a lecionar no Instituto Oficial do Ensino Secundário (1890-1895) e foi eleito Deputado Estadual na legislação de 1892 a 1894. Neste período, retorna à Faculdade, agora no curso de Ciências Jurídicas e Sociais, no qual fora colega de Mangabeira. Sobre a relação estabelecida pelos dois, Hermes Lima narra que:

Do próprio Virgílio ouvi que convidara certa noite, em preparativo para o exame de Medicina Legal, seu colega de academia e de jornal para estudarem juntos. Virgílio abriu o compêndio, leu todo um ponto que se desdobrava em cerca de quatorze itens classificatórios, e depois advertiu: vou ler de novo, depois resumiremos por escrito, a fim de gravarmos bem a matéria. Ao que João Mangabeira atalha: “Para mim não é necessário”. Repetiu de cor, por inteiro, o ponto que acabara de ouvir. Virgílio

⁸³ Correio de Notícias, Salvador, 01 de março de 1898. Ed. 1719. p. 01

⁸⁴ Cidade de Salvador, Salvador, 20 de dezembro de 1897. Ed. 297. p. 02

maravilhado acorda a esposa: que viesse festejar uma memória assombrosa. Não se estudou mais. Abriu-se uma garrafa de vinho do Porto e brindes se repetiram.⁸⁵

Essa “memória assombrosa” e habilidade na oratória associada a Mangabeira é referenciada posteriormente como um dos motivos que o levaram a obter uma importante representação na vida política. Ao diplomar-se aos 17 anos, segundo descreve Luís Viana Filho no Simpósio organizado em homenagem a vida e obra do centenário de nascimento de João Mangabeira pela Universidade de Brasília (UnB), que “como natural, pois contingências de uma época, João Mangabeira entrou na vida pública pela porta do governo. De fato, a única existente”.⁸⁶



Imagem 01 – Carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de João Mangabeira, 24 de junho de 1935. Fonte: CEPDOC-FGV – Arq. JMa dp 1919.05.06/4

Mangabeira, ao se formar, foi ao encontro de Luís Vianna, governador do Estado da Bahia, em busca de uma interferência para a nomeação em um cargo de Procurador Público no Estado. É provável que este contato tenha sido possível por conta das relações estabelecidas por seu pai como Redator de Debates da Assembleia Legislativa do Estado e também através dos contatos estabelecidos na própria Faculdade. Embora a nomeação não tenha ocorrido, como destaca Luis Vianna Filho, por conta da sua aparência jovem e ausência de experiência, assim como “por lhe faltar o aspecto indispensável à uma autoridade”⁸⁷, é possível avaliar que dentro

⁸⁵ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 20

⁸⁶ João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1982. p. 11

⁸⁷ João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1982. p. 11

de um sistema de influências, o governador tenha priorizado os membros das elites de maior destaque, o que não era o caso de Mangabeira.

A partir da negativa do governador pelo cargo, Mangabeira acabou por acompanhar Virgílio de Lemos, no ano de 1898, como noticiou o *Jornal de Notícias* (BA), para a cidade de Ilhéus, no sul baiano, onde existia um intenso desenvolvimento econômico por conta da expansão das plantações de cacau, tornando-se mais tarde, o principal polo exportador do produto no País.⁸⁸ A estratégia adotada por ambos, possivelmente, fosse no sentido de ocupar um espaço profissional ainda em formação na cidade de Ilhéus. Como observa Rocha, a Faculdade Livre de Direito da Bahia foi a terceira a ser instalada no Brasil, e a primeira do período republicano. Neste sentido, a cultura do bacharelismo jurídico entrou em uma nova fase na Bahia.⁸⁹

Todavia, Virgílio ficara pouco tempo na região. Já no ano de 1900, retornou à capital baiana para participar da seleção de catedrático na cadeira de Direito Internacional da Faculdade Livre de Direito da Bahia na qual se formou. Sendo o único candidato, foi aprovado e nomeado em março do ano seguinte.⁹⁰ Desta forma, João Mangabeira, que se manteve na cidade de Ilhéus, buscou se estabelecer profissionalmente e socialmente, através do estabelecimento de laços com os grupos familiares e políticos do situacionismo local.

2 A CHEGADA A REGIÃO CACAUEIRA E O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL

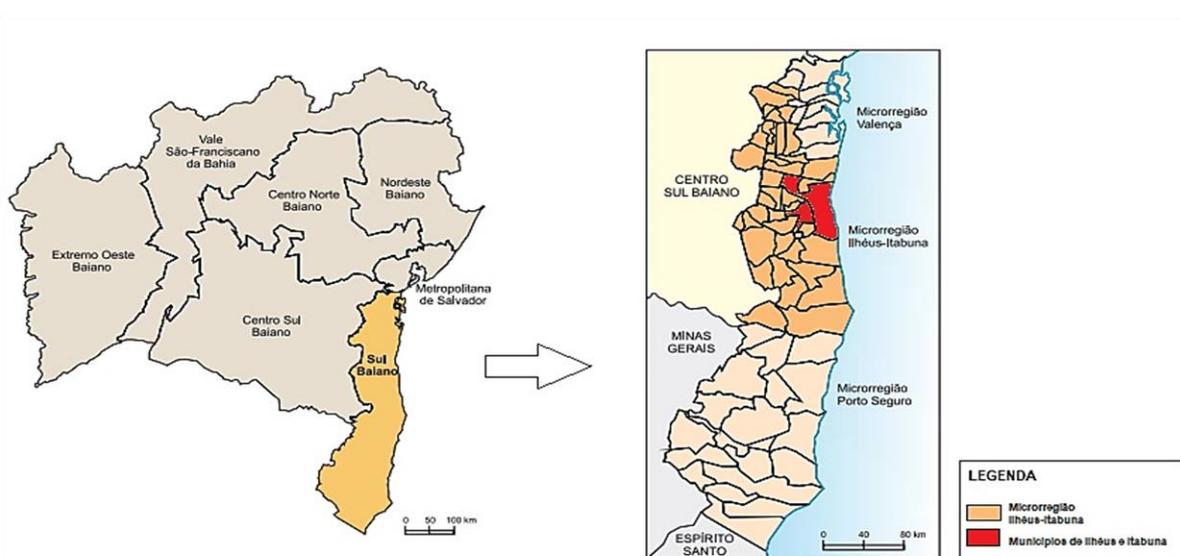


Imagem 02 - Mesorregiões da Bahia com destaque para Microrregião - Ilhéus e Itabuna. Adaptado de ROCHA, 2008. - Fonte: IBGE, 2006.

⁸⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 30 de julho de 1898. Ed. 5567. p. 01

⁸⁹ ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **Faculdade de Direito da Bahia: processo histórico e agentes de criação da Faculdade Livre no final do século XIX** / Julio Cesar de Sá da Rocha. – Salvador: Fundação Faculdade de Direito da Bahia, 2015. p. 48

⁹⁰ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 06 de março de 1901. Ed. 65. p. 01

A localidade que ficou conhecida como “Região Cacaueira” tem suas origens históricas ligadas ainda ao Sistema de Capitânicas Hereditárias. Entre o início das primeiras plantações do cacau no final do século XVIII, até a sua real expansão e valorização a partir de meados do século XIX, a região vivenciou, durante quase três séculos, um marasmo econômico e um baixo nível de povoamento, sobrevivendo, basicamente, do sistema de policultura de subsistências e da exportação do pequeno excedente para a capital. A ausência de uma participação econômica mais consistente também se refletia na pouca influência política que a região possuía a nível estadual. Sobre a questão do distanciamento do centro provincial, Guerreiro de Freitas destaca que:

[...] na origem da cacaicultura pode ser compreendida como uma marca decisiva nas relações que posteriormente viria a classe dominante daquela região a desenvolver com a classe hegemônica estadual, ligada aos interesses canavieiros e ao grande comércio de exportação. O entendimento por parte da citada classe dominante de que os lavradores constituíam uma "classe tributária da grande lavoura de exportação e das populações urbanas, que tinham a seu serviço as autoridades" implicava numa colocação marginal, mesmo para os cultivos de exportação que não estivessem relacionados com Salvador/Recôncavo.⁹¹

Como reflexo da expansão dos valores atribuídos no cenário internacional do cacau e da crescente participação das taxas de exportação, o cotidiano local foi alterado substancialmente, passando por mudanças estruturais significativas, entre elas um intenso fluxo migratório. Neste processo de migração, famílias oriundas das elites soteropolitanas e mineiras passaram a se estabelecer na região, assim como um grande contingente de pequenos produtores, tendo alguns destes conseguido enriquecer ao longo da expansão das plantações do cacau. Como destaca Ribeiro, a partir do enriquecimento do município, houve uma intensificação em torno da construção de projetos políticos e econômicos, dividindo a classe dominante local, fazendo com que “grupos antagônicos de cunho familiar se aglutinassem nos partidos políticos existentes: conservadores e liberais, no Império, e, depois, federalistas e constitucionalistas na República Velha”.⁹²

Desta maneira, a região vivenciou um forte personalismo direcionado aos principais líderes de duas facções, o que posteriormente gerou intensos conflitos políticos e sociais em torno da conquista do poder local. Conhecidos como *Adamistas* e *Pessoístas*, denominações que faziam referências ao cel. Domingos Adami de Sá, principal nome ligado às famílias

⁹¹ FREITAS, A. F. G. **Os donos dos Frutos de Ouro**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia, Salvador - 1979. p. 15

⁹² RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)** / André Rosa. – Ilhéus: Editus, 2001. p. 15

tradicionalistas e o cel. Antônio Pessoa da Costa e Silva, chefe político do grupo formado a partir da ascensão do cacau, proporcionaram fortes embates tanto no âmbito político quanto na geração de conflitos armados violentíssimos.

Como observa Gustavo Falcón, o fortalecimento dessas relações personalistas é reflexo das mudanças ocorridas a partir da alteração do sistema Imperial para o Republicano, privilegiando uma recomposição para partidos políticos, cuja principal função, estava em assegurar o acesso ao poder às oligarquias locais e atribuir base representativa à República no plano Federal. No Império, a elite baiana, que se concentrava em sua grande maioria nos senhores de engenho da região do Recôncavo Baiano, gozavam de uma extensa influência, lhes garantindo amplos privilégios através da participação nos Ministérios Imperiais, ainda que, o cultivo da cana de açúcar, principal produto de exportação, não obtivesse mais o poderio econômico que outrora havia vivenciado devido a acentuada queda no valor do produto.⁹³ Para Resende, a substituição do centralismo do Império pelo federalismo, possibilitou aos estados uma enorme soma de poder que se dividia junto aos municípios, rompendo assim com um sistema de relações direta entre os grupos que detinham o poder local e o centro do poder nacional, prática hegemônica no Império.⁹⁴

A possibilidade de mudança e perda de poder com o novo regime, fez com que a elite baiana no primeiro momento não declarasse apoio a Proclamação, mantendo-se alheia ao movimento e somente se manifestando dois dias após, quando o regime havia consolidado a derrubada da Monarquia. Entretanto, ao analisar o processo de formação dos partidos baianos na Primeira República e como estes foram estruturados e seu processo de consolidação, Consuelo Novais Sampaio percebe que as elites imperiais rapidamente se acomodaram às novas instituições republicanas, tendo as adesões partido tanto dos Conservadores como dos Liberais. Nesta mesma velocidade, também fizeram com que estas se organizassem dentro dos tradicionais padrões mantidos no regime anterior.⁹⁵ Como avalia Neves:

Sem dúvida golpe militar de 15 de novembro de 1889 modificaria a Constituição do Estado brasileiro e suas instituições. Mas, tal como na acepção astronômica da palavra, a República, *revolucionariamente* instaurada, terminaria por ser mais uma das transformações sem mudanças substantivas da história brasileira. Concluído o

⁹³ FALCÓN, G. A. O. **Os Coronéis do Cacau - Raízes do Mandonismo Político em Ilhéus**, Dissertação de Mestrado, Ano de Obtenção: 1983. p. 27

⁹⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Nv. (O Brasil republicano). p. 95

⁹⁵ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973.

movimento circular no plano político, a sociedade voltaria ao ponto de partida sem grandes convulsões.⁹⁶

Direcionando nossa atenção para a região cacauzeira, sobretudo à cidade de Ilhéus, principal polo econômico local, é possível perceber a adaptabilidade das elites locais na busca de constituir-se hegemônicas seguindo um mesmo padrão adotado pelas elites do Recôncavo Baiano. O diferencial estava na perspectiva econômica, que neste momento, se constituíam antagônicas. A rápida ascendência na produção e comercialização do cacau em comparação à curva descendente que a economia açucareira apresentava, tornou a região um espaço de disputa intra-elites e um campo econômico, na qual, o Estado necessariamente deveria interferir. Neste sentido, o processo eleitoral, ressignificado pela constituição de 1891, constituía-se um possível momento para sobrepujar a facção política rival.

2.1 As eleições de 1899 e a participação do Governo do Estado.

Nesse cenário de mudanças e consolidação do sistema republicano, as eleições de 12 de novembro de 1899, representou um marco importante dentro da relação entre as duas principais facções políticas locais e o governo do estado. A disputa pela Intendência Municipal entre o Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva e o Coronel Domingos Adami de Sá, para além da violência típica nos momentos eleitorais, assim como as fraudes praticadas por ambos os grupos, passou a apontar a constante ingerência que os governadores baianos passariam a impor e como seriam definidos os movimentos políticos locais, a partir dos interesses econômicos também do Estado. A interferência do governo estadual também se fazia necessária por uma pressão econômica. Como avalia Falcón:

Constituindo a cacauicultura única agricultura emergente da Primeira República, tornou-se alvo indeclinável da taxaço do poder público, obrigado a sanar de alguma forma seus compromissos financeiros. Reforça tal hipótese a diminuta influência da oligarquia do cacau no seio do Estado, fato contrabalançado pelo mais absoluto controle do executivo do principal município produtor: o de Ilhéus. O que permitia compensações econômicas e extra-econômicas.⁹⁷

Para suprir os impactos da pressão exercida pelos produtores de açúcar ao Estado pela manutenção das benesses à decadente plantação, o governo necessitava continuar mantendo o controle sobre as oligarquias da região cacauzeira para contrapor o déficit financeiro que o Estado vivenciara. Assim, uma das primeiras medidas de Severino Vieira, ao ser eleito

⁹⁶ NEVES, Margarida de Souza. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Nv. (O Brasil republicano). p. 26

⁹⁷ FALCÓN, G. A. O. **Os Coronéis do Cacau - Raízes do Mandonismo Político em Ilhéus**, Dissertação de Mestrado, Ano de Obtenção: 1983. P. 29-30

Governador do Estado, foi anular as eleições para Intendência, ocorridas em 1899 em Ilhéus. Segundo a mensagem anual destinada a Assembleia Legislativa do Estado, o governador apontava que em agosto de 1900, “deram-se na comarca de Ilhéus alguns excessos que poderiam produzir profunda alteração da ordem pública, se promptas e imediatas providencias não fossem tomadas”. Para suplantar os conflitos e tentar impor uma ordem local, foi designado o bacharel José Pereira de Almeida, delegado regional das comarcas do Sul do Estado. Ainda segundo o relatório apresentado pelo governador:

Aguardando que esse sentimento seja melhor cimentado, e para não perturbar essa elaboração, proporcionando motivo para novas exaltações, tenho adiado a designação do dia para a eleição municipal naquela localidade. Afóra essa occurrencia e alguns atentados de caracter mais ou menos grave, que não há, infelizmente, como eliminar da estatísticas criminal dos povos, ainda os mais civilizados, apraz-me communicar-vos que nenhuma alteração tem soffrido a ordem publica no Estado.⁹⁸

Por conta da impossibilidade de transpor um processo eleitoral sem interrupções ou práticas fraudulentas e uma contagem de votos verossímil, ambos os grupos passam a reivindicar a vitória no pleito na cidade. Enquanto o governo do estado não havia definido qual grupo deveria assumir os cargos, a cidade passou a ter dois Intendentes e duas Câmaras Municipais. Assim, o fator preponderante para se manter no poder, estava diretamente relacionado às relações estabelecidas com os grupos pertencentes às oligarquias estaduais situacionistas. Com a anulação das eleições, é determinada a manutenção na Intendência do cel. Ernesto Sá Bittencourt, e o candidato às eleições, Domingos Adami de Sá retornou à presidência do Conselho Municipal da cidade, mantendo-se assim, o quadro político estabelecido nas eleições anteriores.

Diferentemente da facção dirigida pelos coronéis Domingos Adami e Ernesto Sá, que possuíam uma vasta influência com a elite soteropolitana, ampliada a partir da Proclamação da República, os membros do grupo ligados ao cel. Antônio Pessoa, mantinham a maior parte da sua influência neste momento concentrada em um âmbito mais local, mesmo possuindo uma relativa igualdade ou mesmo superioridade econômica com os opositores. A ausência de influência nos setores políticos e oligárquicos estaduais impossibilitava, mesmo que tivesse obtido os votos necessários, para ganhar a eleição e se manter no poder.

Enquanto as novas eleições não fossem programadas, a facção dirigida pelo cel. Antônio Pessoa, voltava a enfileirar, novamente, o posto de oposição ao governo. E, com o transcorrer dos meses e a negativa do governo em marcar uma nova data para o pleito, as disputas acabaram

⁹⁸ Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia pelo exm Sr. Dr. Luiz Vianna, 1900. p. 12

por ser intensificadas e a imprensa se constituiu um importante campo para a construção de uma narrativa histórica que busca se estabelecer hegemônica por ambas as facções.⁹⁹ Dessa maneira, intensifica-se por parte da facção pessoísta a construção da narrativa que o grupo era formado por trabalhadores, que através do próprio esforço, conseguiu obter suas riquezas e que mantinham uma defesa constante dos trabalhadores locais, ao contrário da facção rival, ao qual acusavam de exploradores e que construíram suas riquezas através do trabalho escravo.¹⁰⁰

Em meio a esse processo de disputa pela hegemonia local, que compreendia um projeto político, econômico e institucional, João Mangabeira buscou se estabelecer profissionalmente e constituir uma rede de relações políticas e sociais na região. Embora posteriormente as narrativas construídas em torno desse período enalteçam uma vivência de “pobreza e solidão”, é possível avaliarmos que o título de bacharel por conta do *status quo* e da carga simbólica inerente a ele, já o diferenciava dos demais trabalhadores que migraram para a região e o colocava em uma posição que o tornaria próximo das elites locais, ainda mais pelo relacionamento com Virgílio de Lemos, que já possuía influência entre as elites soteropolitanas. Sobre a cultura do bacharelismo no Brasil após a implantação das faculdades de direito do Recife e de São Paulo, Schwarcz aponta que:

A partir de 1828 iniciavam-se os primeiros cursos, e de forma ascendente a profissão e a figura do bacharel tornavam-se estimadas no Brasil. O prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão *stricto sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito. Com efeito, das fileiras dessas duas faculdades saíram grandes políticos — entre ministros, senadores, governadores e deputados —, pensadores que ditaram os destinos do país. Sinônimo de prestígio social, marca de poder político, o bacharel se transformava em uma figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política.¹⁰¹

Desta maneira, como salienta a autora, convertia-se “o bacharel no grande intelectual da sociedade local, chamando atenção o ecletismo das ideias e o pragmatismo em sua definição”. O caso que projetou Mangabeira, segundo relatos memorialísticos, e que se transformou em um “divisor de águas” em sua trajetória, se tratou da defesa de um réu que respondia pela acusação de “crime contra a honra com violência sexual”. Como não possuía condições de contratar um

⁹⁹ Cf: MAHONY, M. A. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. v. 10, n.18, jul. – Dez. 2007

¹⁰⁰ Ao analisar a trajetória do cel. Antônio Pessoa da Costa e Silva, é possível perceber que mesmo não obtendo as mesmas condições sociais e financeiras das famílias tradicionais ilheenses, foi através da rede de relações estabelecidas durante o Império, incluindo o matrimônio com Francisca Queiroz, membro de uma importante família cearense, que o possibilitou a galgar espaços privilegiados. O título de coronel no qual ostentava, fora herdado de seu pai, Guilherme Joaquim da Costa e Silva, Tenente-coronel da Guarda Militar.

¹⁰¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930** / Lilia Moritz Schwarcz. — São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 142

advogado, reflexo das condições sociais do julgado, o juiz destinou Mangabeira como representante da defesa do réu. Segundo relatos memorialísticos:

João Mangabeira ainda não tinha pegado no processo. Mas acompanhou atentamente a sua leitura. E quando esta findou, ele o tinha, por assim dizer, retido na memória. O Promotor, ao contrário, logo demonstrou não dominar plenamente o processo. E assim João Mangabeira desmantelou a acusação. Mas, na sua peça de defesa, além de frisar a anormalidade biológica do delinquente, mostrou que ele era sobretudo vítima das condições sociais de existência: sem pais, sem instrução, abandonado pela sociedade, que pretendia usar de todo o rigor para com ele. No banco dos réus, estava mais o sistema social vigente que a pessoa do delinquente.¹⁰²

Para Hermes Lima, a sua atuação no tribunal, acabou por revelar para a cidade um “orador, a afirmação de um advogado, a descoberta de um talento que toda Ilhéus vinha fazer”, o projetando, profissionalmente, aos olhos das elites locais.¹⁰³ Todavia, seja plausível refletir que este julgamento tenha se tornado, na perspectiva dos memorialistas, de forma intencional, ou não, como um “divisor de águas” na trajetória de Mangabeira, não somente pelas consequências profissionais que o trouxera, mas pela perspectiva de uma defesa que, posteriormente, se enquadraria na biografia de um João Mangabeira socialista, desde o início da sua atuação profissional, assim como fora no trabalho apresentado ao dissertar sobre as relações do sistema feudal, no ensino secundário, anos antes. Como reflete Silva:

A narrativa, condicionada por determinantes interiores e exteriores, individuais e coletivos, quer pelos temas que levanta ou omite, quer pelas referências nas quais se espelha, estabelece uma nova relação com a verdade, não pela factualidade, mas pelo seu significado. A verdade factual, no sentido de reprodução completa e minuciosa do real, não só é impossível, ao entendermos o texto como uma representação do real moldada pela memória e por diversos condicionantes, como mesmo indesejável.¹⁰⁴

Ainda para o autor, essa categoria “verdade”, desprendendo-se de um rigor descritivo, “se liga a uma rede intersubjetiva, na qual, a partir de momentos significativos e da habilidade em selecioná-los e relacioná-los, se estabelecem significados culturalmente compartilhados”. Essa perspectiva é reforçada nas palavras de Mangabeira sobre esse julgamento, na homenagem organizada pela Assembleia Legislativa da Bahia pelo transcurso dos seus 80 anos, quando, a partir do seu relato autobiográfico, narrava que, ao defender “um réu miserável, exposto à condenação”, fazia-se necessário que fosse revelado aos jurados que “a principal responsável

¹⁰² MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira: República e Socialismo no Brasil** / Francisco Mangabeira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 59

¹⁰³ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa**. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 22

¹⁰⁴ SILVA, Wilton C. L. Espelhos de palavras: Escritas de si, autoetnografia e ego-história. In: **Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica** / Alexandre Avelar e Benito Bisso Schmidt, (organização). – São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 54-55

por aquele farrapo humano que ali se encontrava, envolto em trapos, não era ele, o analfabeto, era a sociedade que o gerara, e que, sem nada lhe ter dado, dele tudo exigia”.¹⁰⁵

O reflexo do estabelecimento das relações com esses grupos também pode ser observado no contrato de nomeação como advogado do município de Ilhéus pelo Intendente em 28 de maio de 1901, como publicou o Jornal A Gazeta de Ilhéos (BA). Tendo inicialmente a finalidade de ser temporário, ao passar pelo crivo do Conselho Municipal acabou por ser alterado para a efetivação do mesmo, se tornando oficialmente advogado do município.¹⁰⁶ A partir de então, é possível observar, inclusive, como as relações institucionais e pessoais estavam intrínsecas. Sobre essa relação com a extensa família Sá, torna-se importante frisar que neste período:

[...] os principais cargos municipais estavam distribuídos entre parentes do coronel Domingos Adami. Os irmãos Jorge e Estácio de Sá Bittencourt e Câmara, filhos do Intendente Ernesto Sá e primos de Domingos Adami, eram, respectivamente, suplente do juiz de direito e adjunto da promotoria. Outro primo, Victor de Mello e Sá era escrivão da Coletoria Estadual. No distrito do Almada, principal reduto eleitoral da família, o cargo de sub-comissário de polícia era ocupado por um tio materno, Manuel Ascêncio Homem d’El-Rei.¹⁰⁷

Mantendo uma relação de proximidade com o bacharel Júlio Sá, membro de uma ramificação familiar do Intendente do município, é possível observar na coluna destinada a relatar as *seções do jury* no jornal Gazeta de Ilhéos, a atuação de Mangabeira em casos diversos, versando geralmente entre homicídios, tanto como advogado de defesa ou auxiliar do promotor Eduardo Machado. Todavia, foi possível observar a atuação de Mangabeira, em algumas ações no tribunal, em parceria com o cel. Antônio Pessoa, que atuava como advogado provisionado. Neste sentido, é possível observarmos como membros de ambas as facções atuaram juntos em momentos onde os interesses se tornavam convergentes, mesmo ocupando posições antagônicas no cenário político, principalmente nos elementos econômicos.

A fundação do jornal A Gazeta de Ilhéos compõe um desses momentos onde membros de ambas as facções atuaram em conjunto. Inaugurada em 31 de março de 1901, sob a égide de uma Sociedade Anônima, em pleno período de disputas por conta da anulação das eleições, enunciava no seu artigo-programa que guardaria “completa imparcialidade na luta apaixonada dos partidos” e que dessa forma manteria no seu propósito, trabalhar incessantemente pelo progresso moral e material da região. Assim, destaca que:

¹⁰⁵ João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1982. p. 10

¹⁰⁶ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 30 de maio de 1901. Ed. 17. p. 01

¹⁰⁷ RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)** / André Rosa. – Ilhéus: Editus, 2001. p. 92

Cumpra que se esqueçam antigos e profundos ódios, incompatíveis com a nossa civilização e que somente nos trarão o descredito. É tempo de fazer desaparecer deste município rico pela opulência de sua lavoura, seu commercio crescente e criterioso, independente pela energia e caracter de sua população laboriosa e ordeira, a pécha de acoutador de bandidos, que injustamente gosa; que todos, gregos e troyanos, banindo para sempre o clavioneteiro, o jagunço, emfim o elemento de desordem e de desmoralização, promovam a vinda do trabalhador laborioso e honesto, que é quem deve povoar as fazendas, substituindo assim o gladio pela charrua. E nem se diga que o fazendeiro tem necessidade de manter taes miseraveis para sua defeza e garantia, porquanto, para garantil-os, para fazer respeitar os seus direitos, suas propriedades, temosas as auctoridades constituídas auxiliadas pela força publica, que o governo, com o suor do povo, paga para tal mister. Guerra pois, ao clavioneteiro.¹⁰⁸

Com o processo de expansão das plantações de cacau e o aumento significativo do valor financeiro do produto no mercado externo, ocorreram mudanças no que tange o cotidiano local da região. Com isso, a elite que passou a gozar de grandes fortunas, financiou substanciais modificações na estrutura da cidade a partir de um modelo europeu, em especial o francês, assim como, o Rio de Janeiro.¹⁰⁹ O ideal de modernidade com a reestruturação das ruas, praças e locais de convivência passou a influenciar inclusive nas propostas eleitorais de ambas as facções. A fundação da Gazeta de Ilhéos, oficializado como Órgão Oficial de Notícias do Município,¹¹⁰ se apresentava como mais um elemento desse processo de modernização. Buscava-se representar, dentro e fora do município, um ideal de civilidade, assim, ao propor que “se esqueçam antigos e profundos ódios”, por não serem compatíveis com a modernidade e a ideia de civilidade, a elite local passava a exportar uma imagem de pacificação e estabilidade, o que possivelmente possibilitaria atrair novos investidores e também o aumento no fluxo migratório de trabalhadores para as lavouras.

Podemos observar nas publicações do primeiro ano de fundação da Gazeta, para além das demandas oficiais do município, que havia um espaço para atender as demandas dos cacauicultores, sobretudo, as questões referentes aos pesados impostos sobre a tributação das taxas de exportação. Em contrapartida, o início do ano de 1902, houve uma alteração substancial do posicionamento adotado pela Gazeta. Com a renúncia de Pedreira França, que também era Juiz da Comarca, à função de Diretor-Presidente e do major João Fróes Dias de Figueiredo, Diretor-Caixa do jornal, a facção pessoísta conseguiu através de uma eleição, eleger para a presidência da Gazeta o cel. Antônio Pessoa e para Diretor-Caixa o major Rodolpho Mello Vieira.¹¹¹

¹⁰⁸ Gazeta de Ilhéos, Ilhéos, 16 de maio de 1901. Ed. 13. p. 01

¹⁰⁹ Cf. RIBEIRO, André Luis Rosa. **Memórias e Identidade. Reformas Urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira (1880-1950)**. Ilhéos: Editus, 2005.

¹¹⁰ Gazeta de Ilhéos, Ilhéos, 30 de maio de 1901. Ed. 17. p. 01

¹¹¹ Gazeta de Ilhéos, 20 de março de 1902. Ed. 90. p. 01

Sem uma data definida para ocorrer as eleições municipais e conseqüentemente a continuidade da presença dos Adamis no poder, houve uma intensificação nos embates políticos entre as facções. Neste processo, a posse de um órgão de comunicação, que permitisse construir uma hegemonia, que legitimasse uma narrativa histórica, pode ter se constituído um dos principais motivos para a disputa pelo controle da diretoria da Gazeta pelo grupo ligado ao cel. Antônio Pessoa. Em compensação, os adamistas, que ocupavam uma posição privilegiada, dotado do controle do poder público local e dos recursos financeiros, adotou duas estratégias para contrapor o movimento do grupo opositoristas.

O primeiro passo foi romper com o contrato de publicação do expediente do município com a Gazeta, cortando o principal aporte financeiro, o fragilizando financeiramente e em seguida, oferecendo suporte para a fundação de um novo periódico na cidade, o *Jornal A Lucta*, sob o comando de João Mangabeira, o promotor Rui Penalva e Celerino Dantas, que surgiu como um representante dos interesses da facção, se tornando Órgão Oficial do Município e passando, desta forma, a disputar a narrativa em contraposição da Gazeta.¹¹²

A partir de então, a Gazeta de Ilhéos, que se declarava isento na política municipal, passa a ser um órgão ou braço de imprensa de um “partido político não-oficial”, passando a exercer forte oposição tanto no campo político local como também do governo estadual na figura do governador Severino Vieira, principal “inimigo” a ser combatido. Como consequência dessa disputa, o acirramento das relações passou a ser refletido com maior intensidade nas eleições de 08 de novembro de 1903. Nessa mesma seara, Mangabeira, que neste momento já enfileirava na linha de frente da facção adamista, se apresentou como um dos principais nomes dentre a nova geração da política local, sob a égide do cel. Domingos Adami, concorrendo, desta forma, como candidato ao Conselho Municipal.

2.2 Os impactos do processo eleitoral de 1904.

Os períodos eleitorais se constituíam como ápice dos conflitos entre as facções políticas locais. Dentro desse processo, a disputa pela narrativa, para além dos conflitos armados, se tornou um elemento crucial na estratégia adotada pelos grupos, sendo a imprensa o seu principal veículo. Era através da Gazeta que a facção pessoísta enaltecia suas práticas como distintas dos opositores, buscando agregar pequenos e médios produtores, comerciantes e profissionais liberais. Na seara deste discurso, pontuava-se que os seus candidatos eram homens de honra,

¹¹² Diferentemente da Gazeta de Ilhéos, que se manteve um vasto registro das suas edições nos arquivos locais, o jornal *A Lucta* não possui as suas edições registradas, o que impossibilitou fazer uma análise mais específica das suas publicações.

de prestígio, de valor, ao qual o povo deveria confiar de forma tranquila. Além dessas características, enaltecia-se a luta contra o atraso que o município vivenciava devido às sucessivas gestões dos Adamis, que pautavam suas práticas no intuito de fornecer benesses para os membros mais próximos do seu grupo. Assim, para os pessoístas, a cidade estava dividida da seguinte forma:

De um lado está um grupinho, bafejado, amparado ostensivamente e escandalosamente pelo governador do Estado, que lhe deu todas as posições, até as electivas, permittindo que indivíduos que concluíram o quadriennio em 1899, continuem a occupar os cargos de intendente, membros do conselho e juizes de paz, contra as disposições leaes, contra o próprio decoro da sociedade, que não pode ser escarnecida por quem mais obrigação tem de acatal-a, de respeitá-la; do outro está um partido enorme, formado dos maiores fazendeiros, proprietários e negociantes do município, das classes conservadoras, de artistas, do povo, emfim, em quasi sua totalidade.¹¹³

Estabelecendo uma distinção entre ambos os grupos, convocava a população e as “classes conservadoras” para combater a hegemonia dos Adamis, acusando-os de influenciar diretamente na excessiva violência vivenciada pela região e que estava resguardada através dos cargos ocupados pela facção situacionista que propiciavam a impunidade para os seus praticantes. Neste sentido, se fazia necessário romper com o “predomínio nefando”, e para isso, se tornava imprescindível a eleição de membros da facção pessoísta, na figura do seu principal líder, o cel. Antônio Pessoa, para a intendência.

Em contrapartida, enaltecia a necessidade de que o município deveria passar a ser dirigido por aqueles que gozavam da “confiança e estima popular, pelos que amam o progresso, pelos que não são políticos de *barriga*, pelos que tem dado provas de critérios, honestidade e patriotismo, attributos essenciaes a quem administra”. A partir deste discurso, se colocavam como salvacionistas da situação caótica que os governos adamistas haviam deixado na cidade e que sua gestão traria a Ilhéus uma nova perspectiva de paz, ordem e justiça.¹¹⁴

Embora as eleições no Estado para a renovação das funções de intendente, conselheiros e juizes de paz só ocorressem em novembro de 1903, a campanha contra o cel. Domingos Adami de Sá começou com meses de antecedência. Em setembro, a linha editorial da Gazeta além de intensificar os ataques a gestão situacionista, já começava a apresentar a chapa oficial que representaria a facção pessoísta, enaltecendo a importância de romper com os mandos impostos pelos Adamis. Em decorrência da ausência de edições do jornal A Lucta, não foi possível acompanhar a construção da narrativa por parte da situação. Entretanto, é possível

¹¹³ Gazeta de Ilhéos, 13 de setembro de 1903. S/N. p. 01

¹¹⁴ Gazeta de Ilhéos, 13 de setembro de 1903. S/N. p. 01

analisar que essa disputa através de ambos os periódicos exerciam uma intensa relevância dentro da cidade, portanto, o silenciamento da oposição, através do empastelamento dos jornais, também se estabeleceu como uma estratégia no processo eleitoral.

O empastelamento da Gazeta, prática comum dentro do jogo político da Primeira República, logo após o lançamento da chapa liderada pelo cel. Antônio Pessoa, já demonstrava o tom de violência que ocorreria durante o processo eleitoral. Segundo narrou o editorial da Gazeta no seu retorno após quase um mês sem publicações, que na impossibilidade de danificar todo o equipamento, foram desparafusadas e roubadas as três peças que se comunicavam com os rolos, e sem os quais seria impossível o funcionamento do prelo. Outra crítica do periódico estava no suposto descaso dado ao atentado pelo capitão Galdino Soares da Fonseca, ao qual atribuíram subserviência ao grupo adamista, único interessado na supressão da folha.¹¹⁵

Essa não seria a última vez que o periódico seria empastelado. Em 1906, o Diário da Bahia (BA) publicou um telegrama do Capitão Coelho, delegado de polícia de Ilhéus, comunicando a José Maria Tourinho, chefe de Polícia e Segurança Pública do Estado, que o coronel Antônio Pessoa havia denunciado que o “prelo da Gazeta” tinha sido danificado por conta de um atentado. No telegrama, é possível observar que o coronel alertou anteriormente ao delegado sobre a preocupação com um possível atentado, o que levou ao capitão a julgar ser falsa a acusação sobre a danificação do prelo e que se constituiria apenas uma intriga do grupo opositor. Mesmo com as conclusões iniciais do delegado, o Chefe de Polícia solicitou a abertura de inquérito para avaliar o acontecido, o que posteriormente foi arquivado por não ter elementos suficientes que comprovassem a agressão.¹¹⁶

A fragilidade dos órgãos de fiscalização, regidas pelos interesses pessoais das elites, ainda se mostravam insuficientes para contrapor tal poder dos grupos dominantes locais. Neste sentido, estar na posição de situação no governo local e alinhado com os interesses das oligarquias estaduais, possibilitava movimentar as instituições em benefício do favorecimento das práticas lícitas ou não. Assim, os atentados ou crimes praticados pelos membros da *grei* adamista, dificilmente receberiam dos órgãos de repressão do Estado uma punição efetiva pelos atos cometidos.

Como observa Falcón, “a coerência do *adamismo* residia, talvez, na consistente oposição feita à outra corrente e para fazer face aos constantes ataques ele precisava reproduzir-se sob o poder”. Além da manutenção do poder pelas redes de relações pessoais ou através da imposição e subjugação dos grupos opositores, tornava-se necessário sua “atuação simultânea

¹¹⁵ Gazeta de Ilhéus, 11 de outubro de 1903. Ed. 243. p. 01

¹¹⁶ Diário da Bahia, Salvador, 30 de maio de 1906. Ed. 121. p. 01

em diversas frentes de luta: na imprensa, na atividade filantrópica, na promoção de festejos e manifestações culturais, no apoio aos desportos e obras religiosas, etc.”¹¹⁷ Outro fator essencial para a manutenção desse poder estava na capacidade de renovação dos membros do grupo sob a tutela do cel. Domingos Adami. É neste contexto de disputas pelo controle do poder local e de renovação dos quadros situacionistas, que Mangabeira, com o apoio do cel. Domingos Adami, lançou candidatura para o Conselho Municipal pelo Partido Republicano da Bahia (PRB).

Cabe salientar, como observa Consuelo Novais, que neste período a Bahia vivenciava uma fase “unipartidarista”, que se iniciou na convenção de 15 de abril de 1901, com o surgimento do PRB. Ainda para a autora, sob a liderança do governador Severino Vieira, a eficácia dessa organização partidária centrípeta estava no processo de acomodação de elementos oposicionistas do governo anterior nas suas fileiras, tornando-se um instrumento de centralização do poder através de sua manipulação pelo Executivo estadual. Outro fator importante, se constituía no alijamento dos partidários do ex-governador Luís Vianna (1896-1900), das chapas oficiais, dando espaço aos seus antigos opositores, o que acabou por fragilizar ainda mais a participação de Vianna no jogo político baiano neste período.¹¹⁸ A instabilidade na política baiana, como destaca Sarmiento, se expressava diretamente na fragilidade dos partidos, neste sentido, eram frequentes as cisões e rearrumações. Ainda para a autora:

A partir de Luís Viana, que rompeu com o antecessor José Gonçalves, em 1891, cada governador brigou com o anterior até a ascensão de Seabra (1912). A única exceção foi Araújo Pinho, que não chegou a romper com José Marcelino, mas que acabou abandonando o governo antes do fim, sob pressão dos seabristas.¹¹⁹

Em Ilhéus, ambas as facções acabaram por adotar a bandeira do PRB, embora a partir da não marcação das eleições anuladas em 1900 por Severino, como supracitado, acirrasse ainda mais as relações políticas locais e colocasse os pessoístas na oposição e a margem das intenções eleitorais do Governo do Estado. A ruptura de Severino com Luis Vianna, inclusive, foi alvo do discurso crítico reverberado pela Gazeta ao compreender como uma “traição” do governador que havia sido indicado pelo antecessor, o que se constituía uma prática comum.¹²⁰

¹¹⁷ FALCÓN, G. A. O. **Os Coronéis do Cacau - Raízes do Mandonismo Político em Ilhéus**, Dissertação de Mestrado, Ano de Obtenção: 1983. p. 92

¹¹⁸ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 39

¹¹⁹ SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Sílvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. P. 44

¹²⁰ Gazeta de Ilhéus, 28 de maio de 1903. S/N. p. 01

Conservando uma proximidade com Severino e sua família, o cel. Domingos Adami gozava de prestígio junto as elites soteropolitanas.

Neste sentido, a alternativa para o grupo ligado ao cel. Antônio Pessoa seria tentar estabelecer relações com José Marcellino de Souza, presidente da Comissão Executiva do PRB e candidato à sucessão para ocupar o governo do estado, ainda que fosse oficialmente o candidato governista. Seria o próximo governador que influenciaria no processo de reconhecimento eleitoral, independentemente da vitória nas urnas ou não. Assim, rapidamente, Antônio Pessoa e sua facção aderiram à campanha de Marcellino, mantendo a expectativa de que ele agiria “com franqueza, decisão e justiça”, e por isso apoiariam a candidatura daquele que seria “estimado e honrado comprovinciano”.¹²¹ Prática esta adotada também nas bases do cel. Domingos Adami, o que acabou por gerar uma disputa pelo apoio oficial entre ambos os grupos. Como observa Carone, ter o apoio das oligarquias estaduais que ocupavam o poder se tornava condição *sine-qua-non* para chegar ao poder ou continuar mantendo-se nele, principalmente pela força das Comissões Verificadoras. Ainda para o autor:

Nas eleições, situacionismos e oposição votam usando de fraudes, duplicatas e violências. Os livros eleitorais são enviados à Câmara e examinados por uma comissão de cinco deputados. Até 1900, esta comissão de “verificação de poderes” era presidida pelo mais velho de seus membros. A este jogo de incertezas, Campos Sales substitui uma fórmula certa: o presidente da comissão será o presidente da Câmara anterior. Com o controle desta arma segura, é certo o corte, pela comissão, dos elementos contrários. E a oposição só voltará a existir com possibilidade eleitoral em 1915, graças a lei Rosa e Silva.¹²²

Mesmo tendo a legitimidade eleitoral estabelecida pela comissão verificadora da Câmara, era de suma importância demonstrar força durante as eleições perante ao grupo opositor. Para isso, o uso da coerção e da violência era uma prática comumente utilizada por ambas as facções. Uma das estratégias seguidas nos períodos eleitorais estava na opressão a partir das ameaças ou mesmo o impedimento do eleitorado do grupo oposto em se deslocar para os pontos de votação. A disputa para ter o controle das mesas eleitorais e poder, conseqüentemente, nomear aliados para compor a direção destas, também era uma prática comum na região e que possibilitava alterar as atas ou mesmo fabricá-las a favor dos candidatos da chapa dos seus aliados.¹²³

A Gazeta denunciava, dias antes das eleições, que coronéis e autoridades policiais ligados ao cel. Domingos Adami estavam ameaçando o seu eleitorado com a possibilidade de

¹²¹ Gazeta de Ilhéos, 26 de maio de 1903. S/N. p. 01

¹²² CARONE, Edgar. **A Primeira República (textos e contextos)** (1889/1930). S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2ª ed., 1973. p. 101-102

¹²³ Gazeta de Ilhéos, 29 de outubro de 1903. S/N. p. 01/02

prisão. Citava também o encaminhamento de correspondências “aterrorizadoras” pelo subcomissionário de polícia nas localidades pertencentes do município que tinha uma adesão à facção pessoísta, impondo-lhes votar na chapa do partido adamista. Também utilizavam do veículo para acusar os opositores de contratarem jagunços, que seriam utilizados no dia da eleição para inibir o eleitorado. A mesma narrativa era utilizada pelo jornal *A Lucta*, como é possível perceber através do artigo “Cynicos e perversos”, publicado pela *Gazeta*, ao salientar que o cel. Antônio Pessoa estava sendo acusado de ter sido responsável pela presença dos jagunços da cidade no dia das eleições.¹²⁴

Com o término das eleições, os dois grupos passaram a reivindicar a vitória no pleito, o que resultou em mais uma dualidade de governos na cidade. O cel. Domingos Adami, amparado pelo aparato proporcionado pelo situacionismo local, continuou a ocupar o prédio oficial da Intendência Municipal, enquanto o cel. Antônio Pessoa e os conselheiros tomaram posse no prédio que foi alugado pelos familiares do falecido cel. Firmino do Amaral, mantendo nesta residência o novo Paço Municipal, passando a abrigar os serviços da Intendência e do Conselho Municipal.¹²⁵ Ambas as facções além de disputarem o recebimento dos impostos, o que gerou intensos conflitos, passaram também a disputar a campanha para a eleição de José Marcellino, candidato oficial das oligarquias estaduais ao governo do Estado.

Após a concretização da eleição de Marcellino no final de fevereiro de 1904, o cel. Antônio Pessoa, junto com seu grupo, entrou com um recurso eleitoral no Senado Estadual da Bahia, pedindo a nulidade da chapa opositora. A duplicidade na região só foi julgada no final do mês de junho, quando foi avaliado pela comissão do Senado do Estado responsável pela análise do processo eleitoral. Representando os autores do processo, foi designado o advogado Manoel Luiz do Rego acompanhado pelo cel. Antônio Pessoa, como seu auxiliar. A representação em torno dos interesses do cel. Domingos Adami, ficou a cargo de Leovigildo Filgueiras, advogado e deputado federal.¹²⁶ Como já evidenciado, o processo de reconhecimento eleitoral era reflexo dos interesses que atendessem as oligarquias estaduais, o que colocava o cel. Domingos Adami, por suas relações, em uma posição privilegiada.

O deputado Leovigildo Filgueiras, por exemplo, era membro da base do governo do estado e mantinha estreita relação com José Marcellino. O deputado foi um dos principais articuladores na contraofensiva organizada por Marcellino na reforma eleitoral de 1905, que definia uma nova divisão para a formação dos distritos eleitorais nos estados, sendo também o

¹²⁴ *Gazeta de Ilhéos*, 15 de novembro de 1903. Ed. 252. p. 01/02

¹²⁵ *Gazeta de Ilhéos*, 01 de janeiro de 1904. Ed. 264. p. 01

¹²⁶ *Correio do Brazil*, Salvador, 25 de junho de 1904. Ed. 244. p. 01

porta voz, junto a Rui Barbosa, na disputa presidencial de 1906. Como reflexo das influências da facção, apenas houve uma formalização da negativa pelo Senado Estadual ao recurso, proporcionando, assim, a oficialização do cel. Domingos Adami como Intendente Municipal e o cel. Henrique Alves dos Reis como presidente do Conselho Municipal, concretizando, mais uma vez, o lugar de oposição para o cel. Antônio Pessoa, condição que só seria revertida após as eleições de J. J. Seabra para o governo do estado no ano de 1912.

É nesse contexto de disputas que João Mangabeira assume sua primeira legislatura como Conselheiro Municipal de Ilhéus. A necessidade de manutenção do poder pelo grupo, sendo que quase todos os seus fundadores eram coronéis de velha linhagem, abriu a possibilidade para ascensão de pessoas que não estavam diretamente vinculadas às classes dominantes regionais, algumas das quais não-proprietárias. Enquanto o grupo esteve no controle político do município, como observa Ribeiro, “formou-se no interior do partido uma nova geração composta por jovens bacharéis, filhos ou herdeiros dos líderes tradicionais”.¹²⁷ O desenvolvimento de uma cultura do bacharelismo jurídico na região, tendo Mangabeira como um dos primeiros integrantes dessa nova leva de bacharéis, facilitou, ainda mais, a sua ascensão aos holofotes políticos locais.

A morte de Ernesto de Sá Bittencourt Câmara em 1904, uma das principais lideranças na política local, acabou por acelerar o debate no interior do colegiado situacionista em torno da associação e preparação política de novos representantes. Para Gustavo Falcón, a “*grei adamista*” regida por relações patriarcalistas, reuniam em torno de si, além dos seus parentes sanguíneos, numerosos contraparentes, afilhados e aliados não envolvidos diretamente com os partidos.¹²⁸ Vale ressaltar, como pontua Ribeiro, que o sistema de casamento estabelecido pela família Sá, tendia à união entre primos, ou seja, à endogamia. Assim, “foi criada pelos Sá uma endogamia de lugar, pelo grande número de casamentos realizados entre primos próximos e aliados políticos com proprietários em terras do mesmo território”.¹²⁹

Todavia, como percebe Queiroz, além de um instrumento de defesa de posições sociais para os grupos existentes, o casamento também se constituía um importante meio de integração e de ascensão social.¹³⁰ Neste caso, a consolidação dos laços com a família Adami por

¹²⁷ RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)** / André Rosa. – Ilhéus: Editus, 2001. p. 104

¹²⁸ FALCÓN, G. A. O. **Os Coronéis do Cacau - Raízes do Mandonismo Político em Ilhéus**, Dissertação de Mestrado, Ano de Obtenção: 1983. p. 93/94

¹²⁹ RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)** / André Rosa. – Ilhéus: Editus, 2001. p. 29

¹³⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1975. P. 173

Mangabeira e, conseqüentemente, a afirmação do seu prestígio social adquirido na região, se deu também através do seu casamento com Constança Steiger M. Castro, viúva do bacharel Cláudio Adami, filho do coronel Domingos Adami de Sá em dezembro de 1912 como poderemos observar.¹³¹

3 ULTRAPASSANDO AS FRONTEIRAS PARA ALÉM DA REGIÃO CACAUEIRA

Sob o projeto de construção de uma nova liderança pela facção adamista, João Mangabeira conseguiu galgar rapidamente espaços políticos para além da região. A necessidade de consolidar uma representação política para atender os interesses dos agricultores locais e legitimar o poder econômico que a região passou a gozar, acabou por proporcioná-lo a indicação como candidato a deputado estadual pelo Partido Republicano da Bahia nas eleições de 1906 que objetivava a renovação da Câmara e do terço do senado estadual. É neste momento de construção à sua candidatura que podemos perceber uma tentativa inicial de contato entre Mangabeira com o Conselheiro Rui Barbosa, que posteriormente se tornaria seu mentor intelectual e político.

No processo de negociação pela construção de um candidato para a sucessão do presidente Rodrigues Alves que envolveu a disputa entre diversos estados da federação, o nome de Rui Barbosa foi indicado como o representante da Bahia para concorrer como candidato principal. Embora o nome gerasse divergências dentro do próprio estado, como observa Cláudia Viscardi, existiam duas razões para o movimento da Bahia em lançar a candidatura de Rui Barbosa para presidência. A primeira estaria na tentativa de opor uma progressiva decadência do seu poder no cenário federal, sendo que o Estado possuía a segunda maior bancada, ao lado de São Paulo e estava sendo ameaçada a perder representantes para o Rio Grande do Sul, através de Pinheiro Machado, que denunciava fraudes na contabilidade do número de eleitores do estado. A segunda estaria na insatisfação com Rodrigues Alves pelo não atendimento das reivindicações feitas pelos deputados federais para liberação de recursos para obras de infraestruturas no Estado.¹³²

Para Sarmento, a tensão entre o governo federal e o governo baiano se iniciara ainda em 1902 com a nomeação do então deputado J. J. Seabra para a pasta de Ministro da Justiça e Negócios Interiores sem a anuência de Severino Vieira. Temendo uma crescente interferência

¹³¹ Embora a sua morte tenha sido referenciada em uma nota publicada no jornal O Paiz (RJ) em 06 de junho de 1908 e no jornal Pharol (MG) em 07 de junho de 1908, não podemos precisar a data e as causas da sua morte.

¹³² Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"** / Cláudia Viscardi. - Ebook - 2.ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 92

na política estadual por parte de Seabra, que passou a possuir na posição de ministro um grande prestígio e possibilidade de movimentar recursos financeiros de forma autônoma, Severino tentou revogar a nomeação sem sucesso. Com a tentativa de Seabra em interferir na indicação do nome de José Marcellino para suceder a Severino no governo, a tensão se intensificou, tendo o seu estopim com a implantação da reforma a legislação eleitoral promovida pela lei 1.269 e que resultou no decreto nº 1.425, de 27 de novembro de 1905, ao qual alterava a divisão do território da República em distritos eleitorais. Como observa Sarmiento:

O ministro Seabra, responsável pela reconfiguração dos distritos, pediu aos partidos de cada estado que dissessem como seus estados deveriam ser divididos, mas ignorou as sugestões do governador da Bahia, estabelecendo a divisão conforme seus próprios critérios. Era um passo claro no sentido de pavimentar o caminho para o controle político do estado natal.¹³³

Neste sentido, ao lançar a candidatura de Rui Barbosa, na contramão do Catete que apoiava a candidatura do paulista Bernardino de Campos, a Bahia, como avalia Sarmiento, além de frear as pretensões de Seabra, constituía uma forma de fazer frente à hegemonia de São Paulo, participando das articulações com um nome de relevância nacional. Para Viscardi, embora houvesse pouca viabilidade na candidatura de Rui, como posteriormente foi visto ao desistir da candidatura para apoiar o nome de Afonso Pena, seu antigo colega de turma da Faculdade de São Paulo, a atitude tomada pela Bahia demonstrava a expressão do descontentamento a sua posição em relação ao cenário nacional e do monopólio dos paulistas exercido no regime. Desta maneira, simbólica ou não, a candidatura de Rui afirmava a insatisfação baiana no que se refere à divisão de poder em curso.¹³⁴

Embora o nome de Rui não tenha possuído uma unanimidade dentro do próprio estado, o conselho municipal de Ilhéus, seguindo a indicação do governador, aprovou “unanimemente moção aplaudindo a candidatura Ruy Barbosa à presidente da Republica, julgando assim interpretar geraes sentimentos da população ilheense”.¹³⁵ No mesmo dia da publicação da moção no jornal Diário da Bahia (BA), Mangabeira enviou ao então candidato a presidente uma correspondência anexando junto uma edição do jornal A Lucta, possivelmente, com um artigo de apoio à candidatura, como podemos observar na correspondência a seguir:

Ex. ^{mo} Sr. Cons. Ruy Barbosa
Redactor-chefe de “A Lucta”, tenho o summo prazer de enviar-vos, junto a esta, o numero 136 do jornal, que pallidamente dirijo e no qual se estampa um artigo que

¹³³ SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Silvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. p. 71

¹³⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"** / Cláudia Viscardi. - Ebook - 2.ed. - Belo Horizonte : Fino Traço, 2019. p. 93

¹³⁵ Diário da Bahia, Salvador, 16 de abril de 1905. Ed. 87. p. 01

meus próprios dedos escreveram, como um brado de verdade e um preito de admiração real a vosso méritos.
De V. Ex^a am^o att. E admirador confesso.¹³⁶

Ainda que não seja possível afirmar, neste momento, se houve uma resposta por parte do conselheiro à correspondência enviada por Mangabeira, em meio a inúmeras outras demonstrações de apoio recebidas de diversas regiões do Estado, posteriormente, com a expansão das relações políticas adquirido por Mangabeira ao longo dos anos seguintes, e sua projeção para além da região cacauzeira, acabou por possibilitar uma aproximação entre ambos. Se neste momento havia uma excessiva formalidade devido à posição social ocupada por Rui, essa seria mais tarde convertida por uma relação de muita proximidade, tornando Mangabeira um dos principais interlocutores do conselheiro para os assuntos políticos na Bahia e representante dos seus interesses.

Com a desistência do governo baiano, retirando o nome de Rui a favor da candidatura de Afonso Pena, o Estado voltou a sua atenção para a formação da chapa que concorreria as eleições federais. Rui, que neste momento gozava um forte prestígio pela sua atuação nas negociações junto com José Marcellino, era alçado à candidato único do PRB para o senado. Em contrapartida, Seabra, que indo de encontro à majoritária do partido, e mantendo o apoio à candidatura de Bernardino de Campos, viu com o final do governo e a saída do ministério uma fragilização que resultou na exclusão dos seus partidários da chapa oficial para as eleições federais de janeiro de 1906. Como reflexo, às vésperas das eleições, o grupo ligado a Seabra fundou o Partido Republicano Dissidente (PRD). Todavia, como salienta Consuelo Novais, apesar da Lei Rosa e Silva, aprovada em 15 de novembro de 1904, que garantia a eleição dos representantes da minoria nos estados, “o governo elaborou chapa completa, não deixando sequer um lugar para a oposição. Isto aconteceu não só na Bahia, mas nos diversos Estados brasileiros”.¹³⁷

Em meio a esse processo de reestruturação partidária no Estado, o cel. Domingos Adami e João Mangabeira, que construía sua candidatura como deputado estadual, sustentaram o posicionando dentro da hoste situacionista, enquanto o cel. Antônio Pessoa e seus correligionários, viram na possibilidade de estreitar os laços com Seabra um caminho para tentar contrapor a hegemonia local, cada vez mais consolidada no governo de José Marcellino. A figura de Seabra já se mostrava bem vista pelo grupo enquanto ocupava a posição de ministro.

¹³⁶ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 48

¹³⁷ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 40-41

Como podemos observar na publicação da Gazeta de Ilhéus em 1903, destacava-se que estavam convencidos de que Seabra seria “o homem capaz de erguer a Bahia, de que é um dos mais eminentes filhos, a altura dos seus destinos, levantar-lhes o nome, restabelecer-lhes o crédito”.¹³⁸ Esse movimento permitiu ao cel. Antônio Pessoa lograr um espaço privilegiado quando Seabra chegou ao governo do estado em 1912, se colocando como o principal representante dos interesses do eminente político na região cacaueteira, ampliando suas relações políticas e sociais também na capital baiana.

Para Mangabeira, a indicação do seu nome como candidato a deputado estadual pelo terceiro distrito eleitoral nas eleições de 04 de novembro de 1906, acabou por projetá-lo, não somente como um elemento central para a continuidade dos mandos do seu grupo político na região, mas consolidou também o seu acesso às oligarquias estaduais, abrindo caminho para alcançar posições no cenário federal. Nessa conjuntura, além do resultado final das eleições atender aos interesses na manutenção de uma base governamental em Ilhéus, sendo que a comissão de verificação trataria de impugnar opositores, vislumbrada por todas as características fraudulentas incorporadas ao processo eleitoral, a eleição de Mangabeira denotava uma crescente participação ilheense no cenário político baiano.

Segundo o parecer nº 4 da Comissão de Verificação de Poderes de 4 de abril de 1907, apresentado na Câmara dos Deputados do Estado, João Mangabeira apresentou o quantitativo de 6.057 votos válidos, ocupando a posição de candidato mais votado dentro do terceiro distrito.¹³⁹ Na cidade de Ilhéus, seu principal reduto, teria obtido o quantitativo de 1.598 votos, ocupando também a liderança, seguido por João Martins da Silva com 981 votos e Pedro Eustaquio de Oliveira Porto com 957 votos.¹⁴⁰

Posteriormente, os pessoístas, para legitimar uma possível traição por parte de Mangabeira, afirmavam que a sua eleição havia sido articulada pelo cel. Domingos Adami diretamente com o então ex-governador Severino Vieira, e que não havia possuído a anuência inicial de José Marcellino, que se opusera a indicação.¹⁴¹ No entanto, embora a candidatura possa ter sido construída a partir da influência direta de Severino Vieira, como enaltecida a oposição local, a ascensão política de Mangabeira e a interlocução dentro do jogo político para além do Estado, acabou por ser alicerçada pelas relações intermediadas por José Marcellino

¹³⁸ Gazeta de Ilhéus, 31 de maio de 1903. S/N. p. 01

¹³⁹ Diário da Bahia, Salvador, 05 de abril de 1907. Ed. 75. p. 01

¹⁴⁰ Diário da Bahia, Salvador, 21 de novembro de 1906. Ed. 75. p. 01

¹⁴¹ Jornal de Ilhéus, 24 de novembro de 1912. Ed. 20. p. 01

ainda no ano 1906, quando este visitou a cidade de Ilhéus em decorrência da sua passagem pela região sul do estado.

3.1 A excursão do governador à região cacauera.

Com a expansão econômica do sul baiano oriunda da intensificação das exportações do cacau, a pressão em torno das altas taxas tributárias impostas sobre o cacau, reflexo das benesses estabelecidas para manutenção das oligarquias soteropolitanas e do Recôncavo, assim como, as constantes reclamações pela falta de estrutura para o escoamento da produção que geravam altos prejuízos para os produtores, eram pautas que estavam no cerne das discussões entre as elites cacauera. Como evidencia Guerreiro de Freitas, durante a Primeira República, um dilema se colocou para a classe dominante local:

[...] quais os mecanismos que poderiam conduzi-la a uma participação junto às elites políticas do Estado, onde poderia expor de forma clara as suas reivindicações e mais, transformar as prioridades da burguesia cacauera em pontos fundamentais da própria política de governo [...] A questão central, teria sido então, como abrir caminho para se impor diante de oligarquia (s) dominantes (s) no Estado, expressando e lutando por um espaço político que correspondesse à força da sua base econômica.¹⁴²

Esse “grupo oligárquico do cacau”, denominação utilizada por Guerreiro para representar a elite dos grandes produtores, se viam, devido a esse processo de exclusão do núcleo político e da formação de uma frente capaz de influenciar diretamente nas políticas para a região, incapacitados de introduzir determinados organismos comerciais, agrícolas e educacionais, que atendessem aos seus objetivos imediatos. Se fazer presente dentro dessa estrutura de poder, como salienta Guerreiro, possibilitaria por um lado “novos canais de favores e benefícios à clientela política local. Por outro, exteriorizaria o poder, que eventualmente teriam alguns daqueles canais, junto ao governo estadual”.¹⁴³ Por esses motivos, se fazia necessário eleger membros das facções que representassem tais interesses, a fim de contrapor a hegemonia imposta pelas elites remanescentes ainda do período colonial.

Essa constante inquietação oriunda da região e o clima de instabilidade era algo que necessariamente precisaria ser contido para a manutenção das bases do governo. Após percorrer o sertão baiano, o governador José Marcellino direcionou suas atenções ao sul do estado. A excursão a bordo do vapor *Commandatuba*, partiu de Salvador no dia 10 de dezembro, com todo aparato festivo que se constituía prática tradicional tanto nas partidas como chegada de

¹⁴² FREITAS, A. F. G. **Os donos dos Frutos de Ouro**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia, Salvador - 1979. p. 78

¹⁴³ FREITAS, A. F. G. **Os donos dos Frutos de Ouro**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia, Salvador - 1979. p. 79

representantes políticos. Como narra o jornal A Bahia (SSA), os empregados da secretaria de Polícia, no dia anterior a partida da comitiva do governador, organizaram uma missa em sua homenagem. Segundo o jornal:

[...] o embarque de s. ex. effectuou-se no Arsenal da Marinha, onde tocaram as bandas de musica do 1º e 2º corpos de polícia e do 16º batalhão de infantaria Numerosas concurrencias de cavalheiros, representantes das diversas classes sociaes e exmas. famílias compareceu aquelle ponto afim de apresentar as suas despedidas ao illustre chefe do Estado.¹⁴⁴

Na chegada a Ilhéus, os festejos para o governador e sua comitiva foram igualmente celebrados. Como narra o diário de bordo elaborado pelos emissários do jornal Diário da Bahia (SSA), “cerca de 25 embarcações, canoas e escaleres, luxuosamente embandeirados em arco contornavam o navio. Ao espoucar de centenares de foguetes casavam-se as notas vibrantes das philarmonicas “Victoria” e “Guarany” e o rumor triumphal das acclamações”.¹⁴⁵ Para a recepção, se fizeram presente o Intendente, Conselheiros Municipais, Magistrados da Comarca e de membros da empresa construtora da estrada de ferro de Ilhéus-Conquista, além de representantes do comércio e da lavoura.

A recepção teve continuidade à noite com uma sessão magna do Conselho no paço municipal, que neste momento ainda era provisório, devido ao andamento da construção do novo prédio que seria inaugurado somente em dezembro de 1907, ainda sob o governo de Domingos Adami. A luxuosa decoração ganhou destaque na imprensa pela “pompa e gosto artístico”. Como descrevia o Diário da Bahia, “pelos portas e janelas grandes reposteiros de pelúcia *grenal*, apanhados por passadores de galões de ouro, desciam de sob sanefas de rendas crème. A iluminação a acetylene destacava admiravelmente o luxo e bem acabado da decoração”.¹⁴⁶

Neste momento, João Mangabeira, que já havia sido eleito como deputado estadual, em referência a sua posição, foi o responsável por elaborar o discurso de homenagem ao governador. A transcrição da fala de Mangabeira foi publicada na íntegra pelo Diário da Bahia, obtendo uma grande repercussão nos meios políticos e sendo muito bem recebido pelo governador, como ressaltava o jornal. Sobre sua escolha como orador, Mangabeira iniciou seu discurso enaltecendo que não foram medidas por parte da população, ao qual representara, “a fragilidade de minhas forças infinitamente combalidas, nem tão pouco, nos alvoroços daquella honra, que me arrebatava nos lances de sua surpresa, me fôra dado aferir do peso da tarefa que

¹⁴⁴ A Bahia, Salvador, 10 de dezembro de 1906. Ed. 3241. p. 01

¹⁴⁵ Diário da Bahia, Salvador, 03 de janeiro de 1907. Ed. 02. p. 01

¹⁴⁶ Diário da Bahia, Salvador, 03 de janeiro de 1907. Ed. 02. p. 01

meus ombros viria socalçar”.¹⁴⁷ Para além de toda a construção da narrativa que priorizava, evidentemente, enaltecer os trabalhos do governo e especialmente a figura do governador, é necessário percebermos a reafirmação do apoio à candidatura de Marcellino desde os primeiros momentos. Assim, destacava que:

[...] surgira vossa candidatura, indecisa ainda, ao vaivém das propagandas em choque e, para logo, o Município de Ilhéus, alviçareiro, pelo órgão legítimo de sua imprensa, vos sagrava o escolhido, sem par, dos seus designios. E nas urnas da eleição, o compromisso, de farta e de sobejo, foi cumprido, tal a confiança que as tradições de vossa honra e o mérito de vosso passado inspiravam nas promessas de vosso futuro.¹⁴⁸

Projetava também a expectativa com a visita do governador:

Ao influxo de vosso governo, rasgou-se o seio da terra e scindiu-se a face do mar. *Pelas florestas incultas, onde, ha pouco, os lenhos seculares derribaram, lá para as bandas do norte, o trem passa silvando, como se acaso a garganta da locomotiva gritasse, acclamando a victoria de vosso feito. (Grifos nossos)* E, quando ainda hontem, passageiro no bojo errante não, demandáveis estas plagas, certamente que aos vossos ouvidos, por sobre o negror da noite tormentosa, a quilha do *Commandatuba* parecia cantar a gloria de vosso governo, cortando, triumphantemente, as águas, na marulhada da vaga revolta. Bastaria esse serviço – o da navegação – para vos tornar credor dos applausos, encomios e admiração do povo deste município, cujas energias viestes fomentar, cuja lavoura viestes proteger e cujo commercio fizestes progredir. (Grifos nossos)¹⁴⁹

O primeiro trecho destacado na citação faz alusão à construção da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista, que estava sendo projetada para poder viabilizar o transporte do cacau do interior para o escoamento no porto ilheense. Essa obra foi visitada pelo governador e sua comitiva no dia seguinte, tendo inclusive um almoço organizado por Bento Berillo, um negociante capitalista da Primeira República. Como descreve Pontes, no sul baiano “as palavras “progresso”, “modernização”, e “desenvolvimento”, por algumas décadas podiam ser conjugadas na atuação de Bento Berillo de Oliveira”. Ainda para a autora, essa relação com a região iniciou em dezembro de 1904, quando:

Berillo obteve do governo do estado da Bahia, em concorrência pública, a concessão para a construção da Estrada de Ferro Ilhéus a Conquista, vendida em seguida para a companhia londrina criada para este fim, a *The State of Bahia South Western Railway Company Limiter*, da qual Bento Berillo foi diretor e representante legal por décadas; no ano de 1911, através de contrato com a Intendência de Ilhéus a concessão para a construção do Porto nesta cidade e no ano de 1923 a concessão do Governo Federal para a construção e exploração do porto tendo para tal atividade criada a Companhia Industrial de Ilhéus, da qual foi concomitante à direção da *Ilhéus-Conquista*, presidente também por longo período.¹⁵⁰

¹⁴⁷ Diário da Bahia, Salvador, 03 de janeiro de 1907. Ed. 02. p. 01

¹⁴⁸ Diário da Bahia, Salvador, 03 de janeiro de 1907. Ed. 02. p. 02

¹⁴⁹ Diário da Bahia, Salvador, 03 de janeiro de 1907. Ed. 02. p. 02

¹⁵⁰ PONTES, Kátia Vinhático. **O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacauceira no sul da Bahia (1920-1947)** / Kátia Vinhático Pontes ; Cezar Teixeira Honorato, orientador. Niterói, 2018. p. 59-60

O anseio pelo “progresso” também era visto no discurso de Mangabeira. A expectativa vislumbrada na visita do governador em fomentar o investimento nas linhas de créditos para a expansão das lavouras e um sistema de proteção às intempéries, por vezes, causado às plantações por conta das chuvas, assim como também no processo de comercialização do produto que, por apresentar dificuldades no escoamento, sofria uma forte perda no seu valor econômico. Para isso, fazia-se necessário o investimento em obras que facilitassem esse processo de escoamento do interior e a ampliação do porto da cidade para comportar a demanda.

Ao analisar o pronunciamento do governador, tornando-se, evidentemente, necessário compreender a intencionalidade e estratégias políticas por trás, que almejava diretamente estreitar os laços com a elite local, podemos enfatizar dois pontos importantes: o primeiro sobre a sua percepção a partir das mudanças ocorridas na região e os movimentos políticos ao qual havia influenciado em favor do grupo situacionista, e o segundo, especificamente, sobre a recepção do discurso de homenagem que recebera. Para Marcellino, a região que outrora era “trabalhada, annos e annos, por ódios e paixões violentas”, vivenciava com a nova orientação partidária e sob a liderança de Domingos Adami, “vasada de tolerância, na observancia dos deveres sociaes, no respeito mutuo de indivíduos para indivíduos”.¹⁵¹ É válido frisar que, desde a Proclamação da República, o poder era alternado por membros da família do intendente, inclusive com mandatos sucessivos do coronel Ernesto Sá, proporcionando a manutenção da mesma facção no poder e na ocupação dos cargos de forma hegemônica. Ainda para Marcellino;

Praza o céo que seja sempre assim, que todos os cidadãos desta bella e opulenta porção da Bahia, unidos em um mesmo pensamento de amor, de confraternização, empreguem a máxima boa vontade, a maior somma de esforços de maneira a Ilhéos elevar-se cada vez mais pelo desenvolvimento agrícola, industrial, pela instrucção technica e pratica, por uma política sempre generosa que consolide a paz na família e na sociedade.¹⁵²

Ao afirmar em seu discurso que a região estava unida em torno de um mesmo “pensamento de amor, de confraternização”, o governador, estrategicamente, omitia o contexto de disputas entre as facções, inclusive os atos de violência que resultaram no empastelamento da Gazeta de Ilhéos naquele ano. Desta forma, deixava evidente a sua predileção pela permanência dos adamistas no poder, resultando no processo de exclusão dos correligionários do cel. Antônio Pessoa, mesmo após a tentativa de aproximação empregada pelo grupo. Em contrapartida, é possível observar o estreitamento das relações estabelecidas entre o governador

¹⁵¹ Diário da Bahia, Salvador, 03 de janeiro de 1907. Ed. 02. p. 02

¹⁵² Diário da Bahia, Salvador, 03 de janeiro de 1907. Ed. 02. p. 02

e João Mangabeira. A recepção positiva do discurso de Mangabeira e toda a pompa intelectual no qual foi revestida, atraiu a sua atenção, segundo descrevera José Marcellino, ao narrar que:

*A festa srs. com que me honraes é por sem duvida brilhante; entretanto, a opulência da palavra conceituosa e erudita do vosso orador foi tal que a empallideceu. Sinto-me deveras acabrunhado pela maneira gentil com que a sua generosidade procurou engrandecer e avultar o pouco que tenho feito em bem de nosso Estado [grifos nossos]. Eu a traduzo como de alma de meu illustre collega por actos, que satisfazem os impulsos de minha consciencia, porque na minha humilde obra administrativa e política nada sobreleva senão o cumprimento do dever [...]. Senti-me deveras satisfeito, quando elle affirmou com justiça que eu procuro respeitar a todos os direitos, observar a lei, orientar-me em todos os actos pelos mais severos princípios de tolerância. Para que a minha administração, como todos as administrações modernas, podesse conseguir a expansão economica – que é seu maior intento, éra preciso que eu procedesse desse modo, era preciso inspirar confiança.*¹⁵³

Após a sessão solene e todas as homenagens no Paço Municipal, todos se dirigiram para um jantar organizado na residência do cel. Domingos Adami. No dia seguinte, uma comitiva foi organizada para visitar a construção da estrada de ferro, sendo que nessa comitiva podemos observar a ausência de Mangabeira. Possivelmente, durante o andamento das comemorações, o governador tenha convidado Mangabeira a seguir junto a comitiva até o Rio de Janeiro. Neste sentido, a ausência na visita a estrada de ferro tenha ocorrido por conta da organização dos preparativos para a viagem. Mais tarde, Luiz Vianna Filho descrevia o impacto do discurso na comitiva:

Meu sogro, Frederico Pontes, integrante da comitiva como Secretário da Agricultura, por vezes contou-me o deslumbramento causado pelo discurso de João Mangabeira. Não tiveram limite o entusiasmo, a admiração, os aplausos suscitados pelo ignorado orador, que, repentinamente, passava da planície para cumeadas da fama. José Marcellino era o mais deslumbrado. E de pronto, sem maiores consultas, logo incorporou João Mangabeira à comitiva. Na verdade, fizera dele o orador oficial da excursão.¹⁵⁴

Assim, no dia 13 de dezembro, como foi descrito no diário de bordo produzido pelo jornal Diário da Bahia, o *Commandatuba* partiu do porto de Ilhéus com destino ao município vizinho de Canavieiras, tendo agora João Mangabeira sido incorporado à comitiva.¹⁵⁵ A incursão de José Marcellino também passou por outros municípios pertencentes à região antes da partida para a cidade de Teófilo Otoni em Minas Gerais. Entre as cidades, podemos destacar a sua passagem por Belmonte, Caravelas e Porto Seguro. A presença do governador na região também serviu na tentativa de apaziguamento nas disputas pela divisão territorial entre as

¹⁵³ Diário da Bahia, Salvador, 03 de janeiro de 1907. Ed. 02. p. 02

¹⁵⁴ João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1982. p. 11

¹⁵⁵ Diário da Bahia, Salvador, 04 de janeiro de 1907. Ed. 03. p. 01-02

idades de Canavieiras e Belmonte. Na Mensagem do Governador para a Assembleia Legislativa, sobre a disputa entre os municípios:

Sendo as duvidas e complicações sobre limites motivo de rivalidades e de frequentes attritos entre os municípios de Belmonte e de Cannavieiras, promovi entre os representantes do governo local d'estes municipios um accordo no sentido de serem fixadas as suas linhas limitrophes, pedindo para esse assumpto, que é da vossa competencia, a attenção e solicitude com que costumais tratar dos negocios e interesses publicos.¹⁵⁶

Segundo descrevia o Diário da Bahia, após a conferência entre as lideranças políticas dos municípios “diante dos mapas abertos e documentos abertos sobre a matéria, após consciente e patriótico accordo”, ficou definido que seria apresentado por João Mangabeira, na sessão legislativa seguinte, um projeto de lei que visasse definir os limites de ambos os municípios.¹⁵⁷ A excursão do governador também rendeu a promessa de melhorias estruturais, principalmente no que tange a navegação pelos rios e os serviços de balizamento, de praticagem e de melhoramento dos portos, por conta da dificuldade de locomoção entre os municípios.¹⁵⁸ Ao longo da viagem, devido a impossibilidade de acesso do *Commandatuba*, que ficou atracado na cidade de Canavieiras, uma parte do trajeto precisou ser feita de canoa pelo rio Jequitinhonha e pelo rio Pardo. Ao retornar à cidade de Canavieiras, a comitiva seguiu para a cidade de Caravelas, embarcando em seguida na locomotiva que seguia pela Estrada de Ferro Bahia e Minas, que ligava o extremo sul da Bahia e o nordeste de Minas Gerais, até a cidade de Teófilo Otoni.¹⁵⁹

A chegada no Rio de Janeiro só ocorreu no dia 26 de dezembro, sendo recebido no desembarque por representantes baianos do Congresso, por Alvaro Pena, que representava o Presidente Afonso Pena, o representante de Miguel Calmon e representantes da Associação baiana de Beneficência. Ao narrar o desembarque, João Mangabeira era descrito pelo Jornal do Brasil (RJ) como “jornalista, deputado estadual e advogado na cidade de Ilhéos”.¹⁶⁰ O almoço reservado para um grupo seleta foi organizado no Hotel dos Estrangeiros, contando com a presença dos membros da comitiva, o Senador Severino Vieira, Senador Pinheiro Machado, Dr.

¹⁵⁶ Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura em 1907. p. 10.

¹⁵⁷ Diário da Bahia, Salvador, 05 de janeiro de 1907. Ed. 04. p. 02

¹⁵⁸ Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura em 1907. p. 09.

¹⁵⁹ Para um melhor entendimento sobre a Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM), ver GIFFONI, J. M. S (2006). **Trilhos arrancados: história da estrada de ferro Bahia e Minas (1878-1966)**. 307 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

¹⁶⁰ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1906. Ed. 0361. p. 03.

Augusto de Freitas, Miguel Calmon, ministro da Indústria e Viação e Dr. Francisco de Paula Guimaraes. Após a recepção no porto, o governador manteve uma agenda com o Presidente para um almoço com a família e poucos convidados. Toda essa recepção ao Governador da Bahia foi alvo de crítica no editorial do Jornal O Século (RJ), ao afirmar que:

Nem parece que o Estado da Bahia faz parte da federação. A chegada do dr. José Marcellino está a dar-lhe uns ares de nação independente, fazendo lembrar a visita do rei Maximiliano, do México, do general Rocca, da Argentina e de mr. Elihu Root, da União Americana. O governo, á custa dos cofres públicos, está claro, e não está certo, dá-lhes hospedagem e corre com todas as despesas da aposentadoria bahiana. E para finalizar, para ter mesmo a côr de uma visita estrangeira, ainda que em miniatura, o sr. barão do Rio Branco, ministro do exterior, vae tambem oferecer-lhe um banquete e naturalmente um daquelles tão gostosos cigarrinhos de palha.¹⁶¹

Apesar das críticas empregadas pela oposição pelos gastos na visita do governador, é possível observar que toda a recepção a José Marcellino demonstrava a importância estratégica que o estado da Bahia ainda possuía no cenário nacional. Além dos compromissos oficiais como um almoço com o presidente Afonso Pena, foi oferecido pela representação baiana um jantar para homenagear o governador baiano no Hotel dos Estrangeiros. Para presidi-lo e fazer o discurso foram convidados os senadores Rui Barbosa e Severino Vieira. Todavia, Rui não pôde seguir para o jantar devido a problemas de saúde, nomeando como seu representante o filho Alfredo Rui Barbosa, que mais tarde manteria uma estreita relação com Mangabeira e se tornariam muito próximos.



Imagem 03 – No restaurante Sumaré (RJ) – Grupo ao centro do qual se veem, sentados, o Dr. José Marcellino, governador da Bahia, o Dr. Miguel Calmon, ministro da viação, seguidos aqueles do Dr. Ignacio Tosta, senador Antônio Azeredo e deputados James Darcy, e este do Dr. Carlos Peixoto Filho, deputado Castriciano de Souza e cel. Feliciano de Moraes, chefe da casa militar da Presidência da República. Entre as pessoas de pé, notam-se os deputados João Neiva e Francisco Veiga, o Dr. Aarão Reis, Lacerda, do *Jornal do Commercio*, e Souza, do *Correio da Manhã*. **Fonte:** O Malho, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1907. N. 227. p. 26.

Para o jovem Mangabeira, a oportunidade de estar presente na comitiva do governador e nos eventos oficiais com importantes nomes da representação política baiana e nacional,

¹⁶¹ O Século, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1906. Ed. 112. p. 01.

poderia proporcionar o estabelecimento de contatos e construção de relações políticas que refletiriam em uma projeção para além da região cacauzeira. Outro importante elemento que contribuiu diretamente na sua rápida ascensão, estava nas escolhas políticas adotadas por Mangabeira, principalmente em manter-se dentro do situacionismo, tanto no âmbito local, quanto estadual.

3.2 A crise na política baiana.

Após o retorno da viagem na comitiva de José Marcellino até o Rio de Janeiro no início de 1907, João Mangabeira tomou posse como deputado estadual, iniciando sua atuação no legislativo baiano. Também foi nesse ano que acabou por se tornar o principal candidato a representante do executivo municipal ao ser alçado como candidato oficial a Intendente em Ilhéus pelo grupo nas eleições no final deste mesmo ano. Com o apoio do governo estadual e estando em contato direto a partir do seu mandato na Câmara, dificilmente a oposição conseguiria impedir a sua eleição. Entretanto, com a ruptura das relações entre Severino Vieira e José Marcellino, o PRB acabou por ser dividido em dois grupos distintos, forçando Mangabeira a optar por uma das correntes.

O processo de sucessão ao governo estadual tinha como principal referência a indicação do nome pelo governador. Havia sido assim com a indicação de José Marcellino pelo então governador Severino Vieira, subvertendo a uma prática comum à época, que colocava sob a tutela do governador a articulação política e administrativa. Severino Vieira que ocupava neste momento a posição de Senador Federal e presidente da Comissão Executiva do PRB, exercia o controle sobre as tratativas políticas, enquanto José Marcellino se ocupava da parte administrativa do governo. Entretanto, desde a articulação nas eleições para presidente e a sua aproximação com Rui Barbosa, é possível observar uma crescente nas relações junto às elites locais de Marcellino, vide a incursão ao sertão baiano, região dominada por influentes coronéis e o sul do estado, região que estava se constituindo um dos principais polos econômicos. Para Sarmiento:

O governador era a figura central da dinâmica política estadual. O processo de sua eleição seguia a lógica do continuísmo, vigente em toda a República: o governador em exercício escolhia um nome que supunha ser bem aceito pelas forças que apoiavam seu governo (o que, muitas vezes, desagradava a alguns grupos, que podiam ser deslocados para a oposição). Mesmo quando a oposição lançava um candidato, o governista costumava ser eleito, pois o governo, além de ter o controle da máquina administrativa (nomeações/demissões), normalmente tinha maioria na Assembleia Legislativa, responsável pelo processo de “verificação de poderes”.¹⁶²

¹⁶² SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Sílvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. p. 43

A eleição para governador de 28 de janeiro de 1908 acirrou as disputas dentro do PRB. Tomando a prerrogativa da indicação do nome sucessor, José Marcellino indicou o nome de J. F. Araújo Pinho. Em contrapartida, Severino Vieira alegando que a indicação era prerrogativa da Comissão Executiva do partido apontou o nome de Ignacio Tosta como candidato oficial. Ao retornar a prática tradicional de indicar um sucessor, José Marcellino se viu em conflito direto com Severino Vieira, que neste momento se encontrava fortalecido dentro das hostes do PRB devido a condução dos negócios políticos do Estado durante sete anos consecutivos, o que acabou por lhe garantir a construção de uma firme base política, não apenas nos legislativos, mas também nos postos administrativos e policiais do Estado.¹⁶³ Como observa Sarmiento, essas rupturas se constituíam um elemento central no processo de instabilidade da política baiana e muitas vezes aconteciam sob a tutela do governo federal.¹⁶⁴

A crise que eclodiu em abril tomou rapidamente conta das discussões no cenário federal. Como noticiou a *Gazeta de Notícias* (RJ), logo após o resultado da eleição das comissões no congresso estadual, Severino Vieira e José Marcellino haviam agendado algumas reuniões. Com a ausência do chefe do PRB, José Marcellino então “incumbiu o presidente da câmara dos deputados de declarar aos colegas que o governador havia rompido relações com o Dr. Severino Vieira, sendo apresentado hoje no *A Bahia* o nome do Dr. Araújo Pinho para candidato ao cargo de governador do estado”.¹⁶⁵ Embora Severino possuísse uma forte influência no processo de decisão do PRB através da Comissão Executiva, vide as moções de apoio que rapidamente foram emitidas pela maioria na Câmara dos Deputados do Estado e Federal e pelo Senado Estadual, as articulações feitas por Marcellino junto ao governo federal pesaram a balança a seu favor. Nomes como Rui Barbosa, Pinheiro Machado, Miguel Calmon e do presidente Afonso Pena, optaram por apoiar a indicação de Marcellino. Como descrevia a *Gazeta de Notícias* (RJ):

Os políticos mais influentes estão divididos: alguns dirigem-se para a redacção do *Diário da Bahia*, outros para a casa do Sr. Senador Severino, e ainda outros para o palácio do governo. Amanhã será apresentada na Camara dos Deputados estadoaes uma moção de adesão ao Sr. Severino, a qual, até agora, já obteve a assignatura de 22 deputados e 8 senadores estadoaes. O Sr. José Marcellino, tendo disso notícia, disse que considerava esse facto como uma aggressão à sua auctoridade.¹⁶⁶

¹⁶³ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 45

¹⁶⁴ SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Silvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. p. 46

¹⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1907. Ed. 101. p. 01

¹⁶⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1907. Ed. 101. p. 01

Nesse processo de ruptura de ambos os próceres da política baiana, o apoio de João Mangabeira e o impacto que isso representaria na região cacauzeira acabou por entrar nessa disputa. A Revista do Brasil (BA) satirizava a pressão feita por Severino pelo apoio do jovem político, afirmando que “o mestre *Gozi*, honrando sempre suas tradições já que insinuar o illustre dr. João Mangabeira a brigar, intrigando-o com o benemérito dr. José Marcellino, a quem accusa de não lhe dar sciencia das deliberações palacianas. Que figura triste!”.¹⁶⁷ Todavia, gozando de prestígio na região cacauzeira, José Marcellino obteve o apoio do cel. Domingos Adami e conseqüentemente de João Mangabeira e seus correligionários. A escolha pela ala do governo foi alvo de crítica posteriormente através do Jornal de Ilhéos:

O deputado de Ilhéos, que, cortezão refinado se tornara o favorito, “o menino de ouro” do chefe do Partido, pespegou-lhe na face disforme com o mais solenne ponta-pé que jamais apanhou um mestre-bargante de um discípulo ingrato. Foi por ocasião da scisão Severo-Marcellino. E o “menino de ouro” arrastou na defecção os *velhos de prata* d’aquí. Nunca se vira maior ingratidão, que tocou às raías do desnaturado. Foi um verdadeiro parricídio político. O sr. Severino escabujou de ira. O seu *Diário* viu-se obrigado a fallar a verdade sobre as cousas desta terra. Os traidores passaram a ser “os canalhas”, os “anthropophagos” etc. e a sua ovelha-má tornou-se “a azemola”, “o biltre”, além de outros qualificativos do calão do Caes do Ouro, com que as *Maiusculas e minusculas* entraram a deliciar os appetites pornographicos.¹⁶⁸

A opção pela sustentação do apoio a Marcellino se constituiria uma estratégia importante na manutenção do poder local. Como salienta Consuelo Novais, em alguns municípios em que havia uma disputa entre grupos rivais, dividiram-se as manifestações de adesão entre os dois candidatos. Neste sentido, tender para o lado de Severino, que estava neste momento se colocando na posição de oposição ao governo, poderia propiciar a facção pessoísta, que já estreitava laços com os membros do grupo liderado por J. J. Seabra, sendo que este tinha optado pela candidatura de Araújo Pinho em uma nova tentativa de aproximação com o situacionismo, conseguir romper com a hegemonia estabelecida desde a Proclamação da República nas eleições para intendente e conselheiro municipal de novembro de 1907 em Ilhéus.

Mesmo obtendo uma grande força dentro do PRB, Severino Vieira não conseguiu impedir a candidatura de Araújo Pinho. Com o apoio do governo federal, José Marcellino agregou boa parte dos potentados locais, o que era de suma importância no processo de garantia dos votos necessários para a eleição. Desta maneira, mesmo tendo o apoio da Comissão Executiva do partido que aprovou a indicação de Inácio Tosta na convenção de 29 de junho, era improvável uma vitória no pleito. A pouca adesão dos potentados locais à convenção,

¹⁶⁷ Revista do Brasil, Salvador, 01 de julho de 1907. Ed. 01. p. 29

¹⁶⁸ Jornal de Ilhéos, 24 de novembro de 1912. Ed. 20. p. 01

inclusive, foi motivo de críticas na imprensa baiana. Como podemos observar na charge publicada na Revista do Brasil (BA):



Imagem 04 – Uma convenção de bobage. **Fonte:** Revista do Brazil, Salvador, 01 de julho de 1907. N. 01.

Nas eleições de 28 de janeiro de 1908, como já era esperado, o nome sufragado para o governo foi o de Araújo Pinho, colocando Severino Vieira na posição de oposição ao governo. Em contrapartida, na cidade de Ilhéus, João Mangabeira que concorreu nas eleições municipais de 10 de novembro como candidato oficial do governo estadual, não somente consolidava suas influências, mas se tornava o principal nome dentro da região, o que o levou também a ser indicado como candidato oficial para a função de deputado federal nas eleições de 1908, com o aval de José Marcellino.

4.0 O MANDATO DE INTENDENTE EM ILHÉUS

Realisa-se, no dia 1º de janeiro, em todo o Estado, a posse do governo de todos os municípios de que elle se compõe. Com a esperança que traz o despontar de um novo anno, esperança que já rutilam por entre as brumas que envolvem o anno que expira, virão para muitos municípios as de melhores dias e melhores governos, que compensem azares e dezares que anteriores lhes tenham, porventura, legado. Para nós, para este município, estas esperanças fundem-se na mais absoluta certeza de que o governo vae ser empossado será o prolongamento do que o antecede e de outros que, apesar de annos decorridos, ainda não caíram no olvido, porque os envolvem as bençãos do povo beneficiado e agradecido. *O Chefe futuro do governo municipal de Ilhéus tem um nome feito, uma reputação inatacável; e, moço intelligente e illustrado, é sólida e segura promessa do desenvolvimento moral e material desta terra, que elle*

*ama como seu berço e a que, de longos annos, serve com dedicação louvável (Grifos nossos).*¹⁶⁹

A eleição do “menino de ouro” para a intendência e de Artur Lavigne de Lemos como presidente do Conselho Municipal, mesmo mantendo a base adamista no comando da política local, se abria espaço para uma ala jovem da política na região – a dos bacharéis – que rompia com a sequência de eleição de grandes proprietários de terra. Evidentemente que se seguia a manutenção do interesse desses potentados e a manutenção das políticas que os favoreciam, principalmente as questões sobre o cacau, interesse maior para a economia local. Mas a eleição de João Mangabeira também colocava no poder um jovem não nascido na terra, e que havia chegado a relativo pouco tempo e rapidamente conseguira alcançar a liderança do executivo municipal. O que demonstrava a sua capacidade política e intelectual junto aos coronéis.

Com o encaminhamento da sua candidatura para concorrer ao legislativo federal, sendo que a legislação da época permitia exercer as duas funções, possivelmente a eleição do jovem médico Arthur Lavigne para a presidência do Conselho tivesse a intenção de prepará-lo para exercer a função de Intendente, já que seria o substituto natural na ausência de Mangabeira e garantiria a presença da elite tradicionalista no comando.

Ao analisar a gestão de Mangabeira a frente da Intendência, Hermes Lima enaltecia que a sua administração constava “nos anais da vida pública como uma das mais eficientes e progressistas, uma administração pioneira na defesa da vida municipal do País”. Para Hermes, Ilhéus, que não passava de um “mesquinho lugarejo”, ganhou na administração de Mangabeira a proporção de uma cidade com princípios de modernidade em apenas quatro anos de mandato. Neste período, viu-se a instalação de “água e esgoto na cidade; deixou em andamento o serviço de luz e força elétrica; calçou as principais vias públicas e paralelepípedos; rasgou novas ruas, alargou ruas antigas; levou a cabo, por meio de desapropriação, vasta série de demolições”, entre as casas desapropriadas estaria a do vice-presidente do partido e contou com a presença do intendente. Dando continuidade as obras “construiu o primeiro trecho do cais; lançou as primeiras pontes de alvenaria nas estradas; abriu escolas; cobrou impostos de gregos e troianos; aboliu as sinecuras no governo municipal”.¹⁷⁰

Em visita a Ilhéus, Raymundo Rocha, gerente e proprietário do jornal *A Opinião* do município vizinho de Barra do Rio de Contas (atual cidade de Itacaré), também elencava a série de obras que a cidade vivenciava no governo de Mangabeira e Arthur Lavigne. Para o editor,

¹⁶⁹ A Lucta, Ilhéus, 28 de dezembro de 1907. Ed. 282. p. 01

¹⁷⁰ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira.** Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 23.

“eminente dotado de viril intelligencia, auxiliada e amparada por nobres sentimentos, o dr. Mangabeira imprimio à administração de Ilhéos uma nova feição, pela qual dando valor à capacidade, ao mérito, desprezando o favoritismo, regulando os modos de prompto cumprimento da lei para sua real efficacia”. Sobre a atuação de Arthur Lavigne, o jornal enaltecia os “sentimentos altruísticos e bôas qualidades de cidadão e administrador têm-no feito grangear um largo circulo de estima e consideração, accrescido ainda mais pelo immenso prestígio da nobre e distinctissima família Lavigne, ramificada em todo o município”.¹⁷¹

Diferentemente da percepção de uma Ilhéus moderna e progressista, os pessoístas apontavam que a administração de Mangabeira durante os quatro anos em que governou, além das improbidades administrativas, não havia feito nenhuma obra de grande valor para o município, indo de encontro com a narrativa posteriormente construída em torno do seu mandato à frente da intendência. Evidentemente que essa análise parte da perspectiva de uma construção narrativa do grupo que disputava o controle e a hegemonia do poder local e que objetivava enaltecer a figura do cel. Antônio Pessoa. É possível observar esse movimento com a virada pessoísta como poderemos analisar. Como descreve o Jornal de Ilhéos:

Esta zona era outr’ora considerada um pequeno Amazonas. Corriam então abundantes as safras, gosava o cacão de bom preço e, em consequencia, circulava muito dinheiro. Mas, também, como no Alto Amazonas, estava a natureza entregue às suas próprias forças, sem que houvesse benefício publico algum. E, como os poderes governativos pairavam em mãos indignas, reinavam completa falta de garantias para o trabalhador honesto e incondicional protecção para os salteadores e caramboleiros. Ilhéos, era o paraíso dos ladrões [...] Furtava-se, rapinava-se, feria-se e matava-se aqui mais do que em outra qualquer parte. A estatística criminal da comarca, se fossem processados todos os factos delictuosos, teria excedido à de todo o restante do Estado! A consequencia foi Ilhéos adquirir a mais desgraçada reputação. Em toda a parte, quando se fallava nesta terra, os homens sensatos proferiam ásperos commentarios, os fracos e impressionáveis estremeciam e os devotos persignavam-se.¹⁷²

Segundo noticiava o jornal, ao deixar o governo, a gestão de Mangabeira retirou da Intendência inúmeros documentos que seriam necessários para contabilizar todas as despesas do município, entre eles houve o desaparecimento de vários volumes dos balancetes, livros de lançamento, talões, gazetas com publicações oficiais e outros documentos esparsos. É válido ressaltar, como observa Ribeiro, que Mangabeira após as eleições para o legislativo federal, optou por passar maior parte do tempo na capital federal ao qual se tornou o principal representante dos interesses dos cacauicultores, o que também facilitaria obter recursos destinados à região. A ausência do município proporcionou a Artur Lavigne manter sob a sua

¹⁷¹ A Opinião, Barra do Rio de Contas, 24 de abril de 1910. Ed. 24. p. 02

¹⁷² Jornal de Ilhéos, Ilhéus, 06 de julho de 1913. Ed. S/N. p. 01

tutela boa parte do comando da intendência.¹⁷³ Neste sentido, a manutenção do poder continuaria sendo exercida por um membro de uma das ramificações da família Sá até a virada pessoísta.

4.1 Eleição para o Legislativo Federal: a atuação na Comissão Verificadora de Poderes

Com a eleição de Araújo Pinho para o governo do estado e conseqüentemente a manutenção da influência no PRB por José Marcellino, inclusive recebendo a indicação para ocupar a vaga no Senado Federal, disputando as eleições com o conselheiro Virgílio Clímaco Damásio, que desde a constituinte republicana exercia o referido mandato, e havia sido indicado pela ala ligada a Severino Vieira, o cenário político baiano se apresentava favorável a João Mangabeira. Junto ao situacionismo, Mangabeira conseguiu garantir o apoio necessário para sua indicação como candidato nas eleições de 30 de janeiro de 1909 do partido pelo segundo distrito eleitoral. Segundo os termos do decreto nº 1425 de 27 de novembro de 1905, o Estado da Bahia foi dividido em quatro distritos eleitorais.¹⁷⁴ O segundo distrito que tinha como sede a cidade de Cachoeira, possuía uma área de grande extensão, ocupando desde a região do Recôncavo Baiano, algumas cidades importantes do Sudoeste até cidades do Extremo Sul do Estado.

A divergência no quantitativo de votos obtidos por cada candidato é possível ser observado pela publicação dos dois órgãos oficiais dos principais chefes políticos do Estado. Segundo o Diário da Bahia, órgão que representava os interesses do grupo de Severino Vieira, as eleições no segundo distrito tinham como candidato mais votado até então, Joaquim Ignácio Tosta com 7.677 votos, seguindo por Manuel Ubaldino Nascimento de Assis com 3.637 votos e ocupando a última posição, João Mangabeira com 2.208 votos. Em contrapartida, o jornal A Bahia, órgão oficial ligado a José Marcellino, apontava José Maria Tourinho encabeçando com 16.061 e João Mangabeira ocupando a segunda posição com 15.681 votos, sendo desses, 2.211 somente obtidos na cidade de Ilhéus, e por último, Joaquim Ignácio Tosta com 5.334 votos.¹⁷⁵

¹⁷³ RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)** / André Rosa. – Ilhéus: Editus, 2001. p. 118.

¹⁷⁴ Segundo o **decreto nº 1425 de 27 de novembro de 1905**, o segundo distrito do Estado da Bahia tinha como sede a cidade de Cachoeira e era composto pelos municípios de: Cachoeira, Villa de S. Francisco, Santo Amaro, S. Gonçalo de Campos, São Felix, Cruz das Almas, Maragogipe, S. Felipe, Conceição de Almeida, Castro Alves, Jaguaribe, Aratuhybe, Nazareth, Santo Antonio de Jesus, S. Miguel, Amargosa, Jequeriçá, Monte Cruzeiro, Areia, Jequié, Valença, Taperoá, Santarém, Igrapiuna, Cayrú, Nova Boypeba, Camamú, Marahú, Barcellos, Ilheos, Olivença, Barra do Rio de Contas, Cannavieiras, Una, Belmonte, Santa Cruz, Porto Seguro, Trancoso, Villa Verde, Alcobaça, Prado, Caravellas, Viçosa e S. José de Porto Alegre. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1425-27-novembro-1905-777354-publicacaooriginal-141632-pl.html>

¹⁷⁵ Jornal de Notícias, Salvador, 04 de fevereiro de 1909. Ed. 8678. p. 01

Essa inconsistência no quantitativo de votos refletiu no processo de reconhecimento e diplomação dos eleitos no Legislativo Federal, responsável por fazer o reconhecimento e diplomação dos candidatos eleitos. Fazendo parte da mesa provisória, Mangabeira foi designado a função de Segundo Secretário, ficando responsável pela organização das listas dos diplomados e das contestações recebidas. No que se refere as eleições do segundo distrito, a Bahia enviou a lista aprovada pela Junta Apuradora da cidade de Cachoeira que continha os nomes de João Mangabeira, Pedro Vicente Vianna, José Maria Tourinho, Ubaldino de Assis, Alfredo Rui Barbosa e Bernardo Jambreiro, único candidato que não fazia parte da ala do PRB ligada a José Marcellino, deixando Joaquim Ignácio Tosta, candidato a governador derrotado nas últimas eleições fora da lista dos eleitos. Em decorrência dessa exclusão, Tosta entrou com um recurso na Câmara que foi avaliado pela Terceira Comissão Verificadora de Diploma sorteada para analisar as atas dos estados da Bahia, Espírito Santo e do Distrito Federal.¹⁷⁶ No recurso, Ignácio Tosta solicitava que:

- a) que sejam apuradas de preferencia as suas duplicatas nos municípios de *Cachoeira, S. Felix de Paraguassú, Castro Alves ou Curralinho, Alcobaça e Barra do Rio das Contas;*
- b) que sejam excluídos os votos das actas de: 1), *Barcellos;* 2), *Nova Lage;* 3), *Igrapiuna;* 4), *Prado;* 5), *Santo Antônio de Jesus;* 6), *Amargosa;* 7), *Cannavieiras;* 8), *Nova Boipeba;* 9), *Jequié;* 10), *Belmonte;* 11) e 12), *Ilhéos e Itabuna.*¹⁷⁷

Alegando que havia sido eleito para o Congresso Constituinte no ano de 1890, com votação superior a 40.000 votos, sendo o terceiro da lista mais votado e que havia sido sucessivamente reeleito nas eleições ordinárias subsequentes, e que devido ao segundo distrito eleitoral do Estado ser composto de municípios ricos, populosos e agrícolas, muitos dos quais representara há mais de 25 anos, desde o Império, tendo sido Deputado provincial de 1882 a 1889, não haveria motivos para uma dissidência do eleitorado, sendo assim, o resultado das eleições de 1909 teriam sido fraudados no intuito de expurgar o principal candidato do partido dissidente, indo de encontro a lei eleitoral n. 1.269, de 15 de novembro de 1904, que garantia as minorias na representação das oposições.¹⁷⁸

Com a exclusão da contagem dos votos nos 12 municípios reivindicado por Tosta, mais o município de São Felix, restando 33 municípios aptos a serem apurados, o quantitativo de votos perdidos por Mangabeira ainda seria o maior em comparação com os outros candidatos, totalizando 6.947 dos 18.060 enviados inicialmente, deslocando-o da primeira posição dos

¹⁷⁶ Faziam parte da comissão os deputados: Euclides Barroso (CE), Domingos Gonçalves (PE), Eduardo Saboia (CE), Seraphico da Nobrega (PB) e Raymundo de Miranda (AL).

¹⁷⁷ Anais da Câmara dos Deputados, 02 de maio de 1909. p. 256

¹⁷⁸ Anais da Câmara dos Deputados, 02 de maio de 1909. p. 272-73

números de votos totais no segundo distrito para a segunda colocação, atrás de Ubaldino de Assis que perdeu 5.424 votos dos 17.521 obtidos. Desta forma, ainda que houvesse a anulação dos votos solicitados por Tosta, Mangabeira continuaria fazendo parte da lista dos deputados aptos a obter o diploma. Em contrapartida, Ignacio Tosta perderia 485 votos, um total de 4.225 votos a menos em comparação ao menos votado da lista e um total de 6.462 a menos que Mangabeira.

Segundo o relatório apresentado pela Comissão de Verificadora de Poderes, ainda que houvesse um quantitativo de votos perdidos menor que todos os outros candidatos, Ignacio Tosta ainda manteria uma diferença de 4.950 votos a menos que o tenente Alfredo Rui Barbosa, filho do Senador Rui Barbosa. Na tentativa de reverter a diplomação de Alfredo Rui e Pedro Vianna, o deputado Pedro Lago, eleito e diplomado pelo primeiro distrito da Bahia e um dos representantes da ala severinista do PRB, entrou com um requerimento solicitando o adiamento da votação do parecer para depois da constituição dos novos membros da Câmara. Com a adesão de apenas 24 deputados, o requerimento foi rejeitado, sendo aprovado o requerimento do deputado Leovigildo Filgueiras para ter urgência na votação. Mesmo com a rejeição, Pedro Lago requereu então preferência para ser votada a sua emenda reconhecendo Ignacio Tosta, sendo a favor apenas 10 deputados.¹⁷⁹

Desta maneira, prevaleceu a lista enviada pela Junta Apuradora da Bahia, mantendo no segundo distrito os nomes ligados a base de José Marcellino e do governador Araújo Pinho. Com a diplomação garantida, Mangabeira foi sorteado para fazer parte da 4ª Comissão de Inquérito¹⁸⁰, ficando responsável pela relatoria do terceiro distrito eleitoral do Rio de Janeiro. Conforme destaca Viscardi, quando o processo de renovação do Parlamento coincidia com a sucessão presidencial, e neste caso estava em pauta a discussão sobre a sucessão de Afonso Pena, havia um aumento exponencial da instabilidade política o que acabava por ampliar a autonomia do Congresso sobre o regime.¹⁸¹ Ainda em dezembro de 1908, Pinheiro Machado comunicou a Rui Barbosa que havia acabado de retornar da Convenção de Haia, que Afonso Pena desejava firmar o nome de um sucessor em 1910, e que, em torno de tal questão, deveriam ocorrer as eleições para a renovação da Câmara dos Deputados e a renovação do terço do

¹⁷⁹ O Século, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1909. Ed. 823. p. 02

¹⁸⁰ A 4ª Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados tinha como responsabilidade a análise dos documentos referentes a diplomação dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Além de João Mangabeira, a comissão era composta por Alaor Prata (MG), Astolpho Dutra (MG), Bernardo Monteiro (MG) e Pereira Braga (DF).

¹⁸¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"** / Cláudia Viscardi. - Ebook - 2.ed. - Belo Horizonte : Fino Traço, 2019. p.171.

Senado, ampliando a movimentação política baiana contrária a indicação de um nome pelo Presidente.¹⁸²

A chegada de José Marcellino ao Rio de Janeiro mexeria as estruturas que envolviam o situacionismo baiano. Neste momento, o chefe político encontrava-se no processo de reconhecimento da sua eleição como candidato a Senador pela Bahia. Marcellino, amigo de Afonso Pena, embora discordasse da candidatura de David Campista, predileto do presidente, havia comprometido o seu apoio ao candidato do catete, com a exceção de uma possível candidatura de Rui Barbosa. Sendo visto como um elemento de grande influência junto ao governador Araújo Pinho e tendo força para movimentar uma oposição a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, o reconhecimento do nome de Marcellino havia sido colocado em xeque.

A possível influência de Pinheiro Machado e os aliados a favor da candidatura de Hermes poderia comprometer a diplomação de Marcellino no Senado Federal. Partindo dessa conjuntura, Seabra, que se elegera Deputado Federal com o apoio do governo estadual, se aproveitando dos embates ocorridos após a cisão de 1907 do PRB, foi ao encontro de Marcellino no Hotel dos Estrangeiros, expondo-lhe os perigos que a sua eleição correria ao manter-se na oposição a candidatura de Hermes. João Mangabeira, que se hospedava no mesmo hotel durante sua estadia na capital e que estava presente no encontro, narra que Seabra:

Exortou-o a não sacrificar a situação da Bahia, pois era matemática vitória de Hermes, com quem declarou que já estava. Enumerou todos os elementos e apoios de toda ordem com que contava o marechal e acrescentou: - “Estou procedendo com toda lealdade. Se fôsse desleal, preferiria que o meu amigo ficasse contra o marechal, para que eu fôsse, então, o chefe da Bahia. Mas o que eu quero é que o senhor continue como chefe”. José Marcellino não cedia. E Seabra, ao sair, abraçando-o: - “Meu velho amigo, o senhor vai ficar sozinho. São Paulo acaba aderindo também”. E como José Marcellino lhe perguntasse: - E Ruy também irá?” Respondeu-lhe Seabra: - “Como sabe, sou inimigo deste senhor. Mas é o único que não vai. Mas também nada tem a perder. Não tem partido. É sozinho. E o marechal é amicíssimo dele. Fica contra a candidatura Hermes, e no governo do marechal, se quiser, será um trunfo”. E ao sair: - “Meu amigo, o Pena está perdido. Não embarque nessa canoa furada”.¹⁸³

As divergências entre Rui e Seabra haviam se intensificado nas eleições presidenciais de 1906 e agravou-se com a anulação da eleição de Seabra como Senador no mesmo ano pelo estado de Alagoas. Seabra elegeu-se sob a tutela de Euclides Malta, chefe de uma importante oligarquia do estado, mas acabou sendo “degolado” no processo de reconhecimento e atribuiu a influência de Rui junto a Pinheiro Machado. Neste momento, Seabra deixou claro a posição que adotaria a favor da candidatura de Hermes ainda que a Bahia optasse por fazer uma

¹⁸² MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 105

¹⁸³ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 111/112

oposição. Todavia, continuava afirmando que não deixaria de manter o seu apoio ao governador Araújo Pinho mesmo em posições diferentes no cenário político federal. Embora afirmasse nesse momento que não tinha o interesse de assumir o controle político baiano, o movimento na direção oposta ao situacionismo baiano e possuindo uma base política com grandes influências no estado, colocou Seabra na posição de representante baiano na campanha, o que tornaria insustentável a manutenção das relações estabelecidas com a base do governador Araújo Pinho.

Nessa conjuntura de disputas pela maioria no congresso, o terceiro distrito tornou-se um campo de contestações envolvendo o vice-presidente Nilo Peçanha, neste momento na oposição, e o governador da Guanabara, Alfredo Backer. Embora Backer houvesse sido eleito através do apoio de Nilo, se afastara das suas bases, aliando-se a grupos marginalizados por este. Articulou-se também com políticos que haviam rompido com Nilo por conta da sua política administrativa de cortes de gastos públicos e restrições as relações clientelísticas exacerbadas.¹⁸⁴ Outro importante fator que influenciou no conflito estava na relação de proximidade do governador junto ao presidente Afonso Pena que buscava fortalecer as bases para construção do seu sucessor.

No parecer apresentado por Mangabeira, indicava-se o reconhecimento das eleições de Oliveira Botelho, Raul Fernandes, Teixeira Brandão, Henrique Borges e Paulinho Junior. Em oposição, duas emendas foram apresentadas: a primeira pelos deputados Duarte de Abreu da bancada de Minas Gerais e Jesuíno Cardoso da bancada de São Paulo que objetivavam o reconhecimento de Sebastião Lacerda no lugar de Henrique Borges e a segunda apresentada por Bethencourt Filho (DF), solicitando o reconhecimento dos candidatos diplomados pelo estado. Sobre o posicionamento de Mangabeira na disputa política, Hermes Lima narra que:

João Mangabeira tomou logo posição: não eliminaria, como desejava a política oficial, todos os candidatos da política oposicionista. Pleito não houvera. Mandar proceder a novas eleições era perder tempo. *O melhor critério seria reconhecer os dois deputados mais capazes do governo e os dois mais capazes da oposição. O merecimento, o valor pessoal confeririam o mandato à falta de eleições autênticas (grifos nossos)*. Viriam assim, pela oposição, Raul Fernandes e Oliveira Botelho; pelo situacionismo, Paulino de Souza e Henrique Borges. A pressão oficial tenta afastar o Deputado João Mangabeira de seu propósito. Neste momento, chega-lhe uma palavra de Rui, a primeira palavra direta que recebe daquele a quem depois haveria de ligar-se tão profundamente. Rui apoia seu modo de pensar e aconselha-o a que resista. Pede-se, afinal, a intervenção do governador José Marcellino. Este, porém, inteirado do assunto, sustenta o ponto de vista do representante da Bahia.¹⁸⁵

¹⁸⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. Política e poder no Estado do Rio de Janeiro na República Velha. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, v.1, n.1, p115 – 120, set./dez., 1985. p. 119.

¹⁸⁵ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira**. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 24.

Embora Hermes Lima narre a postura de Mangabeira como conciliadora, propondo manter diplomado os membros de ambos os lados, tanto da situação quanto da oposição, o que as fontes empíricas apontam para um jogo de negociação nos bastidores refletida pelas disputas em torno dos nomes apoiados tanto pelo Catete, quanto pelo governo fluminense, e que poderia influenciar no processo em torno do nome do candidato à presidência, o que levou ao jovem deputado a tomar uma postura mais crítica ao processo na tentativa de manter os nomes acordados para a diplomação. A própria demora no encaminhamento da ata de reconhecimento por Mangabeira era criticada no jornal *O Paiz* (RJ), ao apontar que ele estava à espera do posicionamento de José Marcellino para definir os nomes governistas que deveriam ser diplomados no lugar dos opositores.¹⁸⁶

Por outro lado, Mangabeira ganhou destaque na imprensa ao denunciar à Câmara uma suposta falsificação da emenda dos deputados Duarte de Abreu e Jesuíno Cardoso. Essa fraude, segundo o deputado ao discursar na tribuna, poderia ser considerado “um fato escandaloso, o mais escandaloso que, talvez, já se tenha praticado em qual parlamento do mundo”. A denúncia se baseava na possível substituição na secretaria das duas últimas folhas da emenda que havia sido enviada a 4º Comissão. Nas primeiras páginas da emenda, que estavam numeradas, havia o pedido de anulação das seções de Duas Barras, de Mangaratiba e da 2º seção de Vassouras. Nas conclusões apresentadas nas folhas supostamente alteradas e que não tinham numeração, as seções mencionadas deveriam ser aprovadas. O motivo da substituição deveria ao fato de que ao terminar a leitura do parecer na comissão, Mangabeira havia comunicado ao Deputado Duarte de Abreu que a sua emenda não prejudicava a eleição de Henrique Borges porque anulando a eleição de Duas Barras, o prejudicado seria Paulino de Souza.¹⁸⁷ Sobre a acusação feita por Mangabeira, ao salientar que o deputado Duarte de Abreu ficara “atônito” ao saber sobre os erros nos cálculos, o mesmo afirmava que ao saber da notícia:

Mandei chamar imediatamente o Sr. Sebastião de Lacerda e com tão boa fé precidia, tão tranquilo estava que, antes do Sr. Mangabeira repetir o que me acabava de dizer quando ao suposto erro, o Sr. Sebastião Lacerda afirmou a mim e ao Sr. Mangabeira que os cálculos estavam exactos [...] Afirmei, repito, e tanta atenção eu ligava, neste particular, à afirmativa do Sr. Mangabeira e tanta certeza eu tinha da exactidão dos cálculos feitos pelo Sr. Sebastião de Lacerda, que me retirei, deixando os dous conversando sobre o assumpto. Minutos depois encontrei-me, creio que na sala de café, com SS, EEx... Disse-me então o Sr. Sebastião de Lacerda que havia pedido ao Sr. Mangabeira os calculos para comparar com aquelles que constavam da emenda.¹⁸⁸

¹⁸⁶ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1909. Ed. 8997. p. 01

¹⁸⁷ ACD, Sessão em 27 de maio de 1909, p. 504

¹⁸⁸ ACD, Sessão em 29 de maio de 1909. p. 550-551

Já o deputado Jesuíno Cardoso justificava que o erro havia ocorrido no processo de transcrição, sendo que:

A emenda foi redigida por nós, mas não foi escripta por letra de nosso próprio punho, nem de illustre contestante. Graciosamente passou-a a limpo gentil senhorita de respeitável e distinta família [...] Eis o facto. Escapou na verdade – porque não há nada como dizer a verdade para triumphar e mostrar que é mesmo a verdade – escapou à nossa interessante copista o ponto referente a Duas Barras e o referente à 2ª secção de Vassouras. No rascunho feito por nós, estava traçado o primeiro “considerando” em relação à eleição de Duas Barras, que se considerava valida; entretanto, copiado pelo referido equívoco, foi esta eleição considerada como nullificada pela emenda.¹⁸⁹

Ainda que o processo de substituição dos papéis não pudera ser comprovado, inclusive pelos fatos apresentados pelo empregado da secretaria, encarregado de secretariar os trabalhos das comissões de inquérito, ao afirmar que, sendo solicitado pelo deputado Duarte de Abreu a emenda para a assinatura de Jesuíno Cardoso, na devolução não havia notado nenhuma rasura ou modificação no documento e que seria impossível lembrar todos os termos ali escritos, o impacto do discurso provocou intensos conflitos no Parlamento. Antes da denúncia ser apresentada, Duarte de Abreu apresentou um requerimento solicitando urgência na votação da emenda, sendo concedida por uma votação de 73 votos a favor contra 54 contrários. Em seguida, a primeira conclusão da emenda foi aprovada com tranquilidade, obtendo 70 votos a favor e 38 contra.

Em contrapartida, Mangabeira solicitou o processo de votação nominal, sendo assim possível identificar os votantes e seus respectivos votos. Embora tenha recebido duras críticas pela proposta principalmente de J. J. Seabra que alegava ir de encontro ao regimento e de parte da bancada do Rio Grande do Sul, o seu requerimento acabou por ser aprovado e obteve forte apoio da bancada da Bahia, de São Paulo e do Distrito Federal. Em meio a inúmeras discussões, a segunda emenda proposta por Duarte de Abreu e Jesuíno Cardoso acabou por ser rejeitada tendo 75 contra a 74 votos a favor. A diferença mínima era reflexo de uma Câmara dividida em torno da próxima campanha eleitoral que estava por vir. Segundo descrevia o jornal *Correio da Manhã* (RJ), ao ser anunciado o resultado da votação do parecer, em um movimento de protesto, vários deputados se retiraram da seção, seguidos dos membros da bancada gaúcha, com exceção do deputado José Carlos e dos dois representantes da oposição.¹⁹⁰

A atuação incisiva do jovem político baiano reverberou nos editoriais da imprensa no Rio de Janeiro, ganhando forte notoriedade. Segundo relatos memorialísticos, no dia seguinte a aprovação do parecer, o Conselheiro Rui Barbosa enviou um telegrama a Mangabeira o

¹⁸⁹ ACD, Sessão em 28 de maio de 1909, p. 520

¹⁹⁰ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1909. Ed. 2.874. p. 01

felicitando pelo trabalho e por sua atuação na tribuna.¹⁹¹ Até então, Mangabeira com 29 anos, mantinha apenas relações cerimoniais com o conselheiro. Somente com a sua atuação como partidário da campanha civilista, junto a influência ao Senador José Marcellino, possibilitou a Mangabeira uma aproximação, o colocando em uma posição privilegiada, nos anos seguintes, como um dos políticos mais próximos a Rui Barbosa.

5 A SUCESSÃO PRESIDENCIAL E A CAMPANHA CIVILISTA

A negativa de Rui Barbosa a um nome ligado ao Catete e a insatisfação com a indicação do Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra do governo Afonso Pena, rompia o pacto iniciado na eleição presidencial anterior, em torno da oposição da tentativa de Rodrigues Alves em eleger seu sucessor. Desde o seu retorno da Convenção de Haia, Rui já se mostrara insatisfeito com o nome de David Campista, alertando em carta a Afonso Pena que dificilmente uma candidatura sustentada pelo Catete conseguiria a adesão dos demais estados. O fracasso em torno do nome de Campista, mesmo obtendo o apoio dos paulistas, refletiu na ascensão do nome da chapa Hermes-Wenceslau, sendo esta concretizada na convenção nacional de 22 de maio de 1909.

Em 19 de maio, três dias antes da confirmação, já certo da indicação do nome do Marechal apoiado pelo Senador Pinheiro Machado, Rui Barbosa enviou uma carta destinada aos senadores F. Glicério e A. Azeredo e publicada no jornal A Tribuna (RJ). Nesta, criticava a indicação da chapa Hermes-Wenceslau e apontava que possivelmente a Bahia não cederia seu apoio. Ressaltava também que, para além da falta de experiência com o trato político, a campanha era essencialmente construída no meio militar.¹⁹² Como reflexo da influência que Rui gozara no situacionismo baiano, tendo na figura de José Marcellino um forte aliado e com poder de influência junto ao governador Araújo Pinho, parte do situacionismo baiano se colocaram na posição de articuladores de uma oposição junto a São Paulo e parte do Rio de Janeiro sob a liderança de Marcellino.

Embora a grande maioria da bancada baiana no Parlamento, com exceção de Pedro Lago e Seabra, tenha optado por seguir apoiando a posição do Conselheiro, o Estado desde a cisão de 1907 do PRB se encontrava dividido. De um lado, o governador Araújo Pinho, que contava com o apoio de Marcellino e de uma parte importante das velhas oligarquias. Do outro, Severino Vieira, agora na oposição, e que ainda possuía grande influência dentro do partido. Com o

¹⁹¹ MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira: República e Socialismo no Brasil** / Francisco Mangabeira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 63.

¹⁹² A Bahia, Salvador, 22 de maio de 1909. Ed. 3971. p. 01

distanciamento da ala governista e preocupado com sua possível reeleição para o Senado Federal, Severino passou a apoiar a candidatura de Hermes. Além de ambos os próceres, a política baiana ainda contava com a influência de J. J. Seabra. Mesmo sendo relegado a uma espécie de ostracismo como observamos, continuou mantendo uma base fiel no estado. Embora Severino e Seabra tivessem optado pelo apoio ao mesmo candidato, continuaram mantendo as divergências, passando a disputar o status de representante oficial campanha hermista.¹⁹³

Após a convenção de 22 de maio que ratificou o nome da chapa Hermes/Wenceslau, foi criada uma Junta Nacional, presidida por José Marcellino e Cincinato Braga como Secretário Geral da Junta, e sendo convocada para 22 de agosto uma convenção nacional com a finalidade de escolher um candidato civil. Com o falecimento do presidente Afonso Pena durante o processo, a possibilidade de um apoio do catete tornou-se inviável, já que Nilo Peçanha, embora afirma-se que não se posicionaria em torno de um candidato, tendia para o lado do Marechal. Desta forma, por indicação de Rui, o nome do Barão de Rio Branco, amigo pessoal desde os tempos de estudante, foi cogitado a encabeçar a chapa oposicionista. Com a negativa do Barão, o nome de Francisco de Assis Rosa e Silva, por possibilitar o apoio do estado de Pernambuco também foi cogitado. Com a negativa de ambos, o nome mais viável a ser indicado seria o de Rodrigues Alves. Como retrava o Malho (RJ):

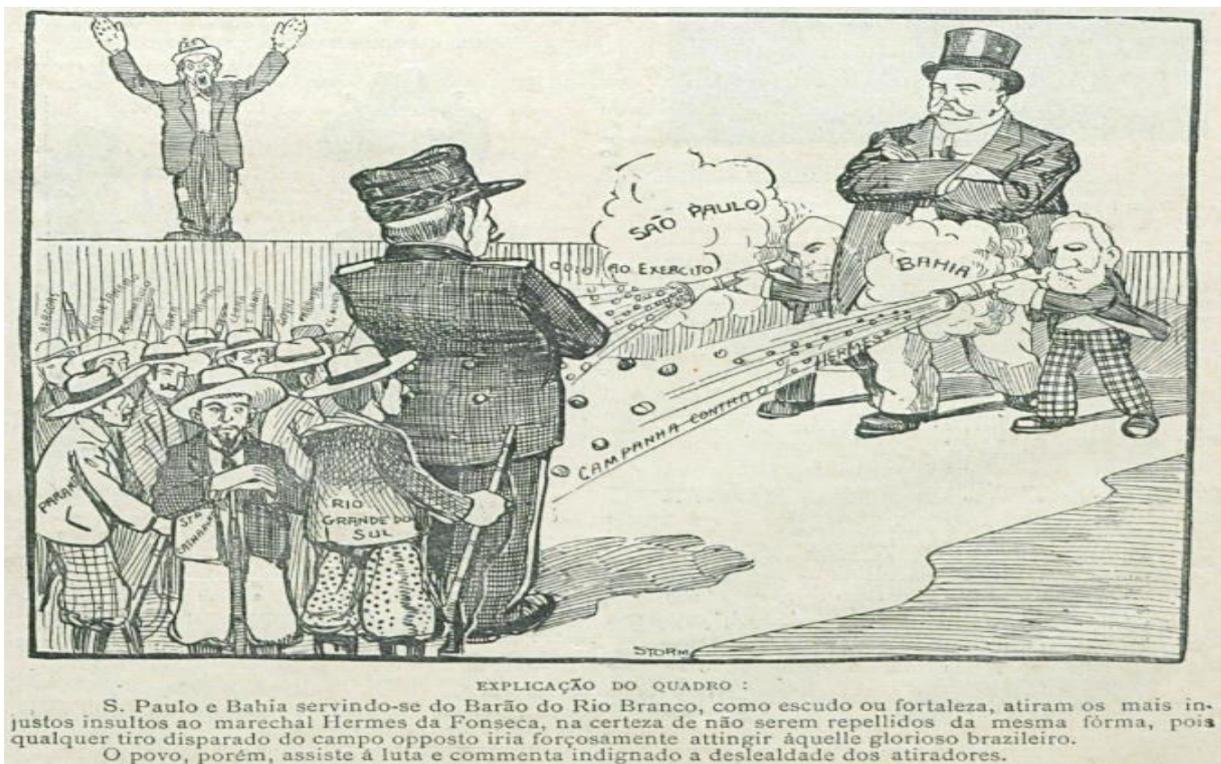


Imagem 05 – Campanha desleal: quadro para a história... da politicagem. **Fonte:** Revista O Malho, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1909. N 352. Ano VIII

¹⁹³ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 54.

Entretanto, na proximidade de convenção, Rodrigues Alves também negou o posto de candidato pela Junta. Em carta enviada por Rui a Albuquerque Lins em 16 de agosto, o conselheiro já demonstrara preocupação com a negativa, apontando que seria desastrosa a manutenção da posição de Rodrigues Alves e que caso assim a mantivesse poderia arruinar totalmente uma possível oposição. Desta maneira, insistia por uma intervenção de São Paulo na tentativa de convencê-lo a aceitar a indicação. Mesmo com a pressão exercida pela Junta Nacional, Rodrigues Alves manteve sua posição contrária, indicando o nome de Rui como o melhor candidato para liderar a chapa. No dia 20 de agosto, com a proximidade da convenção, não havia um nome viável para liderar a chapa civilista. João Mangabeira narra que a mudança ocorreu quando:

Cêrca de 9 horas da manhã, porém, Cincinato Braga entra no quarto de José Marcellino, ao segundo andar do Hotel Estrangeiros, e lhe fala mais ou menos nestes termos: – “Senador: a campanha está perdida, mas o pior é que pode terminar pelo ridículo. Leu o artigo do Alcino? Podemos acabar sem candidato. E só um homem nos poderá salvar – é Ruy. Com o nome dele, como com qualquer outro, é a derrota, mas não é o ridículo. Se êle não aceitar, eu próprio não irei à Convenção para a escolha de candidaturas literárias. Mas nós, paulistas, não temos coragem, nem direito, de propor ao Ruy que ofereça o seu nome para uma derrota certa.”¹⁹⁴

O artigo publicado por Alcindo Guanabara, editor-chefe do jornal A Imprensa (RJ), ressaltava a dificuldade encontrada pelos civilistas em encontrar um representante, apontando a possibilidade de não ter no dia da Convenção um nome, correndo o risco de apresentar como candidato um nome de pouca expressão política, o que tornaria a campanha natimorta.¹⁹⁵ De certo, como podemos observar nos relatos de João Mangabeira, a dificuldade de se opor a candidatura de Hermes da Fonseca era compreendida pelos próprios membros da organização da Junta Nacional. Sem a definição de um nome, às vésperas do evento, e sob a pressão dos delegados para definição dos candidatos, coube a José Marcellino persuadir Rui, que até então negara a possibilidade de assumir o posto de ser o candidato civilista. Sobre esse momento, Mangabeira descreve que após a conversa com Cincinato Braga:

José Marcellino partiu, incontinenti, para S. Clemente. Meti-me em seu carro, propondo-lhe o seguinte, ao que êle aquiesceu: – “Salto no Largo de S. Clemente e fico à sua espera. Porque pode ser que o senhor, na volta, precise de uma providência urgente, e assim me terá logo a seu dispor”. Com vinte e nove anos apenas, eu era um torcedor pela candidatura Ruy, com quem, àquele tempo, tinha relações cerimoniais. Íntimas, porém, com José Marcelino. E, como êle, morava no Hotel dos Estrangeiros e no mesmo andar. Saltei no Largo de S. Clemente e fiquei aguardando o resultado.

¹⁹⁴ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. P. 117.

¹⁹⁵ A Imprensa, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1909. Ed. 608. p. 01

Logo que reentrei no carro, José Marcelino, de volta da conferência, imediatamente me disse: – “O Ruy é de uma grandeza extraordinária”.¹⁹⁶

Com aceite de Rui Barbosa, impondo como condição a indicação do nome de Albuquerque Lins para a posição de vice da chapa, selava-se definitivamente o apoio de São Paulo e dava início a campanha civilista. Toda essa movimentação política que culminou na indicação do nome do conselheiro como representante oficial da oposição, foi acompanhada de perto por João Mangabeira.

Foi durante a construção das candidaturas que também podemos observar a primeira grande divergência política entre João e Otávio Mangabeira, seu irmão caçula, que neste momento ocupava a cadeira de conselheiro municipal na capital baiana. Em meados de junho, Otávio e outros cinco conselheiros, ainda que alegassem que continuariam mantendo-se na base do governador Araújo Pinho e do executivo do município, optaram pelo apoio à candidatura de Hermes ao lado de Seabra, a quem passou a manter um forte laço de proximidade e que lhe proporcionou uma grande projeção nos anos seguintes.¹⁹⁷

Esse fato colocou os irmãos em posições políticas antagônicas. Enquanto Otávio assumia a posição de secretário da Junta Republicana por Hermes, fundada em 09 de julho na Bahia e presidida por Seabra, João Mangabeira utilizava da tribuna da Câmara dos Deputados para proclamar no seu discurso de 26 de julho de 1909, o seu posicionamento junto a campanha civilista. Nele, faz uma análise da situação política em que foi construída a candidatura de Hermes, avaliando os impactos que poderia ter uma candidatura que entendia como essencialmente militar, inclusive dentro do próprio exército, ao ressaltar os perigos da politização quando “leva para o Exército os fermentos das intrigas e indisciplinas políticas”.¹⁹⁸

Ressalta também, na mesma linha seguida por Rui Barbosa na carta publicada em 19 de maio, a incapacidade política e administrativa de Hermes, ao afirmar que “sem tirocínio político, sem preparo jurídico, sem saber administrativo, sem prática dos negócios públicos, S. Ex^a se verá assoberbado por questões delicadíssimas e complexas, que urge decidir e que seu espírito não pode apreender”.¹⁹⁹ Segundo relatava o jornal O Paiz (RJ), o longo discurso

¹⁹⁶ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p.118.

¹⁹⁷ OLIVEIRA, Yves de. **Otávio Mangabeira: Alma e Voz da República**. Editora Saga, Rio de Janeiro, 1971. p. 51.

¹⁹⁸ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira**. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 81.

¹⁹⁹ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira**. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 86.

empreendido por Mangabeira gerou grande movimentação dentro e fora da Câmara dos Deputados, enaltecendo que:

O Sr. João Mangabeira recebeu hote do recinto e das galerias, dos deputados e dos jornalistas, de todos os que assistiram ao seu brilhante discurso, uma verdadeira apothese. *Não temos memoria de ter nesses últimos tempos presenciado a um maior triumpho oratório naquella casa. Também o enorme talento oratório do deputado bahiano destaca-se e como que se avoluma, sabendo-se que o jovem representante da Nação é uma criança, que apenas buça. Nos seus 20 e poucos annos, o Sr. Mangabeira não tem naquelle ramo do poder legislativo que o exceda em eloquencia.* O seu discurso foi entremeadado de tantas figuras rhetoricas, tão formosas, tão repetidas, tão fortes, que chegava a incommodar ouvil-o. Pouco importa o valor intrínseco da sua oração. Ella não foi, como argumentação, um portento de assombrar; mas como no momento a oratória não é um contingente desprezível, é forçoso confessar que o Sr. João Mangabeira é um temível adversário dessa candidatura, contra a qual sobretudo e quasi unicamente só apresentam argumentos de... rhetorica. É este o termo.²⁰⁰ (**Grifos nossos**)

Embora o artigo afirmasse que o discurso contra a candidatura hermista não tivesse produzido nenhum argumento novo, nem mesmo nenhum argumento de valor, toda a construção do seu discurso era equiparada aos discursos atenienses pelo seu estilo apurado e correção de linguagem. Desta maneira, o jornal apontava que Mangabeira tinha a frente de si “um brilhante futuro, que elle bem merece pelo seu talento, pelo seu esforço e pelo seu character”. A eloquência caracterizada no discurso de Mangabeira, possibilitou a sua participação nos *meetings* em favor da campanha civilista. Tanto na recepção das comitivas que chegaram para a convenção de 22 de agosto, quanto nos inúmeros eventos organizados na Bahia, Mangabeira estava sempre sendo destacado na imprensa.

Tanto a campanha de Hermes, quanto na liderada por Rui, tanto na capital como no interior, foram marcadas pela utilização dos *meetings*. O próprio Mangabeira, como noticiado no convite emitido no jornal A Bahia (BA), foi responsável por uma dessas conferências públicas antes da chegada de Rui Barbosa a Bahia.²⁰¹ Segundo observa Sarmiento, as eleições presidenciais de 1910 representara na Bahia uma intensa batalha simbólica, disputada principalmente nos discursos públicos e nos jornais, tendo ambos os lados utilizado de referências difusas no imaginário. Desta maneira, “se os *marcelinistas* louvavam em Rui o *salvador da pátria*, os *seabristas* recorriam a um tema mais propriamente baiano: a Bahia como *mãe amorosa* e Rui como *filho ingrato*, que nunca se aproveitava das altas posições que ocupava no plano federal para levar benefícios à sua terra natal”.²⁰²

²⁰⁰ O Paiz, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1909. Ed. 9062. p. 02

²⁰¹ A Bahia, Salvador, 09 de janeiro de 1910. Ed. 4156. p. 01

²⁰² SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Silvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. p. 86.

Na proximidade das eleições, João Mangabeira retornou à cidade de Ilhéus onde também exercia a função de Intendente e tinha estabelecido as suas bases eleitorais, para garantir a vitória do Conselheiro. Seabra, neste período, já contava com o forte apoio do cel. Antônio Pessoa e todo o seu grupo, e agora contando com a máquina política e econômica empregada na campanha de Hermes, poderia possibilitar uma maior interferência dentro da região. Ao chegar na cidade, Mangabeira foi recebido, como de praxe, com festividades, incluindo duas bandas e o fechamento do comércio, além das representações das cidades de Itabuna e Olivença.

Além da disputa simbólica, ambos os grupos utilizaram dos mesmos recursos tradicionais de fraude eleitoral e das pressões sobre o eleitorado local. Desta forma, tornou-se inevitável a presença dos “jagunços” e a disputa pelo controle das mesas eleitorais. Para os apoiadores da campanha de Hermes, a disputa eleitoral se mostrou ainda mais árdua, sendo que ia de encontro à máquina governamental do estado. Neste sentido, o processo de alistamento se constituiu um campo em disputa acirrada. Todavia, o apoio da engrenagem governamental foi fundamental para a vitória de Rui Barbosa no Estado. Nas eleições de 01 de março de 1910, segundo os dados eleitorais da Junta Apuradora, apresentados no relatório publicado na Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Rui obtivera o quantitativo de 50.379 votos e o Marechal Hermes 16.252 votos. Para os candidatos a vice-presidente, Albuquerque Lins teve 50.091 e Wenceslau Braz o quantitativo de 18.668 votos.²⁰³

Embora a candidatura civilista tenha conseguido um quantitativo expressivo de votos e apoio com a ajuda da máquina governamental baiana, no cenário nacional, a força empreendida pela candidatura do Marechal dificilmente poderia ser vencida. Desta maneira, Hermes da Fonseca, que possuía uma maior força nacional, se consagrava presidente e Wenceslau Braz como vice. Ainda que Rui tenha empreendido uma tentativa de contestar o resultado, nada foi possível fazer, o que, conseqüentemente, acabou levando Mangabeira e as hostes situacionistas da Bahia a enfileirar as fileiras da oposição ao governo federal.

Posteriormente, ao refletir sobre a construção da campanha civilista, João Mangabeira vislumbrava a sua importância para a história da democracia brasileira como um “clarão no fim de uma noite escura”, que tinha sido formado para combater o que entendia como “golpe no abuso dos presidentes de nomearem, por assim dizer, seus sucessores”. Assinalava o começo de uma prática da democracia pelo exercício do voto, ainda que ressaltasse o baixo percentual de votantes no país nas eleições. O formato desenhado em torno da candidatura, revestia-se

²⁰³ Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura em 1910. p. 04.

também da simbologia em torno da luta entre manter no governo um civil ou arriscar-se a alçar novamente ao poder os militares. Era a escolha entre um conhecido intelectual e político experiente, referenciado pela “devoção as leis” *versus* um militar da armada brasileira, alheio as dificuldades inerentes a política, como pode ser observado no panfleto de campanha abaixo.



Imagem 06 – Propaganda eleitoral civilista. **Fonte:** FCRB, RB-RBM 10/01, 1909, Campanha Civilista.

Ainda que a campanha civilista não tenha logrado a vitória, Mangabeira ao rememorar as consequências em torno do período, compreendia que o movimento tinha possibilitado a ruptura e a morte de um “velho sistema de eleições nos bastidores e esconderijos dos corrilhos, transferido o pleito para o dia pleno da praça pública, ao sol das grandes campanhas da palavra. Era o voto livre e livremente conquistado. Era a democracia que, afinal, alvorejava no Brasil”.²⁰⁴

Em contrapartida, aproveitando-se do novo cenário político, J. J. Seabra que desde o início da campanha dava apoio à candidatura da chapa Hermes/Wenceslau, passou rapidamente a articular-se para desestabilizar o controle exercido pelo PRB. A sua ascensão política em 1912 ao governo da Bahia definiu o rompimento da hegemonia política imposta pelos membros do grupo ligados ao coronel Domingos Adami na região cacauzeira. Sem o apoio da máquina governamental, João Mangabeira, que em menos de uma década tinha alcançado de forma ascendente uma importante posição política no estado, via o coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva e seus correligionários, dominarem todos os espaços, até então ocupados pelos membros do seu grupo político.

²⁰⁴ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 120-121.

Ao longo deste capítulo, buscamos compreender três elementos que nos possibilitaram analisar a trajetória empreendida por Mangabeira nos seus anos iniciais. O primeiro está nas relações sociais e políticas estabelecidas por sua família na capital baiana. O segundo elemento está no processo de formação de uma rede de contatos constituídos através das elites tradicionais na região cacaueteira e que o projetaram politicamente para além da região. Por fim, analisamos as suas primeiras atuações políticas, tanto na esfera local quanto federal até a sua participação na campanha civilista de 1910.

Embora apontem nos relatos memorialísticos que João Mangabeira teve uma infância humilde e com poucos recursos financeiros, não fazendo parte de uma elite econômica da capital baiana, a construção de uma rede de contatos, instituídas a partir das relações estabelecidas por seu pai Francisco Mangabeira, influenciaram diretamente no acesso a espaços de poder. Desta maneira, tanto Mangabeira quanto seus irmãos, puderam ter uma inserção aos mais altos graus educacionais no período. A escolha por áreas profissionais diferentes e a entrada no meio político dos quatro irmãos ainda durante o período da faculdade, principalmente ligados aos movimentos nacionalistas, assim como o destaque pela inteligência, também são elementos a serem observados nas origens familiares de João Mangabeira.

Também podemos observar que com a exceção de Otávio Mangabeira, que após a conclusão do curso de Engenharia da Escola Politécnica da Bahia manteve-se na cidade de Salvador, todos os outros buscaram oportunidades profissionais em outras cidades ou estados após a conclusão do curso. Francisco tornou-se médico da Companhia Maranhense e, posteriormente, transferiu-se para a região amazônica, participando da luta pela libertação da região do Acre. Carlos, através do exército, migrou para o Rio Grande do Sul, estabelecendo-se na cidade de Bajé, onde passou a ter uma atuação política a nível municipal e também no estado. Já João Mangabeira, ao se formar, procurou se estabelecer profissionalmente na região cacaueteira. Todavia, pelo que foi visto até então, embora tenham escolhido caminhos profissionais diferentes, é possível destacar o engajamento no meio político e a rápida ascensão obtida por cada um.

Sobre a chegada e a permanência de João Mangabeira na região cacaueteira, podemos destacar duas questões. A primeira está na crescente influência de uma cultura do bacharelismo jurídico na Bahia, principalmente após a implantação da Faculdade Livre de Direito da Bahia e em especial na cidade de Ilhéus, onde havia uma necessidade de renovação dos quadros políticos formado pela velha guarda dos coronéis do cacau. A segunda constitui-se no apadrinhamento político concedido pelo situacionismo local na figura do coronel Domingos Adami de Sá. Com o baixo número de bacharéis na região que estava em ampla expansão

econômica, associado ao destaque profissional que o jovem bacharel demonstrou nas tribunas, não tardou para que a facção liderada pelo coronel Domingos Adami cooptasse para que Mangabeira fizesse parte do grupo. Ao aderir as fileiras do situacionismo local, Mangabeira passou a ter acesso não somente as influências estabelecidas dentro do poder na região, mas as relações constituídas pelos coronéis com as oligarquias estaduais.

Por fim, podemos também refletir a capacidade de adaptação estabelecida por Mangabeira. Embora o estabelecimento dessa rede de relações políticas tenha propiciado o acesso a espaços de poder, um ponto relevante que pode ser destacado está na capacidade discursiva e intelectual apresentada por Mangabeira e que ao longo desses anos iniciais ganhou grande projeção. Foi através das suas atuações no tribunal que chamou a atenção da elite local. Também foi por meio do seu discurso elaborado para homenagear o governador José Marcellino que este conseguiu acessar a comitiva do governador até o Rio de Janeiro, se tornando um dos oradores oficiais. Foi através da oratória e da erudição do seu discurso que se destacou na imprensa carioca, chamando a atenção na tribuna como deputado federal. Todos esses elementos o capacitaram a estabelecer uma relação de proximidade com o conselheiro Rui Barbosa se tornando o seu mentor político e intelectual.

CAPÍTULO II

A consolidação de uma trajetória política

Será crível que na terra de Ruy, alguém neste momento se suponha capaz de lutar contra os irmãos Mangabeira?”²⁰⁵

1 AS DISPUTAS NO CERNE DA POLÍTICA BAIANA

O questionamento elaborado em torno do nome dos irmãos João e Otávio Mangabeira pela revista “O Malho” (RJ) é um reflexo do fortalecimento da representatividade e da influência nos direcionamentos da política baiana, alcançados a partir da segunda década do século XX.

No início da sua trajetória, o processo de construção de uma rede de relações partidárias possibilitou ao jovem João Mangabeira galgar, rapidamente, espaços políticos e sociais dentro e fora da região cacauceira. Nesse contexto, a figura do coronel Domingos Adami, que serviu não somente como um mentor, mas de certa forma, um facilitador estratégico para que ocupasse os postos até então destinados apenas aos membros da elite local. Assim, Mangabeira recebeu um amplo suporte, apresentando, até então, qualidades profissionais e políticas, para que se tornasse, mais tarde, um dos principais pilares das hostes partidárias ligadas a elite ilheense.

A projeção possibilitada pela eleição como deputado federal teve o apoio do então governador José Marcellino, o qual viabilizou uma aproximação com o conselheiro Rui Barbosa, tornando-o, após a sua ativa participação na campanha presidencial de 1910, um dos representantes dos interesses políticos de Rui, sendo possível observar que, mesmo em diversas situações políticas que se colocaram adversas ao conselheiro na Bahia, havia uma defesa contundente e constante de João Mangabeira. Foi também neste período que Otávio Mangabeira começava a consolidar-se dentro da política na capital baiana.

No que se refere à formação educacional, assim como os outros irmãos homens, Otávio entrou cedo no âmbito acadêmico. Nascido em 1886, iniciou aos 14 anos os estudos na Escola Politécnica da Bahia (atualmente integrado à Universidade Federal da Bahia), diplomando-se engenheiro civil, em 1905. Tendo uma importante atuação no grêmio acadêmico, Otávio já aparecia nos periódicos locais como um legítimo representante dos jovens acadêmicos. Dois anos após a formatura, foi convidado para ocupar o posto de docente da Escola politécnica, lançando candidatura pelo PRB para o Conselho Municipal de Salvador no mesmo ano.²⁰⁶

²⁰⁵ O Malho, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1926. Ed. 1293. p. 37

²⁰⁶ MENESES, Jayme Sá. **Vultos que ficaram: os irmãos Mangabeira : (Francisco, João e Otávio)**. Salvador : MF Ed., 1977. P. 155 / OLIVEIRA, Yves de. **Otávio Mangabeira: Alma e Voz da República**. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1971. p. 34.

Foi com o advento da campanha presidencial de 1910 que ambos os irmãos tomaram sentidos diferentes na arena política baiana e nacional, impactando diretamente nos primeiros anos após à campanha civilista liderada por Rui Barbosa. Otávio, junto a outros seis conselheiros municipais, optou por seguir o direcionamento tomado por J. J. Seabra ao apoiar a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca. Segundo Quaresma, embora parte da historiografia baiana aponte Seabra como mais um representante do continuísmo “oligárquico”, a autora defende que “[...] apesar de o político utilizar táticas e recursos empregados também pela elite dominante local, entendida por muitos autores como oligarquia, diferenciava-se desse grupo pela origem e mesma atuação política”, neste sentido, aponta que isto possibilitou a Seabra ter um estilo de fazer política “mais moderno”. Ainda para a autora;

[...] é possível pensa-lo como um político atípico, principalmente, pela forma como se relacionava com as massas, diferindo do comportamento padrão adotado pela elite dominante local ou mesmo dos coronéis. Diante de sua enorme popularidade, há quem lhe atribua a introdução de uma nova forma de relacionar-se com o povo: o comício, tal qual conhecemos hoje.²⁰⁷

Esse “estilo de fazer política” atribuído a Seabra acabou por abarcar, nas suas hostes, uma gama de jovens bacharéis de origens diversas, entre eles, Otávio Mangabeira, Ernesto Simões Filho e os primos Antônio Muniz e Muniz Sodré. Entretanto, como ressaltamos no capítulo anterior, embora a cisão de 1907 do PRB tenha favorecido o retorno de Seabra no cenário político, não necessariamente significou que este conseguisse obter a simpatia de políticos como José Marcellino, Rui Barbosa e sobretudo de Severino Vieira, que continuava declaradamente seu inimigo pessoal. Ainda que Severino e Seabra tivessem apoiado a candidatura do Marechal e buscado liderar a campanha no estado, mantiveram-se dentro de campos opostos e passaram a disputar espaço no cenário federal junto ao presidente eleito.

Para pensar as disputas que estavam no cerne da política baiana pós-eleição e que impactaram diretamente na trajetória de João Mangabeira, ainda que tivessem como análises objetos diferentes, podemos citar os trabalhos de Quaresma (1999), Sarmiento (2009), Sampaio (1973) e do brasilianista Eul Soo Pang (1979), que tiveram grande relevância na historiografia regional e contribuíram para um melhor entendimento deste período. Todos os trabalhos supracitados, compreendem que a ascensão de Seabra ao governo do estado em 1912 é um reflexo direto da sua nomeação como Ministro da Viação e Obras Públicas e todo o cabedal político e econômico atrelado ao Ministério. Desta maneira, apontam ainda que o primeiro

²⁰⁷ QUARESMA, Mônica dos Santos. **O salvacionismo na Bahia: o político e a política em J. J. Seabra (1912-1916)** / Mônica dos Santos Quaresma. - - Campinas, SP: [s.n.], 1999. p. 07-08.

grande teste da influência de Seabra frente ao situacionismo baiano estava nas eleições para terço do Senado Estadual e da Câmara dos Deputados do Estado em 1911, deixando de analisar eventos, até mesmo, anteriores à posse do novo presidente. Todavia, partimos da perspectiva de que o primeiro embate pela disputa política na Bahia ocorreu logo após as eleições presidenciais.

Com a morte de Leovigildo Filgueiras, deputado federal pelo primeiro distrito, em abril de 1910, sendo este uma peça importante da base ligada ao senador José Marcellino e alinhado ao governador Araújo Pinho, rapidamente gerou a abertura de um processo de disputa envolvendo Seabra e Severino Vieira. Ambos passaram a buscar o apoio do Marechal Hermes para legitimar a sua candidatura, sendo que a eleição seria ocasionalmente decidida pela comissão verificadora da Câmara dos Deputados. Em seu voto de pesar no plenário, Mangabeira ressaltava que Leovigildo havia sido “[...] um vulto de tão raros predicados que a morte ceifou, arrancando à Bahia um dos seus mais ilustres filhos, e deixando a bancada baiana vazia do seu luzeiro e do seu líder”. Ademais, também ressaltava que:

Em uma época em que a traição anda a querer vestir os trajes de nobreza; em que a lealdade partidária parece que se obliterou da consciência dos homens políticos; em que os próprios chefes de partidos, salvante algumas exceções, não sabem se as falanges que os cercam se compõem de amigos dedicados ou de inimigos traiçoeiros, e qual a guarda pretoriana aos Césares, está ali para defende-los ou para mata-los [...]; o desaparecimento de um homem de bem, na mais lídima expressão, firme aos seus compromissos, leal à sua palavra, intransigente nas suas opiniões, devotado ao seu credo, dedicado até o sacrifício, à bandeira do partido sob cuja sombra combatia, até para seus adversários assume as proporções de uma perda sensívelíssima no cenário da política nacional.²⁰⁸

De certo, a morte do deputado demonstrou o quanto a Bahia encontrava-se dividida, antecipando os conflitos entre Severino Vieira e Seabra. Em uma jogada para enfraquecer as investidas do oponente, Severino indicou o nome de Augusto de Freitas para ocupar a vaga que ficara aberta para o Legislativo Federal. Para além de um experiente político baiano que mantinha sua atuação desde o final do Império, Freitas era comumente conhecido pelo seu declarado desafeto à Seabra. Por outro lado, ao declarar o apoio a Augusto de Freitas, a estratégia de Severino era levar para a política elementos das intrigas familiares de Seabra, sendo este casado com Amélia de Freitas, irmã de Augusto.

Segundo noticiava o Correio da Manhã (RJ), a indicação havia sido uma provocação direta de Severino a Seabra, questionando quem poderia sair vitorioso em um embate entre

²⁰⁸ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 100-101.

ambos. Desta maneira, apontava que naturalmente venceria “[...] aquelle que tiver o apoio do marechal Hermes. Este, porém, já estará, a esse tempo, na Europa, e é de prever não deixe instrucções que o envolvam na luta, o que está no seu interesse evitar”.²⁰⁹

A indicação de Freitas também fortalecia Severino perante o poder de José Marcellino. No ano de 1906, quando ainda era governador, Marcellino vetou a indicação do nome de Freitas, feita por Severino para ser ministro na pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo do presidente Afonso Pena, o preterindo por Miguel Calmon. Como consequência, Freitas entrou para a oposição no nível estadual e federal, tendo no final do seu mandato, como deputado, o degolamento nas eleições de 1909.

Pelo situacionismo baiano, foi lançado para a vaga de Leovigildo Filgueiras o nome de Virgílio de Lemos, então Senador Estadual com o apoio de Araújo Pinho, José Marcellino e Rui Barbosa. Civilista de primeira hora, Virgílio foi um dos articuladores pró-Rui na Bahia que capitaneava uma base para a sua candidatura, sob o apoio da máquina pública estadual. Ainda sem uma base que fizesse jus ao enfrentamento do poder de Severino e do situacionismo, principalmente fora de Salvador, Seabra lançou a candidatura do médico Freire de Carvalho, então deputado estadual. Ainda que as eleições de 29 de maio de 1910 tivessem sido palco para os estratagemas de ambos os lados, envolto de práticas fraudulentas, duplicatas e excessos de violência, o que era corriqueiro para o período, a parte mais importante seria definida na Câmara Federal – o reconhecimento. Sobre o processo eleitoral, o Correio da Manhã narrava que:

A eleição foi muito disputada. Venceu por grande maioria o dr. Virgílio de Lemos, candidato do partido governista. Mas o pleito foi interessantíssimo pela luta travada entre os srs. Severino Vieira e Seabra, cada um com seu candidato. O candidato do sr. Severino logrou grande vantagem sobre o do sr. Seabra. Ao passo que o deste, nas freguezias da capital, onde a eleição, tendo corrido com toda a liberdade e regularidade, o resultado é muito significativo, não teve mais que 811 votos, o dr. Freitas obteve 1868 apenas 313 menos que o dr. Virgílio Lemos, que obteve 2181 votos. Com as votações das freguezias suburbanas e ruraes, e dos municípios do interior, subiu muito a votação do dr. Virgílio de Lemos, que realmente é o deputado eleito.²¹⁰

Apesar de o jornal creditar uma ampla vitória de Virgílio de Lemos, evidenciando a força do governo estadual no interior baiano, observava que a possibilidade de ocorrer o reconhecimento estava comprometida, por causa da possível influência do presidente Nilo Peçanha e do gaúcho Pinheiro Machado, em retaliação a posição da Bahia nas eleições presidenciais. O arranjo político estabelecido pelo Marechal Hermes também seria decisivo na

²⁰⁹ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1910. Ed. 3190. p. 01.

²¹⁰ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1910. Ed. 3239. p. 01.

escolha do nome a compor a base no parlamento. Ao optar pelo candidato indicado por Severino ou Seabra, indubitavelmente poderia criar um cenário de instabilidade maior dentro da Bahia, com os aliados de primeira hora. A demora no processo de reconhecimento de um dos candidatos pode ter sido um fator desta encruzilhada.

As eleições, ocorridas no mês de maio, só tomariam um encaminhamento no final de outubro e início de novembro. Sob a influência de Pinheiro Machado, a indicação do Catete para o reconhecimento estava centrada no nome de Augusto de Freitas, impondo aparentemente, a primeira derrota de Seabra frente a Severino Vieira. Na tentativa de impedir esse movimento, Seabra concentrou seus esforços na anulação do pleito. Na tribuna, João Mangabeira, em defesa de Virgílio de Lemos, alegava que as ordens para o reconhecimento haviam sido emitidas diretamente pelo “marechal triunfante”, por intermédio do deputado Torquato Moreira (ES), líder da maioria. Segundo ressaltava Mangabeira:

Por mais fortes que sejam na alma de uns os pendores de affecto pelo Sr. Augusto de Freitas, no espirito de outros os clamores de ódio contra o Sr. Virgílio de Lemos (*muitos não apoiados*); por mais alto que o rugir dessas paixões desordenadas abafe no ânimo de cada qual todos os brados da justiça, eu não creio, não posso acreditar que a maioria, no julgamento dessa questão, esteja disposta a varrer todas as exigências do decoro, a abrir mão de todos os melindres da decência.²¹¹

Ainda para Mangabeira, ao abrir mão de todas as prerrogativas, até naquelas que se referiam principalmente ao processo de reconhecimento dos seus próprios membros, a Câmara, referendada pelas grandes bancadas entendiam “[...] erradamente, que andam a vencer, aniquilando o direito inconcusso do adversário, quando o que elas andam a aniquilar é o seu valor moral, o seu renome e as mais nobres e austeras tradições”.²¹² Sobre o parecer, em separado, apresentado pelo deputado Lamounier Godofredo (MG), o qual propõe a anulação de seções que atingiriam diretamente o número de votos de Virgílio de Lemos, Mangabeira ressaltava a lisura da eleições, afirmando que não havia uma seção que não tivesse fiscais e que os problemas ocorridos no último alistamento eleitoral, que embasava a nulidade das seções, não passava de um erro causado por “vício na organização da junta revisora”.²¹³

Na eminência da aprovação do parecer, o deputado Raimundo de Miranda (AL) apresentou um requerimento solicitando que houvesse a suspensão da votação e o retorno do

²¹¹ ACD, sessão de 05 de novembro 2010. p. 185.

²¹² MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 108-109.

²¹³ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 107.

parecer para a Comissão de Petições e Poderes. Segundo o documento, devido a uma incompatibilidade da soma dos números de votos obtidos pelos candidatos, evidenciada pela inexatidão não somente das somas do resultado das eleições do município de Catu, como em outras seções de outros municípios, obrigatoriamente, colocaria o parecer em suspensão.²¹⁴ Reforçando esta tese, Mangabeira apontava que este era um parecer que “[...] fatos estrondosamente desautorizam, cujos próprios argumentos o contrariam, cujos documentos em que se firma, em que se apoia, o contraditam expressa, formal, solenemente”, e concluía ressaltando que:

Quando uma República baixa ao atascadeiro desta miséria, ao nível dessa abjeção de expelir do seu seio um candidato eleito, legitimamente eleito, dignamente eleito, insofismavelmente eleito (*palmas*) expulso por uma campanha mesquinha de ódios, campanha inconfessável, que vive nas trevas, que não pode se apresentar à luz do dia, com medo da opinião nacional; quando uma República desce à prática dessa torpeza, para com homens dessa qualidade, com tais serviços ao País e à propaganda do regime, é que esta República rompeu o equilíbrio do decoro, perdeu o centro da gravidade da honra, da decência, é que esta República, decididamente, “gravita para a lama”!²¹⁵

Embora a movimentação em torno do nome de Augusto de Freitas tenha conseguido lograr o reconhecimento no Parlamento, as relações entre o Marechal e Severino Vieira ruíram rapidamente. Antes da posse, segundo expunha o *Correio da Manhã* (RJ), em reunião no palacete da rua Guanabara, o futuro presidente havia comunicado a Severino que “[...] oprimido por pedidos instantes de amigos a que não podia deixar de atender, ‘como também do próprio sr. Seabra’, tinha de incluir o deputado bahiano no seu ministério, entregando-lhe a pasta da Viação”. O jornal narrava também a insatisfação apresentada por Severino ao apontar que o interesse de Seabra era construir as bases para intervir no estado, não tendo o marechal poder para “resistir quando elle quizer intervir na política da Bahia”.²¹⁶

Silvia Noronha Sarmento observa que, enquanto Severino se fortalecia, mantendo relações com Pinheiro Machado, Seabra, por sua vez, se articulava com um grupo que objetivava diminuir o poder e a influência do político gaúcho. Desta maneira, aproximava-se de um grupo, formado por “militares salvacionistas” e parentes do presidente, como seu filho, o tenente Mario Hermes, o deputado federal Fonseca Hermes, seu irmão e também do general Clodoaldo da Fonseca, seu primo. Ainda para a autora, “os adversários insinuavam que havia

²¹⁴ ACD, sessão de 05 de novembro de 1910. p. 180.

²¹⁵ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 136-136 - In. Sessão em 17-11-10, ACD. p. 60-76.

²¹⁶ *Correio da Manhã*, 02 de novembro de 1910. Ed. 3394. p. 01.

uma ‘condição política’ para a escolha de Seabra para o ministério: a futura eleição do jovem tenente Mário Hermes como deputado federal pela Bahia, o que realmente viria a ocorrer”.²¹⁷ Para Quaresma, ainda que a indicação do seu nome tenha desagradado a muitos políticos, principalmente Pinheiro Machado, era também uma forma de recompensar Seabra pelos serviços prestados à candidatura hermista na Bahia.²¹⁸

Enquanto o presidente eleito afagava Seabra, com um dos mais importantes ministérios, aquele que mantinha o encargo dos recursos responsáveis pelas obras públicas, incluindo o desenvolvimento das ferrovias e portos e o controle das comunicações baiana, ao indicar o diretor dos serviços telegráficos, o Marechal também buscava uma aproximação a fim de estabelecer boas relações políticas com Rui Barbosa. Às vésperas de assumir a presidência, Hermes enviou um telegrama para Rui comunicando a composição dos ministérios. Mais tarde, Mangabeira entendia que este movimento era, sobretudo, uma abertura que o futuro presidente objetivava para a “reconciliação completa”.²¹⁹

Essa reconciliação, em passo acelerado, se mostrou incapaz. Poucos dias depois da posse, em 22 de novembro, estourou a Revolta dos Marinheiros, conhecida posteriormente como Revolta da Chibata, liderada por João Cândido. Rui, que estava de licença das suas atividades, retornou imediatamente ao Senado e a pedido de Severino Vieira, até então rompidos, desde o governo de José Marcellino como governador da Bahia, apresentou um projeto de anistia para os marinheiros envolvidos no conflito.

A partir do posicionamento discordante de Rui Barbosa nos encaminhamentos tomados pelo Catete, em relação a atuação contra os marinheiros e a dissidência de Severino Vieira das bases hermistas, Seabra passou a direcionar seus interesses na construção de uma base política na Bahia, a fim de projetar-se ao posto de governador, pois neste momento, contava com todo o poder econômico e político, proporcionado pelo ministério. Com a fundação do Partido Republicano Democrata (PRD), oriundo da “Junta Republicana pró-Hermes-Venceslau”, ainda em março de 1910, Seabra buscou arregimentar elementos de influência, principalmente entre os coronéis do interior.

Recebendo uma negativa da maior parte dos coronéis que se mantiveram fieis as bases do PRB, Seabra passou a contar com o apoio dos grupos que mantinham menor expressão política ou faziam parte da oposição nos seus municípios. Entre os poucos políticos de

²¹⁷ SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Silvia Noronha Sarmento. -- Salvador, 2009. p. 91.

²¹⁸ QUARESMA, Mônica. **O salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J Seabra (1912-1916)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP: 1999. p. 55-56.

²¹⁹ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 132.

expressão no estado que ingressaram nas fileiras do PRD, podemos destacar a figura do Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva, opositor direto de Mangabeira que visava a busca pela hegemonia local e vislumbrava na figura de Seabra, a possibilidade de reverter o quadro político de Ilhéus.

Com a nomeação para o ministério e o apoio do governo federal, agora sem a interferência de Severino Vieira, a conjuntura política começava a tornar-se favorável para Seabra. A eleição de Hermes para a presidência também beneficiou o retorno do ex-governador Luis Vianna que, neste momento, havia sido feito chefe da ala baiana do Partido Republicano Conservador (PRC), liderado por Pinheiro Machado. Desta maneira, juntos, o PRD e o PRC da Bahia passaram a fazer oposição com maior potencial ao PRB. Foi nas eleições de 08 de março de 1911, para a Câmara dos Deputados e do terço do Senado Estadual, que Seabra conseguiu consolidar a sua primeira vitória na Bahia.

Como avalia Pang, as eleições legislativas estaduais e federais possibilitavam o fortalecimento ou o enfraquecimento da base de poder de um partido. Desta maneira, ao perceber a construção de um projeto para ter seu grupo alijado pela situação, Seabra buscou envolver diretamente o presidente e não afastou ainda a possibilidade de uma intervenção federal no Estado.²²⁰ Com o resultado desfavorável nas urnas que apontavam uma vitória da ala do PRB, ligada a Severino, a ameaça estabelecida pelo grupo de Seabra, de instalar sua própria Câmara, acabaria por resultar em uma dualidade do legislativo baiano.

A tensão foi reforçada, como salienta Quaresma por “[...] tropas federais estacionadas na Capital baiana em estado de prontidão e o anúncio da chegada do *scout Bahia* e o cruzador-torpedeiro *Tamoio* foram suficientes para amedrontar o governador Araújo Pinho, receoso de uma intervenção federal”²²¹. Alguns deputados federais, entre eles João Mangabeira, que estavam na Bahia durante as eleições, temendo a ingerência do aparato possibilitado pelo exército, enviaram um telegrama aos deputados que se encontravam na capital para ser remetido ao presidente. Os parlamentares descreviam no telegrama os acontecimentos no estado e afirmavam que:

“Como representantes da nação, presentes nesta capital, julgamos necessário levar ao conhecimento de v. ex. a situação alarmante em que se acha esta capital, em consequência das insistentes ameaças editadas pela imprensa que diz traduzir o pensamento do sr. ministro da Viação e propaladas pelos próceres do partido democrata, em que tem como chefe esse ministro [...] Não sabemos que credito

²²⁰ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 104.

²²¹ QUARESMA, Mônica. **O salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J Seabra (1912-1916)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP: 1999. p. 57.

merecem taes ameaças. O que é certo, porém, é que a população desta capital está alarmada. Dando a v. ex. conhecimento de tal situação, attendemos a exigência do nosso civismo e procuramos evitar a realização dessas ameaças sem dellas haver tido v. ex. prévia sciencia”.²²²

Ainda que o presidente, perante os relatos expostos pelos deputados baianos, tenha se comprometido a não se intrometer na política do estado e que só interviria na Bahia caso fosse solicitado pelo governador, o clima de instabilidade tomava as ruas de Salvador. Ante ao impasse gerado e a real possibilidade de uma intervenção no estado, o governador viu-se obrigado a ceder perante a oposição, no que ficou posteriormente conhecido como o “Acordo de Março de 1911”. Presente na reunião que definiu os termos do acordo, Mangabeira e os deputados federais Costa Pinto e José Ignácio, se colocaram contrários à resolução. Enquanto o governo estadual tentava sobreviver às investidas de Seabra com um acordo tácito, João Mangabeira, atuando na capital federal em oposição ao governo Hermes, observava, no seu reduto eleitoral, o principal opositor ganhar uma posição privilegiada na política estadual após as definições da manobra política.

O Coronel Antônio Pessoa, legítimo representante do seabrismo na região cacauêira, havia se candidatado a uma cadeira de deputado estadual nesta eleição. Se outrora a possibilidade do reconhecimento do seu nome era distante, nas eleições de 08 de março, com o acordo estabelecido por Seabra, não haveria mais barreiras. Sendo mediado pelo juiz federal Paulo Fontes, o acordo consistia em dividir as cadeiras na Câmara e no Senado Estadual entre Severino, José Marcellino e Seabra, deixando de fora o ex-governador Luis Vianna e o PRC baiano, uma clara estratégia seabrista para afastar a influência de Pinheiro Manchado no Estado.

Desta maneira, o PRD passava a obter o terço dos deputados da minoria em 14 e o de senadores em 01, em contrapartida, não criariam dificuldade à administração local e a bancada baiana da Câmara Federal garantiria apoio ao governo Hermes, enquanto este prestigiaria o governo baiano.²²³ Em telegrama enviado para Seabra, o governador comunicava o resultado da reunião e colocava suas expectativas com o acordo ao afirmar que:

Na reunião de 26, os eleitos e imediatamente interessados resolveram as duas dificuldades com o accordo que abnegadamente sellaram restabelecendo a tranquilidade tão suspirada pela familia bahiana, desafogando-lhe os brios e abrindo uma nova era que c. ex. prediz, com ineffavel gaudio para mim, de paz e prosperidade para nossa amada Bahia. O seu patriotismo, no alto cargo que c. ex. distinctamente desempenha, há de inspirar-lhe ensejos e modos de impulsionar o progresso e engrandecimento do nosso Estado. Numa phase de perspectiva auspiciosa, demo-nos as mãos, sem preocupações outras, em prol da nossa terra, a quem temos o dever de ser uteis. A aspiração única, mas vehemente e pressurosa da minha velhice, é

²²² Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 de março de 1911. Ed. 3539. p. 01.

²²³ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 59-60.

consagrar os poucos dias que me restam ao serviço e proveito dos meus concidadãos. Correspondo com igual effusão ao seu cordial, etc. Abraços.²²⁴

Essa política de acomodação também havia sido ratificada por Rui Barbosa, que temendo pela sobrevivência da situação nas circunstâncias do momento, via, na aliança, uma possibilidade de manutenção do grupo no poder. Reforçava o apoio, em telegrama, ao governador Araújo Pinho ao salientar que [...] applaudo resolução resistêcia decidida, aconteça o que acontecer. Não podia responder de outro modo, não aconselhei a reacção, mas a resistêcia em defesa dos direitos e dignidade do Estado e amigos nossos, caso fossem atacados”.²²⁵ Ainda que tenha se mostrado favorável ao acordo, Rui mantinha-se distante de Seabra e nutria constante oposição ao governo Hermes transcritas nas linhas dos editoriais da imprensa. O posicionamento no campo da oposição era motivo de críticas da imprensa ligada ao Marechal. Como podemos observar na charge publicada pela Revista O Malho:



Imagem 07 – Em desespero de causa. **Fonte:** Revista O Malho, 15 de julho de 1911 – Ano X, Ed. 461, p. 19

Embora O Malho (RJ) sugerisse que Mangabeira era apenas um “porta-voz manipulado” das ideias de Rui, é válido ressaltar que a experiência como editor-chefe do jornal A Lucta (BA) e toda a sua projeção, adquirida desde o início do seu mandato, teve como destaque os discursos e a oratória tanto nos *mettings* quanto na tribuna do parlamento. Diferentemente de outros governos, como salienta Viscardi, em decorrência de uma eleição efetivamente disputada na

²²⁴ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 30 de março de 1911. Ed. 3542. p. 01.

²²⁵ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 26 de março de 1911. Ed. 3538. p. 02.

República, o início do governo Hermes vivenciou um quadro novo, composto de uma oposição organizada, a dos civilistas, tendo a Bahia e São Paulo como dois grandes estados a frente.²²⁶ Essa oposição era endossada nos artigos do jornal Diário de Notícias (RJ), neste momento, sob a direção de Mangabeira, que assumira o posto de editor-chefe através da indicação de Rui em 1911.

Enquanto dedicava-se as hostes oposicionistas no cenário nacional, Mangabeira também vivenciava os conflitos no que tangia às definições políticas na Bahia. Em pleno ano de eleições municipais, as divergências pela escolha de um nome para o governo do estado, que agradasse as duas alas do PRB e que tivesse força suficiente para contrapor a crescente influência de Seabra, mais uma vez, gerava conflitos dentro das alas do partido, assim como, provocava um clima de instabilidade nos redutos eleitorais no interior, entre estes, Ilhéus. Caso Seabra conseguisse ser eleito governador, as possibilidades de conter o avanço do grupo do Coronel Antônio Pessoa em chegar ao poder local e derrubar a hegemonia política instalada desde a Proclamação da República pelo grupo, agora representado por Mangabeira, dificilmente poderia ser contido.

Diferente do coronel Antônio Pessoa que residia em Ilhéus, Mangabeira passava a maior parte do seu tempo na Capital Federal e, embora o presidente do Conselho Municipal fosse o Coronel Domingos Adami, na ausência de Mangabeira quem assumia a frente da Intendência era Arthur Lavigne, também Conselheiro. Dentro da linha de continuidade estabelecida, Arthur seria o substituto conduzido ao cargo. No exercício da função, Arthur tinha que lidar com a instabilidade política e social por causa dos constantes ataques dos opositores, que fortaleciam suas bases sob a influência do poder adquirido por Seabra no ministério.

Já no cenário estadual, à medida que as divergências internas do PRB se tornaram mais nítidas, aumentava também a pressão sobre o governador Araújo Pinho e a manutenção do seu mandato era cada vez mais instável. Na tentativa de demonstrar uma coesão com o governo, logo após o acordo com o PRD, Mangabeira e a bancada baiana, na Câmara Federal, enviaram um telegrama para o governador, afirmando que, no intuito de “evitar a persistência de explorações em torno da bancada bahiana,” reiteravam seus protestos de “completa solidariedade com a administração de v. ex. e sua orientação política, bem como do illustre chefe dr. José Marcellino, nomeadamente no assumpto da sucessão governamental do nosso Estado”.²²⁷ Quanto aos possíveis nomes para representar o partido, Novais aponta que:

²²⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"** / Cláudia Viscardi. - Ebook - 2.ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p.195.

²²⁷ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1911. Ed. 3585. p. 02.

Domingos Guimarães, lançado por Severino Vieira e contando com a simpatia e o apoio dos “governistas”, não foi aceito por José Marcelino, que manifestava suas preferências pelo presidente do Senado, Cônego Leoncio Galvão. Este, por sua vez, não contava com as simpatias de Rui, nem com o apoio de Severino, e também não agradava ao “hermismo”. Rui, que se recusava a aceitar um candidato “hermista”, como Domingos Guimarães, contribuiu para aumentar a dissensão do partido lançando um terceiro nome, o deputado ex-chefe de polícia no governo Marcelino, José Maria Tourinho, que não despertou qualquer receptividade.²²⁸

De certo, enquanto o PRB não chegava a um consenso sobre o nome que conseguisse agradar todas as alas do partido, Seabra já recebia, ainda no início de junho, a adesão a sua candidatura apresentada pelo PRD, sendo fundado logo em seguida, em 18 de julho, no Rio de Janeiro, a *Liga Patriótica Pró-Seabra*. Segundo destaca Quaresma, a Liga possuía a ambição de arregimentar o apoio de “vigários, presidentes de câmaras municipais, juizes de direito, promotores públicos, vereadores, coletores federais e estaduais, tabeliães e principalmente, dos chefes políticos do PRC baiano que residiam no interior do estado”.²²⁹

Embora o nome de Seabra ganhasse mais força, o legislativo baiano ainda estava nas mãos do PRB e para reverter esse quadro era necessário o apoio do aparato, inclusive militar, da presidência da república. A tensão política na Bahia se agravou ainda mais com a visita do presidente à Bahia, poucas semanas antes da convenção do PRB, que havia sido programada para acontecer no dia 30 de julho. Para os baianos que se mostravam céticos quanto ao capital político estabelecido por Seabra e o seu prestígio junto ao catete, tiveram de presenciar como define Sarmento, “um espetáculo surpreendente”.

Em decorrência da comemoração do centenário da Associação Comercial da Bahia e da inauguração de um trecho do porto, Seabra junto a Antônio Soveral, presidente da Associação, articulou a visita do Marechal que veio acompanhado dos mais modernos navios da Marinha brasileira, inclusive o encouraçado *São Paulo*. Desta forma, a cidade de Salvador viu a mobilização da esquadra para uma espécie de desfile marítimo. Outra forma de demonstrar que a iniciativa havia sido sua e não do governador, Seabra organizou a estadia do presidente, para que este ficasse hospedado na Associação Comercial, e não como de praxe, sob os cuidados do governador.²³⁰ A recusa pela hospedagem oficial rendeu severas críticas por parte da oposição a Hermes. Para o Diário da Bahia (BA), ligado ao grupo de Severino:

²²⁸ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 62.

²²⁹ QUARESMA, Mônica. **O salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J Seabra (1912-1916)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP: 1999. p. 61.

²³⁰ SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Sílvia Noronha Sarmento. -- Salvador, 2009. p. 93.

S. ex. vem à Bahia. Vem como presidente da República. Vem em caracter official. Vem trazendo à pôpa do navio pintado a esmalte uma divisão mixta de couraçados e torpedeiras. E aqui chegando, ao em vez de receber a única hospedagem que lhe assentava, que lhe convinha, para dar o exemplo de harmonia governativa, da coesão do poder publico, acceita, por confiar demais na acção politqueira de seu illustre ministro da Viação, uma hospitalidade de caracter privado! Muito vale uma amizade sincera e sensata. O senso é tudo na vida. É quasi tudo pelo menos. Mas ter-se um amigo insensato é uma cousa perigosíssima. E a amizade do sr. Seabra ao chefe da Nação é das taes que podem levar s. ex. a um tremendo naufrágio. Cuidado, marechal!²³¹

Se nas bases do situacionismo choviam críticas à viagem presidencial à Bahia, principalmente pelo momento político em que se encontrava o estado, o grupo seabrista, cada vez mais fortalecido, construía as bases para consolidar o projeto de chegar ao controle da política estadual. Levar o presidente ao Estado, para além de um ato simbólico, representava a demonstração concreta do campo de influências que havia obtido junto ao catete. Sobre isso, a charge da Revista do Brazil (BA) era um reflexo imperativo dessa influência:



Imagem 08 – A visita do Presidente a Bahia. **Fonte:** Revista do Brazil, Salvador, 20 de junho de 1911 – Ano VI, Ed. 03 - Capa

Contudo, como já salientamos, o PRB continha dois terços dos deputados na Câmara e o presidente da casa, o deputado Aurelio Vianna, mantinha alinhamento com o grupo de José Marcellino, o que dificultava as pretensões de Seabra. Além desses elementos, a base governista

²³¹ Diário da Bahia, Salvador, 13 de julho de 1911. Ed. 135. p. 01.

articulou uma nova lei estadual sobre inelegibilidade. Dois critérios apresentados na proposta impossibilitariam a candidatura de Seabra nas eleições. A primeira estava na necessidade de residir no estado, o que Seabra não fazia a mais de dez anos e a segunda era uma cláusula que definia como critério, abrir mão das funções públicas quatro meses antes do pleito. O trâmite do projeto para impedir a elegibilidade de Seabra, o PRB a sua convenção, no dia 30 de julho, no Teatro São João, em Salvador, sob a presidência de José Marcellino, contou com a presença de 186 representantes, dos quais 117 delegados dos conselhos municipais do Estado, 19 deputados federais, entre eles João Mangabeira, e a maioria do Senado e da Câmara dos Deputados do Estado.²³²

Mesmo com todos os conflitos internos, como observa Consuelo Novais, o partido optou por seguir com o nome do deputado Domingues Guimarães que tinha o apoio do governador. Com a desistência de José Marcellino, pela indicação do nome do Cônego Leôncio Galvão, que acabaria por desfalcocar o número de senadores estaduais que apoiavam a situação, a candidatura de Guimarães terminou como o nome da conciliação. No entanto, como destaca a autora “ainda ao escolher seu próprio candidato, o PRB perdia terreno. Tivera que se submeter à política de acomodação, ao invés de ditá-la, indicando um nome que ia de encontro à batalha que travara em defesa do civilismo”.²³³ No dia seguinte, em resposta a convenção, a Revista do Brazil (BA) publicava uma charge direcionada a Aurélio Vianna, presidente da Câmara:



Imagem 09 – Sucessão bahiana. **Fonte:** Revista do Brazil, Salvador, 31 de julho de 1911 – Ano VI, Número Avulso - Capa

²³² Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 31 de julho de 1911. Ed. 3.665. p. 01

²³³ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 62.

O clima de tensão na Bahia se agravava ainda mais com a condução do projeto de inelegibilidade. Para sua aprovação, eram necessários os votos de uma maioria simples no legislativo, sendo que dos quarenta e dois deputados, o PRB possuía o apoio de aproximadamente vinte e cinco deputados. No dia da votação do parecer, para conseguir completar a maioria, mesmo que dois deputados da região do sertão baiano não puderam comparecer, foi necessário mandar buscar o deputado Carlos Pedreira, que fora em uma cadeira por conta da dificuldade de mover-se em consequência de um acidente de automóvel dias antes.²³⁴ Com a maioria garantida, o projeto feito a toque de caixa para tentar impedir Seabra, rapidamente foi sancionada pelo governador, o que necessariamente não impediu do grupo seabrista continuar negando a legitimidade à nova lei estadual de n. 872/11 e continuar as investidas ao poder.

2 A VIRADA DO JOGO: A ASCENSÃO DE SEABRA E A QUEDA DE MANGABEIRA

Mesmo com a aprovação do projeto de inconstitucionalidade, o governo baiano demonstrou a existência de uma ruptura na base da Assembleia Legislativa do Estado. Desta maneira, Seabra que já possuía a garantia de representação na Câmara e no Senado Estadual, intensificou seus esforços nas eleições municipais para intendentess e conselheiros que ocorreram em 12 de novembro. Desde as eleições presidenciais, o Conselho Municipal de Salvador já se mostrara dividido. O clima de instabilidade e tensão das eleições ganharam um peso ainda maior com a possibilidade de uma intervenção do governo federal.

Como observa Pang, de setembro de 1911 a janeiro de 1912, o país observou atentamente os acontecimentos políticos no estado de Pernambuco, que viria a se tornar uma das primeiras vítimas da “Política de Salvação” do governo do Marechal.²³⁵ Para Viscardi, essa política de intervenção nos estados, que constituía-se uma inversão da lógica estabelecida pela Política dos Governadores do presidente Campos Sales, era reflexo do surgimento de um “novo conjunto de atores, formado pelas facções oposicionistas, também desejava partilhar do poder, na medida em que muitas delas tinham apoiado a candidatura Hermes, como uma tentativa de serem integradas na órbita política da qual estavam excluídas, por serem oposição”. Neste sentido:

As sucessivas intervenções nos estados, conhecidas como “salvações”, foram a maior expressão das disputas políticas que se faziam entre os grupos que tentavam assumir

²³⁴ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1911. Ed. 3.684. p. 01.

²³⁵ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 107.

o controle sobre o governo de Hermes da Fonseca, nos primeiros dois anos de seu governo. Consistiam nas tentativas dos elementos militares do governo, associados aos familiares do Presidente da República, de interferirem sobre as sucessões estaduais, com vistas a se fortalecerem no controle do governo federal [...]; As intervenções ocorreram por quase todo o país: Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte. Tentativas mal sucedidas ocorreram em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Na maior parte dos estados vitimados, tanto as situações como as oposições haviam aderido à candidatura de Hermes da Fonseca, após a sua vitória.²³⁶

Dando seguimento, a autora avalia que a principal ocasião geradora do conflito, e que servia como alicerce para implantação das forças militares federais, estava nas disputas por conta dos processos eleitorais para o governo do estado. Assim, aqueles estados que conseguiram se desvencilhar da intervenção foram os que estabeleceram um acordo interno entre as facções locais, o que estava distante de ocorrer na Bahia. As eleições municipais acabaram por criar um ambiente totalmente adverso a qualquer tentativa de reconciliação, principalmente no que tangia a possibilidade da convergência no nome de Seabra. Neste momento, é possível observar Mangabeira atuando em duas frentes. A primeira se pautava na tentativa de manter na região cacauzeira o controle da intendência com a candidatura de Arthur Lavigne com o seu sucessor, em oposição ao nome do Coronel Antônio Pessoa. A segunda, estava na capital federal, ao lado de Rui Barbosa na oposição ao governo Hermes, que se utilizava da tribuna do parlamento e da imprensa como ferramentas para denunciar os fatos que ora se desenrolavam na capital baiana as tentativas de ingerência do governo federal no Estado.

Em momentos de instabilidade no processo de transição de poder, atrelado a ausência de um grupo dominante, as práticas fraudulentas nas eleições se faziam ainda mais intensas. Seguindo o roteiro das eleições municipais anteriores em toda a Bahia, no cerne da disputa entre as facções do PRB, ligadas a José Marcellino e Severino Vieira, as eleições de 1911 acrescentava agora uma base subsidiada pela influência da rede de relações políticas e econômicas estabelecidas por Seabra no Ministério. Em Ilhéus, em meio a tensão, ambos os grupos se intitularam vencedores e, mais uma vez, assim como nas eleições de 1889 até 1907, a cidade passou a ter uma dualidade de governo.

Como as eleições seriam decididas pelos mecanismos das comissões verificadoras de poderes, a eleição estadual se tornaria ainda mais importante para a manutenção ou o esfacelamento da hegemonia estabelecida na região. Um fator interessante a ser observado nesse processo é a ausência da candidatura de Mangabeira para o Conselho Municipal de Ilhéus. Ao deixar a intendência, era uma prática habitualmente utilizada na região a candidatura a essa

²³⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"** / Cláudia Viscardi. - Ebook - 2.ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 202-203.

função, inclusive como uma forma de continuidade no poder, como já acontecia com o seu antecessor, o cel. Domingos Adami e, logo depois, sendo utilizada continuamente pelo cel. Antônio Pessoa, após o seu mandato como intendente.

Assim como Ilhéus, a capital baiana vivenciou o mesmo processo de disputa com ambos os grupos que se intitulavam vitoriosos. O candidato de Seabra à intendência de Salvador era Júlio Brandão, gerente da *Linha Circular*, uma das duas empresas de bonde dos *Guinle & Cia* na capital e tinha como adversário, João Pedro dos Santos, candidato vinculado a José Marcellino e apoiado por Severino Vieira e o governador. Como destaca Sarmiento, a eleição municipal foi motivo para uma escalada de animosidade de ambas as partes, o que tornou o processo de apuração extremamente tumultuado.²³⁷ O discurso de Mangabeira na tribuna da Câmara nos possibilita compreender sua atuação no momento. Para ele, os distúrbios nas eleições eram os primeiros passos do que acreditava ser um “ensaio do plano criminoso” possibilitado pela anuência do Presidente da República. Ainda para Mangabeira, essa escalada dos conflitos se constituía como:

[...] os primeiros prenúncios do militarismo que se descerra e se desvenda; são as primeiras manifestações com que a masorca dos quartéis se agita e se anuncia no Estado, cuja ordem constitucional se busca subverter. São os primeiros rugidos da fera que se acerca rilhando a dentuça, com ferozes apetites aguçados pela sangueira de Pernambuco.²³⁸

O temor pela intervenção militar na Bahia à propósito da eleição municipal, nos moldes do que ocorreu em Pernambuco, era cada vez maior. Como noticiava o *Correio da Manhã* (RJ), após uma sessão tumultuada da junta apuradora, o juiz preparador da vara cível, presidente da Junta, dr. Juvenal Alves, solicitou ao governador a sua exoneração, sendo nomeado para a função o Dr. Hermógenes Vianna, irmão do ex-governador, Luiz Vianna.²³⁹ A substituição do presidente da comissão, cuja unanimidade era situacionista, não apaziguou os conflitos. Para Mangabeira, a pressão da oposição, legitimada pelo Presidente, foi posta em prática pelo general comandante do distrito, Sotero de Menezes. Este havia ido pessoalmente ao governador para inquiri-lo, em nome do PRC, sobre a proibição da entrada dos seus correligionários na Câmara. Sobre o fato ocorrido, Mangabeira questionava a real autoridade do general:

²³⁷ SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Sílvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. p. 96.

²³⁸ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa**. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I., Sessão 02-12-11, p. 141.

²³⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1911. Ed. 3786. P. 01.

Mas com que autoridade o general comandante do distrito se dirigiu, em nome de um partido, ao governador da Bahia para inquirir de fatos de mero policiamento, de ordem interna do Estado? Porventura o Partido Conservador já se degradou, até ter por procuradores, como órgão oficiais nas regiões militares, os respectivos inspetores? Eu não endereço a pergunta ao Sr. Presidente da República, mas ao partido como as responsabilidades que a política lhe dá, partido onde há cidadãos nobres, de alevantados intuits de progresso, de ordem, de moralidade e de paz! Eu dirijo esta interrogativa ao partido, para que responda com que autoridade falou, em seu nome, o Sr. general Sotero de Menezes? Em nome do Partido Republicano Conservador, como seu procurador?”²⁴⁰

Em meio a escalada de violência, o juiz precisou requisitar do governador a interferência da força policial para a proteção da Câmara Municipal onde ocorriam os trabalhos. No dia seguinte à solicitação, foi enviado à praça do Conselho um contingente de 100 praças de polícia. Entretanto, logo após uma conferência com Júlio Brandão em sua residência, o juiz optou por dispensar o aparato policial numa tentativa de arrefecer os conflitos. Em telegrama enviado por Araújo Pinho ao Presidente, o governador justificava que a decisão do juiz “[...] fôra motivada pelo formal compromisso que com elle contraíram alguns políticos, de que cessariam as perturbações”.²⁴¹ Narrando os fatos ocorridos, logo após a retirada das tropas estaduais, segundo telegramas recebidos por correligionários, Mangabeira destacava a entrada na praça do Conselho pelo general Sotero de Menezes, acompanhado do comandante do 50º Batalhão do Exército e outros oficiais com ordenança, todos a cavalo. A ida do general ao quartel para falar diretamente com o comandante da política foi visto como uma tentativa de intimidação. Desta maneira, destacava que:

O general, ao mesmo tempo que pretendia apavorar a Junta com a sua presença e a do estado-maior, interferindo nas deliberações dela, por um ardil, indo à frente da polícia, como se fosse esta vencida, como se esta a ele já tivesse aderido de surpresa, sem que o Governador soubesse para poder providenciar e preparar o espírito dos soldados e do comandante do regimento estadual, julgando dominá-los pelo espanto, exercendo a pressão moral do prestígio de seu generalato, cercado de seu estado-maior, penetra no quartel e convida a polícia a acompanhá-lo. E talvez que o plano surtisse efeito se a têmpera do comandante e oficiais daquela milícia não fosse a da nobreza a mais esmerada, a do civismo a mais firme, a da bravura a mais dedicada.²⁴²

As críticas elaboradas por Mangabeira sobre a “tentativa de intimidação” do general Sotero de Menezes diferem do posicionamento adotado pelo Governador no mesmo telegrama enviado ao presidente sobre a desistência do presidente da Junta na manutenção da proteção

²⁴⁰ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I., Sessão 02-12-11, p. 149.

²⁴¹ O Paiz, 05 de dezembro de 1911. Ed. 9921. p. 01.

²⁴² MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I., p. 152.

pela guarda. Na narrativa adotada por Araújo Pinho, era evidenciado que “O commandante da região, encontrando a força a caminho do quartel, para ali se dirigiu, confabulando amistosamente com o commandante do regimento e referindo-se ao governo do Estado em termos os mais attenciosos”.²⁴³ O tom conciliatório foi citado por Mangabeira como um ato de “ingenuidade do governador”, pois, no seu entendimento, “comunicava ao mandante os crimes que este fizeram perpetrar”. Ainda que o presidente tivesse enviado um telegrama para o general Sotero, com a recomendação de que se mantivesse a força federal alheia às lutas políticas, não permitindo nem “ostentações do Exército nem manifestações”, a imparcialidade do presidente era constantemente questionada.²⁴⁴

Esta descrença na imparcialidade do presidente se agravava perante a situação baiana com a oficialização da candidatura do seu filho, o 1º tenente Mario Hermes. A nomeação de Seabra para o ministério era creditada como uma moeda de troca em torno da candidatura do tenente. E, embora não tivesse sido candidato pelo PRD, mas como representante do Centro Operário da Bahia pelo 1º distrito, sua indicação era a concretização do acordo estabelecido por Seabra com o presidente na percepção dos opositores.²⁴⁵ Para Mangabeira, neste momento, a Bahia não poderia acreditar na manutenção de uma imparcialidade do Presidente da República e nem mesmo “na sua compostura pessoal”, pelo fato de ter consentido em “imiscuir-se na política baiana, onde se apresenta como parte, na pessoa do seu filho”. Também questionava a postura do Presidente, apontando que:

[...] o Sr. Presidente da República não tem essa réstia de bom senso que possuem os indivíduos mais brancos da espécie humana? S. Ex^a não vê que a candidatura de seu filho leva no bojo uma tentativa de suborno? (*apoiados.*) S. Ex^a não entende, as vistas de S. Ex^a não enxergam que esse é o preço com que se lhe compra o apoio incondicional? S. Ex^a não percebe que é um contrato de venda, celebrado escandalosamente, às escâncaras, à face do país? É o *do ut des*, isto é: “Eu te dou de mão beijada, a tua candidatura, para que tu me dêes o apoio vendido a teu pai?”²⁴⁶

Em entrevista ao jornal A Noite (RJ), Seabra negava que tivesse sido o articulador da campanha do filho do Marechal. Destacava que, sendo candidato ao governo do Estado, optara por não intervir na questão, a fim de evitar cair sobre si “as queixas inevitáveis da ocasião”. Ressaltava que a candidatura do tenente Mario Hermes havia sido levantada por um grupo de operários, adversários do seu partido, sendo que o Centro Operário da Bahia estava dividido

²⁴³ O Paiz, 05 de dezembro de 1911. Ed. 9921. p. 01.

²⁴⁴ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1911. Ed. 3791. p. 02.

²⁴⁵ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1911. Ed. 334. p. 04.

²⁴⁶ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I., p. 146-147.

em duas frações, uma constituída por seus amigos e outra ligada a situação baiana, de maneira que a última levantou a candidatura do tenente. Ao ser questionado sobre as eleições estaduais e as acusações dos adversários em ser partidário da intervenção, Seabra colocava em xeque a real necessidade dessa interferência no Estado e destacava que:

[...] “não preciso e nem quero”. Quero apenas que os meus amigos tenham liberdade de votar. Porque, V. compreende, estando, como está o governo do Estado apaixonado e sem a precisa isenção de animo, elle procurará, por todos os meios, cercear a liberdade dos adversários. É isto que o governo federal procurará impedir, como está no seu dever, assegurando a verdade eleitoral, que é o ponto capital do seu programa.²⁴⁷

Mais uma vez o temor de uma intervenção no Estado, endossada pela crise política estabelecida na capital liderada pelos partidários de Seabra, pressionava o governador Araújo Pinho a construir uma conciliação com o grupo de Seabra. E, embora Seabra afirmasse em entrevistas que não possuía o quantitativo necessário de deputados no congresso estadual para concretizar o seu reconhecimento, apontava que já possuía o total de 28 membros no Congresso, incluindo deputados e senadores, número superior ao que havia sido necessário para o reconhecimento de Araújo Pinho nas eleições anteriores, quando tivera o número de 25 votos favoráveis, demonstrando assim que havia uma tendência de infidelidade dentro do partido governista.

Diferentemente de seu antecessor na crise de 1907, Pinho perdia rapidamente apoios dentro de alas do PRB e não conseguia sustentar uma articulação na esfera federal, ainda que tenha buscado manter um tom conciliatório em todos os conflitos político ao longo do seu último ano de mandato. Enquanto Seabra estrategicamente se mantinha fora da Bahia, o ex-governador Luiz Vianna, no comando do PRC, articulava as tratativas para a articulação da campanha do ministro no estado. Em contrapartida, o ex-governador conseguiu a indicação do partido com o apoio de Seabra e do Presidente para se candidatar a vaga no senado, que se abriria com o termino do mandato de Severino Vieira.

Enquanto buscava uma solução para as eleições municipais, o governador viu uma intensificação na disputa de narrativas ao longo do processo de averiguação entre ambos os grupos com o termino do trabalho da Junta Apuradora. Mesmo com a emissão de um parecer favorável a vitória de João Santos para Intendente pela Junta, o conselheiro Luiz Vianna, em telegrama, comunicava a Seabra que ainda faltava proceder a contagem de votos, tendendo a reverter o resultado para a vitória de Júlio Brandão.²⁴⁸ Com o resultado desfavorável emitido

²⁴⁷ À Noite, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1911. Ed. 137. p. 01.

²⁴⁸ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1911. Ed. 3794. p. 01.

pela Junta, a disputa se deu no âmbito do Conselho Municipal com as comissões verificadoras. Em dias diferentes, ambos os lados emitiram pareceres favoráveis a seus candidatos, o que resultou na duplicata de governos no município. Do lado governista foi proclamado João Santos como intendente municipal, e para o Conselho Municipal nove governistas e seis oposicionistas. Do outro, proclamava-se Júlio Brandão como Intendente e dez candidatos do partido oposicionista e cinco governista.

2.1 O bombardeio de Salvador e a queda do PRB

Alegando problemas de saúde que impossibilitariam sua continuidade na chefia do Executivo, o já tumultuado cenário político ganhou novas proporções com a renúncia de Araújo Pinho em 22 de dezembro. Segundo Novais, o governador “cansara-se de “ser um governador governado” e a política de temporização com o “grupo dirigente” liderado por Bernardo Jambeiro, fazia com que as rédeas do governo cada vez mais escapassem-lhe das mãos”. A autora ressalta que além das pressões internas e externas, um dos fatores que aceleraram sua saída estava na proposta elaborada por Rui Barbosa para tentar frear as pretensões de Seabra.

Para o Conselheiro, seria mais interessante estabelecer o adiamento das eleições de 28 de janeiro de 1912 para o mês de maio, período em que o Congresso Nacional voltaria a reunir-se. O temor era que durante o período de férias do Legislativo, o Governo Federal tivesse uma maior liberdade de atuar em favor de Seabra. Desta maneira, ante a recusa de Araújo Pinho em colocar o plano em prática, José Marcellino ficara encarregado de obter o governador a renúncia.²⁴⁹ Mais tarde, Mangabeira ressaltava em seu discurso de pesar pela morte de Araújo Pinho na tribuna da Câmara a sua “honestidade inatacável”, afirmando que:

[...] na sua administração, a mais combatida que tem tido o meu Estado, do primeiro ao seu último dia, pelas lutas mais ferozes e encançadas da política, em uma travessia agitada, que ele mesmo denominou “a Odisseia do seu Governo”, nos dias mais renhidos de combate, nos momentos da peleja mais travada, contra a sua probidade pessoal os seus rancorosos inimigos e os seus mais decididos adversários nunca ousaram, já não digo murmurar, nunca ousaram sequer suspeitar!²⁵⁰

Com mais uma crise instalada, cabia ao Presidente do Senado Estadual, o Cônego Leôncio Galvão, como primeiro substituto constitucional, assumir a função de Governador do Estado. Com a negativa do político, também alegando motivos de saúde, o cargo foi direcionado

²⁴⁹ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 63.

²⁵⁰ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa**. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 183-184 – Discurso Sessão em 23-7-17.

para Aurélio Rodrigues Vianna, então Presidente da Câmara dos Deputados do Estado e segundo substituto direto, tomando posse no mesmo dia da renúncia. Em telegrama destinado para o Presidente, o novo governador interino comunicava que havia assumido o cargo e ressaltava que as relações entre o governo da União e o do Estado se mantivessem “sempre harmônicas em prol dos altos interesses do regimen republicano federativo”.²⁵¹

Segundo a Constituição da Bahia, promulgada em 1891, nos artigos 26, parágrafo 2º e no artigo 36, parágrafo 32, na vacância do cargo, as duas câmaras teriam de se reunir em uma Assembleia Geral sob a direção da mesa do Senado.²⁵² Competia a Assembleia, dentro de um prazo máximo de noventa dias para definir o dia da eleição, como determinava o parágrafo único do artigo 20, da lei n. 812, de 30 de julho de 1910.

Aurélio Vianna, seguindo a estratégia adotada por Rui para tentar frear as pretensões de Seabra, convocou a Assembleia para o dia 15 de janeiro na cidade de Jequié, no interior baiano, distante o suficiente para impedir qualquer manobra militar que poderia ser articulada pelo general Sotero de Menezes. Legalmente, a mudança das duas casas legislativas estava embasada no artigo 8º da Constituição do Estado, que previa a prática somente por “motivos urgentes de salvação pública”, com prévia deliberação da Assembleia Geral ou por convocação motivada do chefe do poder executivo em declaração pública. No decreto de convocação da Assembleia expedido pelo governador, no dia seguinte a sua posse, era destacado o clima de instabilidade que vivenciava o Estado e apontava o histórico de violência ocorridos desde o mês de março para legitimar tal mudança. Evidenciava-se no decreto que:

[...] é com efeito contra a liberdade constitucional do poder legislativo que convergem as ameaças da mais alta seriedade, multiplicadas com desenvoltura cada vez maior contra a ordem legal do Estado; considerando que essas ameaças inspiradas no propósito manifesto de violentar a expressão da vontade eleitoral e a independência da assembléa apuradora no próximo vindouro escrutínio para a escolha do futuro governador, revestem ostensivamente o aspecto de um desafio à letra expressa na nossa Constituição e do uso da força armada para coagir poderes do Estado.²⁵³

Aproveitava também para tecer críticas as atitudes políticas tomadas por Seabra, aliada de uma imparcialidade do governo federal, ao salientar que:

Considerando que enquanto a Constituição do Estado no artigo 49 § 2 e a lei 872 de 21 de agosto de 1911 em termos categóricos declaram inelegíveis para o cargo de governador os ministros secretários do presidente da República, a menos que se não desincompatibilisem quatro meses antes da eleição como prescreve o art. Único §3 da citada lei, um destes ministros secretários não se julgou obrigado a deixar o seu cargo no governo federal para vir pleitear o que aspira no governo da Bahia, assoalhando

²⁵¹ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1911. Ed. 357. p. 04.

²⁵² Constituição do Estado da Bahia, promulgada em 2 de julho de 1891. p. 08-14 – disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224181>. Acesso em 19 de maio de 2021.

²⁵³ O Século, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1911. Ed. 1643. p. 02.

assim o desprezo em que se tem a autonomia do Estado e suas leis, quando para as desprezar se conta com os recursos da União; considerando que dessas vantagens materiais começa a lançar mão sem reboço a política empenhada em subverter aqui a ordem constitucional, desde março deste anno quando o governo do Estado sem motivo nenhum viu os canhões do forte S Marcello voltados contra a cidade no intuito evidente de exercer pressão pelo terror do povo e das autoridades, influindo assim nas deliberações políticas pendentes.²⁵⁴

As medidas adotadas para impedir uma possível interferência de Seabra nas eleições geraram uma intensa movimentação política de ambos os lados. No mesmo momento em que os situacionistas se articulavam para cumprir a mudança da Assembleia e asseguravam, com o auxílio da força policial, o bloqueio da entrada dos deputados no prédio da Câmara, o governador baixou um decreto prorrogando o mandato dos intendentess e conselheiros anteriores as eleições da capital e outros municípios, incluindo Ilhéus, que mantinha naquele momento a dualidade no seu governo e que tinha entre os opositores, os aliados de Seabra.

Ainda que o decreto não tivesse surtido nenhum efeito prático e não fosse respeitado por nenhuma das cidades, acabou por contribuir ainda mais para aprofundar os conflitos. Em referência às mudanças, a revista O Malho (RJ) satirizava a manobra arriscada do governo que poderia resultar em uma intervenção federal e conseqüentemente a posse de Seabra como governador.



Imagem 10 – O tiro dos “planos” pela culatra. **Fonte:** Revista O Malho, 30 de dezembro de 1911 – Ano X, Ed. 485, p. 38

Do outro lado, as bases ligadas a Seabra, cada vez mais fortalecidas dentro das duas casas legislativas, utilizaram-se de meios legais e extralegais para a manutenção da Assembleia

²⁵⁴ O Século, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1911. Ed. 1643. p. 02.

na capital. O vice-presidente do Senado, o barão do São Francisco, alegando o impedimento do Cônego Galvão pelo seu afastamento por motivos de saúde, assumiu a presidência da casa e convocou à Assembleia para o dia 15 de janeiro na capital por considerar que o PRB não contava com dois terços da representação necessárias.

Além de uma intensa mobilização dos populares na cidade, com o intuito de tumultuar a ordem, o PRD, através do Senador Estadual, Arlindo Baptista Leoni, também entrou com um pedido de *habeas corpus* que foi concedido pelo juiz federal Paulo Martins Fontes, com a finalidade de que o governador retirasse a polícia estadual da Assembleia Legislativa e proibisse a transferência para o interior.²⁵⁵ Em 10 de janeiro de 1912, sob a liderança do presidente do Senado Estadual interino, o barão de São Francisco, munido do *habeas corpus*, foi definida uma reunião preparatória para a Assembleia Estadual.

No dia anterior, 19 congressistas já haviam embarcado para a cidade de Jequié. Como analisa Quaresma, a chamada “Expedição de Jequié” pode ser compreendida como um erro estratégico do governo por facilitar aos opositores a ocupação da capital. Outro fator importante estava nos gastos financeiros para viabilizar a transferência dos deputados e senadores que aumentaram ainda mais as críticas e ampliaram os graves conflitos armados que explodiram em vários pontos da cidade, tornando a situação ainda mais caótica.²⁵⁶

Com as portas fechadas do prédio da Câmara onde deveria ocorrer a Assembleia, mas que estava ocupado pelo corpo policial do Estado, foi solicitado ao general Sotero de Meneses uma intervenção para que o *habeas corpus* fosse cumprido. Diante da negativa de Aurélio Vianna em atender a íntegra do documento, por creditar na nulidade, devido a ausência de jurisdição do juiz no Estado, consentindo apenas a entrada dos congressistas sem retirar a força policial, o general emitiu um boletim comunicando que, caso o governo insistisse no descumprimento das ordens do juiz seccional, executaria a ordem de intervenção da força.

A rejeição do governo em atender a ordem do general transformou-se no estopim para o acontecimento “mais escandaloso da história política da Bahia”, o bombardeio da cidade de Salvador.²⁵⁷ Desta maneira, às 13h30, após dois tiros de advertência, o forte São Marcelo, também conhecido como “forte do mar”, deu início ao bombardeio da capital baiana, instaurando o caos na cidade. Como destaca Sarmiento, além do forte São Marcelo, a cidade

²⁵⁵ À Noite, Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1912. Ed. p. 03.

²⁵⁶ QUARESMA, Mônica. **O salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J Seabra (1912-1916)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP: 1999. p. 73-75.

²⁵⁷ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 109.

também foi alvo dos tiros de canhão do forte do Barbalho, objetivando diminuir a resistência da polícia estadual, cujas forças estavam concentradas na região central da cidade.²⁵⁸

Embora o bombardeio tivesse sido autorizado diretamente pelo general Sotero de Meneses, a imprensa não tardou em creditar no fato do comando de Seabra e na conivência ou passividade do presidente. Em matéria intitulada “A fraude Seabrista”, o Correio da Manhã (RJ) assegurava que:

A chacina começou hontem nas ruas da Bahia. Aproveite-se della o sr. Seabra, e suba, por sobre os cadáveres e o sangue de seus conterrâneos, dos seus irmãos, ao posto inglório que tanto o deslumbra e que elle só visa galgar, por meio da fraude, da violência e da força, desvairando pela ambição. A Bahia há de saber amaldiçoar o filho ingrato e desnaturado, que não hesitou em subir desse modo, calcando aos pés a dignidade e a honra da terra generosa que lhe serviu de berço!²⁵⁹

O clima de violência tornou insustentável a permanência de Aurélio Vianna no governo, sendo forçado a renunciar no dia seguinte ao bombardeio, numa tentativa de conter o cenário crítico instaurado na capital. Em seu lugar, tomou posse o presidente do tribunal de Apelação e Revista do Estado, o Conselheiro Bráulio Xavier Pereira, terceiro substituto legal para o governo do estado, que logo após a posse feita pelo general Sotero de Meneses, revogou o decreto que alterava a assembleia para a cidade de Jequié, estabelecendo a manutenção das eleições para 28 de janeiro como anteriormente estava programado. O bombardeio da capital baiana ganhou destaque nos círculos políticos e na imprensa nacional, como era retratado na Revista O Malho (RJ);



Imagem 11 – Sobre o tal bombardeio da Bahia. **Fonte:** Revista O Malho, 20 de janeiro de 1912 – Ano XI, Ed. 488, p. 28

²⁵⁸ SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Silvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. p. 97-98.

²⁵⁹ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1912. Ed. 3828. p. 01.

Em artigo publicado no Diário de Notícias (RJ), Rui Barbosa clamava ao povo baiano que resistisse a investida. Nele, destacava que a Bahia começava a receber as primeiras “cutiladas” e que “Há de revidal-as. Resistirá. Resista. Deve resistir, custe o que custar. Mais vale acabar livre do que viver de canga ao pescoço. Mas, resistindo, si o puder fazer seriamente, organizadamente e tenazmente não acabará. Salvar-se-á, salvando o paiz”.²⁶⁰ Como evidencia Quaresma:

[...] três dias depois do bombardeio começou a ocupação militar da cidade: quinhentos praças o Exército estacionados em Recife tiveram ordem para seguir para a Bahia; a esses se juntaria o 53º Batalhão que se achava em Alagoas. Todas as forças seguiram para a capital baiana a bordo do navio *Brazil*.²⁶¹

Para a autora, ainda que o presidente Hermes não tivesse formalmente autorizado o procedimento no Estado, o deslocamento de um quantitativo significativo de força militar para a capital baiana configurou-se numa verdadeira intervenção. Como consequência, a ocupação, em vez de arrefecer os ânimos, acabou por criar um cenário ainda mais conflituoso entre a polícia estadual e o exército. Partindo da nossa análise em torno das fontes, principalmente da imprensa do período, compreendemos não ser possível definir o bombardeio de Salvador como uma intervenção alicerçada integralmente pela anuência do governo federal.

O ato autorizado pelo general Sotero de Meneses acabou por gerar uma crise no gabinete do presidente, causando, inclusive, o pedido de demissão do ministro da Marinha, o almirante Marques Batista Leão. No documento, entregue ao presidente com a solicitação da sua saída do governo, o almirante ressaltava que ao seu ver, o bombardeio era uma “uma iniquidade que atenta menos a Constituição Brasileira do que contra a civilização e a dignidade humana”, e concluía que o ato constituiria uma “nódoa indelével em nossa história, um opróbio para seus responsáveis, a percussão de uma crise, cuja gravidade ninguém poderia precisar”.²⁶² Desta forma, evidenciava que a sua continuidade no cargo seria inviável.

Também é possível observar nos dias subsequentes ao bombardeio, uma intensa confusão no que tange aos meios de comunicação na Bahia e à disputa de narrativas sobre o fato nos grupos políticos. Como foi supracitado, a indicação do diretor dos serviços telegráficos da Bahia era de responsabilidade do Ministério de Seabra, o que constantemente era questionado pelo governo baiano, inclusive, o tema fora anteriormente colocado por Araújo

²⁶⁰ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1912. Ed. 3829. p. 02.

²⁶¹ QUARESMA, Mônica. **O salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J Seabra (1912-1916)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP: 1999. p. 89.

²⁶² CARONE, Edgar. **A Primeira República (textos e contextos)** (1889/1930). S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2ª ed., 1973. p.54.

Pinho para o presidente quando acusou o chefe do órgão de interferência e manipulação nas correspondências dos aliados. Os telegramas enviados pelo general Sotero de Meneses e membros do grupo *seabrista*, como exemplo, minimizavam os impactos do bombardeio e narravam que a renúncia de Aurélio Vianna havia sido de forma pacífica, chegando de forma mais rápida ao Rio de Janeiro, enquanto as informações dos grupos opositores tardavam a chegar à capital da República, o que era firmemente denunciado pelos veículos de imprensa.

A crise estabelecida no Estado ganhou novas projeções a partir da posição adotada pelo governo federal, o que reforça nossa hipótese. Dez dias após o bombardeio, em comunicado oficial publicado na imprensa, era declarado que o presidente, após analisar a situação do estado, e de posse de uma comunicação emitida por Aurélio Vianna e Bráulio Xavier esclarecendo os acontecimentos, concluíra que a renúncia havia se tratado por “coação oriunda de possível exorbitancia no cumprimento de suas ordens, que somente visaram a execução de um habeas corpus”.²⁶³ Desta maneira, determinava a imediata reposição de Aurélio Vianna ao posto de governador, mesmo à revelia do grupo *seabrista*. A postura do presidente demonstra que, até esse momento, não havia uma base concreta de apoio no Catete que coadunasse com o bombardeio da cidade e conseqüentemente uma intervenção federal. Até então, sob a liderança de Rui, a batalha pelo retorno de Aurélio Vianna ao governo do estado havia se tornado jurídica.

Entrando com uma petição de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal junto com Methodio Coelho em nome da maioria dos congressistas baianos, Rui defendia a legalidade da mudança da assembleia para o interior e a recondução de Aurélio ao mandato de governador. Sobre a atuação do Senador, Mangabeira, mais tarde, ressaltava que mesmo aos 62 anos de idade o conselheiro “durante quase dois meses, de 11 de janeiro a 2 de março, brada na imprensa, ou no Supremo Tribunal, e, às vezes, no mesmo dia se bate nas duas trincheiras, como algumas vezes, depois, haveria de, quase que ao mesmo tempo, combater em três postos de luta: Senado, Supremo Tribunal e imprensa”.²⁶⁴

Ainda que a reposição de Aurélio à função de governador tenha definido o *habeas corpus* como fator prejudicial ao seu retorno à função, a militância do senador foi lembrada por Mangabeira e por membros da bancada baiana no congresso. Em telegrama enviado pelos parlamentares ao conselheiro, era enfatizado que “seu nome glorioso foi tão aclamado pelo povo quando neste momento em que a nossa terra reivindica sua autonomia salva pelas energias do gênio do seu grande heroico e abnegado defensor”.²⁶⁵

²⁶³ O Século, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1912. Ed. 1666. p. 02.

²⁶⁴ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 143.

²⁶⁵ FCRB, telegrama 21 de janeiro de 1912 – Série de correspondências CR 821 a CR 890.

Todavia, embora o grupo tenha conquistado uma importante vitória sobre as pretensões de Seabra, que inclusive colocara sua posição no mistério em xeque, no dia seguinte ao retorno de Aurélio Vianna, vários focos de conflitos voltaram a acontecer na capital. Segundo destaca Pang, apesar do chefe do PRD tenha sido obrigado a aceitar as ordens do presidente, ainda que sob protesto, seus seguidores recusaram-se a seguir as definições federais. Como narra o autor:

Elementos bem armados da Marinha, simpática à causa seabrista, foram postos em licença para ir à terra e junto com os agitadores, que era pagos para lutar pelo PRD, os marinheiros entraram em ação, matando policiais, saqueando estabelecimentos comerciais, ateando fogo às gráficas dos jornais a favor do PRB, e soltando prisioneiros das prisões municipais e estaduais. A luta prosseguiu durante três dias.²⁶⁶

Esse clima de tensão e violência, segundo telegrama enviado por Mangabeira em conjunto com outros deputados da bancada baiana ao conselheiro Rui Barbosa, foi agravado pela ausência de um contingente policial na capital, que havia sido enviado em sua maioria para o interior, no período em que Bráulio Xavier estava no comando do governo, forçando Aurélio Vianna a recolher nos quartéis o restante das forças, a fim de evitar a continuidade do embate com os marinheiros e populares que ocupavam as ruas da capital.²⁶⁷ Mangabeira e o deputado Bernardo Jambeiro, que neste momento se encontravam na capital, narravam em outro telegrama enviado a Rui que, após ser ameaçado de morte, Aurélio Vianna tivera a necessidade de primeiro se refugiar no Consulado da Venezuela e logo em seguida sendo recebido pelo Consulado Francês devido a insegurança do palácio do governo.²⁶⁸

Sem alternativa, na noite do dia 25 de janeiro, Aurélio acabou sendo forçado a renunciar mais uma vez, agora nas dependências do Consulado Francês, passando o comando do governo às mãos do conselheiro Bráulio Xavier que, por sua vez, manteve a data das eleições para o dia 28 do mesmo mês. Ainda que inicialmente Aurélio Vianna tenha buscado resistir a renúncia, estando disposto a retornar ao posto caso fosse garantida a sua continuidade pelas forças federias, como podemos observar em uma missiva enviada a Rui Barbosa e publicado pela imprensa, a situação era cada vez mais hostil a uma possível permanência.²⁶⁹

Mangabeira, que na mesma noite embarcou em direção a Ilhéus devido as ameaças sofridas na capital e também para acompanhar as eleições, narrava em correspondência enviada a Rui que a situação da capital era “horrorosa”. Dentre os momentos que havia presenciado, descrevia as ameaças de morte sofrida pelo Senador Estadual Virgílio de Lemos e o deputado

²⁶⁶ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 110-111.

²⁶⁷ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1912. Ed. 3.843. p. 01.

²⁶⁸ FCRB, telegrama 26 de janeiro 1912 – Série de correspondências CR 821 a CR 890.

²⁶⁹ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1912. Ed. 3.843. p. 01.

estadual Lemos Brito, obrigados a renunciar as funções e também que os “desordeiros” haviam prometido cortar os encanamentos de gás, deixando a cidade às escuras, o que aumentaria ainda mais os conflitos, caso Aurélio não renunciasse. Por fim, compreendia ser naquele momento impossível o retorno de Aurélio Vianna a função ou mesmo que o Cônego Galvão pudesse assumir o governo em seu lugar sem completas garantias do governo federal, visto que não existia contingente policial necessário para garantir a segurança de ambos. Ressaltava também que:

Quando os conflictos começaram apenas eram sustentados por soldados e marinheiros, mas após o recolhimento da pequena policia aos quartéis, áquelles aggregaram-se, avolumando dia a dia, os populares que em todas as cidades constituem elementos habituaes de desordem. O plano dos directores das arruaças era obrigar pelas tropelias diárias até as classes conservadoras e elementos neutros á politica conformarem-se com as situações illegaes obtidas pela violência, em todo o caso preferíveis á anarchia. Todavia, até agora os elementos de ordem, paz e progresso do Estado estão comnosco. Restaure o general Vespasiano a paz e não tememos pleito livre. Isto é justamente o que a mashorca militar tem procurado impedir. Nem póde querer a decisão das urnas o partidoque além de apresentar chapa completa para a eleição federal, permite candidatos avulsos correligionários.²⁷⁰

Para tentar conter a escalada de violência, o presidente enviou para a Bahia o general Vespasiano de Albuquerque, inspetor da 9ª região, junto com uma comissão especial formada pelos generais Olympio da Fonseca e Pedro Bittencourt, a fim de reconduzir Aurélio Vianna a função de governador e arrefecer os conflitos na capital. Entretanto, antes mesmo da chegada do general ao estado, convencido por uma comissão formada pelo Arcebispo da Bahia, pelo decano da Faculdade de Medicina, Antônio Pacífico Pereira, Otávio Mangabeira e por Manoel José Conde Filho, comerciante local, Aurélio Vianna, um dia antes das eleições, decidiu não reassumir o governo, apresentando a sua renúncia definitiva.

Na capital federal, enquanto circulavam os acontecimentos na Bahia, Seabra desligava-se oficialmente da função de Ministro para concorrer as eleições como governador sem nenhum adversário, concretizando os planos estabelecidos desde a sua chegada ao Ministério. Com o desmantelamento da base do PRB no estado, a candidatura de Domingos Guimarães tornou-se inócua, não havendo barreiras no interior, onde rapidamente as elites locais embarcaram no novo projeto de poder liderado por Seabra.

A candidatura de Seabra também deslegitimava, mesmo possuindo vigência, a Lei Estadual de n. 872/11, que ficou conhecida como a Lei da Inelegibilidade. Em contrapartida, buscando ainda restabelecer as bases do PRB, Rui Barbosa entrava novamente no Supremo Tribunal Federal com outro *habeas corpus* em nome de Aurélio e do Cônego Galvão. Durante

²⁷⁰ FCRB, telegrama 28 de janeiro 1912 – Série de correspondências CR 821 a CR 890.

todo o período que compreendeu a batalha jurídica chefiada por Rui, é possível observar uma intensa troca de correspondências entre Mangabeira e o conselheiro. Com a saída da capital de José Marcellino durante os distúrbios em Salvador, em direção ao Rio de Janeiro, e tendo sido seguido por outros importantes nomes do PRB, coube a Mangabeira ser um dos seus interlocutores no Estado, no trato com os acontecimentos locais. Em correspondência, Rui pedia a Mangabeira para “animar” Aurélio e Galvão a não recusarem assumir novamente o governo, ressaltando que caso abrissem mão dessa prerrogativa, o controle da política estadual iria parar nas “mãos dos inimigos”. E destacava que:

Seria quebra do nosso dever abandonarmos Bahia ao regime dos mashorqueiros e gravíssima responsabilidade para os que cometessem tal fraqueza. Convém pormos prova até o fim sinceridade promessas Hermes, não lhe dando pretexto para não cumpril-as. Situação tende a melhorar. Seabra perde terreno. Mande sempre notícias políticas e eleitorais todos districtos para fazermos aqui estatísticas eleição. Animo e fé.²⁷¹

A insistência no retorno, ainda que existisse todo um contexto de animosidade, era visto nos telegramas de Rui para Mangabeira que Aurélio deveria assumir o governo ainda que em risco de nova deposição. Acrescentava que, caso houvesse novamente a deposição, estaria então “tirada prova real falta de garantia e não terá fornecido pretexto para sofismas. Disto depende tôda situação”.²⁷² Apesar dos esforços de Rui ao impetrar sucessivos *habeas corporos* no Supremo Tribunal e da posição do presidente em promover a reposição do governador através da presença do general Vespasiano, que supostamente proporcionaria as condições para viabilizar sua permanência, Aurélio Vianna acabou por declinar mais uma vez a posição, cabendo ao Cônego Galvão, que neste momento se encontrava em Areia (atual cidade de Ubaíra), tentar reassumir o governo. Todavia, para assumir a função impôs como premissa ter condições estruturais de governar. Neste sentido, Mangabeira questionava se:

Devido falta de garantias e desconfiança da guarnição federal, pergunto se podia Galvão assumir o governo em Areia, vindo de Nazareth, que está só a cinco horas de distância da capital e despachando lá, como fez Severino veraneando em Salinas e como fazem os presidentes despachando em Petrópolis.²⁷³

Para Mangabeira, essa estratégia encontrava brecha na Constituição da Bahia que exigia apenas o juramento do governador eleito perante a Assembleia ou perante o tribunal, desta forma, possibilitaria Galvão a manter-se na cidade de Nazaré até que a força policial, que ainda se encontrava no interior, pudesse retornar a capital, proporcionando, assim, a segurança

²⁷¹ FCRB, telegrama 05 de fevereiro 1912 – Série de correspondências CR 821 a CR 890.

²⁷² MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 156.

²⁷³ FCRB, telegrama 12 de fevereiro 1912 – Série de correspondências CR 821 a CR 890.

necessária para a sua manutenção no cargo. Todavia, com a ausência do reconhecimento da legitimidade de Bráulio Xavier pelo Presidente da República na função de governador da Bahia e as sucessivas derrotas dos *habeas corpus* apresentados no Supremo Tribunal, as estratégias para um possível retorno do PRB ao posto hegemônico, que havia mantido desde as eleições de Severino Vieira em 1901, foram totalmente inviabilizadas. Desta forma, no dia 28 de março de 1912, a Bahia assistiu à chegada de Seabra ao porto de Salvador para assumir o posto de governador do Estado, destituindo do poder velhos “inimigos políticos” e proporcionando o surgimento de novos atores que definiriam os caminhos políticos do Estado.

2.2 A disputa pelo reconhecimento no Parlamento

Poucos dias após o pleito de 28 de janeiro, em uma sequência de telegramas enviados a Rui Barbosa, Mangabeira relatava que em quase todo o estado, por conta dos adversários que ameaçavam e subornavam mesários e eleitores, não havia tido eleições com livre pleito. Todavia, acreditava-se que, mesmo tendo sido utilizado em larga escala tais práticas em todas as localidades, com exceção do primeiro distrito, os demais manteriam a maioria dos aliados na Câmara e que tinham “documentos irrefutáveis” para comprovar a vitória do grupo.²⁷⁴

Ainda que se apresentasse otimista sobre as suas perspectivas eleitorais e do seu grupo, principalmente no interior, a batalha pelo reconhecimento dos diplomas dos eleitos iria ser decidido pela Câmara Federal, última instância no sistema eleitoral brasileiro, como já destacado. Essa prática *ex officio* do parlamento brasileiro sobre o processo de verificação dos poderes, que mantinha sobre si a responsabilidade do reconhecimento dos deputados eleitos, era alvo de frequentes denúncias sobre a falta de imparcialidade na solução dos litígios eleitorais como observa Ricci & Zulini.²⁷⁵ Se o voto era um símbolo que legitimava a representação política durante a Primeira República como avalia Magalhães, “a sua legalidade estava comprometida com as artimanhas e com o juízo, nem sempre imparcial e ponderado, das “Comissões Verificadoras” de Poderes”. Desta maneira, as condições para fazer valer seus direitos e interesses e os espaços para a atuação de minoria oposicionista era cada vez mais restrito.²⁷⁶

²⁷⁴ FCRB, telegrama 05 e 06 de fevereiro 1912 – Série de correspondências CR 821 a CR 890.

²⁷⁵ RICCI, Paolo.; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da justiça Eleitoral. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR. v.21, n.45. p.91-105. Mar. 2013. p. 92.

²⁷⁶ MAGALHÃES, Carmem Côrtes. **O Mecanismo das “Comissões Verificadoras” de Poderes: Estabilidade e dominação política, 1884-1930**. 1986. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 1986. p. 01-02.

Se Mangabeira, na primeira eleição para deputado federal pelo segundo distrito eleitoral, ganhou projeção no cenário nacional quando assumiu a relatoria da 4ª Comissão de Inquérito responsável pelo terceiro distrito eleitoral do Rio de Janeiro, gozando dos alicerces políticos estabelecidos por José Marcellino e a anuência do governador da Bahia, o cenário, neste momento, se mostrava totalmente adverso. O fato de ter sido um “oposicionista de primeira hora” ao governo Hermes e mantido a divergência sobre as posições de Seabra, colocava Mangabeira na fileira dos prováveis nomes a serem “degolados” no relatório final das comissões.

As disputas pela emissão dos diplomas nas Juntas Apuradoras dos vários distritos já davam o tom de como decorreriam o reconhecimento no Congresso. Cada grupo organizou a sua própria Junta, emitindo um total de quarenta e um diplomas para o preenchimento das vinte e duas vagas destinadas ao estado da Bahia. O quantitativo exorbitante no número de diplomas expedidos percebido neste momento não foi uma peculiaridade ao longo da história eleitoral na Bahia. Nos períodos compostos por instabilidade entre as oligarquias estaduais e conseqüentemente com o fracionamento dos grupos dominantes nos distritos eleitorais, os números de diplomas emitidos pelas Juntas tendiam a ultrapassar significativamente o somatório de vagas destinadas a bancada baiana.

A intensidade das irregularidades nas eleições resultou na apresentação de 376 cópias de documentos autenticados e enviados à Secretaria da Câmara dos Deputados na tentativa de legitimação da eleição dos candidatos que representavam cada grupo. Na primeira lista, emitida durante a sessão preparatória, todos os deputados legalmente diplomados do segundo distrito eram membros do grupo que ajudou na construção da eleição de Seabra, cabendo a Mangabeira e o restante dos candidatos, oriundos das bases do PRB apresentar suas contestações, o elemento que na maioria das vezes não modificava o cenário já estabelecido. Na apresentação do parecer final emitido pelo relator da comissão dos cinco responsáveis pelo segundo distrito eleitoral da Bahia²⁷⁷, era sublinhado a dificuldade de se fazer uma apuração desses documentos “sem o perigo de se incorrer em falhas e erros”, por conta da presença, na maioria dos 46 municípios que faziam parte do distrito, de fortes indícios de “quaduplicatas, triplicatas e duplicatas”.

Outro fator que dificultava uma investigação mais sólida, segundo o relatório, estava na existência de atas que apareciam nas mais “extravagantes variedades”, tendo os mesmos mesários subscrevendo as duplicatas com diversidade de votos aos candidatos presentes. Entre

²⁷⁷ O parecer de N° 46, foi expedido pela 3ª comissão dos cinco, composta pelos deputados Lourenço de Sá (PE), Presidente. – Celso Bayma (SC), Relator. – Augusto Leopoldo (RN). – Antero Botelho (MG). – Coelho Neto (MA).

os municípios que apresentaram quatro atas diferentes estavam Itabuna, Areia, Camamu e Porto Seguro e os que possuíam três atas compreendiam Ilhéus, Jaguaripe, Barra do Rio de Contas, Jequiçá, Castro Alves, Alcobaça e Canavieiras. Diante das circunstâncias, o relatório concluía que deviam ser apuradas apenas os seguintes municípios:

Prado e Monte Cruzeiro – as duplicatas favoráveis aos contestantes de *Jequié, Areia, Castro Alves, S. Miguel, Nazareth, Una, Taperoá, Nova Lage. Santo Antônio de Jesus*; as duplicatas favoráveis aos contestados de *Maragogipe, Cachoeira, Igrapiuna, Amargosa, S. Felix, S. Gonçalo, Cruz das Almas* e a de *Canavieiras*, onde Ubaldino tem 479 votos e há outros votados; *Marahú*, favorável também aos contestados onde Ubaldino tem 201 votos e há outros votados; a de *Itabuna*, onde Ubaldino tem 864, Antônio Moniz 900 votos e há outros votados; a de *Santo Amaro*, onde são votados contestantes e contestados; as de *Alcobaça* e de *Jequiçá*, favorável aos contestantes; a de *Camamú*, em que Alfredo Ruy tem 55 votos, Jambreiro 45 e há outros votados; *Porto Seguro*, aquela que dá a Mangabeira 62 e a Alfredo Ruy 96 e há outros votados.²⁷⁸

Na avaliação da comissão, a cidade de Ilhéus, até então o principal reduto eleitoral para Mangabeira, teve todas as suas atas anuladas, o que diminuiu significativamente o número de votos no computo geral. Outra baixa importante imposta pela comissão estava o município de Itabuna, sendo reconhecida apenas as atas que direcionavam os votos aos candidatos ligados a Seabra. As duas cidades juntas possuíam um alto contingente populacional, compondo uma fatia importante do eleitorado baiano no período. Anteriormente, embora a disputa pelos votos com o grupo liderado pelo cel. Antônio Pessoa constituísse uma constante, as alianças com as oligarquias estaduais tendiam a balançar para as elites que projetaram Mangabeira a vida pública. A experiência nas disputas pelo controle do poder local, que persistia há vinte anos consecutivos e impôs sucessivas derrotas ao *peçoísmo*, possibilitou, neste momento, a obtenção das ferramentas necessárias para contrapor a hegemonia, e se utilizar das mesmas estratégias, entre elas, o controle das seções eleitorais e a fraude nas atas.

Dessa maneira, o que podemos observar neste momento é uma sequência de derrotas políticas em todos os campos para o grupo de Mangabeira. Durante o período de transição entre os governos, sob o comando do conselheiro Bráulio Xavier, como governador interino, Mangabeira viu em Ilhéus a deposição de Arthur Lavigne da Intendência e a elevação do cel. Pessoa ao seu lugar e de Misael Tavares, um rico e importante comerciante local, à presidência do Conselho Municipal. Além da Intendência, o coronel também foi conduzido à presidência da Câmara dos Deputados Estadual logo após a posse de Seabra, ampliando ainda mais a influência da sua facção junto ao governo do estado.

²⁷⁸ ACD, Sessão em 14 de maio de 1912. p. 499.

Neste sentido, ainda que na contestação apresentada por Mangabeira e os outros candidatos baianos, que não tiveram o reconhecimento do seu diploma, questionasse a abrangência das relações instituídas por Seabra no curto período de tempo após assumir o poder estadual, ressaltando que o partido seabrista “em três ou quatro dias, por mais forte o seu prestígio, não poderia de modo algum vencer, em todo Estado, uma chapa unânime de representação federal”²⁷⁹, o contexto em que as peças se movimentaram no cerne da política baiana, antes do bombardeio, demonstrava a crescente ascensão das influências de Seabra e do PRD em detrimento do poder estabelecido pelo então situacionismo. O apoio advindo da Presidência da República e a migração de parte expressiva dos coronéis do interior baiano que anteriormente faziam parte do PRB, após o bombardeio, acabou por consagrar o nome de Seabra e fortalecer os mecanismos que regiam os pleitos eleitorais no período.

Assim, em consequência das anulações, o parecer final, emitido pela comissão, indicava o reconhecimento de cinco *seabristas* e apenas o Capitão-tenente Alfredo Rui Barbosa como membro da oposição, destinando a Mangabeira o oitavo lugar pelo número de votos computados. Na tentativa de contrapor o parecer, foram apresentados um total de seis emendas sugerindo a alteração da conclusão e dos candidatos reconhecidos, além da contestação dos próprios concorrentes. Dentre as emendas, quatro incluíam o nome de Mangabeira na lista dos diplomados a serem reconhecidos. Na tentativa de legitimar a lisura nas eleições em Ilhéus, a emenda do deputado Irineu Machado do Distrito Federal apontava que, embora possuísse uma triplicata, havia duas séries de atas que favoreciam aos candidatos diplomados e uma aos contestantes, que negava a existência de duplicata da junta organizadora, além de uma ata de organização existente na Secretaria da Câmara. Desta forma, completava que:

Apenas um edital de acta foi publicado na imprensa local, como demonstrou o contestante Mangabeira, juntando todos os numeros dos jornaes ilheenses, a partir de 31 de dezembro de 1911 a 30 de janeiro do corrente anno. A junta, quando reunida, requereu ao juiz que designasse um tabellião para ir ao Paço Municipal transcrever a acta. O juiz designou. A acta foi transcripta, e os contestantes juntaram o original da petição dirigida ao juiz e a certidão de transcrição da acta. Além disso, onze membros da Comissão de Alistamento, com as firmas reconhecidas, declararam pela imprensa local, que não haviam funcionado em outra junta. Não apparece indício de outra junta, que a ter existido seria illegal. Ora, os mesários que assignaram as actas favoráveis aos contestantes são eleitos legalmente: ao passo que os cidadãos que assignam as três series de actas que suffragam os contestados, nunca tiveram um voto para mesário, não possuindo, portanto, essa qualidade. Como, portanto, achar o Relator, impossibilidade de distinguir a eleição verdadeira e legal, na triplicata de Ilhéos?²⁸⁰

²⁷⁹ ACD, Sessão em 14 de maio de 1912. p. 522.

²⁸⁰ ACD, Sessão em 14 de maio de 1912. p. 514.

Seria, na sua visão, a “inqualificável injustiça”, ou seja, a condição de não serem apuradas as atas que favoreciam os contestantes e que haviam sido assinadas pelos “únicos mesários existentes, transcripta e concertadas pelos tabelliães e escrivães da comarca”. Por fim, afirmava que a partir da análise dos trinta municípios, cujas atas foram examinadas e validadas, abrangendo os municípios de Ilhéus e Itabuna, averiguava-se a necessidade de substituir o nome do tenente Felinto Sampaio por Mangabeira como legitimamente eleito. A tentativa de anular a diplomação de Felinto Sampaio não era uma prioridade apenas da emenda do deputado Irineu Machado. Lançado como candidato avulso e tendo sua diplomação subsidiada sob a égide do tenente Mário Hermes, que gozava de grande prestígio junto ao governo, o tenente acabou tornando-se agente da insatisfação entre candidatos do segundo distrito eleitoral, dentre eles, Francisco do Santos Pereira, um dos fundadores do PRD e membro da comissão executiva do partido.

Ao ter seu nome preterido da lista oficial, em telegrama a Izidro Lobo, Presidente da Junta Apuradora, e no documento de contestação na Câmara, Pereira apontava ter ocorrido a alteração do resultado de diversas atas, afirmando que, embora declarasse “obediência à disciplina do partido”, não poderia consentir a substituição do seu nome por um “simples candidato avulso sem responsabilidades do partido”.²⁸¹ Os motivos da exclusão do nome de Pereira estava na sua ligação com o ex-governador Luiz Vianna que havia se aliado a Seabra em torno da candidatura de Hermes da Fonseca para a presidência.²⁸² Desta maneira, já é possível observar o início de um processo de ruptura das relações entre ambos os chefes políticos que acabou por se concretizar no ano seguinte.

Em outra frente de batalha, na contestação elaborada pelos membros do PRB que não foram incluídos na lista dos diplomados²⁸³, buscava-se demonstrar a impossibilidade da manutenção da unanimidade de uma lista com representação de apenas integrantes do grupo partidário a Seabra. Neste sentido, além de apresentar as informações que alegavam comprovar as fraudes ocorridas nas eleições, utilizaram do documento para fazer um ataque direto ao novo governador baiano, ao qual acusavam de manipular os acontecimentos no Estado.

Para os contestantes, desde a Proclamação da República, via-se nos quadros políticos baianos um “verdadeiro rotativismo”, salvo “uma ou outra exceção”, não havendo motivos históricos que justificassem a formação de “correntes reivindicatórias dos direitos

²⁸¹ ACD, Sessão em 14 de maio de 1912. p. 543-544.

²⁸² Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1912, Ed. A00108. p. 01.

²⁸³ O documento foi assinado por João Mangabeira, Bernardo Jambeiro, José Maria Tourinho, Alfredo Ruy, Aurelino Leal e Prisco Paraíso.

sistematicamente conculcados” e que “o tempo realizou sempre em breves dilações, a aspiração dos políticos, por meios pacíficos, por alianças partidárias, por combinações, por accôrdos”.²⁸⁴ De fato, ainda que não negassem os conflitos que levaram os rompimentos sucessivos entre os governadores e seus antecessores e os impactos da cisão do PRB em 1907, a ruptura propiciada com o bombardeio de Salvador e a deposição de Aurélio Vianna, legitimada pelo Governo Federal, modificaram as estruturas de sucessão governamental, que se mantinham estabelecidas desde o início dos governos republicanos. Entretanto, as práticas fraudulentas para a construção de uma hegemonia eleitoral mantiveram-se intactas. Segundo os denunciantes:

Aqui e alli, rasuras e emendas estão trahindo a origem illegal das authenticas. A falsificação das firmas é de uma evidência flagrante. A distribuição de votos, erradamente feita, denuncia a munificência do bico de penna. Existem votos expressos por eleitores mortos. Como si tudo não bastasse, a prepotência official, o abuso de poder, o arrocho despótico, cahiram sobre os contestantes desde e dos mais districtos, impedindo o transito de atas pelo Correio. Si algumas venceram as difficuldades oppostas, houve outras acintosamente violadas, de que é exemplo este e o quarto distrito, onde authenticas eleitoraes foram substituídas por páginas de jornaes ou papeis com esta inscripção irritante: *Viva o Dr. Seabra, salvador da Bahia*.²⁸⁵

Embora fosse destacado pelos denunciantes que Seabra ao longo de sua história tivesse, em vários momentos, apresentado um perfil “insubmisso à disciplina e insaciável em aspirações de primazia pessoal” e que até então jamais conseguiu ter um partido coeso e numeroso, é importante destacar que, para além da capacidade de articulação política em obter o apoio dos chefes políticos do interior baiano, a dominação dos mecanismos de verificação constituiu-se peça-chave para impor os nomes que representariam o governo e a construção de uma legitimidade eleitoral. É valido ressaltar que as eleições ocorreram apenas dois dias após a deposição do governador que tinha, no interior, um amplo apoio do PRB sobre as lideranças locais e contava com a reunificação da aliança entre José Marcellino e Severino Vieira.

Partindo dessa premissa, alegavam que seria “[...] um attentado contra a lógica dos factos e o senso commum admittir-se que o partido adverso, apeiado das posições, sem elementos próprios de luta, pudesse conseguir uma deputação unanime em um districto de 46 municípios, em que há para muitos delles difficuldade de communicações”.²⁸⁶ Por fim, apresentavam uma nova listagem com os nomes dos seis contestantes como legítimos eleitos em detrimento da exclusão dos indicados pelo relatório da comissão de verificação de poderes, com exceção do nome do tenente Alfredo Rui Barbosa. Na lista, Mangabeira que anteriormente apresentava um quantitativo de 5.562 votos, ocupando a oitava posição, passava a liderança da

²⁸⁴ ACD, Sessão em 14 de maio de 1912. p. 521-524.

²⁸⁵ ACD, Sessão em 14 de maio de 1912. p. 523-524.

²⁸⁶ ACD, Sessão em 14 de maio de 1912. p. 541.

apuração geral com 12.375 votos. O aumento substancial dos números estava diretamente relacionado com a inclusão da cidade de Ilhéus com 3.098 votos e de Itabuna com 1.093 votos.

Ao analisar os processos relativos à Verificação dos Poderes e Diplomação Eleitoral na Primeira República, Ricci & Zulini, com base nos dados referentes aos tipos de “degolas” por ano eleitoral, destacam que, durante todo o período, foram minoritárias as situações nas quais registraram o reconhecimento dos contestantes. Para os autores “[...] os casos de reversão da decisão tomada pelas Juntas Apuradoras eram, portanto, poucos, restritos a casos específicos, às vezes, legitimando a escolha de um diploma por motivos pessoais, e não partidários”. Nesta perspectiva, observam que o principal motivo para interferência dos resultados estava na incapacidade de articulação ou na instabilidade política dentro dos próprios estados na emissão das listas, assim, “o contencioso dava-se dentro de uma lógica que garantia a estabilidade do sistema político e não deve ser entendido como prática injustificada para mudar o resultado eleitoral”.²⁸⁷

No que se refere ao reconhecimento para a Legislatura de 1912, os grupos hermistas, como avalia Quaresma, permaneciam a postos para legitimar a posição dos grupos situacionistas que ora ocupavam o poder, desta maneira, se preparou uma estrutura para comportar os elementos de confiança dos Estados em acordo com o governo central.²⁸⁸ Como resultado dessa articulação, o relatório da comissão referente ao segundo distrito eleitoral da Bahia foi aprovado com ampla maioria no plenário, mantendo como exceção apenas o nome do tenente Alfredo Rui Barbosa no lugar onde seria destinado pelas negociações políticas a Pacheco Mendes.

Com a concretização da derrota no processo de reconhecimento da sua eleição, Mangabeira embarcou, no início de junho, junto a José Marcellino com destino a Bahia. Todavia, antes das tratativas para o embarque, segundo destacava o Jornal O Século (RJ), o deputado Hermes Fonseca, líder da maioria no congresso, na tentativa de aproximação, havia feito um convite para uma conferência, o que fora negado por Mangabeira declarando que “sua posição não comportava sequer a troca de phrases e muito menos a de uma conferência política com tal pessoa”. O posicionamento tomado pelo político era visto para o jornal civilista como uma “atitude digna”, ainda mais em um momento em que “as curvaturas são a garantia do sucesso, em que a dobrez é a linha de conducta geral”. Desta maneira, destacava-se que a sua

²⁸⁷ RICCI, Paolo.; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da justiça Eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, PR. v.21, n.45. p.91-105. Mar. 2013. p.101-102.

²⁸⁸ MAGALHÃES, Carmem Côrtes. *O Mecanismo das “Comissões Verificadoras” de Poderes: Estabilidade e dominação política, 1884-1930*. 1986. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 1986. p. 97.

postura era consequência do seu “passado limpo e brilhante”, e que optara por submeter-se ao “ostracismo honroso à negociação politqueira da quadra”.²⁸⁹ Na contramão dos infortúnios políticos vivenciado por João Mangabeira, o parlamento agora visualizava a ascensão do seu irmão, Otávio Mangabeira, eleito para o primeiro mandato pelo primeiro distrito eleitoral baiano, tornando-se rapidamente o líder da bancada baiana na casa.

3 A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ACOMODAÇÃO NA BAHIA

Embora Seabra tenha se mostrado um hábil articulador em chegar ao governo do estado e logo em seguida logrado o reconhecimento de uma parcela importante dos seus aliados no parlamento, os primeiros anos do seu governo na Bahia se mostrariam de intensa instabilidade e acentuação dos conflitos em torno do controle do poder pelos grupos políticos na capital e no interior. Todavia, como observa Consuelo Novais, “a política de acomodação faz do contraditório uma constante em todo o processo político-partidário na Bahia”. Desta maneira, os projetos individuais tendem a incorporar-se às circunstâncias do momento, assim, “os mais inesperados e incoerentes arranjos políticos revelam que a ética política tem os seus próprios padrões de mensuração”.²⁹⁰

Foi dentro desse processo de rearticulação em que Rui Barbosa se envolveu diretamente, que João Mangabeira, conseqüentemente, retorna ao centro político nacional com a sua eleição para deputado federal em 1915. É importante ressaltarmos que as negociações decorrentes do cenário externo à região cacauzeira influenciaram diretamente na reversão do quadro. A tensão política e social entre ambas as facções políticas em Ilhéus, que se estendia desde as eleições municipais, tinha se agravado com a decisão final do Senado Estadual em decretar a oficialização do cel. Pessoa como intendente da cidade. Logo após a decisão, o clima de violência entre os adversários ganhou maiores proporções.

A alteração da ordem pública na cidade, além da série de ameaças de morte a Mangabeira e Arthur Lavigne, resultou no espancamento do engenheiro municipal, Miguel Ribeiro Filho, partidário de Mangabeira e José Marcellino. Outra consequência do aprofundamento dos atos de violência foi o empastelamento do jornal *A Lucta*, dos partidários de Mangabeira. Segundo noticiava o *Correio da Manhã* (RJ), durante a noite, ao invadirem a casa e as oficinas do periódico, “empastellaram-na, praticando toda a sorte de violências”,

²⁸⁹ O Século, Rio de Janeiro, 06 de junho de 1912. Ed. 1782. p. 02

²⁹⁰ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 67.

apontando que entre os culpados estavam “as autoridades policiaes e vários conselheiros municipaes pessoistas favorecidos pelo Senado”.²⁹¹

Em resposta às acusações de ter sido o responsável por orquestrar os ataques, o cel. Pessoa utilizava da tribuna da Câmara dos Deputados do Estado para declarar que os atentados foram um “plano político dos adversários por se verem derrotados, sendo o empastellamento obra delles mesmos”²⁹², utilizando, desta maneira, a mesma estratégia que foi empregada pelos rivais para justificar o empastelamento ocorrido na Gazeta de Ilhéos em 1906. Com a inutilização dos aparelhos que viabilizavam a circulação da Lucta e, conseqüentemente, o silenciamento da principal ferramenta de comunicação da facção rival, aconteceu a inauguração da nova gazeta, o Jornal de Ilhéos, que representaria as ideias e interesses do novo partido dominante.

Se no cenário local as condições para Mangabeira reverter o quadro era inviabilizada pela rápida dominação dos instrumentos políticos e jurídicos pelos adversários, a mudança na conjuntura serviria como um trampolim para romper com os obstáculos que poderiam definir mais um “degolamento” nas eleições seguintes. A surpreendente aliança firmada entre Seabra e Rui Barbosa para as eleições presidenciais de 1914 teve o intuito de construir uma resistência a possível candidatura de Pinheiro Machado ao executivo, permitindo que atores políticos, excluídos nas eleições anteriores, retornassem ao palco principal. Outro elemento importante dentro desses primeiros anos de governo de Seabra estava na sua ruptura com o ex-governador Luiz Vianna em janeiro de 1913.

As relações estabelecidas por ambos, em torno das eleições de Hermes para a presidência, sempre se demonstravam instáveis, embora o Partido Republicano Conservador, liderado por Vianna no estado, tenha apoiado todo o processo que elevou Seabra ao governo. Logo em seguida a sua posse, Seabra foi conduzido a liderança do partido por ser o chefe maior no estado. As divergências em torno do reconhecimento e, posteriormente, o processo de escolha da liderança da bancada baiana após as eleições para deputados federais aceleraram o desgaste da relação entre ambos. O estopim para o rompimento se deu a partir de uma entrevista de Luiz Vianna ao jornal carioca O Imparcial (RJ) em que tecia críticas ao governo Seabra em decorrência da alteração da constituição da Comissão Executiva do partido, que excluía dela os membros que ocupavam postos no Congresso, entre eles, o próprio Vianna. Munido do controle do partido, Seabra articulou a expulsão de Vianna, concretizando assim, o término das relações entre ambos. Novais descreve que:

²⁹¹ Correio da Manhã, 11 de junho de 1912. Ed. 3980. p. 02.

²⁹² O Século, 12 de junho de 1912. Ed. 1797. p. 01.

[...] todos que aguardavam um pronunciamento de Rui Barbosa para definirem suas posições, decepcionaram-se. Rui recusou-se, terminantemente, a emitir qualquer opinião em relação à questão. Em consequência, com a mesma prudência procederam os “marcelinistas”. A facção “severinista”, incompatibilizada com as duas partes, também preferiu manter-se alheia à disputa, ainda em níveis estritamente pessoais. Pinheiro Machado, depois de duas entrevistas com o Mal. Hermes, manifestou claramente sua desaprovação em relação ao expurgo que vitimar o senador Luiz Vianna.²⁹³

A ofensiva estratégia empregada por Seabra, que já não gozara de tanta influência junto ao presidente, também vislumbrava reduzir a influência de Pinheiro Machado na Bahia, sendo que o gaúcho articulava com o catete a sua candidatura para a presidência. Como analisa Viscardi, no processo de sucessão de Hermes “a intensidade e o volume das articulações foram muito grandes. O esforço em afastar os militares das decisões e o clima de instabilidade reinante imprimiram um ritmo mais acelerado ao processo”.²⁹⁴ Como mais tarde ressaltava Mangabeira, a candidatura de Rui foi inicialmente cogitada pelo próprio Pinheiro Machado que o indicara a Hermes como uma opção.

A recusa do conselheiro teria se dado pelo condicionamento de que abrisse mão da revisão constitucional e que fizesse a declaração que aceitava o programa do Partido Republicano Conservador.²⁹⁵ A conjuntura mais uma vez levou a Bahia, agora sob o comando de Seabra, até pouco tempo inimigo direto do conselheiro, a sugerir seu nome como uma possibilidade de contrapor a força de Pinheiro. Como satirizada pela revista O Malho (RJ):

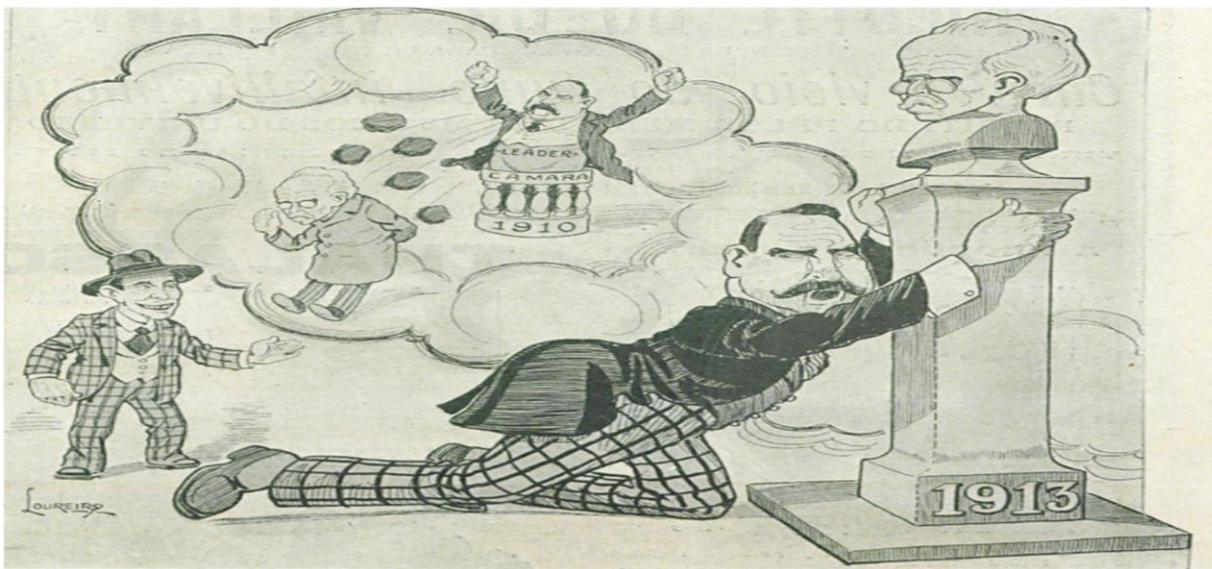


Imagem 12 – Quem te conheceu... **Fonte:** Revista O Malho, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1913 – Ano XII, Número 567 – P. 43

²⁹³ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. P. 72.

²⁹⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"** / Cláudia Viscardi. - Ebook - 2.ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 207.

²⁹⁵ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 170.

Sarmiento destaca que a população de Salvador “assistiu, então, surpresa, a passeatas acadêmicas, festas e *meetings* dos *seabristas* a favor de Rui. Cosme de Farias, como delegado da *Liga Popular Rui Barbosa*, saiu às ruas em propaganda da “gloriosa Águia de Haia”.²⁹⁶ No intuito de relativizar a inusitada aliança, Mangabeira recordava que o acordo havia sido firmado pelo fato de Seabra ter concordado em aderir ao programa político estabelecido pelo conselheiro. Desta maneira, salientava que “reatavam-se, portanto, no terreno dos princípios, as relações entre os velhos amigos, rôtas, desde o fim do governo Rodrigues Alves. Não fora uma transação, um interesse em comum os unira. Como sempre, Ruy era um programa”.²⁹⁷

O entusiasmo pela candidatura de Rui ganhou forças nas hostes civelistas. O *meeting* no dia 14 de julho, no Largo São Francisco, movimentou uma grande quantidade de populares. Como narrou O Imparcial (RJ), “de todos os lados, erguiam-se entusiasticos vivas ao eminente senador bahiano, ao restaurador, entre nós, da liberdade política, do regime da justiça, do respeito à lei e a opinião pública, do amor à ordem, à tolerância e aos oprimidos”.²⁹⁸ Pertencendo ao comitê pró-Rui, Mangabeira foi um dos membros presentes no evento como orador.



Imagem 13 – Quem te conheceu... **Fonte:** Revista O Malho, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1913 – Ano XII, Número 566 – P. 13

²⁹⁶ SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Sílvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. p. 105.

²⁹⁷ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 178.

²⁹⁸ O Imparcial, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1913. Ed. 223. p. 4.

Em seu discurso no *meeting* do Largo São Francisco, no Rio de Janeiro, lembrava a emblemática data da Queda da Bastilha na França, associando a importância do momento político brasileiro à Revolução Francesa. Ressaltava, neste sentido, a necessidade de impedir que chegassem à presidência “os que só tem em mira as chaves do Thesouro, os que se não acham preparados, para bem comprehender os complexos problemas affectos à administração publica e dos quaes depende a grandeza da pátria e o bem-estar da coletividade”. Assim, afirmava a urgência de mudanças, destacando que a figura de Rui Barbosa havia deixado de ser “uma individualidade, para representar um programma”, deixando de ser “uma bandeira, para synthetizar, em sua pessoa, o direito, a justiça, a tolerância, a legalidade e a ordem”.²⁹⁹

Com o apoio de Pernambuco e São Paulo, a oficialização de Rui como candidato à presidência e do senador paulista, Alfredo Elis, como vice-presidente, foi consolidada pela Segunda Convenção Nacional do Civilismo em 26 de julho de 1913, no Teatro do Parque Fluminense, no Rio de Janeiro.



Imagem 14 – A Convenção Civilista. (Da esquerda para a direita) – Drs. Paula Ramos, João Mangabeira, José Marcellino, Barbosa Lima e Campos Tourinho. **Fonte:** Revista Fon Fon, Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1913 – Ano VII, Número 31 – P. 26

A candidatura de Rui tinha nos seus alicerces uma tentativa de fazer oposição ao nome de Pinheiro Machado que mantinha forte influência, inclusive na Bahia. Foi através da articulação do senador que na Convenção do PRC em 29 de agosto de 1913, que Luiz Vianna conseguiu recuperar o controle do partido, alijando os partidários de Seabra que ficaram sem uma legenda oficial. Todavia, com a desistência de Machado em lançar-se candidato, frente a

²⁹⁹ O Imparcial, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1913. Ed. 223. p. 4.

resistência que seu nome encontrara nos estados, e a baixa adesão ao nome do conselheiro, acabaram por inviabilizar a continuidade da sua candidatura.

Em dezembro do mesmo ano, Rui, através de um manifesto dirigido à nação, anunciara a desistência da sua candidatura. Segundo Mangabeira, “*em particular*”, o que Rui temia era um golpe de Estado. Desta maneira, o receio de Rui era que “uma grande agitação eleitoral, agravada pela crise financeira, apresentasse pretexto à hipótese de prolongamento do presidente no governo, após o quadriênio”.³⁰⁰ Com a desistência de ambos, os nomes de Wenceslau Brás e Urbano dos Santos se concretizou como a chapa da conciliação e que sairia vitoriosa nas eleições de primeiro de março de 1914.

Mais uma vez a Bahia se dividiu com a desistência de Rui à campanha presidencial. Seabra, oficialmente, continuou sustentando a candidatura do conselheiro, ainda que nos bastidores negociasse em torno do nome de Wenceslau Brás. Mangabeira também não tardou em reafirmar a manutenção do seu apoio. Em missiva ao conselheiro, garantia que se colocava contrário a deliberação do partido, afirmando que continuava sustentando o nome de Rui como candidatura nacional no primeiro de março.³⁰¹ No arranjo político local, Luiz Vianna e Severino Vieira, rapidamente aderiram a candidatura do mineiro. As hostes “marcellinistas” acabaram se dividindo, sendo o próprio José Marcellino que, até então, apoiara o nome de Rui, embarcando na campanha para Wenceslau.

Esses movimentos fizeram com que novamente a Bahia visse a formação de uma aliança até então improvável. Pinheiro Machado, na tentativa de fortalecer a oposição a Seabra na Bahia, articulou a aliança entre Luiz Vianna, José Marcellino e Severino Vieira. Um telegrama enviado por Pacheco Oliveira, ex-deputado estadual, confirmando a Pinheiro Machado a ida de José Marcellino ao seu encontro no Rio de Janeiro, gerou imediata repercussão em toda a imprensa. Em editorial, o *Correio da Manhã* (RJ) assistia incrédulo a possibilidade de união pelo trio.

Mas o interessante, neste momento em que o chefe do Partido Republicano Conservador joga as suas cartadas decisivas, é que o homem está abusando de mais da moral político do “Príncipe”. Attente-se nesta coisa estupenda que o sr. Pinheiro procura levar effeito: a aliança dos srs. Luiz Vianna, José Marcellino e Severino Vieira para a inutilização do actual governador da Bahia. Ora, por mais que o publico desta capital possa desconhecer a política daquelle Estado, não pode deixar de saber que essa alliança é monstruosa: porque cada qual dos chefes que a possam compor odeia de morte o seu possivel correligionário de amanhã, e uma vez “unidos” só farão obra de destruição reciproca.³⁰²

³⁰⁰ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 178.

³⁰¹ FCRB, telegrama 20 de janeiro 1914 – Série de correspondências CR 821 a CR 890.

³⁰² *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1914. Ed. 5.454. p. 01.

Em uma série de correspondências com Rui, Mangabeira também assegurava ser “sem fundamento” a notícia publicada no *Correio da Manhã* (RJ) que associava Marcellino a Pinheiro Machado, afirmando não haver nenhum entendimento entre ambos. Nas cartas, é importante observar a posição de Mangabeira, por vezes, como um intermediador entre Rui e Marcellino, possuindo, inclusive, autorização do segundo para abrir as correspondências recebidas. Ainda que negasse qualquer possibilidade de reconciliação, as negociações que foram se desenvolvendo ao longo dos primeiros meses de 1914 e sendo conduzidas pelo senador gaúcho, acabaram por concretizar a articulação entre os próceres baianos em torno da oposição a Seabra. Nas nossas análises, não foi possível observar se houve um rompimento entre Rui e Marcellino por conta da nova aliança, todavia, acreditamos que as relações se mantiveram estáveis. Outro importante elemento a ser observado é que, embora Rui tenha se aproximado de Seabra, Mangabeira também continuou no campo da oposição ao governador. Neste sentido, a manutenção da proximidade com Rui e Marcellino acabou por abrir a possibilidade de construir pontes em ambas as frentes.

Estava entre os planos programáticos da oposição a elaboração de uma chapa que comportasse elementos pertencentes as três facções destinados a competir nas eleições federais de 30 de janeiro de 1915. Inicialmente, Luiz Vianna ficaria responsável por indicar oito candidatos, sendo os sete já filiados ao PRC e mais Antônio Calmon como candidato independente devido a força eleitoral que possuía no primeiro distrito eleitoral. Severino indicaria cinco nomes e José Marcellino completaria a lista com o mesmo número de candidatos. Entre eles, o nome de João Mangabeira era visto como estratégico para contrabalancear a influência estabelecida pelo irmão, Otávio.³⁰³ Com a proximidade das eleições, as diferenças entre os políticos e as divergências pelos nomes que seriam indicados no seio de cada grupo se tornou cada vez mais evidente. O *Correio da Manhã* (RJ) ressaltava um enfraquecimento da oposição diante da “chapa seabrista”, devido a “desarmonia” que reinava entre os diferentes grupos e principalmente a “indisciplina de muitos correligionários candidatos fora da chapa”. Entretanto, compreendia que:

A minoria terá um representante em cada districto. Uma das candidaturas de mais provável êxito por parte da minoria é a do dr. João Mangabeira pelo 2º distrito. É uma eleição que honra a Bahia. O dr. João Mangabeira a representou muito dignamente na última legislatura, em que conquistou os foros de um dos primeiros talentos e dos mais brilhantes oradores da Câmara. Na campanha civilista foi dos que mais se distinguiram na vanguarda dos combatentes em prol da candidatura de Ruy Barbosa, como está na memória de todos.³⁰⁴

³⁰³ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 79.

³⁰⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1915. Ed. 5.816. p. 02.

Antes das eleições, o Jornal de Ilhéos, diário oficial do grupo do cel. Antônio Pessoa, questionava as estratégias eleitorais dos adversários, sendo que Mangabeira, principal candidato oposicionista na região, poucos dias antes do pleito não se encontrava na cidade. E ainda que reafirmassem que tudo, diferentemente das gestões anteriores, iria ocorrer de forma legítima e que as urnas estavam “[...] francas, as portas dos logares designados para as secções estão abertas”, deixava claro que todas as mesas “oficiais” eram as compostas por correligionário do grupo, em sua unanimidade.³⁰⁵

Como de praxe, ambos os grupos estabeleceriam suas próprias mesas e emitiriam atas favorecendo os seus candidatos. A única exceção neste momento é que o nome de Rui seria unanimidade em ambas as listas. Representando o diretório do Partido Democrata, o Jornal de Ilhéos emitia notas pedindo aos “amigos e correligionários” os votos para a reeleição de Rui Barbosa como senador para o quarto mandato como resultado do acordo estabelecido com Seabra.

O roteiro estabelecido nas eleições do Estado seguiu os mesmos passos das eleições anteriores. Entre duplicatas e triplicatas, o Jornal de Ilhéos ressaltava ter havido “um dilúvio de eleições, aqui, ali, em todo o Estado”. Entretanto, atribuía esse fato a uma estratégia da oposição para tentar vencer pela “fraude e pela mentira”, ainda que acreditasse que resultaria em fracasso. A falsificação dos documentos também era associada a Mangabeira, sendo, segundo o periódico, os arranjos das atas feitos em sua própria residência, assim, “quando veio à luz do sol, foi com mortos e tudo, os quaes resurgiram e vieram engrossar a grei adversária. O sr. João Mangabeira deu um mergulho na barra-falsa e, quando veio à tona, estava *eleito* deputado federal pelos povos de outro mundo”.³⁰⁶

A lista com os números de diplomas expedidos pelas Juntas Eleitorais ultrapassou o pleito anterior. Reforçado pelas intensas disputas entre os membros das próprias facções em torno do reconhecimento, cabe destacar que, somente no segundo distrito, quatorze candidatos disputavam as seis vagas, corroborando com a continuidade da fragilidade partidária da Bahia e do processo eleitoral que, mais uma vez, demonstrava a importância das articulações nas esferas políticas para além dos municípios. As candidaturas se davam muito mais sob a legenda dos chefes políticos estaduais do que propriamente sob a tutela dos partidos.

³⁰⁵ Jornal de Ilhéos, Ilhéos, 24 de janeiro de 1915. Ed. 132. p. 01.

³⁰⁶ Jornal de Ilhéos, Ilhéos, 14 de fevereiro de 1915. Ed. 135. p. 01.

No relatório apresentado pela terceira Comissão de Inquérito³⁰⁷ sobre as eleições do segundo distrito, dos quarenta e cinco municípios que faziam parte do distrito, vinte e dois tiveram suas eleições anuladas por completo e outros foram parcialmente anulados. Diferentemente das eleições anteriores, o nome de Mangabeira já não enfileirava a lista de *persona non grata* no governo. A manutenção da maior parte das seções eleitorais dos municípios de Ilhéus e Itabuna também era um elemento que favorecia diretamente no quantitativo de votos na soma final como já destacado. Na lista dos candidatos que deveriam ter seus diplomas reconhecidos, Mangabeira passou a ocupar a quarta posição entre os seis eleitos. Com a aprovação do parecer, o baiano retornava mais uma vez ao parlamento. Ao repercutir o resultado, o Jornal de Ilhéus definia que a eleição havia sido mais uma “*mangabeirada*” e que a vitória, além de uma benesse propiciada pelo partido *seabristra*, era também resultado da “bajulação” a Rui Barbosa.³⁰⁸ Com a reeleição de Otávio pelo primeiro distrito, a Bahia via agora a atuação dos dois irmãos Mangabeira no parlamento, ainda que neste momento ocupando campos diferentes.

4 A REORGANIZAÇÃO POLÍTICA BAIANA

Se nos dois primeiros anos de governo, Seabra enfrentou uma forte resistência da oposição, o cenário metamorfoseara-se ao longo de 1915. A conquista da ampla maioria no legislativo estadual e o enfraquecimento do PRC junto ao governo federal, principalmente após o assassinato de Pinheiro Machado, possibilitaram importantes reformas na política estadual que ajudaram a consolidar sua autoridade e a expansão do PRD. A aprovação da reforma da Constituição Estadual em 24 de maio objetivava, entre outras novidades, a alteração nas eleições para os conselhos municipais.

Na nova regra, embora as eleições continuassem diretas e o mandato permanecesse de quatro anos, os pleitos passariam a ocorrer bianualmente para metade dos conselheiros. Estes também continuariam responsáveis por reconhecer os poderes dos seus membros e do intendente, todavia, em caso de contestação de diplomas, o recurso seria avaliado pelo Senado.³⁰⁹ Outra mudança importante que alterava o processo eleitoral no estado foi a Lei 1.102, de 11 de agosto de 1915, referente a organização municipal. Os intendentes, que até

³⁰⁷ A terceira Comissão de Inquérito, responsável pelos estados da Bahia, Espírito Santo e Distrito Federal, era composta pelos deputados José Bonifácio de Andrada e Silva (presidente); Honorato José Alves (Relator); Anthero de Andrade Botelho; João Hosannah de Oliveira e Juvenal Lamartine de Faria. ACD, Parecer de número 61, de 14 de maio de 1915. p. 631-648.

³⁰⁸ Jornal de Ilhéus, Ilhéus, 30 de maio de 1915. Ed. 150. p. 01.

³⁰⁹ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p.82.

então eram eleitos por votação direta, passavam a ser nomeados pelo governador. Como avalia Pang, “o homem que dominava o município era inevitavelmente o intendente, e o apoio político do coronel-intendente era essencial para o objetivo de Seabra: instituir uma governança unipartidária na Bahia”.³¹⁰ Desta forma, Seabra assegurava o controle e o apoio das lideranças locais.

As mudanças na legislação eleitoral impossibilitaram diretamente as pretensões do grupo liderado por Mangabeira na região cacauceira de retornar ao poder. Gozando de prestígio junto ao governador como aliado de primeira hora, o cel. Antônio Pessoa soube aproveitar todas as ferramentas políticas e administrativas se firmando como uma importante liderança para atender as pretensões de Seabra e do PRD na região. No poder, de forma hábil, o coronel conseguiu reforçar sua liderança arregimentando forças importantes ligadas dentro da oposição com inúmeras concessões.

Eleito Senador Estadual nas eleições de 10 janeiro de 1915, foi um dos articuladores das alterações na legislação eleitoral, garantindo a continuidade do seu poder com a nomeação do cel. Misael Tavares como o seu substituto e ressignificando sua presença ao assumir uma vaga de conselheiro municipal. Todavia, mesmo com toda a envergadura política alcançada pelo grupo, a oposição, tendo na figura de Mangabeira como o seu principal expoente, manteve-se ativa, sustentando o controle eleitoral de várias localidades. Neste sentido, para além das estratégias “legais”, como a contestação dos diplomas de conselheiros, recorrendo ao Senado Estadual e interpondo recursos, garantia a representação da minoria na casa, até a utilização da violência. Os crimes e atentados entre os membros de ambas facções eram uma constante na região e fez-se presente principalmente neste período.

No cenário estadual, as manobras políticas de Seabra abriam caminho para a permanência do grupo no poder. Entretanto, a Constituição do Estado, apesar de todas as alterações, não permitia a reeleição. Assim, para retornar ao governo, Seabra necessitava assegurar um sucessor que não oferecesse resistência e o possibilitasse continuar no controle da política no Estado. Neste sentido, o apoio dos chefes políticos locais seria crucial. Até o final do seu mandato, Seabra havia nomeado 135 intendentes de um total de 141.

A indicação do nome do deputado federal Antônio Ferrão Moniz de Aragão para ser o seu substituto gerou um forte embate dentro das alas do PRD. Rui Barbosa, na contramão da candidatura, indicou o nome de seu antigo amigo José Joaquim da Palma, que também encontrara resistência por parte de Seabra. Otávio Mangabeira, líder da bancada na Câmara,

³¹⁰ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 123.

também se colocou como oposição ao nome de Moniz, indicando o juiz federal Paulo Fontes que teve pouca receptividade pelas oligarquias estaduais. A movimentação em torno do nome a ser indicado para o governo mostrou as fraturas dentro do próprio situacionismo como observava a revista O Malho (RJ) em sua charge.

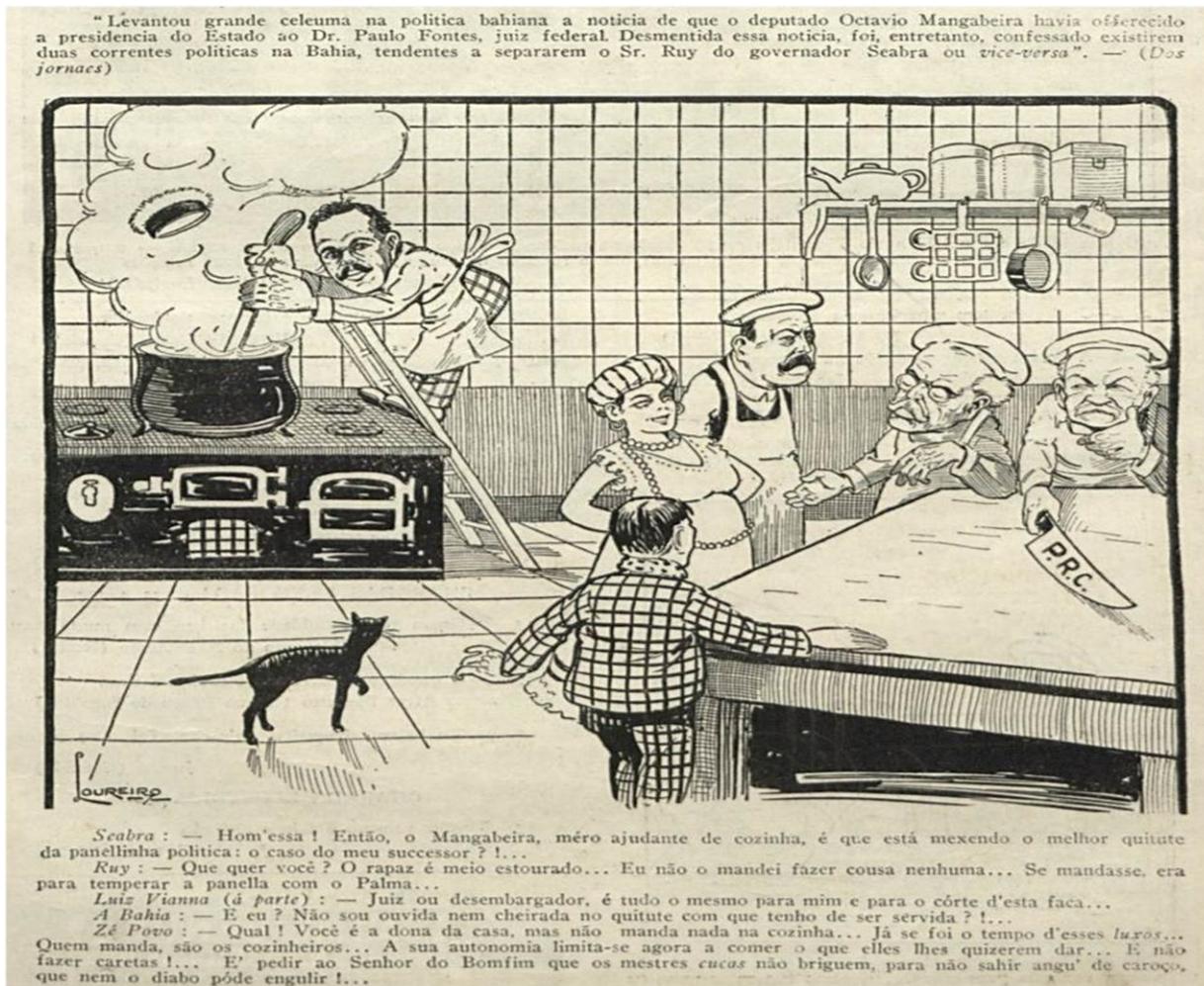


Imagem 15 – Cozinha Bahiana: o quitute presidencial. **Fonte:** Revista O Malho, Rio de Janeiro, 31 de julho de 1915 – Ano XIV, Número 672 – p. 33

Em entrevista ao jornal A Noite (RJ), Otávio rebatia os “boatos” de sua interferência no processo de escolha do sucessor ao governo, todavia, evidenciava a existência de duas correntes dentro do partido que militavam em campos opostos. De um lado, os partidários de Rui Barbosa e do outro os de Seabra. Reconhecendo que ambos os grupos trabalhavam pela ruptura entre os próceres baianos, ressaltava que Rui e Seabra estavam “tratando com carinho da sucessão governamental”. Sobre o candidato a ser escolhido, destacava que precisaria ser “um homem que tenha raízes políticas nos corações destes dous homens e que, por conseguinte, continuará uma política de concórdia”.³¹¹ Esse não era o caso de Antônio Moniz.

³¹¹ À Noite, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1915. Ed. 1285. p. 02.

Com a insistência de Seabra em manter a indicação, o nome de Rui foi cogitado a ser o único capaz de contrapor a força de Seabra. A oposição enfraquecida pela não concretização de uma aliança com o governo federal, optou por manter-se como observadores e não interferir no processo. Em entrevista para o jornal *À Noite* (RJ), quando questionado sobre a sucessão baiana e uma possível candidatura de Rui, Mangabeira declarava-se entusiasta, entretanto, afirmava que:

Não posso lhe dar grandes informações a este respeito, porque não sou situacionista e não me acho, assim, com a responsabilidade de orientar o situacionismo a esse respeito [...] Quando a mim só posso lhe dizer que toda a imprensa da Bahia aceitou, apoia e aplaude a candidatura do senador Ruy Barbosa, com exceção da “Gazeta do Povo”, órgão do Sr. Seabra, que ainda não se manifestou, e da “Tarde”, que ainda faz restrições, porque o candidato do Simões Filho, que é seu director, continua a ser a Antônio Muniz, pelo qual elle faz o seu jogo. A minha opinião pessoal é favorável à candidatura do eminente conselheiro Ruy Barbosa é conhecida e meu partido já se manifestou publicamente dedicando o seu apoio a essa candidatura.³¹²

A negativa de Rui em apoiar Moniz e também em lançar-se candidato ao governo do estado abriu espaço para a concretização dos planos de Seabra, mas, em contrapartida, gerou insatisfação de elementos importantes dentro da própria base. Com o caminho aberto na Convenção de agosto do PRD, Antônio Moniz foi oficialmente indicado como candidato ao governo. Otávio Mangabeira, seguindo a orientação do partido, aceitou o seu nome, mas pouco tempo depois, como demonstração da sua insatisfação, ainda que se mantivesse na base do governo, optou por renunciar à liderança da bancada baiana no congresso. Até então, Otávio tinha sido um importante aliado e expandiu sua influência no mesmo período que Seabra concretizava a sua chegada ao poder. No entanto, é possível observar sua gradual aproximação de Rui Barbosa e a construção de um maior diálogo com os grupos da oposição, entre eles, o próprio irmão.

Sem obstáculos, Antônio Moniz foi eleito e tomou posse como governador em 29 de março de 1916. No mesmo ano, Seabra elegeu-se deputado federal. O cenário político estabelecido rememora o que foi anteriormente desenvolvido na relação entre Severino Vieira e José Marcellino. Um se encarregaria do controle das hostes políticas, enquanto o outro se incumbiria da parte administrativa. No primeiro caso, o rompimento dos laços ocorreu pela capacidade política e administrativa empenhada por Marcellino, conseguindo contrapor o mando do seu antecessor. Todavia, diferentemente de Marcellino, faltava ao novo governador tal habilidade. O forte personalismo de Seabra, principalmente junto aos chefes políticos no interior baiano, a insatisfação de lideranças dentro do próprio partido ao seu nome e a crise

³¹² *À Noite*, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1915. Ed. 1309. p. 03.

econômica agravada durante a Primeira Guerra Mundial, que impactou diretamente nas exportações, criaram um cenário de tensões constantes dentro do governo. Por fim, as relações com Rui Barbosa também seguiam deteriorando-se.

Com a morte de José Marcellino em abril de 1917, em pleno exercício no Senado Federal, Seabra disputou a vaga em aberto contra Severino Vieira. Sem nenhuma dificuldade, sendo eleito e reconhecido, Seabra, mais uma vez, impôs uma derrota ao velho chefe político. Em julho do mesmo ano, a oposição sofreu mais uma baixa com a morte de Araújo Pinho logo depois a morte de Severino no mês de setembro.³¹³

Mais tarde, ao falar sobre os “velhos chefes baianos”, Mangabeira expressava como as relações com o poder foram estabelecidas enquanto ocupavam a situação e a oposição. Na figura de Severino, destacava que, apesar de ser “indeciso, inerte, tímido no governo, era resoluto, infatigável, intrépido na oposição. Desapeado do mando, agigantava-se na resistência”. Desta maneira, o considerava “maior chefe do partido oposicionista”. Em contrapartida, ponderava que José Marcellino e Luiz Vianna eram ambos “homens de governo”, desaparecendo enquanto oposição, assim “o governo era o clima de ambos. E eram nele a atividade, a energia, a exuberância da vida em ação. No ostracismo, desambientados, desiludidos, pareciam sonâmbulos”. Ao seu ver, o único que conseguia manter a mesma intensidade e combatividade em meio duas situações era Rui Barbosa, o que demonstrava a sua característica de “grande estadista”.³¹⁴

No Senado, Seabra e Rui passaram a disputar a representação do estado, aumentando assim o clima de tensão entre ambos que se estendia desde a escolha do governador. Após o discurso proferido por Rui no Teatro Lírico no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1917, no qual o conselheiro teceu fortes críticas ao governo da Bahia e conseqüentemente a Seabra, fragilizava ainda mais a relação entre ambos. Nesse cenário, não tardou para a oposição voltar-se para o nome de Rui e ressurgir no enfrentamento a situação.³¹⁵ O reagrupamento da oposição que contava com a influência de Luiz Vianna, também foi um reflexo direto da fragilização do governo de Antonio Moniz.

Na tentativa de construir uma maior autonomia frente aos mandos do seu antecessor, o governador efetivou mais uma nova mudança na legislação eleitoral, substituindo o mandato de quatro anos dos intendentess para dois e possibilitando a recondução ao cargo, desta maneira,

³¹³ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 91-92.

³¹⁴ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 192-194.

³¹⁵ SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Sílvia Noronha Sarmento. -- Salvador, 2009. p. 111.

à medida que buscava dar um maior controle do governo sobre a política municipal, retirava do poder as lideranças que se mostrassem resistentes. Diferentemente do sucesso conquistado pela manobra de Seabra na sua gestão, o governo acabou por gerar mais um motivo de insatisfação dos chefes políticos locais, sobretudo dos coronéis do sertão.³¹⁶ A crise econômica, a insatisfação da ala comercial, importante sustentáculo do governo Seabra, o crescente movimento operário baiano e as divergências dentro do PRD, favoreceram a coalisão das forças da oposição no estado.

Em meio a esse clima de instabilidade, as eleições federais de 1º de março de 1918, sob uma nova legislação com a aprovação da Lei Federal nº 3.207, de 27 de dezembro de 1916, a qual definiu que a apuração geral das eleições passava a ser feita na capital do Estado, serviu para intensificar a movimentação de elementos da oposição. Dentre as mudanças significativas, estava a nomeação de um juiz federal para presidir a Junta Apuradora no lugar do presidente do governo municipal, sendo auxiliado na apuração pelo representante do Ministério Público junto ao Tribunal Superior de Justiça, o que tornava a formação das mesas um pouco mais complexas.³¹⁷

Em contrapartida, a mudança “facilitava as pressões dos governadores, diminuindo cada vez mais as possibilidades políticas das dissidências oligárquicas ou oposição”.³¹⁸ Um elemento a ser ressaltado nessas eleições está no número de diplomas apresentados na Câmara na sessão preparatória. Diferentemente das eleições anteriores, em que o quantitativo ultrapassava significativamente o total de vagas representado pelo Estado, cabendo ao parlamento determinar o “degolamento” das candidaturas indesejáveis, as definições dos diplomas passaram a ficar a cargo das negociações dentro do próprio estado.

No que se compete especificamente as eleições do segundo distrito eleitoral ao qual Mangabeira pertencia, é importante observar que, embora o cel. Antônio Pessoa controlasse o maquinário político e administrativo em Ilhéus e tivesse influência na cidade de Itabuna, o grupo liderado por Mangabeira continuava exercendo um forte comando e envergadura eleitoral em ambos os municípios, e ainda que o Jornal de Ilhéos afirmasse que Mangabeira estivesse “... *mudo e só na rocha do ... ostracismo*”³¹⁹, a capacidade de computar votos e fazer frente nos

³¹⁶ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 128.

³¹⁷ RICCI, Paolo.; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da justiça Eleitoral. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR. v.21, n.45. p.91-105. Mar. 2013. p. 94.

³¹⁸ MAGALHÃES, Carmem Côrtes. **O Mecanismo das “Comissões Verificadoras” de Poderes: Estabilidade e dominação política, 1884-1930**. 1986. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 1986. p. 23.

³¹⁹ Jornal de Ilhéos, Ilhéus, 03 de março de 1919. Ed. 294. p. 01.

meios políticos para além da região, mesmo estando na oposição ao governo estadual, demonstrava um poder de articulação e inserção política elevados.

Todavia, vale ressaltar que as relações entre os membros das facções políticas não se mantinham estáticas, ou seja, dependendo dos arranjos estabelecidos entre os grupos e das conjunturas políticas que se apresentavam, os elementos rapidamente podiam mudar seu posicionamento e conseqüentemente de grupo. Nesse cenário, Mangabeira reelegeu-se com ampla margem de votos na cidade de Ilhéus, mesmo tendo duas sessões anuladas, ocupando a quinta posição como o mais votados no segundo distrito com 8.605 votos no total.³²⁰

Até então, os irmãos Mangabeira, mesmo demonstrando proximidade, se mantinham em polos opostos no campo partidário, sendo que Otávio continuava como membro do situacionismo. Todavia, as mudanças na conjuntura política baiana acabaram por selar os laços entre os irmãos, que passariam ao longo dos anos seguintes ao protagonismo das articulações na política baiana. O que levaria mais tarde a revista O Malho (RJ), questionar-se se seria *“crível que na terra de Ruy, alguém neste momento se suponha capaz de lutar contra os irmãos Mangabeira?”*³²¹

Ao longo deste capítulo, buscamos entender como as disputas pós eleições presidenciais de 1910, influenciaram na atuação política de João Mangabeira. A ascensão de novos atores políticos no cenário nacional e estadual, com a eleição de Hermes da Fonseca para a Presidência da República em detrimento do Conselheiro Rui Barbosa, apoiado pelo governo baiano, modificou as estruturas de poder das oligarquias no estado. Neste sentido, pudemos observar como J. J. Seabra, com o apoio intervencionista do governo federal, conseguiu fortalecer suas bases políticas, conquistando um espaço que até outrora lhe fora negado.

Também foi possível observar as tensões que se estabeleceram no cerne da política estadual durante do processo que culminou no bombardeio da cidade de Salvador e na ascensão de Seabra ao Governo do Estado. Com a ascensão de Seabra ao governo do estado, as estruturas de poder estabelecidas na região cacauceira, berço político de João Mangabeira, também foram alteradas, possibilitando a ruptura de uma hegemonia estabelecida pelo grupo no qual fazia parte, alçando ao poder a facção política liderada pelo cel. Antônio Pessoa. Outra consequência das modificações pelo qual o estado passava e que impactou na trajetória de Mangabeira foi a disputa pelo reconhecimento dos diplomas dos candidatos nas eleições de 1912. A fragilidade

³²⁰ ACD, Sessão em 02 de maio de 1918. p. 730.

³²¹ O Malho, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1926. Ed. 1293. p. 37.

nos mecanismos de fiscalização eleitoral, que conseqüentemente propiciava o uso de práticas fraudulentas, e a força política empregada por Seabra para estabelecer no parlamento federal uma base de apoio, levaram Mangabeira a sofrer o processo de “degolamento” do seu reconhecimento como deputado federal, levando-o a ficar sem mandato.

Outro fator importante visualizado ao longo deste capítulo, está na formação de acordos, até então improváveis, entre próceres da política baiana. A aliança tácita entre Seabra e Rui Barbosa nas eleições presidenciais de 1914, assim como a união dos ex-governadores Luiz Vianna, Severino Vieira e José Marcellino, junto a Pinheiro Machado, buscando frear a expansão das influências de Seabra no estado e no cenário nacional, demonstraram a maleabilidade das relações políticas a partir de interesses com comum entre os grupos.

Por fim, pudemos observar como Mangabeira, mesmo na oposição ao governo estadual e local, conseguiu manter-se em evidência na política, tirando proveito da reorganização na política estadual para traçar o caminho de retorno ao parlamento nas eleições federais seguintes.

CAPÍTULO III

“A verdadeira igualdade e socialização do direito”

“Social, na sua origem, como fenômeno exclusivamente social, que o é, o direito há de ser, por força, também social nos seus fins [...] O Estado não pode pesar na mesma balança os gozos dos ricos e os sofrimentos dos pobres; os delírios da opulência e os desesperos da miséria. A regra da igualdade perante a lei não pode ser a isso um empecilho.”³²²

1 A MEIO DO CAMINHO

Em agosto de 1930, um parecer divergente apresentado na Comissão de Justiça do Senado Federal, revelara-se um fato que representaria uma mudança importante na história da trajetória do então Senador, João Mangabeira. O extenso voto divergente em favor de Edelvira Ferreira de Mattos, viúva de Américo Ferreira de Mattos, um guarda-civil que faleceu por consequência do seu trabalho antes de conseguir adquirir o direito a pensão que lhe era válido, simbolizava o início de uma campanha que Mangabeira havia se proposto a sustentar sobre as questões sociais do país e que fora interrompido pela perda do mandato sob os termos do artigo 2º do Decreto n. 19.398 de 11 de novembro de 1930, instituído pelo governo provisório.³²³

Em entrevista publicada no Correio da Manhã (RJ), em 16 de março de 1932, Mangabeira voltava a falar sobre o seu voto no parecer e aproveitava para se aprofundar nas ideias estabelecidas pelo seu programa sobre as questões sociais do país que não conseguira apresentar em plenário naquele ano. Dentre as diversas propostas que constavam no seu plano, podemos destacar quatro delas, que mais tarde seriam ainda mais evidenciadas em seus discursos.

A *primeira* estava na análise dos monopólios de “fato e de lei, exercidos por empresas particulares, sem que dos grandes lucros retire o Estado a parte que lhe deveria caber, se não as quer expropriar”. A *segunda* versava sobre como o Estado poderia “auferir dos afortunados um aumento de receita, que lhe permitisse melhorar a sorte das classes pobres e desenvolver o progresso do país, sem agravação dos impostos de consumo e, antes, com a diminuição ou eliminação de muitos deles”. A *terceira* fazia referência no campo da educação, e tinha como intenção propor a “gratuidade do ensino, em todos os seus graus, e a escola única, garantindo o

³²² MANGABEIRA, João. **Em torno da Constituição** / João Mangabeira. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Florence, 2019. p. 261-263.

³²³ Segundo o artigo 2º, ficava instituída “a dissolução do Congresso Nacional das atuais Assembleias Legislativas dos Estados (quaisquer que sejam as suas denominações), Câmaras ou assembleias municipais e quaisquer outros órgãos legislativos ou deliberativas, existentes nos Estados, nos municípios, no Distrito Federal ou Território do Acre, e dissolvidos os que ainda o não tenham sido de fato”. Diário Oficial da União – Seção 1 – 11 de novembro de 1930. – In: Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930, Vol. II. p. 12-14.

acesso aos cursos médios e superior, por uma seleção intelectual, e não por uma questão de dinheiro, como um privilégio dos abastados”. Por fim, a *última proposta* objetivava introduzir “uma série de modificações no Código Civil, reduzindo os prazos excessivos da prescrição das ações e para o usucapião, acabando assim com a indústria dos *grilos*, e modificando em parte a situação da propriedade territorial”. Desta maneira, acrescentava que:

Nada mais ilegítimo que a propriedade da terra explorada por outrem, cujo trabalho rude alimenta o senhorio parasitário. A enfiteuse, resto de uma civilização morta, é um instituto que deve desaparecer. Seja porém como for, se em 5 anos, por exemplo, o dono da terra nada reclamou ao que nela plantou ou construiu, é justo que esta se incorpore no direito de quem a transformou em riqueza. Em casos tais, econômica e, portanto juridicamente, a terra não passa de um acessório, e o principal deve ser o trabalho de quem a fecundou com suor de seu rosto e a fez surgir como riqueza humana no campo da produção. Suprimiria a herança na linha colateral, que nada justifica, mantendo apenas a da linha direta, que assim mesmo deverá ser fortemente taxada.³²⁴

Ainda que se reconhecesse as dificuldades de romper com as estruturas estabelecidas e que a Constituição de 1891 era, assim como o francês, “o código dos patrões, o código da burguesia”, entendia que tais mudanças só poderiam ocorrer a partir de uma “nova constituinte” que pudesse compreender que o processo de produção estava “cada vez menos individualista e cada vez mais coletivista”. E, bebendo da leitura de Marx, no livro *A contribution to the Critique of Political Economy*, afirmava que “a produção atual é sobretudo coletivista e dirigida por coletividades – sindicatos de operários e patrões, cooperativas, sociedades anônimas, *trust*, carteis, etc. E isto, de formas em formas mais largas, até a socialização dos meios de produção”. Desta maneira, partindo de uma perspectiva do direito, entendia-se como necessário a mudança de uma lógica dicotômica romana entre público e privado para o entendimento de um contexto em que as esferas estavam divididas em público, coletivista e privado. Assim, em cada uma dessas esferas, o homem adquiria “uma personalidade nova”, e o egoísmo individual desapareceria “diante do espírito de classe, ou do sentimento de nacionalidade”.³²⁵

Mas, afinal, quais ideias possibilitariam um “movimento à esquerda” nos anos seguintes e que o levaria a fundação do Partido Socialista Brasileiro? Alguns anos antes, o jornal *A Manhã* (RJ) denunciando “o perigo do comunismo” no País, alertava que os deputados governistas estavam à procura da literatura marxistas, entre eles, João Mangabeira. Na busca pelo “fruto proibido”, ressaltava-se que Mangabeira tinha “assediado os seus amigos lidos no

³²⁴ MANGABEIRA, João. **Ideias políticas de João Mangabeira**. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa. Introd. De Hermes Lime. Apresentação de Humberto Lucena – 2ª ed. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 25-26.

³²⁵ MANGABEIRA, João. **Ideias políticas de João Mangabeira**. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa. Introd. De Hermes Lime. Apresentação de Humberto Lucena – 2ª ed. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 28.

assumpto, pedindo-lhes indicações”. Em sua ida a uma livraria da capital “arrebanhou o que havia no gênero. Depois mandou vir da Europa as últimas novidades vermelhas. E ainda à cata de relatórios, de estatísticas, de boletins, sobre esses assumptos proibidos...”.³²⁶ Essa relação com a leitura marxista mais tarde era lembrado por Barbosa Lima Sobrinho em sua derradeira visita à Mangabeira ao relatar que:

Na última visita, não sei por que a conversa se orientou para um tema cheio de vedações e perigos: a doutrina de Karl Marx. Um dos fiéis de Mangabeira observara que se falava mais de Marx do que se lia a sua obra. Acrescentava que entre todos os seus conhecidos não contara cinco pessoas que houvessem lido *O Capital*, de fio a pavio. – Pois eu li duas vezes – advertiu João Mangabeira. E todos sabíamos que o havia lido cuidadosamente, voltando a reler trechos menos claros, aproveitando as horas silenciosas de suas manhãs de madrugador. E como o assunto Karl Marx continuasse, íamos verificando que Mangabeira não lera apenas *O Capital*. Estudara toda a obra de Marx e Engels, penetrara na biografia dos dois amigos, meditara os comentários de seus maiores críticos.³²⁷

E como consequência de tal diálogo, Barbosa Lima questionava os motivos pelo quais “aquela admiração intelectual profunda e fervorosa não se transformara em marxismo militante?” Assim como “que força ou que influência teria detido João Mangabeira ou que antídoto o curara da fascinação, que não ocultava, já transposta a casa dos oitenta anos?” Somente anos mais tarde, no evento em homenagem ao Centenário do nascimento de Mangabeira, que o próprio Barbosa Lima teorizava uma resposta para os seus questionamentos de quase vinte anos antes.

Para ele, até as eleições de 1930 para o Senado Federal, Mangabeira não conseguira se libertar dos “laços de fidelidade ou dos compromissos partidários, primeiro arrastado pelo vigor de sua admiração irrestrita à ação política de Rui Barbosa, em seguida dentro dos quadros políticos a que se filiara”. Neste sentido, estar filiado aos partidos e às elites conservadoras durante os anos que compunham as duas primeiras décadas da sua atuação política o prendiam “aos fios quase invisíveis, mas irresistíveis, dos compromissos com os amigos de sua corrente política”.³²⁸ Embora Barbosa Lima entendesse a construção desses “fios quase invisíveis” como um limitador das convicções “progressistas” de Mangabeira, que mais tarde o faria adentrar no campo do “socialismo democrático”, é importante ressaltarmos que a construção dos laços políticos e sociais com a elite soteropolitana e ilheense foram pilares para a sua rápida ascensão aos espaços de poder.

³²⁶ A Manhã, Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1926. Ed. 502. p. 02.

³²⁷ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1964. Ed. 127. p. 06.

³²⁸ João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1982. p. 42-43.

Se nas duas primeiras décadas do século XX as mudanças na conjuntura da política baiana e nacional propiciaram para Mangabeira a consolidação do seu nome como um político, jurista e intelectual, principalmente a partir do seu retorno na 9ª Legislatura em 1915, com o segundo mandato de deputado federal, após o expurgo arquitetado pelo grupo seabrista no processo de diplomação nas eleições de 1912, a década de 1920, proporcionaria o jovem “menino de ouro”, tutelado pelo coronel Domingues Adami de Sá, a posição de chefe político estadual com grande poder de influência nas diretrizes da política nacional pela sua atuação no Parlamento, o que possibilitaria a sua eleição ao Senado Federal como único representante da Bahia em 1930, em uma candidatura negociada entre as principais facções políticas do Estado. Neste sentido, buscaremos ao longo deste capítulo analisar as condições conjecturais que possibilitaram essa consolidação política.

2 A DISPUTA DE NARRATIVAS: JOÃO MANGABEIRA COMO PORTA-VOZ DA OPOSIÇÃO BAIANA

Os anos que se sucederam ao governo de Antônio Moniz foram palco de uma série de distúrbios ocorridos na Bahia e que recorrentemente extrapolaram as fronteiras estaduais e passaram a ocupar o espaço no debate público federal com grande proeminência. Desta maneira, as disputas de narrativas entre o situacionismo e a oposição definiram diversos entraves tanto na imprensa da Capital Federal quanto no púlpito do Parlamento Federal.

Já gozando de um *status* de político experiente e um dos representantes das forças oposicionistas na Bahia, João Mangabeira passou a ocupar a tribuna da Câmara dos Deputados para demonstrar as agitações que vivenciava o Estado da Bahia e também disputar o controle das narrativas postas pelo situacionismo. Em maio de 1918, Mangabeira subia mais uma vez a tribuna do parlamento, desta vez para pronunciar a leitura de uma série de telegramas enviados por Pedro Lago, diretor do jornal A Tarde, periódico de maior circulação da Bahia, e outros correligionários com o intuito de denunciar o empastelamento do jornal A Hora e a invasão pelas forças policiais do jornal Diário da Bahia que era “o decano da sua imprensa, o velho campeão, desde os tempos monarchicos, de todas as campanhas liberaes, coroado por mais de sessenta anos de glorias”.

Para Mangabeira, o seu discurso, além de uma denúncia do ato de violência que acusava ser regido pelo governo estadual, significava também um apelo para que as forças políticas nacionais passassem a olhar pelo Estado, já que a oposição baiana havia sido “estrangulada no arrocho da censura official”, que não lhe permitia “a publicação dos telegrammas por ella endereçados à imprensa, não tendo, assim, recursos para fazer chegar aos

ouvidos da Nação a sua voz”. Neste sentido, afirmava que sua presença na tribuna serviria para transmitir “ao povo brasileiro”, por intermédio das suas palavras, “o seu clamor de perseguida” que a oposição baiana sofria por parte do governo estadual. Após a apresentação da leitura dos telegramas recebidos, Mangabeira afirmava que o seu posicionamento era “um apelo para o Sr. Presidente da República, para o seu espirito de tolerância, para a sua justiça, para a sua alta e acatada autoridade”. Assim, conclamava que o governo federal intervesse:

“de modo a serem assegurados na Bahia, a todos os seus filhos, sem distinção de partidos, aquellas garantias e aquellos direitos que a Constituição outorgou a todos os habitantes deste paiz, nacionaes ou estrangeiros, direitos e garantias que constituem a trama, o substractum da civilização de todos os povos livres, o direito de sua mais rudimentar forma, o direito à vida, à liberdade na sua mais nobre expressão – a liberdade de pensamento – encarnada na palavra ou estampada na imprensa”.³²⁹

Para a oposição, o constante apelo a uma intervenção federal no estado, nos anos finais do governo de Moniz, geraria um enfraquecimento ainda maior para o mandatário. A Bahia já vivenciara a experiência de uma intervenção “não-oficial” em 1912, autorizada pelo então presidente Hermes da Fonseca, e que acabara por possibilitar a ascensão de Seabra ao poder. Consciente dos perigos de uma possível interferência da esfera federal, o situacionismo baiano se mobilizava para descredibilizar os apelos postos pela oposição.

No caso da invasão ao Diário da Bahia e o empastelamento do A Hora, em contraposição aos despachos e relatos expostos por Mangabeira, o discurso feito pelo deputado Moniz Sodré, líder da situação na Câmara, além de uma defesa enfática do governo de Antônio Moniz, que julgava ser incapaz de autorizar ou endossar quaisquer atos de violência e intolerância, ainda ressaltava a culpa pelas agressões que a imprensa oposicionista do Estado possuía, pois havia “praticado de há muito todos os crimes de infracção da palavra, ostentando todos os abusos da mais desbragada e excessiva libertinagem de linguagem que constituem uma verdadeira prostituição jornalística”.

Considerava-se também “profundamente falsos e alumniosos”, o teor das correspondências e afirmava-se que não passavam de “um desabafo de paixões verdadeiramente tumultuarias, producto de invejas machinadoras ou de despeitos incoercíveis”. Sendo assim, a oposição se comportaria de tal maneira por “saberem bem e bem sentirem” que era rejeitado e repellido “a corruptora collaboração política de homens sem moral e sem crenças que, em vez de propugnarem pela grandeza e esplendor da Bahia, procuram humilha-la com enredos e calumnias”.³³⁰

³²⁹ DCN, 30 de maio de 1918. Ano XXIX – Ed. 25. p. 559.

³³⁰ DCN, 30 de maio de 1918. Ano XXIX – Ed. 25. p. 559-560.

No que tangia ao empastelamento sofrido pelo jornal *A Hora*, este era visto como consequência de uma série de ataques que havia praticado nos meses anteriores. Em seu discurso, Moniz Sodré ressaltava que o jornal dirigido por Arthur Ferreira se notabilizava pelo “desrespeito à dignidade dos lares e no flagellar com as mais torpes calumnias as famílias honestas da Bahia”. Para além de sua linguagem, considerada “virulenta e grosseira”, acusava-se o jornal de estampar “figuras e clichês tão obscenos que não poderia ser exibida no Senado, sem grave atentado ao pudor”. Por fim, apontava não ser crível que o Governo mandasse empastelar um jornal “sem circulação e sem crédito”, assim, afirmava que se qualquer desforço político fosse praticado, certo o seria contra *A Tarde*, que tinha largo círculo de leitores, e o *Diário de Bahia*, pela tradição, e por ser o decano da imprensa baiana, sugerindo assim que, possivelmente, o ataque seria uma farsa, que se tratava de uma encenação “burlesca, profundamente ridícula”.³³¹

As disputas e debates sobre os conflitos envolvendo os jornais baianos não se limitaram a Câmara dos Deputados. A tribuna do Senado acabou por se tornar palco de uma calorosa discussão entre os principais próceres da política baiana e passou a definir os novos encaminhamentos políticos no estado nos anos seguintes. Licenciado das duas atividades no parlamento, por problemas de saúde, Rui Barbosa voltou do seu afastamento com o propósito de “trazer à luz as questões do seu estado natal”, proferindo um duro discurso, tecendo, mais uma vez, críticas contundentes ao governador Antônio Moniz e ao grupo seabrista que o acompanhava.

Ao elevar o tom, assim como fora no discurso proclamado no Teatro Lírico no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1917, Rui selaria, desta vez, a dissensão da aliança frágil estabelecida anos antes com Seabra. Para Mangabeira, ainda que Rui tivesse a compreensão de que a manutenção do seu posicionamento arriscaria a reeleição para deputado federal de aliados próximos e do seu filho Alfredo Rui, como de fato ocorreria, mesmo assim “não hesita um instante. Não trai a inspiração do seu dever. Não mente a seu papel de estadista. Não põe sob o almude a flama da sua vocação apostolar”. Ao refletir sobre o período, salientava que assistia “silencioso aos acontecimentos”, pois:

Delicada a minha situação. Em 1913 ficara na política nacional com Ruy, em quem votara com o eleitorado que me ouvia. Ficara com Ruy contra Pinheiro Machado. Na Bahia, porém, ficara com José Marcelino, com o meu partido, contra Seabra. Era, assim, duas vezes, opositor, ao passo que Alfredo Ruy, José Maria Tourinho e Palma, desde 1914, incluíram-se na chapa oficial. Nessas condições eu assistia calado

³³¹ DCN, 30 de maio de 1918. Ano XXIX – Ed. 25. p. 559-560.

ao desdobrar dos fatos que deveriam levar Ruy à oposição no seu Estado, e Alfredo Ruy à perda de sua cadeira de deputado.³³²

Embora Rui Barbosa, ao romper com o diálogo até então estabelecido com o Seabrismo, tendo sacramentado o “degolamento” da candidatura à reeleição para deputado federal de Alfredo Rui, esta ruptura demarcou novos caminhos para uma oposição que buscava se consolidar frente a uma candidatura de Seabra que vinha se construindo para o retorno ao governo do estado. Neste sentido, objetivava-se fortalecer em torno das crises políticas, sociais e econômicas que a Bahia vivenciava, procurando assim estabelecer uma base entre diversos setores insatisfeitos com as políticas constituídas por Antônio Moniz. A concretização da dissolução da tênue aliança entre Rui e Seabra, acabou possibilitando uma reorganização em torno da figura política do conselheiro, formando uma frente de oposição mais coesa sob a sua liderança.

As tensões ganhavam cada vez mais intensidade ao longo do ano de 1918. O incidente que terminou na ocorrência do assassinato de João Propício Carneiro da Fontoura, deputado estadual pela Bahia, cometido pelo jornalista e diretor do jornal A Hora (BA), Arthur Ferreira, em 27 de junho de 1918, ganhou grande repercussão e disputa de narrativas na imprensa e no parlamento. Arthur Ferreira havia sido levado para a Bahia no período de ascensão de Seabra ao governo do Estado, junto a outros jovens que buscavam ganhar espaço no cenário político. Essa relação é tratada em missiva e enviada ao conselheiro Rui Barbosa, quando houve o processo de empastelamento do jornal A Hora, em que Arthur Ferreira narrava sua trajetória na Bahia a partir da sua relação com Seabra desde a chegada do Rio de Janeiro. Desta maneira, afirmava que:

“Foi o dr. Seabra quem me nomeou no seu governo redactor do “Diário Oficial”, delegado regional em duas comarcas do Estado com atribuições idênticas às de chefe de polícia. Muniz, no início do governo, a meu pedido, nomeou-me promotor publico da comarca de Castro Alves, offerecendo-me depois o logar de redactor-chefe dos debates da Câmara dos Deputados, em cujo cargo rompi, envergonhado de servir à oligarchia implantada pelo governador Seabra, meu íntimo há oito annos, padrinho de meu casamento. Aqui sempre fui alvo de seus grandes elogios. Hoje sou indigno no seu conceito.³³³

Para Arthur Ferreira, ambos os irmãos Mangabeira poderiam atestar a sua ligação com Seabra ainda no Rio de Janeiro, quando havia sido redator do jornal Folha do Rio, o que demonstraria que sua ligação com o político baiano era anterior ao período em que havia chegado à Bahia. A partir da análise das fontes não é possível precisar o período exato que

³³² MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 248.

³³³ O Imparcial, Rio de Janeiro – 14 de junho de 1918. Ed. 1985. p. 06.

Ferreira chegou à Bahia, se fora antes ou depois do bombardeio de Salvador, ou mesmo quando se deu a sua ruptura com o grupo seabrista. Todavia, possivelmente, o rompimento tenha ocorrido no governo de Antônio Moniz, quando este foi demitido da função de promotor público na cidade de Curralinho, passando assim a expor críticas ao governo através da imprensa.³³⁴ Todavia, possivelmente a ruptura com Seabra tenha ocorrido após o empastelamento do jornal A Hora, pois em resposta aos discursos de Rui no Senado, Seabra buscou descredibilizar a importância da sua ligação com Ferreira.

Dentre a leva de jovens acadêmicos e militares que buscavam espaço dentro da política que foram levados à Bahia por Seabra, estava entre eles o 1º tenente do exército e engenheiro Propício da Fontoura. Oriundo de uma família de militares do estado do Rio Grande do Sul, ganhou visibilidade na política baiana ao ter atuado diretamente em ações que terminaram no bombardeio da cidade de Salvador em 1912. Aliado de Seabra de primeira hora, não tardou a se candidatar a cadeira de Deputado Federal nas eleições seguintes pelo primeiro distrito eleitoral, sendo preterido no processo de reconhecimento por Pedro Lago.³³⁵ Com a posse de Seabra no governo do estado e a reformulação da Câmara dos Deputados Estadual, Propício da Fontoura saiu novamente candidato, agora para Deputado Estadual, conseguindo ser eleito com o apoio da base seabrista.

No ano de 1916, mais uma vez, Propício Fontoura tentou lançar-se candidato a Deputado Federal. Mas, com a eminência da morte do Deputado Souza Brito, uma possível vaga que surgiria, havendo conseqüentemente, uma disputa pela indicação para ser o candidato da situação. Em missiva enviada ao jornal A Noite (RJ), Propício defendia seu nome ao alegar que já possuía uma promessa de Seabra e do governador para tal indicação. Além disso, justificava que, dentre os quatro postulantes à cadeira, entre eles Campos França, que já havia sido conselheiro municipal e senador, e Raul Alves, que já ocupara o senado e a Secretaria do interior, era o único que “não havia sido prestigiado, apesar dos enormes serviços prestados ao grupo”. Com isso, pedia o apoio do editorial do jornal para sustentar o seu nome como candidato oficial.³³⁶

Com a concretização da morte de Souza Brito, o nome indicado para a disputa foi de Raul Alves, que obteve o apoio do governador em detrimento dos outros nomes, como Fontoura. Sua indicação já se mostrava reflexo às disputas pela hegemonia do partido entre Moniz e Seabra que vinha se construindo. Como prêmio, por mais uma vez ter sido preterido

³³⁴ O Imparcial, Rio de Janeiro – 14 de junho de 1918. Ed. 1985. p. 06.

³³⁵ Correio Paulistano, S. Paulo - 04 de maio de 1912. Ed. 17.518. p. 08.

³³⁶ À Noite, Rio de Janeiro – 21 de maio de 1916. Ed. 1586. p. 02.

por outro nome na Câmara dos Deputados, em julho do mesmo ano, foi feita a indicação de Fontoura para a diretoria da Estrada de Ferro de Nazaré no lugar do engenheiro Barbosa de Souza.³³⁷ Passando poucos meses à frente do comando da Estrada de Ferro, Fontoura foi indicado, via decreto pelo governador, para assumir a intendência da cidade de Salvador, em agosto de 1917, a partir da negativa do senador Estadual Pereira Moacyr.

A cidade de Salvador vivenciava uma crise econômica e conseqüentemente uma crescente desordem social com diversas manifestações dos populares, dificultando assim encontrar um nome que aceitasse assumir o comando da capital baiana.³³⁸ As dificuldades enfrentadas na gerência da administração da cidade, fizeram com que Fontoura passasse a receber constantes críticas da imprensa oposicionista, entre eles de Arthur Ferreira, no editorial do jornal *A Hora*. Mesmo exercendo a função por aproximadamente sete meses, saiu logo em seguida para se lançar candidato a deputado estadual nas eleições de março de 1918, sendo substituído na intendência por Rocha Leal. Sobre isso, as críticas continuaram constantes por parte do *A Hora*, como narrou Mangabeira em discurso na Câmara sobre a relação conflituosa:

A Hora havia agredido, nos termos os mais ultrajantes, tenente Propício da Fontoura. S. Ex^a fora chamado aqui [**Rio de Janeiro**]. E ao retornar à Bahia, julgando-se ofendido no seu brio, da tribuna da Câmara daquele Estado e em defesa, analisou a pessoa do Sr. Arthur Ferreira com os qualificativos que bem lhe aprouve naquele instante, chegando a dizer ou a afirmar ou a ler notas da política desta Capital... [**grifos nossos**].³³⁹

O acirramento passou a ganhar caráter pessoal, o que levou Propício Fontoura e Arthur Ferreira a diversos conflitos, entre eles, um episódio em praça pública, onde Arthur Ferreira foi chicoteado por Fontoura, o que agravou ainda mais a situação. Por fim, o conflito chegou ao ápice na noite de 27 de junho de 1918, quando Arthur Ferreira proferiu um tiro contra Fontoura no restaurante *Gastronome*, no bairro comercial de Salvador, levando-o ao óbito poucas horas após. Embora o crime refletisse os conflitos que evoluíram para o cunho pessoal, não tardou para os grupos políticos passarem a disputar a narrativa nos diversos setores da comunicação. Segundo o artigo publicado no *Diário da Bahia*, logo após o fato ocorrido, era descrito que:

“A polemica violenta travada entre os srs. tenente Propício da Fontoura e dr. Arthur Ferreira teve hontem o seu epílogo lutuoso. O primeiro foi ao encontro do segundo no Bairro Commercial e pretendendo vergastal-o com um rebenque que trazia, provocou deste a reação. O sr. Arthur Ferreira abateu o seu agressor com um tiro fatal. A scena sangrenta, de que foi mais uma vez testemunha a Bahia, não epilougou somente a luta entre dois cidadãos. Filiemos os factos e o sr. Antônio Moniz, o governador nefasto,

³³⁷ O Paiz, Rio de Janeiro – 18 de julho de 1916. Ed. 11607. p. 04.

³³⁸ O Imparcial, Rio de Janeiro – 12 de agosto de 1917. Ed. 1682. p. 02.

³³⁹ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa**. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I – p. 189.

terá às suas costas mais esse cadáver, terá consumido com a sua covardia e maldade innomináveis mais essa vida por signal de um amigo dedicado, que ele atirou na estrada aos calcanhares de um jornalista adverso, destacando-o para a obra odienta da vindicta com o acarvoamento da injuria em que e só no que s. ex. é mestre”.³⁴⁰

O incidente, rapidamente, ganhou as páginas dos jornais baianos e da capital federal, como podemos observar na publicação da Revista do Malho a seguir sobre o estado de violência que a Bahia vivenciava.



Imagem 16 – A Bahia Trágica. **Fonte:** Revista O Malho, 06 de julho de 1918 – Ano XVII, Ed. 825, p. 17

Se por um lado a oposição baiana passou a creditar a culpa pelo acirramento da briga entre Fontoura e Ferreira à inação do governador, como observado no artigo publicado pelo Diário da Bahia, o situacionismo associava o crime ao resultado da virulência imposta pelos opositores do governo. Em debate acalorado no parlamento, o deputado situacionista, Raul Alves, representando a bancada baiana, não tardou a associar a figura de Arthur Ferreira a ala oposicionista. Para o deputado, as “calumniosas campanhas de difamação” proferidas nas páginas do A Hora, não passavam de um plano da oposição para a sua ascensão ao poder. Desta maneira, destacava que “certa parte da oposição ao governo”, viram em Ferreira “a pessoa a geito, apropriada, preparada, predestinada para instrumento de feitos scelerados e indignos”,

³⁴⁰ O Imparcial, Rio de Janeiro – 01 de julho de 1918. Ed. 2002. p. 04.

neste sentido, as palavras proferidas pelo seu jornal não passavam de uma articulação feita pela própria oposição.³⁴¹

Ocupando em seguida a tribuna, coube a Mangabeira, que destacava a necessidade como membro da oposição, a partir dos relatos postos por Raul Alves, manifestar “o dever de uma réplica, ou antes, de uma retificação imediata”. Neste sentido, passou a fazer uma análise dos fatos sob a ótica da oposição. O discurso de Mangabeira, além de buscar desconstruir a existência de uma “inimizade” entre seus pares e Propício Fontoura, elencava situações de proximidade pessoal. Apesar de ocuparem grupos políticos distintos, objetivava, principalmente, associar a imagem de Arthur Ferreira ao grupo seabrista, nos meses anteriores ao ocorrido. Vale lembrar que este, até então, “era desconhecido na Bahia” antes da chegada de Seabra ao governo do estado, pois havia sido “importado, como muitos outros, literalmente se assim pode-se dizer, porque houve importação de certas figuras para determinados cargos”. A ligação de Arthur Ferreira com Seabra tornou-se um dos pilares no discurso proferido por Mangabeira. Desta maneira, destacava que:

[...] *A Hora* não tem mais de quatro ou cinco meses de existência; quer dizer que há quatro ou cinco meses, o Sr. Arthur Ferreira, religionário do partido situacionista, montava *A Hora*; e, embora o Senador Seabra não quisesse receber em sua casa, rompesse até relações pessoais, aquele órgão de imprensa, ao mesmo passo que agredia o Governador do Estado, mas a cobrir de gabos o referido Senador, a quem se julgava preso [...] Embora o Senador Seabra, por solidariedade, por sua lealdade para com o Governador da Bahia, atrozmente ofendido pelo Sr. Arthur Ferreira, a este não recebesse mais no seio de sua política ou de seu lar, o certo é que a cobri-lo até aquele Senador o atacou pessoalmente, continuava *A Hora* a cobri-lo dos maiores elogios, a chama-lo dos maiores elogios, a chama-lo de grande chefe, de um dos mais eminentes vultos do país, do mais notável administrador da Bahia...”.³⁴²

A partir desta perspectiva, Mangabeira tentava demonstrar que Arthur Ferreira não era um correligionário da oposição e que “ao revés foi levado para Bahia, pela situação governamental, como elemento de combate contra a oposição”. Apontava também que, embora tenha rompido relações com o governador, o que reverberou em críticas postas na linha editorial do *A Hora*, sendo possível observar que Arthur Ferreira matinha uma forte lealdade a figura de Seabra, ainda que “por um ato de consciência e de justiça, por um dever de gratidão”.³⁴³ Assim, além de atrelar o nome de Seabra a própria história de Arthur Ferreira na Bahia, ressaltava a

³⁴¹ ACD, Sessão em 01 de julho de 1918. Volume IV. p. 06.

³⁴² MANGABEIRA, João. **Ideias políticas de João Mangabeira**. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa. Introd. De Hermes Lime. Apresentação de Humberto Lucena – 2ª ed. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980 V1 – p. 196-197.

³⁴³ MANGABEIRA, João. **Ideias políticas de João Mangabeira**. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa. Introd. De Hermes Lime. Apresentação de Humberto Lucena – 2ª ed. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980 V1 – p. 204-205.

opressão e o abuso de poder estabelecido pelo governo de Antônio Moniz contra seus opositores, o que levava aos excessos da imprensa nas suas linhas editoriais.

O discurso de Mangabeira, para além das questões que envolvia o crime, nos possibilita compreender a conjuntura política que vivenciava a Bahia neste mesmo ano e como a oposição vinha se estabelecendo para sobrepor o poder político e econômico do governo. Se em um primeiro momento “a oposição procedia depondo as armas e abrindo os braços ao Governo, que se inaugurava”³⁴⁴, como revelava Mangabeira, frente à força política estabelecida por Seabra ao fazer seu sucessor, os anos de mandato de Antônio Moniz se mostraram cada vez mais conturbados. Sobre a continuidade de uma oposição, Mangabeira destacava que:

Se, depois, esses grupos, assim esfrangalhados (é o termo do dia), mortos os seus velhos chefes, sem os guieiros naturais, que pereceram no meio da jornada das oposições, se esses grupos se mantêm, se lutam, se exaltam, se se incendeiam, se se desmedem e a sua imprensa testemunha, pelo excesso, o calor, a veemência com que vibram, é porque da parte contrária existe uma ação que corresponde esta reação[...] em um país como este, sem programas, sem grandes ideais por que se combata, não há sorte mais triste, destino mais duro, necessidade mais atroz do que ser oposição. Ninguém o é por gosto. É por dever ou por perseguição”.³⁴⁵

Neste sentido, ressaltava-se, portanto, que a existência e, conseqüentemente, a manutenção de uma oposição era sempre “a intolerância ou a má política do Governo”.³⁴⁶ Partindo desta afirmativa, torna-se necessário observar que após a morte de importantes próceres da oposição baiana como Severino Vieira e José Marcellino que mantinham forte oposição ao seabrismo no estado e a ausência da liderança do conselheiro Rui Barbosa, os grupos que se declaravam oposição ao governo mantinham pouca margem para mudanças significativas nas estruturas de poder. Neste sentido, a declaração de Mangabeira sobre a dificuldade de ser oposição na Bahia se faz de grande relevância.

No entanto, com a eclosão de movimentos, ainda que direcionados a atender demandas e interesses de setores específicos, e os erros políticos cometidos pelo governador Antônio Moniz, a oposição buscou aproximar-se desses grupos e fazer coro as suas ações. Os conflitos envolvendo os coronéis do sertão pode ser visto como um exemplo de movimentação articulada da oposição. Tradicionalmente, como avalia Pang, havia uma relação política mais complexa e

³⁴⁴ MANGABEIRA, João. **Ideias políticas de João Mangabeira**. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa. Introd. De Hermes Lime. Apresentação de Humberto Lucena – 2ª ed. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980 V1 – p. 200.

³⁴⁵ MANGABEIRA, João. **Ideias políticas de João Mangabeira**. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa. Introd. De Hermes Lime. Apresentação de Humberto Lucena – 2ª ed. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980 V1 – p. 200-201.

³⁴⁶ MANGABEIRA, João. **Ideias políticas de João Mangabeira**. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa. Introd. De Hermes Lime. Apresentação de Humberto Lucena – 2ª ed. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980 V1 – p. 202.

tensa entre as oligarquias estaduais com os coronéis do Vale do São Francisco e de Lavras do que entre os coronéis da região cacauzeira no sul do Estado e os membros das oligarquias do Recôncavo.

Em parte, pela distância geográfica, em um Estado com grande extensão territorial, e, por outro lado, a dependência das duas últimas regiões com a capital por conta de uma economia exportadora, sendo o Porto de Salvador, foi a principal porta de saída dos seus produtos, constituindo-se “o centro bancário do estado e a sede da burocracia estadual, fatores que exerciam pressão sobre a economia de exportação”.³⁴⁷ Desta forma, para os coronéis do Sul e do Recôncavo, ter uma boa relação com o governo estadual e poder contar com a “boa vontade” do estado, facilitaria no processo para sobrepor burocracias estatais, mesmo que refletisse numa maior interferência do próprio estado na política local. Todavia, distante da capital baiana, os coronéis de Lavras do Vale do São Francisco, menos dependentes economicamente de Salvador como centro comercial, via a interferência política nos seus redutos com maior hostilidade. Como ressalta Pang:

Depois de 1889, nenhum governador conseguiu controlar essas regiões; as lutas internas entre os coronéis tinham por efeito remodelar o *status* de poder dos principais clãs e famílias, em nível local. Quando o governo do estado interferia, o resultado era um recrudescimento da luta e a ocasional perda de uma região para os inimigos dos grupos dominantes da capital.³⁴⁸

Nesta mesma linha, como observa Mello, o processo de formação e consolidação do poder na região do baixo médio do São Francisco teve, durante as três primeiras décadas do século XX, uma conjuntura que só teria significativa alteração a partir dos anos 30. Ao longo deste período, “consolidou-se as alianças políticas que afirmaram no poder os grandes fazendeiros/comerciante locais e foram desenvolvidos os mecanismos de mando que especificaram a organização política da região”.³⁴⁹ Assim como em outras regiões da Bahia, as disputas pelo controle político hegemônico impostas pelos coronéis do sertão acabaram por ultrapassar as fronteiras dos seus núcleos políticos, o que possibilitava a inserção do governo estadual como um elo de pacificação ou mesmo imposição dos grupos preferidos no poder.

Entretanto, como ainda conjectura a autora sobre os conflitos políticos estabelecidos no sertão, fica evidente que, ter o apoio do situacionismo estadual, estabelecia “um referendo

³⁴⁷ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 112-113.

³⁴⁸ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 113.

³⁴⁹ MELLO, Maria Alba Guedes Machado. **História Política do Baixo Médio São Francisco: um estudo de caso de coronelismo**. Dissertação de Mestrado. Ano de Obtenção: 1990. p. 61.

fundamental ao poder do coronel; mas não era ele quem constituía a base do seu poder. As relações entre as instâncias do poder (municipal – estadual) interferem apenas na estabilidade ou não do coronel, mas não determinam seu poderio”. Desta maneira, em diversos conflitos interclãs, evidencia-se que a força dos coronéis podia prescindir ou até mesmo confrontar o governo estadual.³⁵⁰

Ciente das dificuldades de interferência direta na região, Seabra, ao chegar no poder em 1912, utilizou-se dos mecanismos eleitorais e constitucionais para penetrar nos redutos políticos dos coronéis do sertão. Detendo influência direta no processo de reconhecimento dos eleitos no Legislativo Estadual, Seabra conseguiu impor sua presença e ter poder de barganha junto aos coronéis da região. Com a reforma constitucional, feita no estado em 1915 e em seguida a aprovação da Lei 1.102 de 11 de agosto do mesmo ano, que versava sobre a organização municipal e consolidava a sua interferência direta a partir da alteração na lei, que determinava que, os intendentess municipais passariam a ser nomeados pelo governador e teria a obrigatoriedade da aprovação no Senado Estadual, de maioria governista. Desta forma, Seabra conseguiu estabelecer o poder dos grupos políticos mais próximos e cooptar grupos oposicionistas, estabelecendo assim um apaziguamento dos conflitos locais como um mediador.

Em contrapartida, a inabilidade política de Moniz e sua intensa tentativa de sobrepor a influência política de Seabra ao longo do seu mandato, reverberou na sua relação com a elite do Sertão. Em meio a uma crescente insatisfação por parte dos coronéis da região e com a ingerência do governador nas disputas internas entre os clãs, no início de janeiro de 1918, o Coronel Franklin Lins de Albuquerque, importante liderança no Vale Médio do São Francisco, passou a comandar uma revolta anti-PRD na cidade de Pilão Arcado. Sendo incapazes de controlar a revolta que ganhava adesões de parte dos coronéis locais, as lideranças do PRD locais, passaram a solicitar a presença das Forças Policiais do Estado para tentar reverter a situação.

Embora tendo o apoio da intervenção estadual, a luta espalhou-se por outros municípios, ganhando a adesão de figuras como o Coronel Antilópio de Castelo Branco da cidade vizinha de Remanso, do Coronel Horácio de Matos em Lavras Diamantinas, entre outros contrários ao PRD. Com o avanço das forças oposicionistas, em menos de um ano, os coronéis já dominavam a região em detrimento da força política do governo estadual. Ao negar reconciliar-se com a nova elite que se formava, rejeitando o reconhecimento da legitimidade

³⁵⁰ MELLO, Maria Alba Guedes Machado. **História Política do Baixo Médio São Francisco: um estudo de caso de coronelismo**. Dissertação de Mestrado. Ano de Obtenção: 1990. p. 66-67.

imposta, o governador estendeu até o final do seu mandato uma relação extremamente tensa e conflituosa na região.³⁵¹

Embora o movimento de enfrentamento feito pelos coronéis do sertão contra o governo estadual colocasse em xeque a força do PRD e do governador, a revolta sertaneja tinha um caráter muito mais local do que estadual. Buscava-se, neste sentido, estabelecer uma autonomia diante das forças políticas estaduais e garantir que não houvesse mais interferência nas disputas entre os clãs. Para o grupo da oposição ligada a Rui Barbosa, que buscava se reconstruir, alimentar o descontentamento e tentar cooptar as forças que comandavam a anarquia dos chefes sertanejos.

Além disso, buscava ultrapassar os limites territoriais e estabelecer uma pressão para minar as condições políticas do governador em outras regiões era uma condição *sine qua nom* para tentar alterar as relações de poder constituídas desde o governo Seabra. Conhecedora do sistema político eleitoral, os membros da oposição sabiam que dificilmente se conseguiria fazer frente ao situacionismo pelas vias eleitorais. Mesmo contrapondo as mesas eleitorais que eram controladas pelo PRD, o processo de reconhecimento feito pelo Legislativo Estadual favoreceria os membros da situação e “degolaria” os opositores.³⁵²

Em outra frente, buscava-se arrematar forças dentro do movimento operário que se formava e passara a ganhar maior visibilidade na capital ao longo dos últimos anos. A Primeira República, em geral, especialmente o período entre os anos de 1914-1918, caracterizou-se por crises econômicas e financeiras que acabaram por afetar profundamente o cotidiano dos extratos populares mais pobres e da classe operária, influenciando na própria ação política e social durante o período de agravamento econômico e da carestia dos preços dos produtos básicos.³⁵³ A crise aguda vivenciada a partir do segundo semestre de 1918, na Bahia, e que se estendeu para o ano de 1919, colocou ainda mais pressão sobre o governo. Como descreve Castellucci:

O ano de 1919 foi marcado pelos episódios mais importantes de que se tem notícia na história da classe operária baiana da Primeira República. Eles culminaram na formação de dezenas de sindicatos operários que preencheram um espaço deixado pelo predomínio do mutualismo até a Primeira Guerra Mundial, e seu desdobramento mais importante foi a deflagração e vitória da primeira greve geral baiana, em junho de 1919.³⁵⁴

³⁵¹ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 130-132.

³⁵² SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. P. 104.

³⁵³ CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Salvador dos Operários: Uma história da Greve Geral de 1919 na Bahia** / Aldrin Armstrong Silva Castellucci – Salvador, 2001 – *Dissertação de Mestrado*. p. 43.

³⁵⁴ CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Salvador dos Operários: Uma história da Greve Geral de 1919 na Bahia** / Aldrin Armstrong Silva Castellucci – Salvador, 2001 – *Dissertação de Mestrado*. p. 76.

Até então, como observa Castellucci, os movimentos reivindicatórios ocorridos nos anos anteriores na Bahia tinham um caráter “defensivo”, quando os operários “apenas lutavam em condições adversas para manter conquistas pré-existente”. O personalismo de Seabra como governador teve um papel importante no processo de controle nos momentos de crise que se sucederam em seu mandato. Todavia, o movimento organizado em 1919 e que culminou na greve geral de junho, possuía um caráter estratégico com uma organização sindical mais complexa, voltada com maior intensidade para pautas relacionadas ao mundo do trabalho.

Outro fator importante que possibilitou a diferenciação dos movimentos anteriores foi a crise política a partir da tensão que se estabelecia dentro do PRD entre Moniz e Seabra e a reorganização da oposição que apostara no conflito estabelecido pelo movimento. Essa dinâmica, estabelecida entre a classe operária, buscava se fortalecer diante das estruturas sociais opressoras que regiam o cotidiano desses trabalhadores fabris, trazidas pelo trabalho de Castellucci, e confluía com as reflexões estabelecidas pelo trabalho de Oliveira, ao notar que:

A partir das reflexões de E. P. Thompson acerca de paternalismo e hegemonia cultural, o populismo tem sido pensado como “um campo de força comum” no interior do qual estavam aprisionados os diferentes atores (trabalhadores, autoridades públicas e patrões). Assim sendo, em lugar de manipulação, submissão e obediência cega, podia funcionar uma “via de mão dupla”, onde os trabalhadores se apropriavam seletivamente de discursos e invenções trabalhistas e os ressignificavam ou reinventavam de acordo com suas experiências, interesses e expectativas.³⁵⁵

Neste sentido, ambos os grupos dominantes na política baiana passaram a disputar o apoio da classe operária, o que favoreceu as pautas estabelecidas pelos grevistas em detrimento dos industriais que gozavam de pouca simpatia do governador.³⁵⁶ A eclosão da greve pelo movimento operário, no mesmo período dos intensos conflitos com os coronéis do sertão, ainda que o governador, por meio da imprensa, minimizasse essas disputas no interior, colocava, mais uma vez, o mandatário em uma situação delicada.

A participação direta nas negociações com os grevistas, na tentativa de aproximação com o grupo que servia como intermediário das suas pautas junto aos patrões, se por um lado projetou o nome de Moniz ao lado das classes trabalhadoras, que já se mostrara próxima a Seabra em outros momentos, por outro, intensificou um clima de tensão e conseqüentemente ruptura com a Associação Comercial da Bahia, que representava os interesses do patronato. Ao

³⁵⁵ SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. **Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. p. 22-23.

³⁵⁶ CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Salvador dos Operários: Uma história da Greve Geral de 1919 na Bahia** / Aldrin Armstrong Silva Castellucci – Salvador, 2001 – *Dissertação de Mestrado*. p. 79-82.

tomar partido pela classe trabalhadora, Moniz possibilitou que a oposição estabelecesse pontes com a elite comercial soteropolitana.

3 A ÚLTIMA CANDIDATURA DE RUI BARBOSA E O FORTALECIMENTO DA OPOSIÇÃO

Se na teoria a indicação de Antônio Moniz objetivava facilitar e garantir o retorno de Seabra após os quatro anos, na prática, o seu governo foi absolutamente desastroso para as pretensões seabristas. Decerto, as escolhas do governador minaram as bases construídas por Seabra ao longo dos dois últimos anos de seu mandato. Os caminhos trilhados pelo governador acabaram por alimentar o desgaste na relação entre Otávio Mangabeira e o PRD, que se mantinham instáveis desde a eleição, agravando-se ainda mais na organização das chapas para o pleito estadual de janeiro de 1919.

Antônio Moniz, visando reduzir a influência de Otávio e do presidente do Senado Estadual, o coronel Frederico Costa, representante dos interesses de Seabra na casa, excluiu da lista dos candidatos o nome do coronel Joaquim Climério Dantas Bião, que seria candidato à reeleição como Senador Estadual. Cabe ressaltar que Dantas Bião era um tradicional chefe político da cidade de Alagoinhas, sendo responsável por viabilizar parte significativa dos votos no primeiro distrito para Otávio. O arriscado movimento acabou por precipitar a ruptura de Otávio com o PRD pouco tempo depois.

O governo ainda presenciou o fortalecimento da oposição no Estado por ocasião da morte do presidente eleito Rodrigues Alves, em 17 de janeiro do mesmo ano. Mais uma vez, uma possível candidatura de Rui Barbosa, velho prócere da política baiana, foi cogitada para conduzir o país, mesmo à sua revelia, como ressaltava Mangabeira ao afirmar que a sua impressão era que “a verdade é que Ruy, àquela época não queria ser Presidente”.³⁵⁷ Ainda que mantivesse essa percepção, em missiva ao conselheiro, Mangabeira, além de assegurar para Rui a sua “indefectível lealdade”, seguidas sem reticências desde o início da sua vida pública, ressaltava a importância da sua candidatura no que entendia ser um elemento transformador para sobrepor as “sombras dos bastidores” e elevar o pleito para a “cena aberta da larga publicidade”.³⁵⁸

As condições para, enfim, o conselheiro alçar ao posto de presidente, aparentemente, se mostravam favoráveis em um primeiro momento, principalmente no processo de disputa entre São Paulo e Minas Gerais pela hegemonia de um nome. Além de exercer uma grande influência

³⁵⁷ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 252.

³⁵⁸ FCRB, telegrama 18 de janeiro 1919 – Série de correspondências CR 821 ao CR 890.

em diversas camadas da sociedade ao longo de toda sua trajetória, Rui estava com a sua popularidade em alta pelo fato de que “os discursos e conferências que pronunciou no Rio de Janeiro e na Faculdade de Direito de Buenos Aires, quando lançou o conceito de “neutralidade vigilante”, traduziam o sentimento da população brasileira em favor dos Aliados”. Todavia, apesar de compreender a importância da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, não escondia as suas críticas à “dependência estrutural do Brasil em relação aos países capitalistas avançados, especialmente os Estados Unidos”.³⁵⁹

O nome de Rui passou a ganhar maior proeminência dentro da própria incerteza em um nome que contemplasse os interesses tanto de Minas quanto de São Paulo. Todavia, além de sofrer uma intensa oposição pelo estado do Rio Grande do Sul, Rui também passou a ter resistências dentro de estados do nordeste. Desta forma, seu nome rapidamente começou a perder tração, inclusive, no estado de São Paulo, que até então não se opunha ao seu nome.³⁶⁰ Para além desses elementos, a condição de *persona non grata* para os anseios norte-americanos e a desconfiança dos setores produtivos e do exército brasileiro, mais uma vez, se estruturavam para impossibilitar a sua candidatura.

No processo de escolha de um nome que contemplasse os anseios das lideranças estaduais e não permitisse a formação de um bloco hegemônico entre São Paulo e Minas Gerais, os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul acabaram unindo-se a outros estados da federação e propuseram a criação de uma “concentração dos estados”, com o apoio do vice-presidente da República, Delfim Moreira, com o intuito de escolher um candidato a partir de uma Convenção Nacional no Senado “com representação igualitária dos estados e das oposições organizadas nos mesmo, quando existisse”.³⁶¹ A opção pela escolha da Convenção também agradou o Governo da Bahia. Em missiva enviada a Moniz Sodré, líder da bancada da baiana, o governador apressou-se em declarar que o estado da Bahia estava “firme propósito, sem outra, preocupação que não o interesse geral de colaborar na indicação feita, atendendo ao sentimento nacional”.³⁶²

Ao falar sobre a sucessão presidencial, em entrevista ao Correio da Manhã (RJ), Mangabeira ressaltava que “o nosso candidato, póde dizer, é o conselheiro Ruy Barbosa. Caso elle se apresente a disputar o pleito, suffragaremos o seu nome contra o de qualquer outro

³⁵⁹ SAMPAIO, Consuelo Novais. *IN: BARBOSA, Rui. Campanha da Bahia*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. XXVII, 312 p. (**Obras Completa de Rui Barbosa**. V. 46. T. 3. 1919). p. XIX – XX.

³⁶⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"** / Cláudia Viscardi. - Ebook - 2.ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 242-246.

³⁶¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"** / Cláudia Viscardi. - Ebook - 2.ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 243.

³⁶² Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1919. Ed. 7272. p. 01.

competidor. É essa a minha attitude e é essa a attitude do partido a que pertenço”.³⁶³ Com a implementação das conferências da Comissão dos Líderes no parlamento, presidida pelo senador Antônio Azeredo (MT) e secretariada pelos deputados Andrade Bezerra (PE) e Cunha Machado (MA), o acirramento dos ânimos em torno de uma candidatura de conciliação entre os estados se tornou ainda mais evidente, inviabilizando cada vez mais, a candidatura de Rui. No processo de definição da representação dos Estados, na Convenção Nacional para o estado da Bahia, foi fixado o quantitativo de 14 delegados, sendo 09 situacionistas, 02 severinistas, 01 perrecista, 01 do grupo de Mangabeira e 01 do grupo de Felinto Sampaio. A indicação de Seabra para que fosse considerada em conjunto a oposição baiana gerou protesto de Mangabeira, ao ressaltar que “existiam na Bahia diversas correntes políticas, colligadas no caso da successão presidencial”.³⁶⁴ Como é possível observar na distribuição das cadeiras para a bancada baiana, sendo que o situacionismo levou a grande maior, dificilmente a candidatura de Rui Barbosa ganharia o apoio no estado.

Sem a adesão do seu estado de origem e dos chefes situacionistas dos outros estados, com exceção do Rio de Janeiro e do Estado do Pará, o nome de Rui acabou sendo preterido pelo de Epitácio Pessoa, senador paraibano, na Convenção de 25 de fevereiro no Senado, como um nome de conciliação. Entre os 181 convencionados, o nome de Epitácio obteve 139 votos e o de Rui um total de 42 votos.



Imagem 17 – A Convenção - Reunião no Senado para escolha do candidato oficial para concorrer à presidência em 25 de fevereiro de 1919. **Fonte:** Revista Careta, Rio de Janeiro, 01 de março de 1919 – Ano XII, Número 558 – P. 07

³⁶³ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1919. Ed. 7267. p. 01.

³⁶⁴ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1919. Ed. 7293. p. 01.

Mais tarde, em suas análises, ao criticar a escolha do nome de Epitácio, Mangabeira ressaltava que “os adversários declarados ou encobertos da candidatura de Ruy resfolegaram. Na sua mediocridade estavam delirantes com a “inabilidade” do Ruy. Os “hábeis” eram eles, todos eles velhos plantadores de “couve” preocupados exclusivamente com o almoço do dia seguinte”. Neste sentido, a escolha de um nome de conciliação não passaria de um “verdadeiro desespero”, sendo Epitácio um “candidato do bambúrrio”. As críticas de Mangabeira também se estendiam aos próprios aliados, ao ressaltar que “o certo é que a totalidade dos que tinham votado em Rui na Convenção de 25 de fevereiro, não tinha a mínima vontade de continuar na campanha, absolutamente perdida. Sobretudo Nilo e Frontin, chefes de partido e amigos pessoais de Epitácio, de quem queriam aproximar-se”.³⁶⁵

Ao abraçar uma candidatura fadada a derrota, e colocar-se no campo da oposição frente ao governo federal, os custos poderiam custar muito, principalmente nas disputas interestaduais. Neste sentido, não há de se estranhar a tentativa de negociação de ambos os próceres políticos. A revista *Careta* (RJ), em defesa da candidatura de Rui Barbosa, atribuía que a hostilidade ao seu nome era resultado da “popularidade incontrastável de sua causa” e que abarcava “os elementos representativos de todas as classes sociais, desde as trabalhadoras classes proletárias às ricas gentes capitalistas”.³⁶⁶

Com o apoio das minorias oposicionistas de São Paulo, Minas Gerais e sobretudo da Bahia, o conselheiro lançou a sua candidatura à presidência mais como uma forma de resistência do que uma candidatura factível. Na Bahia, a intensificação da campanha foi organizada a partir da formação de um Comitê Central Pró-Ruy³⁶⁷, que buscou se articular com os setores sociais que mantinham oposição ao governo do estado, entre eles, membros do operariado, do comércio, da lavoura, da indústria e do funcionalismo público.³⁶⁸ Ao tentar cooptar forças, principalmente as que compunham os setores urbanos, a oposição buscava atenuar a hegemonia imposta pelo governo no interior.

A estratégia utilizada pela base da campanha para tentar contrapor a envergadura de uma candidatura nacional também era voltar-se para a questão social, tendo como foco os comitês acadêmicos e operários. A adesão de Otávio à campanha foi uma conquista importante da base oposicionista baiana, com a formação do *slogan*: Rui ou a revolução. Como resalta Sarmiento,

³⁶⁵ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. P. 253-254

³⁶⁶ Revista *Careta*, Rio de Janeiro, 01 de março de 1919. ANO XII, Ed. 558. p. 07.

³⁶⁷ Entre os membros que fizeram parte do Comitê Central Pró-Ruy, podemos destacar a presença de Miguel Calmon, do Comitê Nacional, Senador Luiz Vianna, Castro Cincurá, deputado Pedro Lago, deputado Pires de Carvalho, deputado João Mangabeira e Simões Filho.

³⁶⁸ A *Época*, Rio de Janeiro, 22 de março de 1919. Ed. 2440. p. 08.

a escolha do *slogan* era inteligente, pois “funcionava em dois sentidos opostos: galvanizava a multidão das ruas, empolgadas com a onda revolucionária, mas também amedrontava as classes conservadoras, sempre temerosas de subversões da ordem. Entre Rui e a revolução, elas certamente preferiam Rui”.³⁶⁹ Como podemos observar no panfleto divulgado pela campanha:



Imagem 18 – Panfleto - Campanha Civilista, 1919. **Fonte:** FCRB, cod. RBM 10/01

No curto período para a campanha, Rui focou seus esforços nos Estados do Rio de Janeiro, onde fez duas conferências, uma em São Paulo e Minas Gerais. Por fim, concluiu a campanha na Bahia com a última conferência em Salvador, onde também acompanhou os resultados da eleição. Para Mangabeira, que compôs o setor responsável pela parte de propaganda da campanha, embora Rui não tivesse pretensões pessoais em ser presidente, ao entrar no que seria sua última campanha presidencial, por conta da sua idade e condições de saúde, como sempre “*abandonaria os seus interesses materiais e despenderia as pequenas economias de que dispunha, empenhado numa campanha que, de um lado lhe daria glórias e, do outro, dívidas e desgostos*”.³⁷⁰

³⁶⁹ SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Sílvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. p. 114.

³⁷⁰ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 254.



Imagem 19 – Campanha Presidencial, 1919. Chegada do navio Acre no cais de Salvador. **Fonte:** FCRB, cod. RB-RBIC 539

Ainda que a candidatura estivesse no campo de disputa do espectro federal, a Bahia vivia uma disputa interna entre Rui e Seabra, que não tardou a ocupar o posto de principal articulador para inviabilizar uma vitória no estado do seu principal adversário, utilizando-se de todo o aparelho político e econômico ao qual dominava para angariar o controle das mesas em favor de Epitácio. A dificuldade em romper com esses mecanismos eleitorais sob a tutela do governo estadual incluiu as inúmeras estratégias fraudulentas, o controle das mesas e a constante presença dos “jagunços”, sendo evidenciado em uma série de telegramas de João Mangabeira para o Conselheiro. Neste sentido, Mangabeira desabafava afirmando que “não pode avaliar vocencia quanto sinto que a direção do pleito aqui e noutros municípios do Sul me prive do imenso prazer de assistir à glorificação sem precedente com que a Bahia demonstra estar como sempre e cada vez mais com o seu filho immortal”.³⁷¹

Posteriormente, ao ponderar sobre o resultado das eleições, Mangabeira destacava que, do ponto de vista democrático, essa campanha havia sido mais fulgurante do que a civilista, de maneira que aquela “dera-a Ruy apoio em três governos – São Paulo, Bahia e Rio. Esta, apenas em dois – Rio e Pará. A desproporção é formidável. Naquela dispõe de sete meses. Nesta de *um*. E, todavia, obteve 120.139 votos”.³⁷² De fato, a partir da campanha liderada por Rui, a oposição conseguiu se reunificar em torno de um movimento em comum e que reverberaria nos anos seguintes. Essa “regeneração” da oposição baiana com a formação da Coligação Baiana, já era enaltecida nas linhas da Revista O Malho, ao advertir que:

³⁷¹ FCRB, telegrama 10 de abril 1919 – Série de correspondências CR 821 a0 CR 890.

³⁷² MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 255.

O novo movimento político, que, na capital bahiana, congreja as energias mais illustres, os espíritos mais varonis, na mais decidida e consciente oposição ao situacionismo local é de uma oportunidade excepcional para os gloriosos destinos do infelizmente Estado nortista. Trata-se de proceder à regeneração da Bahia [...] A oposição surtiu, coesa, transfigurada pelo ideal da unificação política, para vencer a hydra do situacionismo absorvente e improvisado. Basta notificar que o oposicionismo está formado do que há de mais nobremente preclaro na cidade do Salvador, de nomes que se ligam a outros que, no passado ilustraram e nobilitaram aquela terra [...] Os nomes de Pedro Lago, Simões Filho, Lemos Brito, João Mangabeira, Aurélio Vianna, e outros não menos preclaros, como o de Homero Pires, são do elenco oposicionista ou melhormente, dos que se levantaram no propósito, louvável e humanitário, de salvar a Bahia da degradação moral, e da miséria financeira em que caíra até o esfultamento do professorado.³⁷³

A campanha de Rui, impulsionada pelos “jovens doutores da capital” e o “novo movimento político” como ressaltado pelo O Malho, movimentou a política baiana, ainda que não tivesse conseguido sobrepor a força da máquina governamental. Todavia, a vitória obtida na capital e algumas cidades do litoral, que até então eram de domínio incontestado das influências de Seabra, já demonstrava uma conquista importante para a oposição. A culpa pela derrota no centro político do estado pelos seabristas estava atrelada a uma possível simpatia nutrida pelo chefe de polícia, Álvaro Cova, a candidatura do conselheiro, levando-o a ser “ineficaz” na sua atuação, o que demonstrava, claramente, os “métodos empregados para a garantia da vitória nas eleições”.³⁷⁴ Desta maneira, a disputa se concentraria no Congresso Nacional na tentativa de reverter o resultado. Em telegrama direcionado a Mangabeira, Rui solicitava que:

Estando comunicando que vão começar amanhã os trabalhos de verificação de poderes na eleição presidencial, trabalhos que os membros do Congresso Nacional, favoráveis à minha candidatura tomaram a si o encargo de fiscalizar, peço-lhe que se entenda com o Senador Francisco Sá, com o dr. Cincinnato Braga e com os demais amigos que lhe parecer, a fim de organizarem e distribuírem, assim entre si mesmos, como entre os outros congressistas do nosso lado, a execução dessa tarefa, para a qual não serão muito longos os prazos. De outra sorte não se observará esse compromisso, em que estou certo entrarmos todos seriamente, e no desempenho do que a opinião pública está interessada. Darei as necessárias procurações aos senadores e deputados, cujos nomes me forem indicados pelos nossos amigos; e em tudo mais encontrarão eles pronto ao seu serviço.³⁷⁵

Embora os membros da oposição tivessem buscado apresentar na terceira comissão de inquérito uma série de atas e boletins fiscais na tentativa de comprovar as fraudes nos distritos eleitorais,³⁷⁶ o esforço engendrado serviria mais de retórica para o discurso de fraude nas

³⁷³ O Malho, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1919. Ano XVIII – Ed. 852.

³⁷⁴ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 95.

³⁷⁵ FCRB, telegrama 04 de junho 1919 – Série de correspondências CR 821 a0 CR 890.

³⁷⁶ O Imparcial, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1919. Ed. B01244. p. 03.

eleições do que efetivamente causaria uma mudança na estrutura montada em torno da vitória da candidatura de Epitácio, sendo esta construída a partir de uma conciliação entre os estados.

É possível perceber, nos momentos que antecederam os trabalhos de verificação, como João Mangabeira, a partir da sua relação de proximidade com Rui, já buscava construir novas estratégias de atuação da oposição e como essa se portaria perante o processo de reconhecimento. Segundo relatava mais tarde, ao receber a convocação do conselheiro, articulou para o dia seguinte uma reunião na casa de Rui para que fossem feitas as distribuições dos serviços no processo de apuração. A compreensão de que optar por um embate no processo de reconhecimento seria inútil, sobretudo, à causa que o conselheiro representava e que fora compartilhada em diálogo com Alfredo Rui, filho do conselheiro.

Entretanto, havia uma clara resistência de Rui em recuar neste processo, ainda que seu filho já o interpelara sobre tal situação. Antes da reunião com os correligionários para organizar as estratégias de defesa e a distribuição nas comissões, Mangabeira se antecipou a fim de dissuadir o velho prócere baiano sobre o desgaste que geraria ir de encontro ao reconhecimento de Epitácio Pessoa, sendo que tal batalha seria improfícua com a base de apoio já montada no Congresso. Para o conselheiro, Mangabeira argumentava que:

“Todavia”, disse-lhe eu, “bem ou mal, mesmo descontando as eleições nulas, o Epitácio está eleito. De modo que não se lhe pode contestar isso, como em 1910. Porque a lei eleitoral promulgada por Venceslau Braz extinguiu os grandes focos de fraude”. Ele concordou, mas replicou: “não se trata de contestar isso. mas de expor ao país os vícios ainda existentes e salientar o que se alcançou nas urnas livres”. E eu retorqui: “O conselheiro já viu que, do ponto de vista moral e da ação democrática, essa campanha é mais brilhante do que a civilista”³⁷⁷

O questionamento de Mangabeira serviu como um gancho para enaltecer todas as conquistas eleitorais que a campanha tinha atingido. Sem o apoio do governo de São Paulo, e contra a máquina eleitoral da Bahia, além de obter vitórias expressivas em muitas cidades paulistas, a campanha havia obtido vitórias em centros comandados por adeptos da candidatura de Epitácio, como da cidade mineira de Juiz de Fora, Corumbá no Mato Grosso e em Manaus, no Amazonas, entre outras. E, no sentido de enaltecer o impacto de que a campanha conquistara, podia comparar os seus feitos a importantes fatos históricos.

“Conselheiro, essa campanha de 1919 é a campanha da França, de Napoleão, em 1814. Não tem mais “o grande exército”. São os “Marias-luísas”, a que ele tem de ensinar a assestar e carregar os canhões. É a defecção de Marmont. É o cansaço de Ney, de Berthier, de Macdonald, de Mortier, de Victor. É a luta contra a brutalidade do número que o levou a Fontainebleau. Mas é a explosão mais esplêndida de gênio militar que toda a história humana conhece. É aquele chuva de batalhas fulgurantes, que ele ganha, embor termine na abdicação. Do ponto de vista pessoal, a campanha da França

³⁷⁷ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 263.

é a mais brilhante que a de Austerlitz, que a de Marengo. E esta o sr. mesmo assim a descrevera, numa pincelada (e repeti-lhe): - “Ao alvorear do século dezanove, Napoleão transpunha, como um raio, o Grande São Bernardo. Dava a batalha de Marengo e, subjugando a Itália, de um golpe, anunciava o *eclipse de um mundo no disco de um gênio*”.³⁷⁸

A escolha dos elementos presentes no seu argumento, intencionalmente, trazia à memória do conselheiro suas reflexões publicadas no texto intitulado *No Século XX*, de 01 de janeiro de 1901. Nele, Rui, a partir da análise dos eventos que mudaram as estruturas de poder no mundo, refletia sobre o próprio processo de formação do século que naquele momento se iniciara.³⁷⁹ O trecho final da citação acima, quase de maneira *ipsis litteris*, rendeu por parte do conselheiro um elogio, ressaltando a “boa memória” apresentada por Mangabeira. E, por fim, completava a sua fala ao destacar que, em reflexo do isolamento imposto pelos estados, esta campanha havia sido, assim como a campanha francesa, um marco importante para a história do país. Neste sentido, afirmava que “o sr. só tinha em roda de si o desânimo dos chefes políticos que o cercavam e os “Maria-lúisas” que o acompanhavam [...] A bem dizer, deu-a sozinho e obteve êxitos surpreendentes, como a vitória em Corumbá, Teresina, Caxias e Manaus”.³⁸⁰ Segundo Mangabeira, a investida havia obtido o resultado esperado e a noite, ao falar sobre o parecer, narrava que:

Eu não disse a ninguém o que se passara. E à noite, quando nos reunimos, e Francisco Sá [senador], rompendo o silêncio, declarou que todos estavam prontos e dispostos a acompanhar a apuração, Ruy o interrompeu dizendo: “Era minha opinião. Mas, hoje de manhã, o João Mangabeira fez-me uma exposição geral da eleição, que eu não havia ainda minuciosamente estudado, e mudei de parecer. Acho melhor publicar um manifesto. E, como ele conhece melhor o assunto do que eu, peço-lhe que o exponha aos amigos”. Repeti mais ou menos, o que dissera a Ruy pela manhã. Foi uma alegria geral. Todos pelo manifesto. E ao sairmos, Nilo, que sobre todos, gostara da resolução, que evitava atritos com Epitácio, abraçava-me, dizendo: “Mangabeira, você prestou hoje um grande serviço à República”. Sorri. Eu o prestara a ele.³⁸¹

Como acordado, logo após o reconhecimento de Epitácio como presidente eleito, Rui lançou em 17 de julho um Manifesto à Nação Brasileira. Nele, além dos agradecimentos pelo apoio, apresentava todas as críticas ao sistema eleitoral e os motivos que levaram à formação da sua candidatura como uma forma de resistência, pautadas sempre nos princípios democráticos. O manifesto objetivava também manifestar sua opinião sobre o novo governo que se apresentava. Buscando deixar a porta aberta para uma possível negociação, importante movimento para as eleições estaduais que se aproximava, afirmava-se que “a nossa propaganda

³⁷⁸ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 264.

³⁷⁹ Obras Completas de Rui Barbosa, "A Imprensa", vol. XXVIII, tomo III, 1901, p. 3-8.

³⁸⁰ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 264.

³⁸¹ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 265.

não correrá, pessoalmente, contra a candidatura do senador Epiácio Pessoa, cujo merecimento individual nunca ofereceu matéria de negação ou controvérsia entre nós”. Desta maneira, tinha como objetivo se opor somente contra os autores do conluio que “substituiu à opinião nacional e à livre expressão das correntes políticas de nossa terra um grupo de açambarcadores eleitorais, cujo systema consiste em atravessar candidaturas, para converter os candidatos adoptados em creaturas suas e os presidentes eleitos em seus prisioneiros”.³⁸²

Embora a candidatura de Rui não tivesse conseguido vencer o pleito, é importante observarmos que ela trouxe uma série de elementos que acabaram por fortalecer as hostes oposicionistas na Bahia. O convite emitido por Epiácio para que Rui fosse o representante brasileiro na Liga das Nações, embora não tenha sido aceito, já mostrara que não encontraria no governo federal um forte opositor dos interesses do conselheiro no seu estado natal. Neste sentido, as eleições de abril acabaram por ascender de vez a oposição, que passou a construir as pontes para tentar dificultar o retorno de Seabra para o executivo estadual nas eleições para governador ao final deste mesmo ano.

3.1 A luta para a sucessão governamental na Bahia.

Com o término da campanha eleitoral para a Presidência da República e o reconhecimento de Epiácio Pessoa como presidente eleito, as facções políticas na Bahia passaram a se movimentar em torno das eleições para o governo do estado em 29 de dezembro de 1919. O clima de instabilidade política que a Bahia vivenciava por conta dos conflitos no sertão, a crise econômica por consequência da guerra, crises sanitárias devido a infestação da varíola e da febre-amarela e as greves operárias que ganhavam força, deu novos tons para eleição daquele ano. Se outrora as eleições estaduais pendiam para o lado da máquina governamental, essa contaria com a força de uma oposição mais articulada e menos exposta às influências federais. Desta maneira, cada grupo passou a utilizar de estratégias lícitas ou não, que possibilitassem sair vitoriosos.

Do lado de Seabra, principal nome para o comando do estado, a batalha se iniciou no centro do próprio partido. No intuito de hegemonizar-se dentro do PRD, o governador Antônio Moniz, ao longo do seu mandato, buscou nomear para os principais postos de comando seus mais próximos aliados. Com isso, figuras ligadas a Seabra, como o caso de Otávio Mangabeira, foram forçadas a sair ou postas em colocações menos influentes. Na busca de tentar reorganizar a legenda criada em seu governo e estabelecer as condições necessárias para fortalecer sua

³⁸² O Imparcial, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1919. Ed. B1280. p. 01-05.

candidatura, Seabra não tardou a utilizar todo o seu capital político e entrar em embate direto com Moniz, o que levou a uma “árdua luta pelo comando das posições-chave do partido”. Como descreve Pang, além do governador ter sido substituído na vice-presidência do partido por um nome seabrista, no início de novembro “os coronéis seabristas começaram a dominar os diretórios do partido nos principais municípios, afastando os adeptos de Moniz e restabelecendo o equilíbrio de poder em favor de Seabra”.³⁸³

Por outro lado, as correntes oposicionistas, ainda fortalecidas pela campanha presidencial de Rui, buscavam manter-se unificadas em torno de uma candidatura única. O convite emitido a Rui pelo presidente para que ele fosse o representante do Brasil na Liga das Nações em 06 de setembro de 1919, dava indícios de que, além de buscar uma aproximação com o conselheiro, manteria uma política de distanciamento das questões políticas estaduais, como ressaltado. Ao declinar o convite, Rui optara por dedicar seus esforços a candidatura para governador, mesmo não sendo o candidato oficial.

Em conferência política organizada na casa de Rui, que passou a liderar o grupo, contou com a presença dos irmãos Mangabeira, do senador Luiz Vianna, deputado Pedro Lago, dentre outros deputados aliados, estabelecendo a articulação para a formação de uma Convenção que definiria um nome, além de “um cidadão cuja autoridade esteja à altura de tão espinhoso mandato”, e conseguisse conciliar os interesses das diversas facções da oposição.³⁸⁴ Em Manifesto da representação baiana no Congresso Nacional publicada em 30 de setembro, e assinada por Rui, Mangabeira e os membros da base, convocou o povo para participar do que seria a convenção eleitoral no mês de novembro. Era enfatizado para os baianos que:

Pela sua natureza, a convenção, que vos propomos, não sendo uma assembléa de partido, mas a representação geral da opinião bahiana, segundo as suas circumscripções territoriais e a valia relativo dos seus diferentes ramos de actividade, aspirações e reivindicações, há de se compor, essencialmente de mandatários locais das várias municipalidades, alheios da esphera official e nomeados, já pelo concurso de interessados, em comícios livremente reunidos já mediante a consenso, expresso ou tácito, desses, em cada localidade pelas suas influências reconhecidas. [...] o character representativo de tal assembléa muito mais ainda ganhará em realidade e os beneficios desta iniciativa, levados por cada um dos membros da convenção, no seu regresso, ao seio dos seus conterrâneos, derramarão por todo o Estado as vantagens da lição que cada uma houver directamente bebido nessa escola de civismo summaria, mas grandiosa, pela sua solenidade e indelével na sua impressão. Bem vedes que, procedendo assim, a opposição bahiana abstrae de si mesma para entregar à população bahiana, a decisão desta causa.³⁸⁵

³⁸³ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 142.

³⁸⁴ *Á Época*, Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1919. Ed. 02574. p. 01.

³⁸⁵ *Correio de Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1919. Ed. 07539. p. 03.

Pedia-se que, cada município pudesse indicar “dois homens bons do vosso seio, bemquistos, independentes e autorizados”. O manifesto também visava a indicação de uma representação por parte dos setores como “a lavoura, a criação, as fabricas o operariado, os centros de ensino superior”. Buscava-se, assim, construir a ideia de uma candidatura que tivesse em suas bases um apoio popular e “democrático”. A propaganda em torno da convenção, buscava demonstrar uma contramão do processo de escolha da candidatura de Seabra, que já era tido como concretizada em todos os círculos políticos sem a participação popular. Com a chegada de Rui a Salvador para coordenar a campanha, deu-se início a mais disputada eleição desde a Proclamação da República no Estado. Sobre os momentos, antes da partida de Rui para a Bahia, Mangabeira narra que:

Uma tarde, quase às vésperas do embarque, quando comigo, em sua biblioteca, conversava sobre o assunto, Dona Maria Augusta, para demovê-lo, num esforço último, objetou: “Se tu fores, eu desta vez não irei”. E ele: “Tu és cruel. Vês uma deliberação já tomada e ainda insistes!” E ela, incontinenti: “Bem sabes que estou brincando. Eu nunca te faltei”. A 5 de novembro fez Ruy, *setenta anos*. E a 14 embarcava para a Bahia: eu o vi, com os olhos em lágrimas, da amurada do navio, acenando com o lenço aos filhos que ficavam.³⁸⁶

Nesse clima de enfrentamento e também de despedida, Rui partiu para a Bahia para fazer o que seria a sua última e mais estrondosa campanha eleitoral. A Convenção de 20 de novembro no *Polytheama Bahiano*, presidida pelo conselheiro, embora buscasse construir a ideia de uma candidatura alicerçada a partir dos anseios da população baiana, atendendo às demandas colhidas a partir da participação popular, viu na escolha do Juiz Federal Paulo Martins Fontes, nome que outrora havia sido cogitado por Otávio Mangabeira para competir no último pleito ao governo do estado em 1916, mas sem o apoio de Rui ou Seabra, ganhar espaço, tendo a anuência também da comunidade comercial e financeira de Salvador.³⁸⁷

Além de ratificar o nome do Juiz como alternativa para combater o seabrismo, buscou-se também se aproximar do governo federal. Logo após a Convenção, o presidente foi comunicado que havia sido feito uma “moção de confiança no programma de seu governo”.³⁸⁸ Tanto a oposição, quanto a situação, por conta de todo o histórico de violência eleitoral inerente ao período, tinham consciência que a eleição seria resolvida no legislativo e que era necessário estabelecer o apoio do governo federal, que penderia a balança para um dos lados. Para Novais,

³⁸⁶ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 303.

³⁸⁷ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 142.

³⁸⁸ A Hora, Salvador, 22 de novembro de 1919. Ed. 235. p. 02.

embora o nome da oposição escolhido tivesse sido o de Paulo Fontes, a real campanha era um embate direto entre os dois próceres mais influentes da política baiana.³⁸⁹

Nessa perspectiva, apostou-se na peregrinação do conselheiro pelo interior do estado, priorizando a região do Recôncavo e do Sertão, e das várias conferências com o intuito de reunir os grupos insatisfeitos com as interferências feitas ainda pelo governo de Antônio Moniz. Também foi definindo como um dos principais objetivos, a conquista da adesão dos coronéis do sertão rompidos com o governo. Isso poderia possibilitar a utilização da força militar que as lideranças da região tinham sob a sua tutela e que faziam frente a polícia estadual, tendo em uma eventual disputa no legislativo capacidade de intimidar o Governo do Estado.

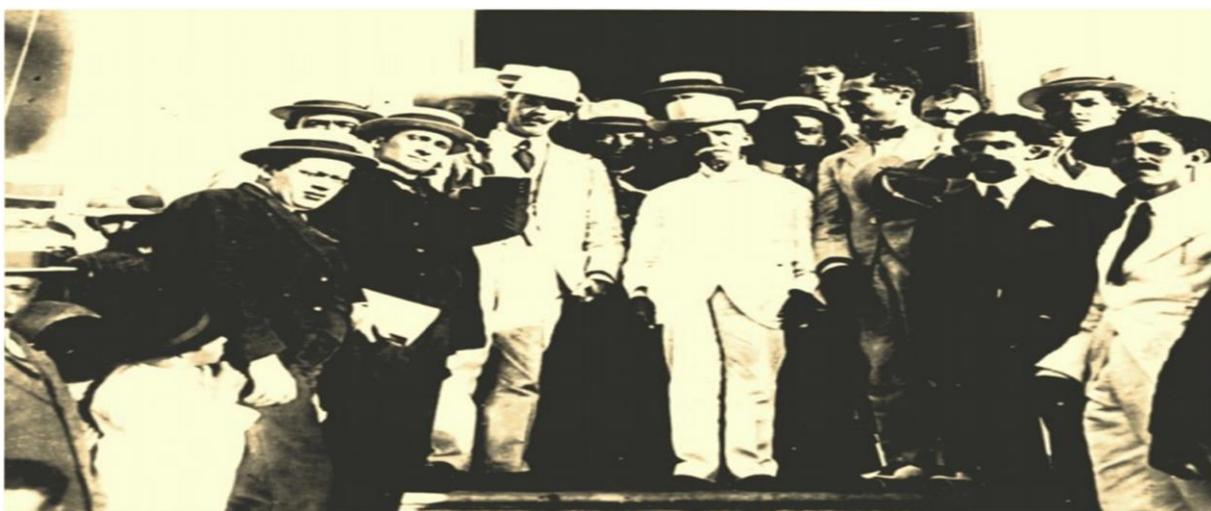


Imagem 20 – Rui Barbosa durante a campanha pelo interior do Estado. **Fonte:** Arquivo FCRB

Em contrapartida, da candidatura de Fontes, o grupo de Seabra, oficialmente indicado como representante do PRD, logo após a escolha de Fontes, em conferência organizada no salão nobre do jornal O Democrata, buscou reconstruir na sua base os laços enfraquecidos após as interferências do governo e contornar a crise que o estado vivenciava. Neste contexto de disputa, como apresenta Novais:

À medida que se processa a apuração eleitoral, a oposição proclamava a vitória do seu candidato, enquanto o governo festeja a de Seabra. A 14 de janeiro, os “resultados reais da eleição”, anunciados pela oposição, conferem a Paulo Fontes 25.874 votos, contra 12.240 dados a Seabra. No mesmo dia, o governo anuncia a retumbante vitória de Seabra, com 45.587 votos, contra 10.374 imputados ao candidato opositorista.³⁹⁰

Como esperado, as eleições do dia 29 de dezembro ocorreram sobre o clima de violência em quase todo o estado e ambos os grupos passaram a disputar a narrativa de

³⁸⁹ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 102.

³⁹⁰ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 116.

vitoriosos. Para a oposição, manter o clima de instabilidade, principalmente na relação com os coronéis do sertão, compôs uma estratégia para impossibilitar uma reestruturação de Moniz junto a Seabra. No final do mês de janeiro de 1920, o vazamento de um telegrama à imprensa demonstrava como a oposição buscava estender as relações conflituosas com os coronéis do sertão. A mensagem direcionada ao Capitão Coelho, que havia sido enviado pelo governo estadual para ser o responsável pela expedição militar à cidade de Juazeiro no intuito de combater os coronéis revoltosos do sertão, ganhou projeção ao ser atribuído a João Mangabeira.

No teor da correspondência indicava-se ao capitão, que “como anteriormente havia ficado combinado”, este tomaria as Mesas de Renda Estadual e a Intendência da cidade de Juazeiro, ponto estratégico para estabelecer uma resistência, sendo assim possível custear um movimento de insurreição militar na região em favor dos revoltosos. Em caso da possibilidade de surgir problemas na arrecadação dos valores necessários para a manutenção da tropa para arremeter a reação, Mangabeira sugeria na missiva que:

[...] nesse movimento sei que você precisa de dinheiro para sustentar a tropa e a aumentar a reação. Assim feito o movimento, você poderá sacar de uma vez ou parceladamente até a quantia de 30:000\$ para as primeiras despesas, sendo esse dinheiro entregue ali por uma casa comercial. Basta que me telegrape ou a Octávio dizendo tantas caixas, que vale dizer tantos contos. Feito o movimento, organiza-se um código telegraphico, que lhe enviarei.³⁹¹

Pedia-se também que, caso o Capitão Coelho encontrasse dificuldade em “contar com a força para o rompimento necessário”, evitasse entrar em combate com as forças lideradas pelo coronel Anfilóbio de Castelo Branco, chefe político local da cidade de Remanso, no Vale Médio do São Francisco. O coronel era uma importante liderança do sertão contra o governo estadual e marchava para conquistar a cidade de Juazeiro no intuito de depor o intendente pertencente ao PRD e derrotar a polícia estadual no município.

O teor da mensagem incentivando a sublevação das forças policiais do estado passou a ser utilizada pelo situacionismo na associação da oposição com as revoltas e toda a violência que o estado vivenciava, o que propiciava um impedimento do estabelecimento de um apaziguamento em torno dos conflitos envolvendo os coronéis do sertão e com a finalidade de enfraquecer o governo Antônio Moniz. Em contrapartida, o discurso adotado na imprensa pela oposição, direcionava o teor do telegrama no sentido de uma tentativa de apaziguamento aos conflitos estabelecidos no sertão baiano. Em manifesto publicado no jornal A Tarde (BA), Mangabeira ressaltava que o financiamento promovido por ele e Otávio e mais tarde referendado por elementos políticos da oposição baiana se constituía como parte de um

³⁹¹ O Paiz, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1920. Ed. 12.889. p. 03.

movimento para estabelecer o arrefecimento dos conflitos. Ao questionar as críticas recebidas pelas informações no telegrama, advertia que:

Ora, esta carta eu mantenho na integra, não retirando nem ao menos o ponto de um i. Della muito me honro. Escrevi-a do meu punho, quando poderia dactylographar ou mandar outra pessoa escrever e assignar por mim, para que, em qualquer tempo, pudesse me esquivar da responsabilidade de sua autoria. O que nella se lê por escripto, verbalmente, tenho aconselhado a todos os officiais, inferiores e praças de policia com que tenho relações. Semelhantes a esta, poderá a policia encontrar outras [...] É meu dever aconselhar aos meus concidadãos, civis ou fardados, que se não transformem em instrumentos criminosos de situações violentas. Deste dever não deserto nem desertarei nunca.³⁹²

Sobre a ocupação da Mesa de Renda Estadual e a Intendência, afirmava que tal atitude justificava-se “primeiro, para que o governo não dispuzesse mais das quantias arrecadadas para armar os cangaceiros e perseguir a opposição; segundo, para que se empregassem na sustentação das forças reunidas em Joazeiro”. Assim, caso os recursos não fossem o suficiente, se propunha a financiar o movimento para que “o commandante da força sem dinheiro para manter os seus soldados não se visse obrigado, para evitar maiores males, a fazer requisições arbitrarias aos governistas indefesos”.

Estender o clima de tensão, inclusive financiando os grupos rebelados, como foi o caso dos irmãos Mangabeira, evidenciado no telegrama ao capitão Coelho, também compôs uma estratégia utilizada para o prolongamento desses conflitos. Ao forçar uma interferência do governo federal, estabelecendo uma intervenção no estado, acreditava-se que possibilitaria desestruturar uma possível ingerência de Seabra no processo de reconhecimento do pleito do dia 29 de dezembro no parlamento. Para isso, vislumbra-se que contar com o apoio da presidência da república poderia ser uma condição crucial para garantir uma possível vitória.

O agravamento da crise com os coronéis do sertão ganhou maior projeção logo após a eleição, ameaçando inclusive invadir a cidade de Salvador sob a liderança dos coronéis Horácio de Matos, Castelo Branco e Marcionilo. Sem uma força policial que fizesse frente as milícias administradas pelos coronéis, Antônio Moniz não tardou a pedir auxílio ao governo federal. Neste momento, ambos os lados, com objetivos distintos, passaram a solicitar a intervenção no estado, encontrando em um primeiro momento a negativa de Epiácio Pessoa, que se mantinha à parte dos conflitos internos do estado. Sob a pressão de Rui e Seabra, o presidente ainda tentou uma saída negociada, sugerindo a desistência de Seabra em manter-se candidato ao governo do estado e a formação de novas eleições para que houvesse um apaziguamento.³⁹³

³⁹² O Imparcial, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1920. Ed. 1378. p. 02.

³⁹³ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 148.

Com a negativa de Seabra, justificada pela sua oposição à candidatura de Rui na Bahia nas eleições presidenciais, levando o estado da Bahia a fazer parte da coligação de apoio a Epiácio, e principalmente, sob a pressão exercida pelas oligarquias do estado de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que temiam na vitória da oposição baiana algum reflexo nas relações de poder estabelecidas em seus estados, o presidente acabou cedendo e estabeleceu no dia 23 de fevereiro de 1920, sob a tutela do interventor general Cardoso de Aguiar, a intervenção federal na Bahia.³⁹⁴ Em suas memórias, Mangabeira relembra uma tentativa de Otávio convencer Epiácio sobre a viabilidade da vitória da oposição do Estado, na capital e em parte significativa do interior, que reage com descrença dos relatos do baiano e narrava que:

“Dr. Mangabeira, eu não creio na vitória da oposição. Muito menos no interior. Não gosto, como sabe, do Seabra. Desejo, mesmo, que os senhores vençam. Mas a lealdade política me obriga a dar ao Seabra todas as nomeações para os cargos federais, como venho fazendo. De uma coisa, porém, pode o sr. ficar certo: não mandarei para a Bahia um soldado”. Cumpriu a palavra. Porque, quando mandou, não foi um: foram *seis mil*.³⁹⁵

A intervenção federal, além de levar ao estado um contingente de *seis mil* homens, como relembra Mangabeira, estabeleceu na Bahia uma mudança importante dentro na política interna do Estado, frustrando ainda mais a oposição que via na intervenção uma tábua de salvação contra as forças seabristas. Priorizando arrefecer os conflitos e criar um apaziguamento com coronéis do sertão, foram assinados três tratados sem a influência do governador e que davam uma grande autonomia aos coronéis revoltosos e, principalmente, o estabelecimento de um canal direto ao próprio executivo federal, minando os laços de dependência que outrora se mantinha ao governo estadual. Outra consequência da intervenção foi o reconhecimento de Seabra como o governador eleito. Assim como no ano de 1912, Seabra, mais uma vez, alçava ao poder em um momento de crise no Estado. Todavia, diferentemente do seu primeiro mandato, além da instabilidade econômica, o cenário político se constituía muito mais hostil e com menos margem para restabelecer os mandos de outrora.

4 A DÉCADA DE 20 E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS

Como observa Ferreira, a década de 1920 compôs um período de grandes transformações dentro da sociedade brasileira que acabaram colocando em questão “os padrões culturais e políticos da Primeira República”. Além de uma crise intra-oligárquica, o crescente movimento em torno de novas demandas estabelecidas pela expansão de setores urbanos e a

³⁹⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. *IV: BARBOSA, Rui. Campanha da Bahia*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. XXVII, 312 p. (Obras Completa de Rui Barbosa. V. 46. T. 3. 1919). p. XXVI.

³⁹⁵ MANGABEIRA, João. *Ruy, O Estadista da República*. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 316.

insatisfação dos núcleos militares, alavancaram “novas formas de pensamento e elaboração cultural”.³⁹⁶ Para Mangabeira, se a virada da década trouxe duas grandes derrotas, como observamos, os anos subsequentes significaram uma importante mudança na conjuntura que instrumentaram a sua atuação política e o proporcionaram a se estabelecer como uma das maiores lideranças políticas do estado, incluindo a construção de laços de proximidade com grandes adversários políticos de outrora.

Nas eleições federais de 20 de fevereiro de 1921, para a Câmara dos Deputados, mais uma vez foi colocado em xeque a continuidade do mandato de Mangabeira como deputado federal. Após a intervenção federal e, conseqüentemente, o arrefecimento dos conflitos com os coronéis do sertão, principal aposta para fazer uma frente militar a Seabra, o grupo liderado por Rui Barbosa na última campanha se fragmentou, voltando ao *status* de lideranças independentes. O falecimento do ex-governador e Senador Luiz Vianna, em 06 de julho de 1920, contribuiu ainda mais para o esfacelamento do grupo.³⁹⁷ Vianna, assim como José Marcellino e Severino Vieira, foi um importante representante da velha ala política do estado, mantendo-se como grande liderança até sua morte. Em discurso na Câmara dos Deputados, Mangabeira rendia suas homenagens ao velho prócere da política baiana, ressaltando, entre outras qualidades, a “personalidade vigorosa” do conterrâneo. Assim, descrevia-o com uma:

Inteligência lúcida, de uma clareza pouco comum e de rara sagacidade, não eram, todavia, estas as qualidades que hão de construir a craveira por onde se lhe possa media a estatura moral. As virtudes primaciais daquele espírito, o padrão por onde se lhe há de aferir o valor moral, os traços significativos daquele caráter, os que o desenhavam precisavam e definiam, aos nossos olhos, com a resistência e vividez das arestas, eram as qualidades do homem de ação, de chefia e de comando: a resolução, a lealdade, a energia, a coragem fria, estoica e inquebrantável diante do dever e do perigo.³⁹⁸

Se por um lado a oposição buscava se reencontrar dentro desse novo cenário adverso, em contrapartida, almejando restabelecer as rédeas da política estadual, Seabra objetivava reconstruir os mecanismos para o fortalecimento das influências outrora obtida junto as oligarquias estaduais. A reforma administrativa na lei 1.387, de 24 de maio de 1920, que anulava o processo de nomeação dos intendentes, estabelecida na Lei 1.102, de 11 de agosto de 1915, restaurou o sistema constitucional que assegurava aos municípios o direito de constituírem seus

³⁹⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6, n. II, 1993, p. 9-23.

³⁹⁷ Ao longo da sua trajetória, Luiz Vianna ocupou postos chaves nos Três Poderes do Estado. Entre eles, destacasse: Presidência do Tribunal Superior de Justiça; Presidente do Congresso Constituinte; Presidente do Senado; Governador da Bahia; Senador Federal.

³⁹⁸ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa**. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. V1 – p. 231-232.

governos, desta maneira, definiu-se que os intendentes voltariam a ser eleitos por um período de dois anos, tendo a possibilidade de recondução ao cargo pelo mesmo período, mantendo, em contrapartida, no Senado Estadual, a última instância para as contestações eleitorais, o que, a grosso modo, possibilitaria a interferência do governo do estado pelo nome que tivesse maior proximidade ao seabrismo.³⁹⁹

Outra frente de batalha estabelecida por Seabra estava na eleição de uma bancada forte no legislativo e que representasse seus interesses ao nível federal. Embora tenha sido reconhecido governador através da influência do governo federal, a relação entre Seabra e Epitácio Pessoa mantinha-se protocolar. A eleição de Antônio Moniz para o Senado Federal, na vaga deixada após o falecimento do senador Luiz Vianna, além de mais uma vitória de Seabra contra a oposição que havia apostado na candidatura de Aurélio Vianna, também afastava a sombra do ex-governador dentro do próprio PRD.

Se no governo estadual Mangabeira mantinha-se dentro do campo oposicionista desde a queda de Araújo Pinho, tanto na cidade de Ilhéus, quanto na de Itabuna, seus principais redutos eleitorais, a realidade não apresentava mudanças significativas, agravando ainda mais a possibilidade de uma reeleição. Em Ilhéus, a influência do cel. Antônio Pessoa conservava-se de forma inalterada. Dominando as principais estruturas da máquina pública na cidade, mais uma vez, fez-se valer a sua influência nas eleições para intendente em agosto de 1920, elegendo o Coronel Eustáquio de Souza Bastos, representante do PRD e do nome de Seabra na região, em detrimento da candidatura de Arthur Lavigne, indicado pelo grupo de Mangabeira na cidade.⁴⁰⁰ Todavia, como ressalta Carvalho, é importante observarmos que Ilhéus, principalmente a partir de 1918, construiu-se um crescente movimento de associativismo operário, que estabelecia novas dinâmicas nas disputas eleitorais. Ainda para o autor:

Diferente de Itabuna, as sociedades eram criadas por extratos diversificados da classe trabalhadora: estivadores, caixeiros, artistas e operários. Essa pluralidade aumentava a dinâmica das relações com as autoridades políticas. Cada associação passou a estabelecer conexões com lideranças partidárias específicas, transformando-as em bases sociais de apoio. Valendo-se das contingências primárias dos grêmios, chefes políticos se apresentavam como interlocutores das causas operárias nas esferas do poder institucional.⁴⁰¹

³⁹⁹ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 110.

⁴⁰⁰ FALCÓN, G. A. O. **Os Coronéis do Cacau - Raízes do Mandonismo Político em Ilhéus**, Dissertação de Mestrado, Ano de Obtenção: 1983. p. 101.

⁴⁰¹ CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. **Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)**./ Philipe Murillo Santana de Carvalho. – Salvador, 2015. p. 130.

No caso de Itabuna, a batalha pela hegemonia política se concentrava em torno da liderança de Gileno Amado, à época, deputado estadual e principal nome situacionista, disputando a influência nos diversos grupos classistas da cidade com Mangabeira. Valendo-se dessa pluralidade, Mangabeira mantinha o apoio, como destacava o jornal *A Época* (BA), por parte da “Associação Commercial e da Sociedade Montepio dos Artistas e dos poucos políticos da facção Henrique Alvez”.⁴⁰² Assim, embora mantivesse grande parte da sua atuação política na capital federal, é possível observar que Mangabeira continuava exercendo uma influência direta nas suas bases, principalmente no que tangia as relações com as classes trabalhadoras e comercial de Ilhéus e Itabuna, que se apresentavam de forma dinâmica. As suas sucessivas reeleições é um reflexo direto do estabelecimento dessas relações de proximidade com os grupos classistas.

Cabe ressaltar, como observado ao longo das discussões apresentadas no capítulo anterior, que, além do estabelecimento de uma base consolidada nos seus redutos eleitorais, o que definia a manutenção ou não da diplomação após a votação, estava a cargo das relações constituídas nas disputas em torno do reconhecimento no parlamento.⁴⁰³ No entanto, as eleições federais de 20 de fevereiro de 1921, se apresentaram para Mangabeira de uma forma diferente. Na primeira eleição para deputado federal após a chegada de Seabra ao governo do estado em 1912, Mangabeira viu seu nome sofrer o processo de “degola” no relatório final das comissões de verificação, tendo o Capitão-tenente Alfredo Rui Barbosa, como único nome eleito da oposição, representando o 2º distrito eleitoral. Quase uma década depois o cenário se tornara o inverso e apresentando elementos peculiares nas negociações em torno do espectro eleitoral.

As circunstâncias em que se deram as eleições de fevereiro de 1921, foi considerado por Mangabeira “um assombro” para as pretensões da oposição. Tanto no primeiro, quanto no terceiro distrito, a oposição só conseguira eleger um deputado cada. Para o segundo distrito ao qual pertencia, fora destinada, além da sua candidatura, o nome de Alfredo Rui como membro da oposição e a candidatura de José de Araújo Wanderley de Pinho, como candidato oposicionista avulso. No entanto, Mangabeira ressaltava que, embora tivesse sido escalado como candidato da oposição, via-se como um candidato avulso, e com o seu assentimento “todo o diretório oposicionista, inclusive Otávio Mangabeira, telegrafou aos chefes locais fazendo

⁴⁰² À *Época*, Itabuna, 26 de fevereiro de 1921. Ed. 15. p. 01.

⁴⁰³ Ver: RICCI, Paolo.; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da justiça Eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, PR. v.21, n.45. p.91-105. Mar. 2013. / MAGALHÃES, Carmem Côrtes. *O Mecanismo das “Comissões Verificadoras” de Poderes: Estabilidade e dominação política, 1884-1930*. 1986. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 1986.

questão fechada em torno de Alfredo Ruy”. E completava que, “ainda à véspera do pleito, eu próprio telegrafava, de Ilhéus aos meus amigos de Cachoeira, para darem dois terços da votação a Alfredo Ruy, como este me pedia, quando fora combinado que, ali, os votos seriam meio a meio”.⁴⁰⁴

Ao seu olhar, após a eleição, verificou-se que a estratégia adotada pela oposição não conseguiu lograr o esperado, a eleição de pelo menos dois membros no segundo distrito. Mangabeira refletia que “a soma total dos votos, demonstrou que poderíamos ter eleito dois deputados se não houvéssimos concorrido às urnas com três nomes”. Analisando os dados referente a votação por candidato das 43 cidades que compunham o segundo distrito eleitoral, estabelecendo, desta forma, o comparativo entre o quantitativo de cidades vencidas entre os candidatos oficiais da oposição, vê-se a liderança de Mangabeira em 24 cidades a frente de Alfredo Rui que venceu em 14 cidades.

Na cidade de Cachoeira, região do Recôncavo Baiano, que recebera a instrução de Mangabeira para darem “dois terços da votação” a Alfredo Rui, a diferença entre ambos ficou de apenas 404 votos, sendo que Alfredo Rui tivera 1.054 votos, ocupando o posto de segundo mais votado e Mangabeira ficando em terceiro com o total de 650 votos. Na cidade de Ilhéus, Mangabeira comandou a votação com folga, tendo 2.333 votos e em Itabuna liderando com 1.531 votos. Em segundo lugar, em ambas as cidades se destacou a candidatura de Lauro Villas Boas, candidato oficial de Seabra, com 1.980 votos em Ilhéus e 893 votos em Itabuna. Para Alfredo Rui não foi contabilizado nenhum voto em ambos os municípios.⁴⁰⁵

A liderança de Mangabeira, em detrimento de Alfredo Rui, rapidamente passou a ser utilizada como uma forma de “traição” a Rui Barbosa. Em artigo publicado pelo editorial do jornal Imparcial (BA), buscava-se, “desfazer intrigas” que o governo procurava estabelecer entre Rui Barbosa e a oposição, a propósito da eleição de Alfredo Rui. Desta maneira, tentava mostrar que “os chefes oposicionistas não pouparam sacrifícios em favor do Sr. Alfredo Ruy, assim como da do Sr. Leão Velloso”, alegava-se assim que só não foi possível a sua eleição por conta de o governo ter recorrido “a todos os processos de compressão, violência e fraude para evitar tivessem elles votações”.

Segundo o jornal, a estratégia do governo também era estabelecer uma ruptura entre Mangabeira e Rui em torno da sua possível eleição, o que era questionado pela “diferença insignificante” dos votos entre em comparação com Ubaldino Assis, que ocupava a última posição e tinha saído como candidato avulso, mas que gozava de boas relações com o governo.

⁴⁰⁴ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 325.

⁴⁰⁵ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 03 de abril de 1921. Ed. 91. p. 05.

Por fim, acreditava-se na possibilidade de uma virada de Ubaldino, o que deixaria Mangabeira derrotado, revelando que esse era e continuava “ser seu plano”.⁴⁰⁶ Posteriormente, Mangabeira relatava que:

Ante essa intrigalhada sentia-me constrangido, embora tivesse em minhas mãos os *documentos* da minha absoluta lealdade, e os resultados do pleito, em que eu roçava a derrota, não fizemos senão abonar a lisura do meu procedimento. Mas temia que o coração magoado do pai, se ressentisse pelo desastre do filho. Nesta situação embarquei na Bahia, donde, quando cheguei do interior, já Alfredo Ruy havia partido. Deveria, dentro de dois ou três dias, cumprir meu dever de fazer uma visita a Ruy, e não podia adivinhar como estaria o seu espírito, recebendo-me a mim eleito, com seu filho derrotado.⁴⁰⁷

O temor de uma ruptura por parte do Conselheiro por ter suplantado a candidatura do seu filho não se concretizou. Segundo relatava o deputado baiano, Joaquim Pereira Teixeira, ao descrever para Rui os caminhos que a eleição havia tomado, destacando que Mangabeira fora o único eleito pelo segundo distrito, contava que ouvira do conselheiro a sua felicidade que o nome de Mangabeira havia sido salvo, desta maneira, “Preferia a eleição dele a de Ruyzinho. Porque na Câmara ele é mais útil”. Anos antes, nas eleições de 1912, quando Mangabeira não fora reconhecido pela Comissão Verificadora, o conselheiro enviou-lhe uma missiva se solidarizando pelo revés político que havia sofrido, demonstrando o seu apreço pela atuação de Mangabeira no parlamento. Nela, o conselheiro evidenciava que “Admissão meu filho com eliminação sua e mais representantes da Bahia nenhum prazer me deu. Não me consolo com sua falta na Câmara”.⁴⁰⁸

4.1 A improvável aliança na região cacauzeira

Os meses que sucederam as eleições federais para o parlamento proporcionariam uma mudança na política baiana, colocando Mangabeira e o Cel. Antônio Pessoa sob o mesmo guarda-chuva. A notícia vinculada a uma carta enviada pelo Conselheiro Rui Barbosa a mesa do Senado em 10 de março de 1921, renunciando ao seu mandato pelo Estado da Bahia, movimentou as hostes políticas em um Estado que ainda não havia se recuperado dos últimos pleitos. No documento de renúncia, o eminente político baiano assegurava que havia buscado “servir ao meu paiz e ao meu Estado enquanto estive no erro de suppor que lhes podia ser útil”.⁴⁰⁹

⁴⁰⁶ À Noite, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1921. Ed. 3311. p. 03

⁴⁰⁷ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 325.

⁴⁰⁸ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 326.

⁴⁰⁹ O Paiz, Rio de Janeiro, 12 de março de 1921. Ed. 13292. p. 03.

Os esforços empregados por Rui nos dois últimos anos, tanto na campanha presidencial, quanto na sucessão governamental na Bahia, haviam sido frustrados e no final vira seu adversário, mais uma vez, alçar ao poder pela interferência do governo federal. Por fim, Rui ainda viu a eleição para senador de Antônio Moniz no pleito de fevereiro de 1921. Todos esses eventos refletiam nas palavras do conselheiro ao destacar que “acabando, por fim, de ver que não tenho meio de conseguir nada a bem dos princípios, a que consagrei a minha vida, e que a lealdade a essas convicções me tornou corpo estranho na política brasileira”. Assim, renunciava ao lugar que houvera ocupado, quase de forma contínua, desde a Proclamação da República, justificando que deixava a política para “volver a outros deveres”.⁴¹⁰

A atitude do conselheiro gerou forte comoção e imediata repercussão no meio político. Acompanhado dessa comoção, a guerra de narrativas passou a ocupar o debate com argumentos de ambos os grupos. Se por um lado, os jornais ligados a oposição baiana, afirmavam que a renúncia era associada a Seabra e os Monizes pelos problemas que afligiam a Bahia, recusando-se a aceitar a renúncia de Rui, do lado situacionista, associava-se a suposta “traição” engendrada pela oposição ao fracasso da candidatura de Alfredo Rui, elevando o seu “desgosto” pela atuação política. Em torno dessa guerra de narrativas, um artigo publicado pelo jornal *O Democrata*, órgão do partido seabrista, movimentou o debate na Bahia. Ciente da tentativa de recondução do conselheiro pela oposição, o artigo afirmava que:

Fazem já constar os mesmos amigos platônicos de S. Ex. que ao ser aceita a renúncia, será novamente apresentado o seu nome ao eleitorado bahiano. Se assim for, o que, desde já podemos garantir é que o partido democrata não terá candidato para a vaga. Feita está declaração podem os nossos pequeninos adversários explorar como entenderem a carta de renúncia, pervertendo-lhe o sentido, pondo-lhe veneno nas entrelinhas, additando-lhe pensamentos ou intenções affrontosa e o Sr. Ruy Barbosa que lhe agradeça mais esse serviço e essa prova de lealdade.⁴¹¹

A posição adotada pelo PRD de não lançar um candidato para a vaga aberta pela desistência de Rui, era uma determinação direta de Seabra. Como observa Sarmiento, essa era uma “atitude muito típica de Seabra, que buscava reverenciar e agradar a Rui em todas as ocasiões, a não ser que isso significasse abrir mão do próprio mando”.⁴¹² Essa atitude de Seabra não era inédita. Anos antes, nas eleições presidenciais de 1914, quando Rui também abriu mão da sua candidatura, Seabra manifestou o seu apoio ao nome do senador, embora mantivesse negociações em torno da candidatura de Wenceslau Brás.

⁴¹⁰ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 12 de março de 1921. Ed. 8045. p. 02.

⁴¹¹ À Noite, Rio de Janeiro, 14 de março de 1921. Ed. 3326. p. 03.

⁴¹² SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Sílvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. p. 121.

Naquele momento, a atitude o levou-o a aproximar-se do conselheiro, mantendo uma improvável aliança nos anos seguintes. Na conjuntura em que se deu a renúncia de Rui, a posição de Seabra não logrou uma aliança como outrora, todavia, demonstrava uma tentativa de apaziguamento nos embates travados entre ambos. Em circular emitida aos correligionários do PRD, por intermédio da comissão executiva do partido, aconselhava que o nome de Rui fosse sufragado na eleição de 05 de junho para o preenchimento da vaga ao Senado.⁴¹³ Com o estabelecimento do acordo entre situação e oposição, o nome do conselheiro novamente foi reconduzido por unanimidade ao Senado Federal, tomando posse em 30 de julho de 1921, sob a agitação dos debates em que se daria a sucessão de Epitácio Pessoa que aconteceria no ano seguinte.

Com o apoio de São Paulo, Minas Gerais e pequenos estados, a candidatura oficial, indicado pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), ficou a cargo do governador mineiro, Artur Bernardes. No processo de escolha do vice-presidente, buscando a composição com um nome ligado aos estados do nordeste, foi-se cogitado, entre outros nomes o de Seabra, como representante da Bahia, de José Andrade Bezerra, por Pernambuco, e Urbano Santos, do Maranhão. Para Seabra, a possibilidade de alçar ao posto de vice-presidente contornaria todas as problemáticas vivenciadas no estado. No entanto, em busca de um nome de conciliação, foi indicado Urbano Santos, que já havia ocupado o posto de vice-presidente do governo de Wenceslau Braz. Assim, na convenção de 08 de junho de 1922, a chapa Artur Bernardes – Urbano Santos foi oficializada.

Sentindo-se preteridos pela indicação de Urbano Santos, os estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, no sentido de construir uma de oposição, formaram um movimento de dissidência, polarizando com a chapa formada pelo eixo São Paulo e Minas. Este movimento reverberou na formação de uma aliança intitulada Reação Republicana, tendo como liderança e candidato para a presidência, o senador Nilo Peçanha do Rio de Janeiro e como candidato a vice, Seabra. Como observa Ferreira & Pinto, as disputas em torno da sucessão de Epitácio Pessoa, e que abriram espaço para a formação da Reação Republicana em junho de 1921, podem ser “tomadas como indicadores do esgotamento do modelo político vigente na Primeira República”. No entanto, a Reação Republicana não poderia ser compreendida como uma “proposta de ruptura com o modelo oligárquico em vigor, mas como uma tentativa de construção de um eixo alternativo de poder que ampliasse a participação

⁴¹³ À Época, Itabuna, 07 de março de 1921. Ed. 23. p. 01.

das chamadas oligarquias de segunda grandeza no jogo do federalismo brasileiro do período”.⁴¹⁴

Embora se mantivesse reticente em definir um dos lados, Rui Barbosa acabou adentrando nas hostes oposicionista, impondo com a condição do seu apoio, que esse ficasse restrito a candidatura de Seabra a vice-presidência, negando, desta forma, aderir à candidatura de Nilo Peçanha. Em visita a Seabra, os representantes da oposição no estado na Câmara dos Deputados, incluindo Pedro Lago, os irmãos Mangabeira e Miguel Calmon, além de prestar solidariedade a sua candidatura, reiteravam a não adesão à campanha de Nilo, seguindo as orientações de Rui, destacando também que não manifestariam “o propósito de combater a candidatura do Sr. Arthur Bernardes”.⁴¹⁵ É válido ressaltar que, no período, a legislação eleitoral possibilitava a candidatura em separado de presidente e vice.

A definição das candidaturas para a presidência com um longo período de antecedência, sendo que as eleições só ocorreriam em 1º de março de 1922, apresentou uma dinâmica diferenciada no também contexto político baiano. Seabra, que buscava se firmar ainda como governador no primeiro ano de mandato, reestabelecendo uma série de políticas e negociações voltadas para o interior, inclusive a organização do *Primeiro Congresso de Intendentes*, em março de 1921, acabava por enfrentar também um intenso desgaste com as viagens de campanha para fora do estado. Na Bahia, mesmo conseguindo conquistar a adesão de parte importante da oposição para o espectro federal, Seabra sofreu um forte revés nas eleições para os intendentes municipais em 13 de novembro para a legislatura de 1922/24. A oposição, ciente do distanciamento de Seabra das funções no estado e do desgaste interno que sofria PRD, não tardou a buscar se fortalecer, conquistando importantes municípios nas regiões do Recôncavo e do Centro-Oeste baiano.⁴¹⁶

No caso da região cacauzeira, desde as eleições de fevereiro de 1921, ocorreram mudanças na dinâmica das relações da política local, movimentando personagens dentro das facções. Com o apoio do PRD a recondução de Rui Barbosa ao Senado e logo em seguida a adesão de Mangabeira a campanha de Seabra para a vice-presidência da República, abriu-se a possibilidade para uma grande conciliação junto ao cel. Antônio Pessoa, principal liderança *seabrista* na região. Até então, o que poderia ser visto como pouco provável nos anos anteriores,

⁴¹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. In: **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930** / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, - 3º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 393-399.

⁴¹⁵ O Paiz, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1921. Ed. 13429. p. 03.

⁴¹⁶ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 116.

o estabelecimento de uma “trégua momentânea” nos conflitos entre as duas lideranças políticas da cidade e que polarizaram a disputa pela hegemonia da região desde o início do século, passou a ser crível dentro dessa nova estrutura. Esse movimento de aproximação, que contava com o incentivo de Seabra, pode ser observado com a desistência de Mangabeira em lançar um candidato sob o seu apoio para as eleições municipais, abrindo espaço para os membros do seu grupo apoiarem à reeleição do coronel Eustaquio Bastos para a intendência.⁴¹⁷

Até o final de 1921, não é possível atestar que a aproximação tenha de fato se concretizado. As disputas no ceio da divisão dos cargos na gestão municipal, foi um dos principais embrolhos nas negociações, impossibilitando a formação de um acordo antes do final do ano. Até as eleições para o parlamento de fevereiro de 1921, a principal representação política de Mangabeira na cidade era Arthur Lavigne, visto, até então, como sucessor natural de Mangabeira na região. Todavia, com a ruptura com Lavigne, que aderira as fileiras do PRD no início do ano, para lançar-se candidato a deputado federal, acabou por consequência fragmentando a oposição local. Com o desenrolar de uma aproximação entre Mangabeira e o situacionismo local, no processo de unificação na política local, as tensões passaram a ampliar-se com o antigo aliado, como revela o Correio de Ilhéos:

O sr. Arthur Lavigne, que adheriu ao partido Democrata com a condição de derrotar o sr. João Mangabeira, na eleição de fevereiro do corrente anno, o que não conseguiu, deve estar assombrado com a unificação da política bahiana, vendo também no partido Democrata esse seu chefe, miseravelmente trahido por sua s.s., porque sabe que, muito mais do que elle, vale o sr. Mangabeira; e o facto é que nas conferências que tem havido para o *accordo*, que lle tem promovido, não supportam na partilha dos cargos o nome de seu antigo e esforçado chefe, de quem o sr. Ruy Penalva é inimigo figadal. Comprehende-se, entretanto, que, para haver unificação na política de Ilhéos, indispensável é a colocação de elementos do illustre deputado federal.⁴¹⁸

A exigência Arthur Lavigne e Rui Penalva de ter o direito a indicação de seis dos doze membros do conselho municipal nas eleições de novembro, que renovaria metade da casa, e a escolha de um candidato a intendência que fosse “um homem neutro na política”, dificultava a possibilidade de um acordo visando a unificação entre os grupos na região. A proposta foi rapidamente rejeitada pelo cel. Pessoa, que alegava preferir “ficar no ostracismo a governar sem intendente e com a metade do conselho”.⁴¹⁹ Se no Congresso de Intendentes, Seabra pregava um esforço pela unificação das facções política nos municípios, na prática, a dificuldade de conciliar os diversos interesses mostrava-se como um real obstáculo. Como refletia o editorial do Correio de Ilhéos, “é impossível governarem um só município dois, três

⁴¹⁷ Correio de Ilhéos, Ilhéos, 28 de outubro de 1921. Ed. 30. p. 01.

⁴¹⁸ Correio de Ilhéos, Ilhéos, 20 de dezembro de 1921. Ed. 72. p. 01.

⁴¹⁹ Correio de Ilhéos, Ilhéos, 19, 20 e 22 de dezembro de 1921. Ed. 71, 72 e 74.

e quatro chefes em desharmonia, intrigados”. Assim, acreditava que “a unificação, para que tanto se tem esforçado o illustre sr. dr. J. J. Seabra, é, nos parece, uma utopia”.⁴²⁰

À medida que as negociações com Mangabeira ganhavam maior projeção, as relações com o grupo liderado por Arthur Lavigne e Rui Penalva se tornavam cada vez mais tensas. Como era ressaltado no editorial do Correio de Ilhéus, na impossibilidade de unificar todas as correntes políticas, a prioridade nas negociações estavam em torno de estreitar os laços com Mangabeira. Essa aproximação fazia sentido, como observa Falcón, pois “Mangabeira, no início da década de 1920 era um político de expressão nacional, instrumento imprescindível para a defesa dos interesses dos cacauicultores no plano federal”.⁴²¹ Os caminhos que trilhavam para uma aproximação ganhavam ainda mais oportunidade com o indício de apoio de elementos pertencentes ao grupo que Arthur Lavigne a campanha de Artur Bernarde e Urbano Santos. Fragilizando ainda mais a possibilidade de um acordo entre todas as facções políticas na cidade.

A chegada de Mangabeira em Ilhéus, no final de janeiro de 1922, para acompanhar o casamento da sua enteada, Carmen Adami, com Adell Carlos Soares, já demonstrava a mudança no comportamento oferecida pelo situacionismo local. Como noticiava o Correio, o desembarque na cidade do “illustre deputado federal por este districto dr. João Mangabeira”, contou com o comparecimento de “grande número de amigos e correligionários, que o acompanharam até a casa destinada para sua residência”. Para além dos correligionários, a presença do intendente e de setores econômicos, como representantes da Associação Comercial de Ilhéus, Associação dos Empregados do Comércio e da Associação Comercial de Itabuna, davam o tom da aproximação.⁴²²

A cerimônia, agendada para às 14 horas do dia 06 de março de 1922, selou de forma simbólica a adesão de Mangabeira junto ao grupo do cel. Antônio Pessoa. A solenidade marcava uma homenagem à Mangabeira com a inclusão do seu retrato junto a antigos intendentes do município no Salão de Despachos da Intendência. No convite público enviado pelo cel. Eustáquio Bastos, ressaltava-se que o ato significava uma “homenagem muita merecida de gratidão aos inumeros benefícios feitos por S. Ex., quer quando Intendente, quer no elevado cargo de Deputado, ao Município que dignamente representa”.⁴²³

A adesão de Mangabeira ao situacionismo acarretou uma nova dinâmica nas relações de poder na região. Para o cel. Antônio Pessoa, trazer para perto de si o principal opositor no

⁴²⁰ Correio de Ilhéus, Ilhéus, 20 de dezembro de 1921. Ed. 72. p. 01.

⁴²¹ FALCÓN, G. A. O. **Os Coronéis do Cacau - Raízes do Mandonismo Político em Ilhéus**, Dissertação de Mestrado, Ano de Obtenção: 1983. p. 100.

⁴²² Correio de Ilhéus, Ilhéus, 31 de janeiro de 1922. Ed. 102. p. 01.

⁴²³ Correio de Ilhéus, Ilhéus, 04 de março de 1922. Ed. 115. p. 01.

município, além de fragilizar a oposição, que ficara agora nas mãos de Arthur Lavigne, mostrava também a sua capacidade de articulação e destreza política. Desta forma, não encontrou dificuldade para alçar seu filho, o bacharel Mario Pessoa da Costa e Silva como sucessor do cel. Eustáquio Bastos na intendência. Para Mangabeira, líder da oposição desde a ascensão de Seabra ao governo em 1912, a aliança garantia a estabilidade de uma base eleitoral com toda a estrutura que a máquina pública poderia propiciar. Desta maneira, enquanto o cel. Pessoa continuava a coordenar a política local, Mangabeira, representando os interesses econômicos da região, voltava-se diretamente para atuação no cenário nacional, não interferindo nas questões locais. A dinâmica dessa relação manteve-se estável durante o restante da Primeira República, alterando-se somente a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal.

4.2 O ressurgimento da oposição: o declínio do seabrismo na Bahia.

No que tange a campanha presidencial de 1922, esta poderia ser considerada como “o canto de cisne do seabrismo”. A alusão a metáfora sobre o “último grande feito de Seabra durante a campanha”, trazida por Consuelo Novais, reverberava no impacto avassalador que o pós-eleição causou na sua trajetória.⁴²⁴ Se no primeiro momento, a sua candidatura poderia projetá-lo ao posto mais alto que a Bahia alcançara na República, ocupado apenas por Manuel Vitorino, no governo de Prudente de Moraes, as pretensões do prócere da política baiana surtiu o efeito contrário. Os resultados eleitorais de 1º de março deram como resultado a vitória da chapa Bernardes/Urbano por 466 mil votos a 317 mil. Como observa Ferreira, “mais uma vez o esquema eleitoral vigente na República Velha funcionou para garantir a posição do candidato oficial”. E, embora a Reação Republicana não tivesse reconhecido a derrota, reivindicando a criação de um Tribunal de Honra, com o intuito de arbitrar os conflitos eleitorais, os movimentos não resultaram em uma mudança, tendo ratificado em junho de 1922, pelo Congresso Nacional, a vitória de Artur Bernardes.⁴²⁵

Seabra ainda tentara uma ofensiva judicial quando, inesperadamente, veio a óbito o vice-presidente eleito, Urbano Santos, no início de maio, logo após as eleições. Alegando ter sido o segundo mais votado nas eleições, Seabra viu-se mais uma vez derrotado, agora pelo Supremo Tribunal Federal, que indeferiu seu pedido, convocando novas eleições para agosto.

⁴²⁴ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 114.

⁴²⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, yol. 6, n. II, 1993, p. 19.

Sob a influência direta de Artur Bernardes, o nome do pernambucano Estácio Coimbra, foi consagrado sem nenhuma dificuldade no lugar de Urbano Santos. Antes mesmo de assumir o mandato, Artur Bernardes, já demonstrara que não guardava simpatias pelos grupos que se manifestaram contrários à sua candidatura nas eleições. As pretensões de interferir na política baiana ganhou contornos na escolha dos ministérios anunciados ao tomar posse em 15 de novembro de 1922.

Nomeando para o Ministério da Agricultura, o nome do deputado federal Miguel Calmon, membro da oposição baiana, o presidente influía também no fortalecimento da oposição no estado, que vira na oportunidade uma forma de contrapor a força da máquina pública regida por Seabra, agora tendo como alicerce o apoio do governo federal hostil ao governador.⁴²⁶ Poucos dias após a posse, já vinculava-se na imprensa a formação de um novo partido no Estado, vislumbrando fazer frente ao PRD de Seabra. Em reunião na residência de Rui Barbosa em Petrópolis, ficara definido que o conselheiro lideraria a legenda, iniciando assim os trabalhos para organização da política baiana.⁴²⁷ Como noticiava o Malho (RJ):



Imagem 21 – A queda do Dr. Seabra – Um novo partido político. **Fonte:** Revista O Malho, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1922. Ed. 1.054. Ano XXI.

Em 10 de janeiro de 1923, mesmo dia em que decorrera no Rio de Janeiro a intervenção do governo federal, em consequência dos conflitos em torno da duplicata do resultado das eleições governamentais de junho de 1922, no salão nobre do jornal A Tarde, em Salvador, foi

⁴²⁶ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 164.

⁴²⁷ O Paiz, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1922. Ed. 13908. p. 03.

fundado um novo partido, denominado Concentração Republicana da Bahia - CRB.⁴²⁸ Como noticiava o Diário da Bahia, os elementos políticos da oposição objetivavam organizar “uma chapa para disputar os dois terços da Câmara e o terço do Senado estaduais, nas eleições a serem realizadas em 4 de fevereiro”. Segundo o Diário, buscando “poupar nova luta política no Estado”, a oposição, representada por Pedro Lago, propôs a Seabra para que houvesse uma trégua, o grupo “se contentaria com a representação na Assembleia Legislativa por um terço dos deputados e dos senadores”.⁴²⁹ Com a negativa de Seabra, a oposição não tardou a utilizar-se da estratégia de recorrer à duplicata no resultado das eleições, o que possibilitaria reforçar as condições para que houvesse uma intervenção do governo federal no Estado, assim como ocorrera no Rio de Janeiro.

Se *a priori* Seabra dispensou o acordo para as eleições estaduais de fevereiro, o temor de uma intervenção e as condições políticas impostas pela pressão da oposição, principalmente de Bernardes, o fariam retroceder. Todavia, não possuía mais poder de barganha para conferir condições favoráveis em uma nova rodada de negociações com o fortalecido CRB. Na tentativa de subverter os avanços dos adversários que levariam ao seu declínio, Seabra mirou nas eleições para o governo do estado que ocorreriam somente em 29 de dezembro de 1923, dessa maneira, ganhava tempo para movimentar as peças necessárias no embate com a oposição. Nas negociações com o CRB, buscava chegar a um nome de consenso que pudesse ainda exercer alguma influência e articular um remanejamento nas definições da eleição para o legislativo estadual.

Rememorando os fatos, João Mangabeira relata que, no final fevereiro, em uma tentativa de reaproximação, “Seabra manda Pereira Teixeira a Petrópolis sugerir a Ruy o nome do desembargador Palma, amigo íntimo de ambos, para candidato de conciliação”.⁴³⁰ O desembargador Palma, se tratava de José Joaquim da Palma, nome indicado por Rui e recusado por Seabra, como candidato ao governo do estado nas eleições de 1916, em que logrou a vitória a candidatura de Antônio Moniz. Em missiva ao governador baiano, o conselheiro consentia com a indicação, condicionando apenas que “seus amigos políticos a aceitassem”. Para Mangabeira, Rui confessara-lhe que “se tivesse que indicar um candidato a Governador da Bahia, não seria Palma, mas não podia deixar de aceitar o nome do mais antigo dos seus amigos, de uma lealdade a toda prova, e digno do cargo”.⁴³¹ Como retratava o Malho (RJ):

⁴²⁸ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 120.

⁴²⁹ O Paiz, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1923. Ed. 13965. p. 02.

⁴³⁰ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 343.

⁴³¹ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 343.

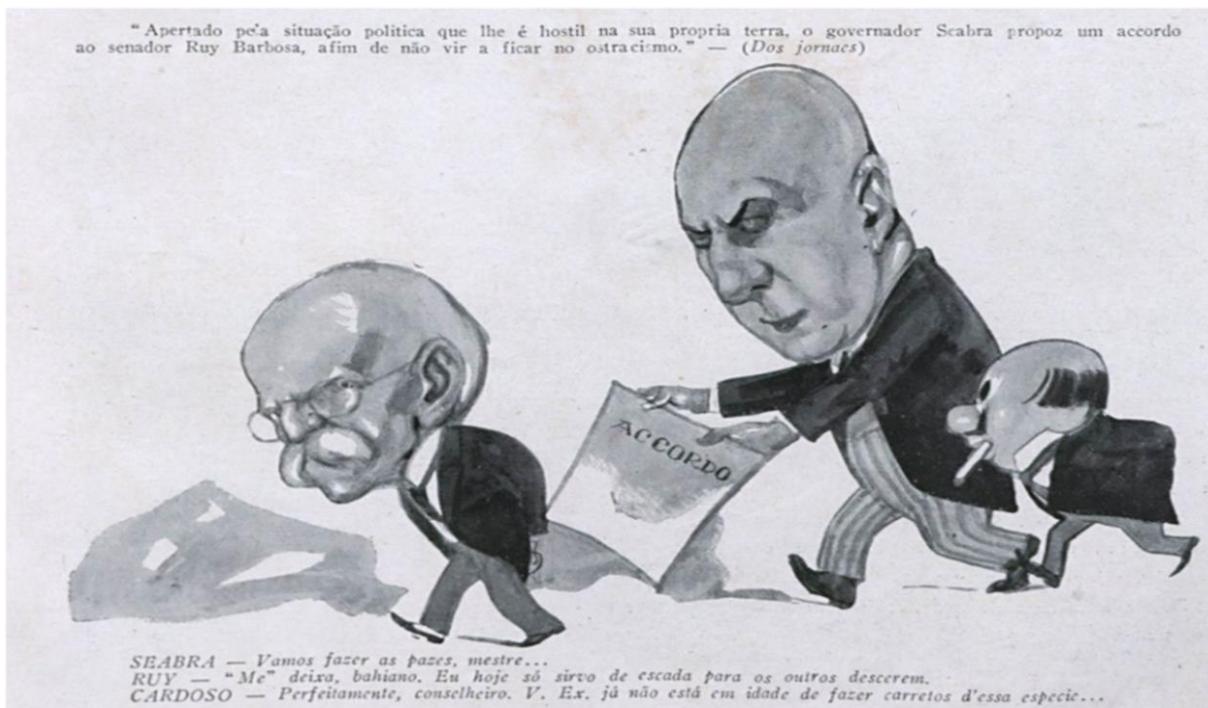


Imagem 22 – Política da Bahia. **Fonte:** Revista O Malho, Rio de Janeiro, 03 de março de 1923. Ed. 1.068. Ano XXII.

Entretanto, o Conselheiro Rui Barbosa não tivera mais tempo de acompanhar os eventos que se sucederam na política baiana e nem mesmo visualizaria a série de derrotas que seriam impostas a Seabra nos meses seguintes. Falecendo em 1º de março de 1923, após meses enfermo, o eminente senador, deixava como seu legado na Bahia a formação de uma leva de jovens políticos que ganhavam proeminência nas disputas pela hegemonia no cerne da política baiana, entre eles, João Mangabeira.

Com a morte da principal liderança do CRB, o nome do Ministro da Agricultura, Miguel Calmon, foi alçado à direção do partido. Em reunião na sua residência, a cúpula do partido, além de ressaltar a intenção de “ratificar a fusão das correntes oposicionistas que se tinha assentado em vida do conselheiro Ruy Barbosa”, acordaram que manteriam “absoluta solidariedade” a todas as questões relativas às definições políticas no estado, inclusive, deliberando “apoiar, franca e lealmente, o governo do dr. Arthur Bernardes”. Sobre a questão governamental da Bahia, deliberavam que manteriam toda a atenção para a verificação dos poderes da Câmara e do terço do Senado que estavam em curso.⁴³²

Para Negro & Brito, ao analisar o papel político exercido pela Bahia durante o período da Primeira República, em contraposição a política do “café-com-leite”, ficara evidente que, sob a liderança de Miguel Calmon, atualizou-se “o modelo deixado pelos antigos estadistas

⁴³² Correio Paulistano, São Paulo, 18 de março de 1923. Ed. 21.442. p. 01.

baianos do Império”. Ainda para os autores, “o elo entre tradição e instrução fica claro em Miguel Calmon”. Esses elementos eram representados pelo fato de que:

Aos 23 anos, em 1902, já professor da Escola Politécnica da Bahia, foi nomeado secretário da Agricultura pelo governador Severino Vieira, conservando-se no cargo após a sucessão de quem o convocara. Em 1906, na volta de uma viagem à Ásia (onde averiguou matérias sensíveis como o problema da mão-de-obra rural e a competitividade das lavouras estrangeiras), tornou-se ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo Afonso Pena, consagrando-se como o mais jovem ministro da República. Sua presença como ministro da Agricultura e amigo íntimo, nos funerais de Rui em 1923, lançou-o como herdeiro do chefe.⁴³³

O momento político vivenciado na Bahia mostrava-se, cada vez mais, complexo. Cada movimento adotado por ambos os lados poderia significar uma derrota política e a perda de poder. É nesse cenário que Seabra faz a sua jogada mais ousada. Se indicara para Rui o nome de J. J. Palma como nome de conciliação, negociava por trás o convite à Francisco Marques de Góes Calmon. Sendo presidente do Banco Econômico da Bahia e da Ordem dos Advogados da Bahia, além de um vasto trânsito entre os setores econômicos do Estado, era um dos três irmãos da família Calmon. Nessa perspectiva, Seabra fazia um jogo arriscado. Se por um lado inibia uma rejeição aberta da classe comercial baiana ao seu sucessor, por outro colocava em xeque os membros do CRB, criando um impasse em torno das consequências de uma possível negativa do partido a indicação.⁴³⁴

Ao indicar Góes Calmon, como uma tabua de salvação, mesmo enfrentando resistência pela ala ligada a Antônio Moniz, Seabra aventurava-se no desconhecido. Diferentemente de Antônio Moniz, que mesmo tentando impor sua presença dentro do PRD, por fim, manteve a sua lealdade, garantindo as estruturas da máquina pública na eleição para o governo. As chances de um revés, resultando em traição de Góes Calmon, eram muito mais reais.

As eleições de 22 de julho para o preenchimento da vaga ao Senado Federal deixada pelo falecimento de Rui Barbosa foi o principal termômetro do que estaria por vir nas eleições governamentais. O PRD indicou o nome de Arlindo Leoni como candidato oficial, enquanto a oposição escolhera Pedro Lago como representante do CRB. Em boletim emitido pelo PRD, ao comunicar a escolha do candidato oficial, ressaltava-se esperar que “mais uma vez a Bahia saberá demonstrar nas urnas livres a sua completa identificação com o nosso Partido, levando à vitória o nome do nosso illustre correligionário”.⁴³⁵ Ao término da eleição, não tardou para

⁴³³ NEGRO, Antônio Luigi; BRITO, Jonas. Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.863-887, set/dez 2013. p. 877

⁴³⁴ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 166-169.

⁴³⁵ À Época, Itabuna, 14 de junho de 1923. Ed. 26. p. 01.

Artur Bernardes definir o lado vencedor. Em missiva a Pedro Lago, parabenizava-o pela vitória, antes mesmo da análise da comissão verificadora do Senado, antecipando o resultado que se confirmaria logo em seguida, impondo mais uma derrota a Seabra.⁴³⁶

O declínio de Seabra ganhou a real projeção após a Convenção do PRD em 15 de outubro. Sob a resistência da ala ligada ao ex-governador Antônio Moniz, o PRD oficializou a candidatura de Góes Calmon, sendo acompanhado pelo apoio do CRB e o presidente Artur Bernardes. No entanto, a unidade esperada não se concretizou. Na direção do CRB também não foi possível formar uma unanimidade em torno do nome de Góes Calmon, resultando em uma dissidência liderada por Medeiros Neto e Aurélio Vianna, que lançaram a candidatura do ex-deputado, Prisco Paraíso. Parte da ala ligada aos Monizes dentro do PRD rapidamente aderiu à candidatura apresentada pela dissidência. A pressão em torno de Seabra se tornava mais intensa, e ganhou novos contornos com o boato de que Góes Calmon acordara com o presidente o fim do seabrismo na Bahia.

Sob o impacto das notícias vinculadas a futura traição, Seabra em 27 de novembro retirou o apoio à candidatura de Góes Calmon e convocou uma convenção do PRD para definir um novo nome. Em manifesto ao povo baiano, publicado na imprensa, Góes Calmon se dizia perplexo com a atitude de Seabra, e lamentava a “conjectura de intrigas e dissídios pessoais, que agora têm surgido dentro dos partidos em que se dividem as opiniões políticas do Estado”.⁴³⁷ Sem o apoio da maior parte da comissão executiva do PRD, incluindo o cel. Antônio Pessoa, até então fiel aliado, que optara por acompanhar a candidatura de Calmon com Mangabeira, Seabra lançou a candidatura de Arlindo Leoni como tábua de salvação.

Assim, em 29 de dezembro de 1923, procedeu-se o pleito eleitoral, com a utilização de todos os artifícios inerentes aos processos eleitorais da Primeira República, nos redutos políticos. Ao fim, ambos os grupos se definiram como vencedores, elevando a disputa mais uma vez para o legislativo. Diferente dos outros pleitos, o governador agora não conseguiria impor a força da máquina pública e interferir no resultado como outrora era de se esperar. Sobre a pressão estabelecida pela oposição para o reconhecimento da candidatura de Góes Calmon, o Correio da Manhã (RJ), afirmava que:

Caminhando sem rumo pela estrada tortuosa de suas sinistras ambições, o calmonismo chegou, na Bahia, a uma situação de desespero. Sem maioria na assembléa legal para reconhecer as actas falsas atrás das quaes se esconde o mano ministerial inelegível e não eleito, os cabeças da mallograda aventura política lançam mão do terror para ver se assim apavoram o povo bahiano e o obrigam a aceitar como governador o director-

⁴³⁶ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 129.

⁴³⁷ O Paiz, Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1923. Ed. 14.286. p. 01.

presidente do Banco Economico do Estado [...] São os calmonistas os inimigos da paz da familia da Bahia. Não os incommoda, sequer, o remorso de que milhares e milhares de pessoas, absolutamente alheias à grave questão, estejam neste momento sob a pressão angustiosa de hypotheses horríveis. O que elles querem é semear a confusão, para realizar o assalto.⁴³⁸

Sem estabelecer uma definição efetiva do candidato eleito, para completar o desalento das hostes seabrista, o período ainda comportou as eleições de 17 de fevereiro de 1923, para deputados e senadores federais, pressionando, ainda mais, o governo estadual, que via o esfacelamento da sua base. Em manifesto lançado “À nação brasileira e, especialmente, ao povo baiano”, Seabra buscava denunciar a interferência do presidente Artur Bernardes na política baiana e a ameaça da intervenção federal. Concomitantemente, acusava a tentativa da formação de uma Assembleia para forçar o reconhecimento de Góes Calmon como governador do Estado. Neste sentido, afirmava que:

Resistirei a todo transe, porque tomei o compromisso solenne perante o povo bahiano de velar pelo seu bem estar, e pela sua honra e por suas tradições emquanto me pararem nas mãos as funções do cargo do seu mais alto magistrado [...] Eu prometti cumprir a Constituição de um Estado autônomo e o farei até o último alento, se a quiserem violar. Prefiro a morte à humilhação, porque ella será em holocausto à dignidade dos bahianos. A culpa do desprestigio das instituições será inteira do senhor dr. Arthur Bernardes, actual presidente da República.⁴³⁹

Ainda que tentasse resistir as investidas da oposição e do governo federal, a força de Seabra havia se diluído dentro do Estado, perdendo a base de apoio que possibilitaria manter alguma resistência organizada. Desta maneira, em 29 de fevereiro de 1924, na sessão extraordinária na Assembleia Geral Legislativa, Góes Calmon foi reconhecido como governador eleito do Estado. Para garantir a posse do novo governador e o funcionamento da Assembleia Legislativa, o presidente Artur Bernardes decretou, durante um período de 30 dias na Bahia, o estado de sítio, sob a coordenação do Cel. Marçal de Farias. Com a posse de Góes Calmon em 30 de março de 1924, chegara ao fim o governo de Seabra, que partiu logo em seguida para o Rio de Janeiro e em sequência para a cidade de Buenos Aires, na Argentina, no Pacote “Aubbé”.⁴⁴⁰

Com a queda de Seabra e a ascensão de Góes Calmon no poder, como observa, Negro & Brito, a política baiana, conhecida como exemplo de estado politicamente dividido, vivenciará uma significativa fase de domínio de um partido.⁴⁴¹ Para Pang, embora na Bahia houvesse o

⁴³⁸ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1924. Ed. 9125. p. 04.

⁴³⁹ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1924. Ed. 9130. p. 01.

⁴⁴⁰ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 01 de abril de 1924. Ed. 9161. p. 04.

⁴⁴¹ NEGRO, Antônio Luigi; BRITO, Jonas. Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.863-887, set/dez 2013.

domínio de um único partido até a virada dos anos 1930, as dificuldades de se formar no estado uma rede estadual de clientela política, desencorajando o surgimento de uma “oligarquia familiar a nível estadual”, influenciaram na formação de oligarquias tribais e personalistas, impedindo que o CRB fosse um partido coeso desde o início, constituindo “um precário equilíbrio de poder”.⁴⁴²

5 A PERMANÊNCIA DE UM LAÇO: A MORTE DE RUI BARBOSA.

“Apagou-se hontem a grande vida de Ruy Barbosa. Não se grapha esta phrase friamente. Certos embora da condição extremamente delicada da sua saúde, preparados para a dureza do golpe que, da há muito, ameaçava essa luminosa existência, não nos sabemos afazer à brutal realidade do seu desaparecimento. Profundamente consternados, diante da evidência sem remédio, não nos conformamos com a perda formidável, senão para sentirmos ainda com maior dor a incidência da cruel fatalidade”.⁴⁴³

“*Clarão extinto*”, assim definira o jornal O Paíz, ao noticiar a morte do Senador Rui Barbosa. No dia 1º de março de 1923, o Estado da Bahia perdera um dos seus filhos mais prodigiosos, e o Brasil a grande “*Águia de Haia*”. Com sua partida, como narrava O Paíz, ia-se também o “acume da mentalidade brasileira”, perdia, além disso, “a América o seu maior cidadão vivo, e o mundo civilizado uma das raras celebrações potenciaes que illuminam de peregrino esplendor contemporâneo a sua cultura política, jurídica e literária”.⁴⁴⁴ As homenagens expostas nas palavras do editorial de O Paíz, refletiam-se em toda a imprensa nacional. A cobertura dos eventos que sucederam à confirmação da morte de Rui, reverberou por dias com constantes manifestações e grandes solenidades.

Para Mangabeira, forjado na política nacional sob a liderança de Rui, a morte do “ídolo”, representava um impacto simbólico de grandes proporções. Quando ocupava o posto de redator-chefe no jornal “A Lucta”, em 1905, e enviara ao prócere da política baiana, uma cópia da edição de número 136, estampando um artigo, como descrevera, contendo “um brado de verdade e um preito de admiração real a vossos méritos”, talvez, aquele jovem e aspirante político da região cacauzeira, que assinara a missiva contendo seu trabalho, demonstrando ser seu “admirador confesso”, não tivesse a real noção de como sua trajetória se interrelacionaria com a de Rui ao longo dos anos seguintes.⁴⁴⁵

⁴⁴² PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 177-180.

⁴⁴³ O Paíz, Rio de Janeiro, 02 de março de 1923. Ed. 14.012. p. 01.

⁴⁴⁴ O Paíz, Rio de Janeiro, 02 de março de 1923. Ed. 14.012. p. 01.

⁴⁴⁵ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa**. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 48.

Ao alçar o posto de deputado federal, na sua primeira legislatura em 1909, Mangabeira viu a sua atuação na 4ª Comissão de Inquérito da Câmara, chamar a atenção do conselheiro, que, posteriormente, enviou-lhe um telegrama contendo as suas felicitações e emitindo os seus parabéns pela “vigorosa, feliz e aplaudida estreia na Câmara dos Deputados”. Com o advento da campanha *civilista* e a luta contra a ascensão de Seabra ao governo do estado em 1912, estreitaram-se ainda mais os laços entre ambos. Todavia, Mangabeira ressaltava que “as minhas relações com ele só depois de 1915, quando volvi à Câmara, se tornaram íntimas, sendo eu um dos mais assíduos frequentadores de sua casa”. Foi graças a essa aproximação que:

Pude então, graças a essa intimidade, que, ao fim, se transformou numa convivência diária, apreciar certos aspectos do seu caráter, tão desconhecido em alguns pontos. Era comum, por exemplo, os que o não conheciam tomar por *timidez* o que era orgulho. Esse mesmo um dos seus defeitos, que por tantas vezes o prejudicou e malserviu à causa a que se devotava. Irritava-se, contudo, quando lhe aludiam ao orgulho, que, a és juntos, dizia e redizia não ter. No entanto, o tinha, e de sobra. E, quando melindrado, deixava transparecer, sem cobertura, toda a consciência que tinha de sua força.⁴⁴⁶

Essa consciência que Rui tinha de sua força, fora observada também por Mangabeira na última reunião política que tiveram juntos na residência do conselheiro em Petrópolis para tratar da sucessão governamental na Bahia. Como supracitado, Seabra indicara a Rui o nome de J. J. Palma para a apreciação do conselheiro. Embora estivesse compelido a aceitar a indicação pela sua proximidade a Palma, a leitura do telegrama enviado por Aurelino Leal, ressaltando a intenção do presidente Artur Bernardes em interferir na indicação do candidato ao governo, gerou uma intensa insatisfação por parte do conselheiro. Segundo Mangabeira, ao terminar a leitura da missava “Ruy transfigurou-se. A expressão semi-agonizante do seu rosto transmuda-se na energia borbulhante da vida. Os olhos fuzilam. E a voz irrompe da garganta com a força, o ímpeto, o timbre dos seus grandes surtos tribunícios”.⁴⁴⁷ Rui, proferindo um duro discurso, rejeita uma interferência do governo federal no processo de escolha, ainda que tivesse de apoiar seu principal adversário na Bahia.

Esse pode ser considerado o último ímpeto do conselheiro. À noite, com uma crise decorrente de uma Paralisia Bulbar, a sua saúde agravara-se e logo depois não resistiria, vindo a óbito. Desta maneira, como refletia Mangabeira, “assim, quis a Providência que a vida de Ruy não se extinguísse morrendo lentamente, na triste esterilidade dos dias inúteis. Não. Ruy morre, por assim dizer, no campo de batalha [...] O seu último ato da vida foi esse impetuoso, ardente e rápido discurso, ao meio-dia de 27”.⁴⁴⁸ Durante os ritos cerimoniais para o sepultamento de

⁴⁴⁶ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 326-327.

⁴⁴⁷ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 344.

⁴⁴⁸ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 343-345.

Rui, uma grande multidão tomou conta das ruas do Rio de Janeiro. Em seu discurso, antes do sepultamento, Mangabeira enaltecia a dificuldade de pronunciar um discurso “ante o corpo inerte e frio desse que foi, ao mesmo tempo, nosso amigo, nosso companheiro, nosso chefe, nossa bandeira, nosso orgulho e nossa glória”. E completava:

Mas, de mim, o que domina minha alma neste instante de amargura é a prostração aniquiladora do indizível, ante a fatalidade ineluctável, que, a convicção do nosso nada e a brevidade da existência humana nos impunham para dias bem próximos, mas o fervor da nossa veneração e os extremos do nosso affecto adiam, no infinito da esperança, para tempos distantes [...] Esta é a commoção que nos salteia, a nós amigos queridos e discípulos fieis do grande morto. E aos meus olhos, como que duvidosos da desgraça, aos meus ouvidos aturdidos, na minha consciência perturbada, no fundo da minha alma mal ferida, como que ainda ouço e ainda escuto, o rumor atordoante da catastrophe, do grande píncaro isolado na planície, ruindo fragorosamente, ferido, por ordem divina, pelo raio. E na minha alma prosternada, na minha alma erma e vasia, como em uma nave deserta, apenas se ergue a minha consciência unguendo-me com o óleo de um conforto, confortando-me com um gesto de carinho, acarinhando-me e levantando-me com uma sentença de justiça, dizendo-me que eu nunca lhe faltei; que eu nunca o não trai, nem em palavras, nem em actos; nem em pensamentos, nem em obras! Que o meu destino político se arrastou obscuro, mas allumiado pelo fulgor do seu! Que a minha carreira rastejou na sombra, mas doirada pelo clarão da sua! Que eu sempre o segui sem cálculos; que eu sempre o amei, sem reticencias; que eu sempre o adorei sem previsões. [...] E eu, um dos que mais te amaram, eu, por ti dos mais queridos, aperto contra a mão o coração dilacerado, suffoco na garganta o gemido de agonia, esmago nos olhos as lagrimas de dor e não tenho uma vez sequer de fraqueza, transacção ou covardia! Nós continuaremos em forma, e em continência como o soldado, ainda agonizante, em frente a bandeira.⁴⁴⁹

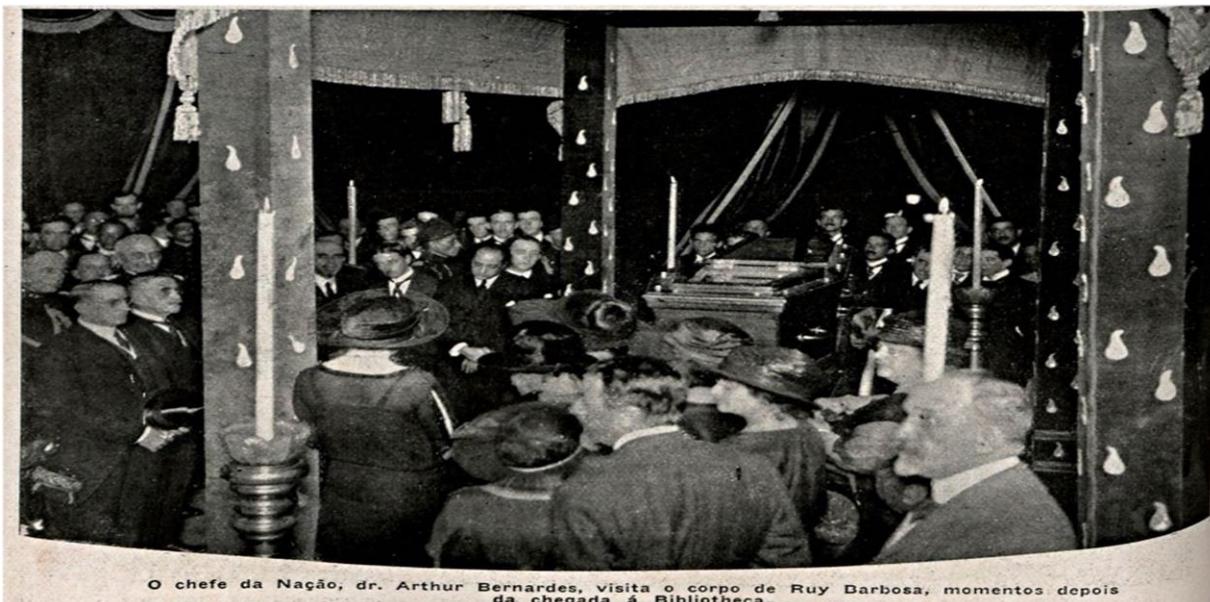
Como ressalta Sarmiento, ao longo da Primeira República, a transitoriedade entre os membros das facções políticas que compunham inicialmente alas opostas, não era uma realidade distante. Se pensarmos no caso específico da Bahia, como observado ao longo desta tese, essa transitoriedade ocorria principalmente nos períodos eleitorais, com a ruptura entre os chefes políticos estaduais em torno da disputa pela hegemonia dos seus grupos no Estado. À medida que Rui e Seabra acirravam no aspecto pessoal ou rivalizavam na disputa pela preponderância sob os grupos políticos na Bahia, ou mesmo abriam um espaço de arrefecimento nas suas relações, a acomodação entre os políticos contemporâneos no grupo outrora opositor, eram constantes.⁴⁵⁰

No entanto, é possível observar uma contínua fidelidade política de Mangabeira, como assegurado em seu discurso, ao lado de Rui. Desde a campanha *civilista* e a ascensão seabrista, mesmo nos momentos de trégua de entre ambos os próceres da política baiana, Mangabeira, que se habituou em transitar dentro do campo da oposição a Seabra a maior parte do tempo, embora sem evidenciar as dificuldades impostas a tal posição, e apenas conferindo o seu apoio

⁴⁴⁹ O Paiz, Rio de Janeiro, 06 de março de 1923. Ed. 14.016. p. 05.

⁴⁵⁰ SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Silvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009. p. 122.

em momentos específicos, como no caso da campanha para vice-presidência, com a anuência de Rui, manteve-se fiel as hostes *ruistas*. Por fim, seu discurso também ressaltava que, mesmo com a partida do conselheiro, o seu espírito iria continuar “a viver connosco; tuas ordens derradeiras serão para nós, teu testamento político; teus ensinamentos o nosso evangelho dos nossos combates!”.



O chefe da Nação, dr. Arthur Bernardes, visita o corpo de Ruy Barbosa, momentos depois da chegada à Bibliotheca.

Imagem 23 – Funeral de Rui Barbosa. **Fonte:** Revista Fon-Fon, Rio de Janeiro, 10 de março de 1923. Ano XVII. N. 10. P. 48

As homenagens à memória de Rui também se estenderam ao Parlamento. Tendo sido “unanimemente escolhido para fallar como órgão da Câmara dos Deputados”, Mangabeira optou por seguir um discurso com o intuito de fazer uma reparação histórica sobre a atuação de Rui quando ocupara o posto de Ministro da Fazenda no governo provisório do Marechal Deodoro, apontando para as “reais projeções” que suas ideias conseguiram alcançar caso tivessem tido o tempo e as condições necessárias para serem implementados. Para Mangabeira, a incompreensão dos atos que foram propostos pelo conselheiro no que tangeu as finanças do Governo Provisório, além de serem mal interpretadas, foram vítimas de uma crítica que “sobretudo em política, é função predileta da incompetência, da mediocridade, incapaz de produzir ou crear”.⁴⁵¹ Não nos cabe neste momento entrar no debate se a atuação de Rui a frente do Ministério da Fazenda surtiria ou não efeitos positivos na economia, a questão central a ser observada aqui está na tentativa de construir uma linha discursiva por parte de Mangabeira, rompendo com uma perspectiva de fracasso na gestão financeira.⁴⁵²

⁴⁵¹ ACD, Sessão em 20 de maio de 1923. p. 341-355.

⁴⁵² Para um melhor entendimento sobre a atuação de Ruy Barbosa a frente do Ministério da Fazenda e sua política econômica ver: RÉ, Flávia Maria. **Ideias em ação: liberalismo e reforma no pensamento político de Rui Barbosa**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Após a morte de Rui, a memória do conselheiro passou a ser comumente reverenciada através das conferências e discursos por parte de Mangabeira. Também foram escritos dois livros em homenagem ao conselheiro, sendo o primeiro em 1943, intitulado *Ruy: o estadista da República*, que fora o resultado de uma conferência na Casa Rui Barbosa, produzida para homenagear o vigésimo aniversário de morte do conselheiro.⁴⁵³ O segundo livro, nomeado de: *Rui Barbosa: discursos e conferências* e publicado pela Casa Rui Barbosa em 1958, reunindo uma série de oito peças escritas, contendo discursos e conferências de Mangabeira em torno da personalidade de Rui e da sua influência no regime republicano, e que foram proferidos ao longo da sua vida, sendo o prefácio escrito por Hermes Lima, à época, professor da Universidade de Brasília.⁴⁵⁴

Como é possível observar, ao longo da sua trajetória, a figura de Rui Barbosa se fez constantemente presente na vida de Mangabeira. Mesmo após sua morte, Mangabeira buscou preservar esse laço de proximidade com a memória do conselheiro, estabelecido ainda como “admirador” nos tempos do jornal *A Lucta*, tornando-se um dos grandes estudiosos e porta-voz na perpetuação do nome de Rui. Todavia, com a partida de Rui e a decadência política forçada a Seabra, recolhendo-se ao exílio na Argentina, uma nova dinâmica se estabeleceu na política baiana, propiciando a Mangabeira ocupar outros espaços e expandir sua atuação política até o final da década de 1920.

5.1 A estabilização da política baiana: as novas disputas.

Diferentemente da atuação de Rui Barbosa, quando assumiu a liderança do grupo chefiado pelo conselheiro, Miguel Calmon não conseguiu pacificar dentro do CRB as diversas correntes que se acomodaram em torno da oposição a Seabra. A rejeição por parte de uma ala anti-calmonista ao nome de Goés Calmon como candidato para o governo do estado já demonstrara a dificuldade de estabelece uma unidade dentro do partido. Dificuldade aumentada com a adesão de parte da base seabrista que aderiram à candidatura de Góes Calmon ao governo em detrimento de Seabra. Com a desestruturação do PRD, a Concentração Republicana ficou composta por três alas, sendo ela os calmonistas, mangabeiristas e ex-seabristas, todas ansiosas

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. / VOLPINI MICHELI, M.; TAMMONE, N. Um estadista do Império e da República: políticas econômicas no Brasil à época de Rui Barbosa. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 41, 2023. / SANTOS, Vinícius Silva dos. A República e Rui Barbosa: o projeto de industrialização em um país de bases agrícolas (1889-1891). 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFES)) - Universidade Federal do Espírito Santo.

⁴⁵³ MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943. p. 07-11.

⁴⁵⁴ MANGABEIRA, João. - Rui Barbosa - Discursos e conferências. Casa de Rui Barbosa. Departamento da Imprensa Nacional, 1958.

por se hegemonizar no poder. Essa tendência também refletiu na composição do legislativo, dando um tom da precariedade do equilíbrio em torno do poder.

Como incremento às disputas internas, o questionamento da “lealdade” dos Calmons com o presidente Artur Bernardes era constantemente colocada em pauta, principalmente pelo grupo ligado a Aurelino Leal. Por sua proximidade ao presidente, tendo sido o chefe da campanha presidencial pró-Bernardes na Bahia, Aurelino fora nomeado para a função de Interventor Federal no estado do Rio de Janeiro durante o ano de 1923. No processo de definição da candidatura para o governo da Bahia, acreditava que seu nome poderia concorrer como uma possível indicação do partido.

Com a escolha de Góes Calmon para a função, em acordo com Seabra, minou suas intenções, passando assim a pleitear a indicação para uma vaga no senado federal nas eleições de fevereiro de 1924, sendo também preterido, agora, por Pedro Lago, que buscava renovar o curto período de mandato pós-morte de Rui. Por fim, acabou sendo eleito deputado federal pelo segundo distrito eleitoral, e escolhido líder da bancada baiana sob a tutela de Artur Bernardes, que o indicara pessoalmente. No entanto, o mandato de Aurelino Leal teve uma curta duração, falecendo em 08 de junho de 1924. A partir desse evento, a liderança da ala “bernardista” do CRB passou a ser ocupada por Otávio Mangabeira, acirrando ainda mais as disputas internas com os Calmons.⁴⁵⁵

Essa proximidade dos irmãos Mangabeira com o presidente Artur Bernardes também ganhou espaço em pautas importantes no cenário nacional. As sucessivas crises intra-oligárquicas, somado as novas demandas políticas e sociais dos setores urbanos e militares, colocaram em xeque o governo de Bernardes. Como sublinha Silva do Amaral, há percepção de um sentimento de desapontamento com os caminhos trilhados pela República, fazia parte dos diversos setores da sociedade, entre eles as Forças Armadas, intelectuais, e sobretudo uma grande insatisfação por parte da população, nos principais centros urbanos, no que tangia a deturpação do cenário políticos-eleitoral vigente.⁴⁵⁶

O levante militar, que ficou conhecido como *Os dezoito do Forte de Copacabana* em 05 de julho de 1922, ainda sob a presidência de Epitácio Pessoa e a eclosão, após dois anos, em 05 de julho de 1924, do levante militar em São Paulo, visando depor Artur Bernardes, embora tenham sido debelados de forma rápida, impactaram diretamente no seu mandato e

⁴⁵⁵ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 139.

⁴⁵⁶ AMARAL, Misael Henrique Silva do. **A Marinha dos tenentes: um olhar sobre o movimento tenentista na perspectiva da força naval brasileira (1922-1924)** / Misael Henrique Silva do Amaral. – 2018. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. p. 93.

reverberaram no chamado *Movimento Tenentista*.⁴⁵⁷ Em discurso na Câmara, Mangabeira, evidenciando o apoio incondicional da Bahia ao governo federal, ressaltava a importância da “vitória da legalidade” sobre o levante paulista, pronunciando que:

É ela que estremece agora nas comoções de meu espírito, palpita nos sentimentos de minha alma, vibra nos acentos de minha voz; ela que, desde o primeiro instante da revolta cerrou fileiras como um só homem, derredor da legalidade, encarnada no Presidente da República, representação suprema da Pátria, neste transe crudelíssimo, em que se de alguma coisa temos que nos envergonhar, muita coisa temos em compensação, de que nos ensoberbecer.⁴⁵⁸

Neste sentido, pontuava que “sendo frio e severo, nos momentos mais perigosos do transe crudelíssimo”, o presidente Artur Bernardes conseguira organizar a resistência “dentro da lei, sem transpor nunca a órbita legal”. Os elogios ainda se estendiam a atuação do governador de São Paulo, Washington Luís, vislumbrando na sua figura o “heroico Presidente paulista, resistindo com um pugilo de bravos à tropa rebelada, e salvando com a sua resistência a dignidade rediviva do poder civil”. Todavia, embora demonstrasse total apoio à intervenção no Estado, também alertava para que as punições aos revoltosos se fizessem “dentro da lei, sem o sentimentalismo dos históricos, e sem os exageros dos epiléticos”.⁴⁵⁹

Ainda que o movimento em São Paulo tenha sido debelado com o auxílio das forças federais, de forma repressiva, deslocando para o interior de São Paulo e logo em seguida para a região oeste do estado do Paraná, a junção com os tenentes oriundos do Rio Grande do Sul, resultou em abril de 1925 na chamada *Coluna Miguel Costa – Luís Carlos Prestes*, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros, pregando a revolução e o levante da população contra as oligarquias.⁴⁶⁰ O combate por onde a Coluna passou, contou com a colaboração, principalmente, dos coronéis do interior. Como analisa Pang, “em nenhum

⁴⁵⁷ Para uma reflexão sobre o movimento tenentista e seus impactos no governo Artur Bernardes Ver: LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: volume 1 O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010. / DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010 / FREITAS, Alexandra Cerqueira. **Alcance e limites do Movimento Tenentista na Bahia: a Conspiração Revolucionária de 1930** / Alexandra Cerqueira Freitas. – Salvador, 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010

⁴⁵⁸ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa**. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 291.

⁴⁵⁹ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa**. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 292-293.

⁴⁶⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. In: **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930** / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, - 3º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 401.

outro lugar do País os coronéis mostraram mais entusiasmo em atender ao apelo de Bernardes do que na Bahia”. Neste sentido, no início de 1926, cerca de dez “batalhões patrióticos” foram organizados para combater os revoltosos. Como consequência dessa mobilização, os coronéis viram seus pequenos exércitos serem munidos com dinheiro e armamentos do governo federal, fortalecendo ainda mais o seu poderio militar nos seus redutos políticos, resultando também nas disputas com o governo estadual.⁴⁶¹

As sucessivas crises, aliadas ao autoritarismo imposto por Artur Bernardes, resultou em um governo cercado pelas intervenções federais. Neste contexto, mais uma vez é possível observar a atuação de Mangabeira em prol do presidente. Participando da Comissão Especial da Câmara⁴⁶² para avaliar um pedido de cassação do mandato de Bernardes, por violação do artigo 38 do Decreto de nº 30 de 08 de janeiro de 1892, referente a Lei sobre Crimes de Responsabilidade do Presidente da República, proposto pelos deputados Adolpho Bergamini (DF) e Plínio Casado (RJ), coube a Mangabeira emitir o parecer em torno da denúncia como relator processo.

Segundo o art. 38, era passível de crime de responsabilidade “Deixar de cumprir as disposições expressas da Constituição ou da lei”. Neste sentido, para os denunciante, o presidente Artur Bernardes havia deixado de cumprir a disposição expressa do art. 80, § 3º, da Constituição de 1891, que impunha ao Poder Executivo, uma vez decretado o estado de sítio, relatar, logo que se reunir o Congresso, as motivações e as medidas de exceção que houverem sido tomadas. Neste caso, segundo os argumentos expostos pelos deputados na denúncia, a ausência de uma comunicação oficial do Presidente ao Parlamento, por ocasião do sítio decretado na Bahia, em 19 de março de 1924 e do estado de sítio estabelecido, após a revolta de 05 de julho de 1924 e “sucessivamente prorrogado”, dando conta sobre as medidas de exceção aplicadas em ambos os casos, era passível de ser configurada como crime de responsabilidade. Segundo os denunciante:

A falta de remessa, portanto, da relação motivada das medidas de exceção adotadas, além de representar menosprezo e desconsideração pelo Congresso Nacional, importa a confissão indisfarçável da impossibilidade em que está o Presidente de justificar, mesmo na aparência, os atos de vingança, de maldade, de prepotência, de brutalidade e de desumanidade que mandou executar e que ainda perpetra. Tal omissão por demais suprime o réu, assim confesso, do julgamento dos seus juízes.⁴⁶³

⁴⁶¹ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 187.

⁴⁶² A comissão era composta por José Bonifácio, Presidente. – João Mangabeira, Relator. – Manoel Vitorino – Rego Barros – Arthur Collares Moreira – Plínio Marques – J. Lamartine – Manuel Duarte – Getúlio Vargas.

⁴⁶³ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa**. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 411-413.

No início do Parecer nº 12 de 1926, Mangabeira, como relator, declarava que não deveria “ser julgada objeto de deliberação a denúncia oferecida contra o Sr. Presidente da República”. Em sua justificativa, era elencado um histórico de intervenções federais feitas desde a Proclamação da República e a forma diversa como os respectivos presidentes relataram ao Congresso as medidas adotadas durante o período de intervenção. Neste sentido, advertia que não existia “lei nenhuma que determine a maneira por que o Presidente deve dar conta ao Congresso dos atos praticados durante o sítio”.

Para tanto, salientava que Bernardes, não só comunicara ao Congresso na abertura do ano legislativo, como se propusera a enviar “oportunamente novos esclarecimentos” e que “uma vez que o Congresso nada lhe solicitou, julgou, e julgou bem, o Presidente que a oportunidade para as informações prometidas seria após a terminação do sítio”. Assim, declarava improcedente a denúncia.⁴⁶⁴ A atuação de Mangabeira no processo fora bem recebida pelo núcleo situacionista, segundo telegrama enviado por Artur Bernardes e publicado no jornal O Paiz, salientava-se que:

“Sem embargo da suspeição em que possa ser tida a presente mensagem, regosijo-me com o prezado amigo, por seu grande triumpho parlamentar, do qual correligionários da Camara me falaram, com entusiasmos, e do qual tive hoje confirmação pela leitura dos jornaes. As minhas felicitações, por tão brilhante successo, junto a expressão do meu reconhecimento pelo juízo enunciado sobre o governo. Cordiaes saudações”.⁴⁶⁵

As revoltas tenentistas iniciadas no governo de Epitácio Pessoa e continuadas durante o mandato de Artur Bernardes, ainda voltariam a ter implicação na trajetória de Mangabeira. Como membro da Comissão de Justiça da Câmara⁴⁶⁶, coube a Mangabeira, como relator, analisar o Projeto nº 31-A de 1927, apresentando a Câmara pela maioria da bancada do Distrito Federal e que tinha por objetivo, “conceder anistia geral e plena aos civis e militares, direta ou indiretamente envolvidos nas conspirações e revoluções, nos levantes e movimentos ocorridos no território da República, desde 1922 até 1927”.

Um projeto de mesmo teor, fora apresentado pelo senador Irineu Machado (DF) ao Senado, acabou por ser rejeitado, em primeira discussão, por ser considerado “inoportuno”. À vista disso, diante dos termos trazidos pelo artigo 40 da Constituição de 1891, dizia-se que “Os projetos rejeitados ou não sancionados não poderão ser renovados na mesma sessão legislativa”,

⁴⁶⁴ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 399-411.

⁴⁶⁵ O Paiz, Rio de Janeiro, 01 e 02 de novembro de 1926. Ed. 15352-15353. p. 02.

⁴⁶⁶ A comissão era composta por A Mello Franco, Presidente. – João Mangabeira, Relator. – Sergio Loreto – Annibal B. Toledo – Horácio Magalhães – Raul Machado – Flores da Cunha – F. Valladares – Ubaldino Gonzaga.

desta maneira, segundo a comissão, o projeto apresentado pela maioria da bancada do Distrito Federal, constitucionalmente, deveria ser arquivado.⁴⁶⁷

O voto proferido por Mangabeira gerou repercussão por parte da oposição ao governo, não só por uma possível incongruência sobre os critérios que ditavam uma inconstitucionalidade no projeto, mas também por creditar uma influência sobre o voto por parte do presidente Washington Luís. Segundo Francisco Mangabeira, o voto pela rejeição do projeto de anistia ia de encontro ao real pensamento de Mangabeira, que, no fundo seria favorável à sua aprovação, no entanto, “dada a posição do seu irmão Octávio, como chanceler (e grande chanceler) do Governo Brasileiro”, havia exercido a sua discordância de forma discreta.⁴⁶⁸ Em discurso posterior a leitura do parecer, Mangabeira justificava um encontro tido a pedido do presidente, por intermédio da liderança do governo na Câmara, narrando que:

Eu não poderia deixar de ouvir o Chefe do Executivo. Ouvido, – também o declaro sem rebuços – S. Ex^a foi contra a oportunidade de anistia: afirmou que não a julgava oportuna no momento, pois ainda não era o instante da volta aos quartéis dos militares que se haviam rebelado e a situação de tranquilidade pública não era tão absoluta que isto permitisse. Tratava-se no momento da reorganização do Exército, das classes armadas, e isto não permitia que a medida fosse adotada, pois a ocasião não era propícia.⁴⁶⁹

Seguindo a linha apresentada pelo presidente, Mangabeira julgava em seu discurso que o momento se constituía “inoportuno” para que houvesse a anistia, vista como consagração “a obra da paz”. Sendo a “flor da paz, por assim dizer, aberta entre o serenamento das paixões. A anistia acata o esquecimento já realizado e o consagra por disposições legais que o tornam inviolável”. Desta maneira, entendia que o momento não era passível de tal medida, podendo resultar no oposto, contribuindo assim para um acirramento dos conflitos, sendo “o fermento para outras revoluções”. E, por fim, ressaltava que, ainda que parecer viesse a ser negado pela maioria da casa, continuaria mantendo a rejeição ao projeto por “considera-lo, neste momento, inconveniente à tranquilidade da Nação e aos interesses da República!”⁴⁷⁰

⁴⁶⁷ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 415-420.

⁴⁶⁸ MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira: República e Socialismo no Brasil** / Francisco Mangabeira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 93.

⁴⁶⁹ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 451.

⁴⁷⁰ MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I. p. 421-460.

5.2 O novo Partido Republicano da Bahia: a construção da candidatura ao Senado

A proximidade dos irmãos Mangabeira estabelecida com o governo federal logrou frutos importantes para demarcar os espaços ocupados pela corrente política liderada por ambos na Bahia. Com a eleição de Washington Luís em 1926 para a Presidência da República, Otávio, então vice-presidente da Câmara dos Deputados, foi alçado ao posto de Ministro das Relações Exteriores, reforçando, conseqüentemente, a influência no cerne da política baiana, freando assim a possibilidade dos Calmons se estabelecerem como grupo hegemônico no Estado. Todavia, embora as relações se mostrassem tensas entre as facções dentro do CRB, desde a sua fundação, e se conservassem frágeis, elas ainda permaneciam estáveis. Foi dentro desse cenário que, no início de 1927, começara a se organizar as bases do novo Partido Republicano da Bahia.

Para a organização do partido, constituiu-se uma Convenção entre 14 e 16 de janeiro de 1927, com a participação de um delegado representando os interesses de cada município do estado. Como observa Pang, desde o início a formação do partido foi uma costura baseada no acomodamento dos grupos, demonstrando os impasses entre as correntes calmonistas, que buscavam absorver os ex-seabristas em detrimento dos mangabeiristas.⁴⁷¹ A ausência de Mangabeira à Convenção pode ser observada como um movimento de insatisfação no processo de organização das estruturas do partido, assim como a própria rejeição por parte de Otávio em aceitar ser membro da comissão executiva do partido, ao alegar em telegrama a Góes Calmon que “não me permitindo a minha situação de ministro de Estado o exercício de tal investidura, sou forçado a renuncial-a”.⁴⁷²

O impasse em torno das eleições federais de fevereiro colocou em xeque a estabilidade do recém-fundado partido. Ausente na convenção, Mangabeira que acompanhou os encaminhamentos do Rio de Janeiro, partiu logo em seguida para a Bahia para negociar um acordo em torno da chapa de deputados federais no estado ligados ao seu nome, que temia serem alijados das cotas eleitorais. A possibilidade de uma ruptura no partido se tornara cada vez mais real, tendo o nome de Mangabeira sido cogitado para disputar a vaga de Senador com Miguel Calmon, candidato pré-definido na Convenção como uma forma de pressionar a comissão executiva do partido.⁴⁷³

Historicamente a Bahia já sentira os impactos das rupturas entre as facções políticas e o quanto essa desestruturação afetara negativamente na relação com o governo federal. No intuito

⁴⁷¹ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 190.

⁴⁷² À Época, Itabuna, 22 de janeiro de 1927. Ed. 91. p. 01.

⁴⁷³ O Imparcial, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1927, Ed. 05648. p. 02.

de evitar um aprofundamento dos conflitos, em 29 de janeiro, num acordo costurado por Otávio e Miguel Calmon, e ratificado por Goés Calmon, como presidente do partido, foi enviado a Washington Luís os itens mediante ao novo acordo responsável pelo processo de acomodação no Estado. Desta forma, o acordo se constituía em:

1) a Comissão Executiva do PRB, composta de 8 membros, seria acrescida com mais um lugar, para o qual seria "indicado o nome de um dos amigos políticos" de Otávio Mangabeira que, desta forma, ficaria com 3 lugares no órgão central do partido; 2) aos mangabeiristas caberia a indicação de 14 nomes (1/3) para a chapa de deputados estaduais; 3) nas próximas eleições, Miguel Calmon seria o candidato ao Senado Federal; 4) cerca de 1/3 dos deputados federais (8 dentre 22) seriam indicados pela facção mangabeirista; 5) o candidato à sucessão governamental seria um calmonista, Vital Soares, cujo nome seria oportunamente indicado pela Comissão Executiva do PRB.⁴⁷⁴

Nessa conjuntura, mais uma vez o governo federal atuou como o fiel da balança na disputa entre as correntes do partido. Ratificado o acordo, as eleições de 24 de fevereiro concretizaram a política de acomodação entre os Calmons e os irmãos Mangabeira, seguindo estáveis até 1930. Como estabelecido nas tratativas, as eleições para o governo estadual de 29 de dezembro seguiram o *script* e coroaram a vitória de Vital Soares como o substituto de Goés Calmon. A estabilidade na política baiana ainda possibilitou a indicação do candidato para a vice-presidência nas eleições de 1º de março de 1930. A escolha de Vital Soares para compor a chapa com Julio Prestes era a coroação outrora almejada por Seabra. No entanto, dessa vez, a Bahia gozava do apoio do governo federal. Pela primeira vez, desde a vice-presidência de Manoel Vitorino no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), o estado voltara a ocupar o executivo nacional.

Para Mangabeira, as eleições de março de 1930, que preencheram as vagas para o terço do Senado Federal e a constituição da Câmara dos Deputados, coroariam o auge da sua carreira política durante todo o período da Primeira República. Com o final do mandato de Antônio Moniz no Senado, optando por não concorrer à reeleição e voltando-se para a Câmara dos Deputados, o nome de Mangabeira foi indicado pela Executiva do PRB. Sendo o único candidato do estado, o pleito seria só uma questão burocrática a se cumprir.

Na sua chegada a Ilhéus para acompanhar o dia da eleição, como narrou o Correio de Ilhéus, Mangabeira “foi recepcionado condignamente”, sendo recebido por “volumosa multidão, em que se misturavam políticos de vários matizes, de todas as facções locais, na mais espontânea e fiel demonstração das largas sympathias e do inelutável prestígio de que goza

⁴⁷⁴ SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973. p. 157-158.

nesta zona”.⁴⁷⁵ A sua eleição também se constituía uma vitória para a Região Cacaueira no atendimento das suas demandas econômicas, tendo pela primeira vez durante o período republicano um representante dentro do Senado Federal. Com o término do pleito, Mangabeira voltava para o Rio de Janeiro, agora eleito, para acompanhar a sua diplomação e exercer o seu curto mandato como Senador.



Imagem 24 – Embarque do Senador João Mangabeira e correligionários para o Rio de Janeiro. **Fonte:** O Malho, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1930. Ano XXIX. N. 1444

A ruptura institucional em outubro de 1930, com a deposição de Júlio Prestes da presidência e a instalação de um governo provisório sob a tutela de Getúlio Vargas, desarmou todas as estruturas montadas, ainda que frágeis, do unipartidarismo baiano, que imperaram durante parte da década de 1920. Se no âmbito federal, Mangabeira viu seu mandato ser cassado com o fechamento do Congresso pelo Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, viu também a deposição do cel. Antônio Pessoa e a ascensão do grupo liderado pelo clã Lavigne e a ascensão de Eusíbio Gaston Lavigne no seu principal reduto eleitoral. Era, mais uma vez, a perspectiva do ostracismo político que se apresentara para Mangabeira, assim como fora no ano de 1912.

A remodelação nas estruturas políticas nacionais, forçadas pelas mudanças impostas com os encaminhamentos ditados pelo novo regime, propiciou que novas demandas também surgissem. Neste sentido, será que essa nova conjuntura foi crucial no processo de ruptura de Mangabeira com “os fios quase invisíveis, mas irresistíveis, dos compromissos com os amigos de sua corrente política”, como ressaltara Barbosa Lima? Se analisarmos toda a trajetória de Mangabeira ao longo da Primeira República, o que podemos concluir é que, acima de tudo, a sua habilidade em se adaptar aos momentos mais adversos, o propiciaram a manter-se sempre no poder. Neste sentido, esses fios quase invisíveis foram essenciais ao longo da sua trajetória e, por fim, não se romperiam, mesmo adentrando as fileiras da esquerda brasileira.

⁴⁷⁵ Correio de Ilhéus, Ilhéus, 20 de fevereiro de 1930, Ed. 1303. p. 01.

Neste capítulo tivemos a intenção de analisar os caminhos que possibilitaram a consolidação de João Mangabeira como uma das principais lideranças estaduais a partir do seu retorno ao Legislativo Federal após o processo de “degolamento” sofrido nas eleições de 1912. Com a crescente crise política, econômica e social, vivenciado pelo estado nos anos que sucederam o governo de Antônio Moniz, como consequência de uma gestão conturbada, foi possível observar como a oposição, até então desarticulada, conseguiu se reorganizar sob a liderança do conselheiro Rui Barbosa após a ruptura política com Seabra.

A disputa de narrativas em torno dos conflitos que habitavam o cerne da política baiana, e que ganhou espaço, para além da região, na imprensa e no Parlamento nacional, também pode ser observado ao longo deste capítulo. Neste sentido, pudemos compreender como Mangabeira, sendo membro da oposição, se posicionou perante aos acontecimentos, se tornando, por vezes, o porta-voz de uma narrativa defendida pelo grupo oposicionista na Câmara dos Deputados.

Também foi possível analisar como a última candidatura do conselheiro Rui Barbosa para Presidência da República, com a morte de Rodrigues Alves, conseguiu aglutinar em torno de si, uma leva de jovens políticos baianos, como foi o caso de Otávio Mangabeira, que até então fazia parte do núcleo político ligado a Seabra. Com o fortalecimento da oposição, que buscava dificultar o retorno de Seabra ao poder após o mandato de Antônio Moniz, vimos como as circunstâncias em torno das sucessões governamentais na Bahia foram traçadas por conflitos e instabilidades, demonstrando as dificuldades enfrentadas por Seabra para tentar restabelecer a influência, outrora obtida, junto as oligarquias estaduais.

Por fim, podemos observar como a década de 1920 alterou substancialmente as estruturas de poder na Bahia e trouxe para Mangabeira uma nova dinâmica política. O falecimento do conselheiro Rui Barbosa, a queda de Seabra sob a influência da intervenção do governo federal, a aliança com o cel. Antônio Pessoa na Região Cacaueira e a aproximação com os presidentes Arthur Bernardes e Washington Luís, possibilitaram o fortalecimento de uma corrente mangabeirista, liderada pelos irmãos Mangabeira, e que passou a ocupar um espaço de grande preponderância no estado. Neste sentido, foi com a estabilização da política baiana, que foi possível observar as movimentações que levaram João Mangabeira ao Senado Federal em 1930, como candidato único pela Bahia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao transitarmos pelas primeiras décadas da trajetória de João Mangabeira, pudemos observar como a construção de uma rede de relações políticas e sociais foram cruciais para possibilitar a sua ascensão, assim como conseguir se manter no cerne da política estadual e nacional. Embora o questionamento adotado por Barbosa Lima, ao imaginar que “fios quase invisíveis”, serviram como um limitador das convicções “progressistas” de João Mangabeira, percebemos que esses “fios” construíram os alicerces essenciais para consolidar as estruturas de poder nos anos que compuseram a Primeira República, sendo, por vezes, utilizados ao seu favor.

Apesar das suas bases familiares não terem advindo de uma elite econômica, foi o estabelecimento de uma rede de relações políticas e sociais estabelecidas por seu pai, Francisco Mangabeira, ainda durante o período do Império, quando teve seus estudos no curso de farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, subsidiados por uma importante família da elite alagoana, que proporcionou não só o acesso a espaços até então destinados, majoritariamente, às classes privilegiadas soteropolitanas e de outras regiões que poderiam pagar os altos custos de um curso na Faculdade, mas também possibilitou construir alicerces profissionais que permitiram uma melhor condição socioeconômica no período. Neste sentido, ainda que a família não gozasse dos privilégios econômicos da elite local, o estabelecimento dos contatos com os membros dessa elite materializou as condições oferecidas mais tarde aos seus filhos.

Neste sentido, ainda que mais tarde, como visto na oração proferida por João Mangabeira para a turma de formandos da Faculdade de Direito da Bahia, e reforçado pelos relatos memorialísticos, fosse enaltecido o simbolismo de uma infância pobre, tendo ele se sobressaído pelas suas capacidades intelectuais, ficou evidenciado que a família Mangabeira possuía uma condição social que lhe ajudou a ingressar nesses espaços privilegiados, assim como seus irmãos. Poder cursar a Faculdade de Direito da Bahia e ter o título de bacharel, em um período onde a cultura do bacharelismo ganhava cada vez mais espaço no estado, significou a abertura de novas portas, possibilitando para João Mangabeira a expansão de uma rede de contatos.

Embora os relatos memorialísticos destaquem as dificuldades enfrentadas na sua chegada à cidade de Ilhéus para se estabelecer profissionalmente, foi possível perceber ao longo do primeiro capítulo, como João Mangabeira conseguiu rapidamente, sob a tutela do cel. Domingos Adami de Sá, adquirir uma posição de destaque no núcleo da facção comandada pelo

prócere da política local. Com a cidade de Ilhéus dividida entre duas facções de cunho personalistas, a aproximação com a grupo que estava no controle do poder local, desenhou um caminho de maiores possibilidades na ocupação dos postos disponíveis aos seus membros. É nesse cenário que Mangabeira conseguiu a sua nomeação para a função de advogado do município e posteriormente a função de editor-chefe do jornal A Lucta, como fruto da ruptura entre a intendência e o jornal Gazeta de Ilhéus, tornando-se o representante oficial para as publicações oficiais do município.

Essa projeção de João Mangabeira em Ilhéus, para além da sua capacidade intelectual e de articulação política, também é reflexo do momento em que a região vivenciava economicamente. O rápido enriquecimento de uma parcela dos proprietários trazia uma nova perspectiva social para a cidade. Muitos destes coronéis, apesar de terem se tornado ricos produtores, não possuíam uma formação intelectual formal, limitando o seu espaço político dentro da própria região. Essa situação se reverteu alguns anos depois com a formação dos seus filhos na capital ou mesmo fora do país, passando a ocupar os postos dos representantes dos seus pais. Todavia, o período em que Mangabeira chegou à cidade de Ilhéus, havia um baixo número de bacharéis em uma região que ganhava cada vez mais notoriedade no cenário econômico do Estado, buscando projetar os seus próprios representantes dentro da política estadual e nacional.

Em meio ao intenso conflito entre as lideranças locais, cooptar para uma das facções elementos profissionalmente qualificados também era uma estratégia utilizada pelos grupos. É nesse cenário que, mesmo não tendo vínculo de parentesco com nenhum membro da elite local, o que em tese dificultaria uma rápida ascensão, é que João Mangabeira conseguiu acessar os quadros políticos na cidade de Ilhéus. Carregar o título de “doutor”, sendo um dos poucos profissionais na região, sem dúvidas foi um passo importante no seu processo de consolidação das suas relações junto a essas elites. Assim, não tardou a candidatar-se ao Conselho Municipal e logo em seguida ao posto de Deputado Estadual. A representação na Câmara dos Deputados também era um reflexo dessa crescente força econômica e política oriunda da expansão das exportações do cacau pelo estado. Assim, João Mangabeira se enquadrava em um perfil ideal que atendesse os interesses da região na busca de incentivos fiscais favoráveis a esses produtores.

Esse destaque na cidade também chamou a atenção das oligarquias estaduais, possibilitando aproximar-se do então governador José Marcellino, que via no apoio da elite cacaueira uma importante base de sustentação do seu governo. A partir de então, essa relação de troca possibilitou a continuidade do grupo ainda liderado pelo cel. Domingos Adami na

cidade e serviu como uma alavanca para a projeção de Mangabeira fora da região. Com a cisão de 1907 no PRB, e a escolha por manter-se ao lado de José Marcellino em detrimento de Severino Vieira, ainda que fosse visto pela oposição em Ilhéus como uma traição, a opção possibilitou que Mangabeira continuasse nas hostes do situacionismo no estado, facilitando-lhe o reconhecimento como Intendente de Ilhéus e também não criando empecilhos para a aprovação do seu nome na comissão verificadora como Deputado Federal.

Embora tenha ficado evidente que a conjuntura política, econômica e social tenha propiciado a construção dos alicerces que permitiram João Mangabeira estabelecer um capital importante, é válido observarmos como a mudança de *status* dentro da própria facção política local se estabeleceu de forma peculiar. Em menos de uma década após a chegada, Mangabeira, um não membro familiar dessas elites, já havia alcançado a posição de liderança do grupo. Se antes o grupo era denominado pela acunha de *adamistas*, em referência ao cel. Domingos Adami, a partir da sua eleição para intendente de Ilhéus, o grupo passou a ser denominado *mangabeiristas*. Isso foi reforçado pelo destaque adquirido pelos trabalhos no Parlamento como Deputado Federal.

Ainda nos primeiros meses de mandato, a sua atuação reverberou fortemente na imprensa da capital do país, proporcionando, inclusive, uma inicial aproximação com o Conselheiro Rui Barbosa, já tentada outrora como pudemos observar. Ao longo da sua trajetória, o crescente laço de proximidade estabelecido entre João Mangabeira e Rui Barbosa impactou diretamente nas suas escolhas, demarcando um lugar de memória importante e que foi constantemente revisitado através dos livros e conferências em homenagem ao conselheiro. Ainda que divergisse da aliança tácita entre Rui Barbosa e J. J. Seabra na Bahia em dados momentos, foi possível perceber que, desde a sua primeira aproximação na Campanha Civilista de 1910, Mangabeira manteve-se fiel ao lado do conselheiro nas mais diversas situações, exercendo, por vezes, a função de porta-voz no estado e no parlamento dos posicionamentos de Rui.

Como pudemos perceber, à medida que João Mangabeira ganhava uma maior projeção política para além da região cacauzeira, tornou-se necessário compreender, a partir do diálogo com a História da Bahia e do Brasil, como as movimentações nas estruturas de poder da política de ambos panoramas moldaram as suas escolhas e acabaram por impactar na sua trajetória. Desta maneira, o entendimento dos conflitos políticos que engendraram os alicerces da história baiana, nos possibilitou analisar como João Mangabeira buscou posicionar-se nos momentos adversos e de reorganização política estadual.

Os impactos produzidos pela derrota de Rui Barbosa nas eleições presidenciais, colocou João Mangabeira, que participou de forma intensa da campanha do conselheiro, pela primeira vez, no posto de oposição, desenhando um novo cenário que se mostrou adverso para ele. Com o agravamento da crise política em torno da disputa na Bahia pelo governo do estado, resultando no bombardeio da cidade de Salvador e na ascensão de J. J. Seabra, Mangabeira se viu impelido de reeleger-se como deputado federal, sofrendo o processo de degolamento, assim como viu o seu sucessor na cadeira de intendente de Ilhéus também ser deposto. Todavia, ainda que passasse a maior parte do seu tempo na cidade do Rio de Janeiro, a construção de uma base eleitoral sólida na região cacauzeira, mesmo se mantendo nas hostes oposicionista, demonstrou a capacidade de aglutinar e manter ligações diretas com as elites locais.

Embora as disputas em torno da construção de uma hegemonia política na região cacauzeira se mostrassem constantes, sendo que ambos os grupos não se furtavam a utilizar da violência como uma estratégia de contrapor a força do grupo opositor, a consolidação da influência do cel. Antônio Pessoa no comando político na região, dominando os instrumentos políticos e jurídicos, afastou qualquer possibilidade de reversão do quadro a favor do grupo liderado por Mangabeira. Se na esfera local a situação era cada vez mais adversa, em contrapartida, no que tange o cenário estadual, aproveitando-se da construção de uma política de acomodação na tentativa de frear as influências do Senador Pinheiro Machado, a aliança tácita entre Seabra e Rui Barbosa, em torno de uma nova campanha presidencial, possibilitou que figuras outrora vistas como *persona non grata* do seabrismo, voltassem ao palco principal da política estadual, entre eles, João Mangabeira.

Um elemento importante ao analisarmos a conjuntura política estabelecida neste período está na postura adotada por João Mangabeira. Se na primeira década gozava das benesses proporcionadas pelas estruturas de poder favoráveis, por outro lado, a segunda década do século mostrou-se um teste político para a sua permanência no cerne da política baiana. Com o esfacelamento na atuação da oposição no estado, reflexo da política de coalizão adotada por Seabra, sustentada pela eleição do seu sucessor ao governo do estado e da morte de importantes próceres que robusteciam a oposição, ainda que mantivessem divergências, vimos Mangabeira tornar-se um porta-voz das demandas da oposição na imprensa e no púlpito do parlamento.

Com a instabilidade política e econômica do governo Antônio Moniz, reforçada pela ruptura de Rui Barbosa novamente com Seabra, vimos como a reconstrução de um espaço de atuação da oposição, propiciou que o grupo cooptasse membros de peso para a sua base, entre eles o seu irmão, Otávio Mangabeira, que ascendeu politicamente dentro das hostes seabristas, mantendo uma forte influência dentro do grupo. A sua adesão trouxe para a oposição novas

perspectivas de alianças, inclusive no cenário nacional. Com o advento da última candidatura de Rui Barbosa à presidência, ainda que não tenha sido eleito, o ressurgimento de uma oposição forte foi crucial para o embate em torno das eleições estaduais. Apesar da eleição de Seabra para o governo do estado, a conjuntura política apresentava novos contornos que impactariam na última década da Primeira República para a Bahia e João Mangabeira.

É nesse cenário de mudanças que pudemos observar ao longo do último capítulo aproximações políticas até então pouco prováveis. A construção de uma aliança tácita com o cel. Antônio Pessoa ao longo da década de 1920, que permitiram a junção dos dois principais líderes na região, consolidou ainda mais a influência eleitoral de João Mangabeira, vendo em contrapartida, o surgimento de uma nova ala política de oposição que até então fazia parte da sua base. O fracasso da candidatura de Seabra a vice-presidência também possibilitou a João Mangabeira uma aproximação do seu grupo com o presidente Artur Bernardes, que não se furtou a influenciar e subsidiar com os mecanismos de coação inerentes a máquina pública do governo federal o grupo de oposição no estado. É nessa conjunta que novamente João Mangabeira passa a gozar das benesses do situacionismo, atuando em frentes importantes na defesa do governo de Bernardes e do presidente Washington Luís.

Por fim, como foi possível observar, diferentemente dos relatos memorialísticos, a trajetória de João Mangabeira nem sempre trilhou dentro de um campo progressista, mas o caminho que o levou para as linhas do socialismo foram reflexo de toda uma construção política e social, permeada pelas mudanças e permanências. Desta maneira, cabe ressaltar que não tivemos aqui a intenção de construir uma biografia sobre a vida de João Mangabeira, mas sim, trazer para os holofotes, uma história traçada por transformações, negociações e conflitos e que fizeram parte não só da história da Bahia, mas de uma história nacional. Assim, buscamos deixar elementos para que novos estudos possam ser elaborados, trazendo novos elementos que nos possibilitem compreender um pouco mais da história e da representatividade de João Mangabeira como político, jurista e intelectual brasileiro.

RELAÇÃO DAS FONTES

BN – Biblioteca Nacional / Hemeroteca Digital

À Época, Rio de Janeiro – (1912-1919)	Gazeta de Notícias, Salvador – (1913)
A Hora, Salvador – (1919)	Ilustração Brasileira (França) – (1922-1923)
A Imprensa, Rio de Janeiro – (1909)	Jornal do Brasil, Rio de Janeiro – (1906; 1911; 1964)
A Manhã, Rio de Janeiro – (1926-1928)	Jornal do Commercio, Rio de Janeiro – (1911-1912; 1914-1917; 1919)
A Manhã, Salvador – (1920-1921)	O Combate, Salvador – (1927)
À Noite, Rio de Janeiro – (1911 – 1912; 1921; 1923)	O Imparcial, Rio de Janeiro – (1913-1929)
A Rua, Rio de Janeiro – (1923)	O Malho, Rio de Janeiro – (1907-1930)
Almanak Laemmert, Rio de Janeiro – (1910-1911; 1915; 1917; 1930)	O Monitor, Salvador – (1877)
Bahia Illustrada, Salvador – (1918; 1921)	O Paiz, Rio de Janeiro – (1912; 1918; 1920-1930)
Cidade de Salvador, Salvador – (1897)	O Século, Rio de Janeiro – (1911-1915)
Correio da Manhã, Rio de Janeiro – (1912-1927)	Revista Careta, Rio de Janeiro – (1912; 1919)
Correio do Brazil, Salvador – (1904)	Revista do Brazil, Salvador – (1909; 1911)
Correio Paulistano (São Paulo) – (1910-1919)	Revista Fon-Fon, Rio de Janeiro – (1913; 1923)
Diário Carioca, Rio de Janeiro – (1930)	Última Hora, Rio de Janeiro – (1964)
Diário de Notícias, Rio de Janeiro – (1964)	
Gazeta da Bahia, Salvador – (1879)	

Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia pelo exm Sr. Dr. Luiz Vianna, 1900.

Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura em 1907.

Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura em 1910

CEDOC/UESC – Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz

À Época, Itabuna – (1920-1930)	Correio de Ilhéos, Ilhéus – (1921-1930)
A Lucta, Ilhéus, (28 de dezembro de 1907)	Diário da Tarde, Ilhéus – (1929)
A Opinião, Barra do Rio de Contas – (1909-1911)	Gazeta de Ilhéos, Ilhéus – (1900-1904)
	Jornal de Ilhéos, Ilhéus – (1912-1919)

BPEB – BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

A Bahia, Salvador – (1906; 1908-1910)	Diário de Notícias, Salvador – (1929; 1933)
Correio de Notícias, Salvador – (1898)	Jornal de Notícias, Salvador – (1907; 1909)
Diário da Bahia, Salvador – (1905-1907; 1911; 1932-1933)	O Commercio, Itabuna – (1922)
Diário da Tarde, Ilhéus – (1930; 1933)	O Imparcial, Salvador – (1934)

BIBLIOGRAFIAS PRODUZIDAS POR JOÃO MANGABEIRA E EM SUA HOMENAGEM.

João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c 1982.

MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira: República e Socialismo no Brasil** / Francisco Mangabeira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANGABEIRA, João, 1880-1964. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa.** Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I, II e III

MANGABEIRA, João. **Em torno da Constituição** / João Mangabeira. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Florence, 2019.

MANGABEIRA, João. **Rui Barbosa: Discursos e Conferências.** Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1958.

MANGABEIRA, João. **Ruy, O Estadista da República.** São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Discurso do Deputado Rui Santos da UDN-BA na 41ª sessão de 27-04-1964
 Discurso do Deputado Mário Piva do PSD-BA na 42ª sessão de 28-04-1964
 Discurso do Deputado Medeiros Neto do PSD-AL na 42ª sessão de 28-04-1964
 Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 02 de maio de 1909.
 Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27 de maio de 1909
 Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 28 de maio de 1909.

Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 29 de maio de 1909.
Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 14 de maio de 1912.
Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 01 de julho de 1918.
Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 02 de maio de 1918.
Diário do Congresso Nacional, sessão de 30 de maio de 1918.
Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 05 de novembro 2010.
Anais da Câmara dos Deputados, sessão 20 de maio de 1923.

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de João Mangabeira, 24 de junho de 1935

ARQUIVO FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA

FCRB, telegrama 21 janeiro de 1912 – Série de correspondências CR 821 a CR 890

FCRB, telegrama 18 de janeiro 1919 – Série de correspondências CR 821 ao CR 890.

FCRB, telegrama 10 de abril 1919 – Série de correspondências CR 821 a0 CR 890

FCRB, telegrama 04 de junho 1919 – Série de correspondências CR 821 a0 CR 890

Obras Completas de Rui Barbosa, "A Imprensa", vol. XXVIII, tomo III, 1901, p. 3-8.

Imagem: Rui Barbosa durante a campanha pelo interior do Estado. **Fonte:** Arquivo FCRB

Imagem: Campanha Presidencial, 1919. Chegada do navio Acre no cais de Salvador. **Fonte:** FCRB, cod. RB-RBIC 539

Diário Oficial da União – Seção 1 – 11 de novembro de 1930. – In: Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930, Vol. II. p. 12-14.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jorge. Cultura Política e Hegemonia. In: **Encontro da Compolítica** – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2011, Rio de Janeiro, 2011. Anais. Rio de Janeiro: Compolítica, 2011.
- AMARAL, Misael Henrique Silva do. **A Marinha dos tenentes: um olhar sobre o movimento tenentista na perspectiva da força naval brasileira (1922-1924)** / Misael Henrique Silva do Amaral. – 2018. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- AVELAR, Alexandre de Sá. **A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões**. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 157-172. ISSN: 1517-2120.
- BARROS, José D'Assunção. **Memória e história: uma discussão conceitual**. In: *Tempos Históricos* • volume 15 • 1º semestre de 2011.
- BATISTA, E. E. **A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- BERNSTEIN, E. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BICA, A. C.; CORSETTI, B. A Instrução Pública Republicana como Patrimônio Educacional no município de Bagé/RS. **PATRIMÔNIO E MEMÓRIA (UNESP)**, v. 11, p. 194-216, 2015.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da escrita de história do Rio Grande do Sul no século XIX**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.
- CARONE, Edgar. **A Primeira República (textos e contextos) (1889/1930)**. S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2ª ed., 1973.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados – escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 459 pp.
- CARVALHO, Philippe Murillo Santana de. **Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)**. / Philippe Murillo Santana de Carvalho. – Salvador, 2015.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Salvador dos Operários: Uma história da Greve Geral de 1919 na Bahia** / Aldrin Armstrong Silva Castellucci – Salvador, 2001 – *Dissertação de Mestrado*.

DE OLIVEIRA SANTOS SILVA, M., DE OLIVEIRA, M. da G., & FRANÇA GUIMARÃES, T. . (2021). **Biografia, um campo de possibilidades**. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, (20), 143–159.

DELGADO, Lucília de Almeida. FERREIRA, Jorge. **O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo** / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. – (O Brasil republicano; v.2).

DIAS FILHO, Sergio Rodrigues. **O constitucionalismo de João Mangabeira: consenso, racionalidade e socialismo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Universidade Federal Fluminense.

DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

FALCÓN, G. A. O. **Os Coronéis do Cacau - Raízes do Mandonismo Político em Ilhéus**, Dissertação de Mestrado, Ano de Obtenção: 1983.

FALCÓN, Gustavo. **Do reformismo à luta armada: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)** / Gustavo Falcón. – Salvador: EDUFBA /Versal editores, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Política e poder no Estado do Rio de Janeiro na República Velha. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, v.1, n.1, p115 – 120, set./dez., 1985.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, yol. 6, n. II, 1993, P. 9-23.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. In: **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930** / organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, - 3º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P. 393-399.

FREITAS, A. F. G. **Os donos dos Frutos de Ouro**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia, Salvador - 1979.

FREITAS, Alexandra Cerqueira. **Alcance e limites do Movimento Tenentista na Bahia: a Conspiração Revolucionária de 1930** / Alexandra Cerqueira Freitas. – Salvador, 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

GARCIA NETO, Paulo Macedo. **A influência do realismo jurídico norte-americano no direito constitucional brasileiro**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GASPARI, F. N. **STF Cerceado? (1930-1937)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Universidade de São Paulo.

GIFFONI, J. M. S (2006). **Trilhos arrancados: história da estrada de ferro Bahia e Minas (1878-1966)**. 307 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história** / Carlo Ginzburg; tradução Federico Carotti. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição** / Carlo Ginzburg ; tradução Maria Betânia Amoroso ; tradução dos poemas José Paulo Paes ; revisão técnica Hilário Franco Jr. – São Paulo : Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes** / organização Odaci Luiz Coradini. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Os Nomes de Poder: A Faculdade de Direito de Porto Alegre, o Ensino Jurídico e Política no Brasil (1900-1937)** / Luiz Alberto Grijó. Jundiaí, Paco Editorial: 2017.

_____. **O jogo das mediações: Getúlio e sua geração no Rio Grande do Sul da I República** / Luiz Alberto Grijó. – 1. Ed. – Porto Alegre : Homo Plasticus, 2017.

GRYNSZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 255p.

_____. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista brasileira de ciências sociais**, n. 14, p. 73-90, out., 1990.

HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)** / Alexandre Hecker. - São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998.- (Prismas).

HERMANN, Jacqueline. “Canudos destruído em nome da República”: Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Tempo**, Revista de História da UFF. Rio de Janeiro: Relume Dumará, n. 3, v. 2

João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c 1982.

KUSCHNIR, K. & CARNEIRO, L. P. 1999. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: volume 1 O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas. O processo partidário- eleitoral brasileiro (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Iuperj: Revan, 1999.

LEVI, Giovanni. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

LEVILLAIN, Philippe. **Por uma história política I** [Direção de] Renê Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003. 472 p.

LIMA, Aruã Silva de. **Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 - 1946)**, Ano de Obtenção: 2009.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história** / Sabina Loriga; tradução Fernando Scheibe. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. – (Coleção História e Historiografia / coordenação Eliana de Freitas Dutra.

MAGALHÃES, Carmem Côrtes. **O Mecanismo das “Comissões Verificadoras” de Poderes: Estabilidade e dominação política, 1884-1930**. 1986. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 1986.

MAHONY, M. A. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. v. 10, n.18, jul. – Dez. 2007.

MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira: República e Socialismo no Brasil** / Francisco Mangabeira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANGABEIRA, João. **Em torno da Constituição** / João Mangabeira. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Florence, 2019.

_____. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa**. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume I, II e III.

_____. **Rui Barbosa: Discursos e Conferências**. Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1958.

_____. **Ruy, O Estadista da República**. São Paulo: Livr. Martins Ed., 1943.

MANGABEIRA, Otávio. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, Série Perfis Parlamentares 10, 1978.

MEDEIROS, R. H. A.. Manifesto dirigido a Nação pelos alunos a Faculdade de Direito da Bahia, datado de 3 de novembro de 1897. Revista **HISTEDBR** On-line, v. 28, p. 302-307, 2007.

MELO, Fernando Afonso Marques de. **A contribuição de João Mangabeira para a reformulação do Estado federal (1930-1934)** / Fernando Afonso Marques de Melo. - 2022.

MELLO, Maria Alba Guedes Machado. **História Política do Baixo Médio São Francisco: um estudo de caso de coronelismo**. Dissertação de Mestrado. Ano de Obtenção: 1990.

MENDES DOS ANJOS, Herbert Gler. **Socialismo e Liberdade: o PSB e a cultura socialista-democrática no Brasil (1945-1965)**. 2014. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MENESES, Jayme Sá. **Vultos que ficaram: os irmãos Mangabeira : (Francisco, João e Otávio)**. Salvador : MF Ed., 1977. P. 155 / OLIVEIRA, Yves de. Otávio Mangabeira: Alma e Voz da República. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1971.

NEGRO, Antônio Luigi; BRITO, Jonas. Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.863-887, set/dez 2013.

NEVES, Margarida de Souza. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Nv. (O Brasil republicano).

OLIVEIRA, Yves de. **Otávio Mangabeira: Alma e Voz da República**. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1971.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

PONTES, Kátia Vinhático. **O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacaueteira no sul da Bahia (1920-1947)** / Kátia Vinhático Pontes ; Cezar Teixeira Honorato, orientador. Niterói, 2018.

QUARESMA, Mônica. **O salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J Seabra (1912-1916)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP: 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1975.

RÉ, Flávia Maria. **Ideias em ação: liberalismo e reforma no pensamento político de Rui Barbosa**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

REIS, D.A. (orgs.), **As esquerdas no Brasil**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Nv. (O Brasil republicano).

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)** / André Rosa. – Ilhéus: Editus, 2001.

_____. **Memórias e Identidade. Reformas Urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauera (1880-1950)**. Ilhéus: Editus, 2005.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. **Discurso político-partidário: o antagonismo entre A Federação e o Correio do Sul (1922)** / Paula Vanessa Paz Ribeiro. – Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014.

RICCI, Paolo.; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da justiça Eleitoral. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR. v.21, n.45. p.91-105. Mar. 2013.

ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **Faculdade de Direito da Bahia: processo histórico e agentes de criação da Faculdade Livre no final do século XIX** / Julio Cesar de Sá da Rocha. – Salvador: Fundação Faculdade de Direito da Bahia, 2015.

SAMPAIO, C. N. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação (1989-1930)** – UFBA, Ano de Obtenção: 1973.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *IN*: BARBOSA, Rui. Campanha da Bahia. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. XXVII, 312 p. (**Obras Completa de Rui Barbosa**. V. 46. T. 3. 1919).

SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República** / Silvia Noronha Sarmiento. -- Salvador, 2009.

SANTOS, Vinícius Silva dos. **A República e Rui Barbosa: o projeto de industrialização em um país de bases agrícolas (1889-1891)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFES)) - Universidade Federal do Espírito Santo.

SCHMIDT, Benedito Bisso. Escrever Biografias no Brasil hoje: entre inovações e modelos tradicionais. In: DUTRA, Eliana de Freitas. **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente** / organizadora Eliana de Freitas Dutra. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Grades invisíveis para rebentar”: memórias de um militante de esquerda brasileiro sobre as prisões políticas argentinas (1975-1979). In: **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica** / Alexandre Avelar e Benito Bisso Schmidt, (organização). – São Paulo: Letra e Voz, 2012.

SILVA, Paulo Santos. **Ancoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: EDUFBA,

SILVA, Wilton C. L. Espelho de palavras: escrita de si, autoetnografia e ego-histórico. In: **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica** / Alexandre Avelar e Benito Bisso Schmidt, (organização). – São Paulo: Letra e Voz, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930** / Lilia Moritz Schwarcz. — São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Paulo Santos. O BIÓGRAFO COMO NARRADOR: a concepção de biografia em Luiz Viana Filho. In: **Rastros biográficos: estudos de trajetórias** / Organizado por Maria Elisa Lemos Nunes da Silva; Paulo Santos Silva. – Salvador: EDUNEB, 2014. 262p.

SILVA, Roberto Bittencourt da. **Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista** / Roberto Bittencourt da Silva. – 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**/Thomas E. Skidmore; apresentação de Francisco de Assis; tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. – 7^o ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. **Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. P. 22-23.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São, Paulo, Alfa-Omega, 1976.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo** / organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Delgado. – 2^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VISCARDI, Cláudia M. V. História, Região e Poder: A busca de interfaces metodológicas. **LOCUS**: revista de história, Juiz de Fora, vol. 3, n^o 1.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"** / Cláudia Viscardi. - Ebook - 2.ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

VOLPINI MICHELI, M.; TAMMONE, N. Um estadista do Império e da República: políticas econômicas no Brasil à época de Rui Barbosa. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 41, 2023.